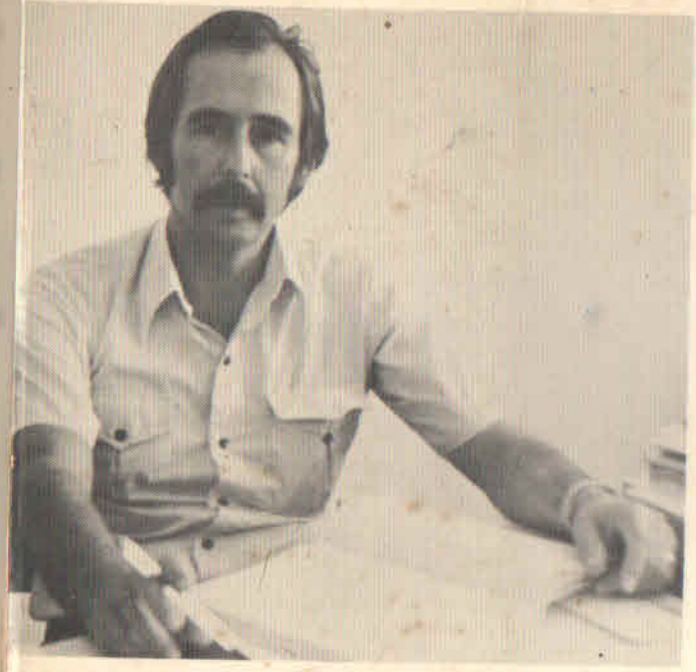


Sílvio Coelho dos Santos nasceu em Florianópolis, em 1938. Licenciou-se em História, em 1961. Em 1962 freqüentou curso de especialização em Antropologia Cultural e Sociologia Comparada no Museu Nacional. Em 1972, defendeu tese na Universidade de São Paulo, obtendo o título de Doutor em Ciências (Antropologia). É professor de carreira e vocação, exercendo a docência na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Exerce as funções de Diretor do Museu de Antropologia da UFSC.

ESTA MONOGRAFIA NARRA A VIOLÊNCIA DA CONQUISTA DA TERRA NO SUL DO BRASIL. DEZ ANOS DE PESQUISA PERMITIRAM AO AUTOR A VISUALIZAÇÃO DE TODA A EXPERIÊNCIA VIVIDA PELO GRUPO INDÍGENA XOKLENG A PARTIR DO SEU ENCONTRO COM O HOMEM BRANCO. A OBRA ESCLARECE, COMOVE, EMPOLGA E TAMBÉM FAZ JUSTIÇA A UM POVO QUE SOBREVIVEU POR SUA VIRILIDADE, TENACIDADE E VALENTIA.

ÍNDIOS E BRANCOS NO SUL DO BRASIL

ÍNDIOS E BRANCOS NO SUL DO BRASIL

- A dramática experiência dos Xokleng -

SILVIO COELHO DOS SANTOS



ESTA OBRA FOI EDITADA COM O APOIO DAS INSTITUIÇÕES SEGUINTES:

Smithsoniam Institution, Latin American Archeology Found; Washington – DC – USA;
Universidade Federal de Santa Catarina;
Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina;
Secretaria da Educação – SC;
Departamento de Cultura da Secretaria de Governo – SC;
Prefeitura Municipal de Florianópolis – SC;
Prefeitura Municipal de Criciúma – SC;
Prefeitura Municipal de Blumenau – SC;
Prefeitura Municipal de Itajaí – SC;
Grupo Financeiro Banco do Estado de Santa Catarina.
Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina.

1000

Marina e Clovis
06/12/2000

INDIOS E BRANCOS NO SUL DO BRASIL

- A dramática experiência dos Xokleng -

SILVIO COELHO DOS SANTOS

edeme

Para
Oswaldo Rodrigues Cabral
e
João David Ferreira Lima

pelas oportunidades que ofereceram permitindo nossa iniciação na Antropologia.

Para
Adolfo e Maria Lydia, pais
e
Alair, Paulo Marcos e Tânia Mara, esposa e filhos

pelo muito que estimularam e pelo carinho, conforto e amor que proporcionam.

O AUTOR

Ano de 1973

© Sílvio Coelho dos Santos

Capa – Primeiros momentos do contato: os Xokleng flecham e carneiam um boi.
Foto original de T. Rulland
Montagem do Autor.

Pedidos:
Lunardelli Representações Ltda
Rua Victor Meirelles 28, CP 263, Fone 46-37 - Fpolis - SC
ou
Ao Autor
Rua Idalina Pereira dos Santos, 9 - Fpolis - SC.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho somente se tornou possível porque contamos com a colaboração de muitas pessoas. Seria difícil arrolar nominalmente a todas. Mas é grato destacar que colegas de trabalho docente, alunos, amigos, conhecidos e desconhecidos ofereceram contribuições valiosas em muitos momentos. Essas incluíram desde a oferta de documentos inéditos ou a referências de artigos ou obras, até a hospedagem, o transporte ou o simples cafezinho oferecidos por muitas pessoas em nossas andanças pelo interior. E a maior parte dos medicamentos e dos presentes que levamos para os indígenas aldeados em Ibirama, também resultou da colaboração espontânea de muitos anônimos.

Desejamos, entretanto, destacar algumas contribuições que se tornaram indispensáveis para a realização da pesquisa de campo, que suporta o presente estudo. A Universidade Federal de Santa Catarina, ofereceu a maior parte dos recursos financeiros. O Smithsonian Institution, através dos Profs. Clifford Evans e Betty Meggers, deu-nos ânimo e alento ao oferecer suporte financeiro para a execução de uma parte específica do projeto. Os encarregados do posto indígena Ibirama, José Mota Cabral e Antônio Isaac Bavaresco, juntamente com suas famílias, acolheram-nos em suas casas, facilitando-nos ao máximo nossas tarefas. José Ferreira da Silva, diretor da Biblioteca Fritz Müller, de Blumenau, brindou-nos com dezenas de documentos. Eduardo de Lima e Silva Hoerhan, o admirável pacificador dos Xokleng, deu-nos muitas informações. Os colegas de trabalho na Universidade Federal de Santa Catarina, Profs. Marcílio Dias dos Santos, Luiz Carlos Halfpap e Alroino Baltazar Eble, à época Licenciandos, colaboraram diretamente em vários momentos da pesquisa de campo. O mesmo aconteceu com nossa esposa, Alair Schmidt dos Santos, que assim obteve farto material sobre a criança e a mulher Xokleng. E os índios, mes-

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

I – INTRODUÇÃO

1 – A pesquisa 11
2 – Índios no sul do Brasil? 15
3 – A problemática do índio no Brasil presente 19
4 – Preocupação com uma ciência utilitária 24

II – A TERRA E SUA OCUPAÇÃO

1 – Indicações sobre a ocupação indígena 28
2 – Os Xokleng como grupo tribal 30
3 – O território ocupado 33
4 – Frentes de conquista e povoamento do sul 39
5 – A colonização 48

III – A HISTÓRIA DO EXTERMÍNIO

1 – A colonização do território e os índios 54
2 – Primeiros ataques dos Xokleng às colônias 60
3 – Companhia de pedestres e tentativas de Catequese 65
4 – Batedores de mato e tentativas de aldeamento leigos 69
5 – As tropas de bugreiros 77
6 – Martinho Marcelino de Jesus: bugreiro de profissão 89
7 – A verdade sobre a selvageria dos Xokleng 97
8 – O índio como o terror do sertão 108

IV – A PACIFICAÇÃO

1 – O índio como problema nacional e a criação do Serviço de Proteção aos Índios 116
2 – A Liga de Defesa Patriótica e os trabalhos de Fric em Santa Catarina 120
3 – O SPI em Santa Catarina 126

tiços e civilizados da reserva indígena de Ibirama e do toldo São João dos Pobres ofereceram-nos sua hospitalidade e amizade, além da valiosa contribuição representada pelos dados referentes à experiência que estão a viver.

A versão original deste trabalho foi apresentada como tese ao título de Doutor em Ciências, junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. A Banca Examinadora foi integrada pelos Professores Drs. Egon Schaden, Roberto Cardoso de Oliveira, Luiz Pereira, Ruy Coelho e João Batista Borges Pereira, a quem devemos diversas sugestões, aproveitadas para o maior entendimento do texto, agora preparado para divulgação. Ao agradecermos a colaboração prestada por esses Professores, além da honra que proporcionaram, ressaltamos que as interpretações e as omissões constantes do presente trabalho são de nossa exclusiva responsabilidade. Tivemos ainda o auxílio de Jeanete Jensen Eble, Cecília Ráu, Alair Schmidt dos Santos, Abelardo Souza Hélio Lange e Gilberto Gerlach, que se encarregaram da preparação dos originais, elaboração de mapas e detalhamento da documentação fotográfica.

Florianópolis, março de 1973.

O Autor

4 – Eduardo de Lima e Silva Hoerhan: pacificação no Itajaí 143
5 – Fioravante Esperança: herói da proteção oficial 154
6 – Sobreviventes e arredios no presente 161

V – CONTATO E INTEGRAÇÃO

1 – De nômades a sedentários: a experiência de Hoerhan 173
2 – Vítimas de bugreiros e seu destino 185
3 – Terras para os índios sobreviventes 196
4 – Aspectos da cultura tradicional 208
5 – Discussão sobre a organização social 218
6 – O Posto Indígena e a integração 229

VI – ÍNDIOS E BRANCOS NUMA SOCIEDADE COMPETITIVA

1 – Caracterização econômica da sociedade envolvente 242
2 – A reserva indígena 248
3 – O Xokleng como produtor 258
4 – Ação de igrejas e escolas na reserva 270
5 – Competição e espoliação 279

VII – O FUTURO

1 – Ser índio ou ser pobre: um dilema 289

VIII – ANEXO I – Contribuição para a sobrevivência dos Xokleng: bases de um programa de ação 295

IX – BIBLIOGRAFIA 299

tiços e civilizados da reserva indígena de Ibirama e do toldo São João dos Pobres ofereceram-nos sua hospitalidade e amizade, além da valiosa contribuição representada pelos dados referentes à experiência que estão a viver.

A versão original deste trabalho foi apresentada como tese ao título de Doutor em Ciências, junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. A Banca Examinadora foi integrada pelos Professores Drs. Egon Schaden, Roberto Cardoso de Oliveira, Luiz Pereira, Ruy Coelho e João Batista Borges Pereira, a quem devemos diversas sugestões, aproveitadas para o maior entendimento do texto, agora preparado para divulgação. Ao agradecermos a colaboração prestada por esses Professores, além da honra que proporcionaram, ressaltamos que as interpretações e as omissões constantes do presente trabalho são de nossa exclusiva responsabilidade. Tivemos ainda o auxílio de Jeanete Jensen Eble, Cecília Ráu, Alair Schmidt dos Santos, Abelardo Souza Hélio Lange e Gilberto Gerlach, que se encarregaram da preparação dos originais, elaboração de mapas e detalhamento da documentação fotográfica.

Florianópolis, março de 1973.

O Autor

I – INTRODUÇÃO

1. A PESQUISA

A presente monografia objetiva esclarecer a experiência vivida por um grupo indígena do sul do Brasil, a partir do momento em que ocorreu o seu contato com os brancos. Ela é resultante de muito trabalho e cheia de amor pelo homem em estudo. Ela pretende oferecer dados concretos para o surgimento de medidas em favor dos integrantes do grupo e também fundamentar o estabelecimento de um indigenismo mais eficaz e atuante. (1)

Há muito tempo pretendíamos escrever este trabalho. O material empírico obtido durante os dez meses que passamos entre os Xokleng era farto. O que havia sido obtido durante uma centena de excursões aos locais onde o grupo vivera e de onde fora expulso também não era pequeno. Mas não lográvamos utilizá-los. Não conseguíamos um esquema lógico para ordenar a documentação numa linha que satisfizesse. Até que resolvemos utilizar o material para um estudo de caso que mostrasse como os Xokleng foram levados ao convívio com segmentos da sociedade nacional e quais os esforços que realizaram para sobreviver a essa situação.

Essa abordagem, além disso, permitia mostrar nossa admiração, carinho e respeito para com esses indígenas. Foi junto a eles que nossa esposa passou grande parte de sua primeira gravidez. Foi junto a eles que nosso filho mais velho aprendeu a andar. Foi junto a eles que aprendemos a valorizar a vida simples e o riso franco. Foi junto a eles que conseguimos entender a sociedade em que vivemos.

(1) – O termo indigenismo é usado de acordo com a conotação dada por Alfonso Caso (1964:339): "uma atitude e uma política e a tradução de ambas em ações concretas".

A pesquisa que suporta o estudo resultou de um projeto que formulamos na Divisão de Antropologia do Museu Nacional, da cidade do Rio de Janeiro, e que apresentamos como conclusão do curso de especialização em Antropologia Cultural e Sociologia Comparada, em março de 1963. Inicialmente o projeto de nossa autoria tomou o nome de "Os Grupos Jê em Santa Catarina" e pretendia focalizar as relações mantidas entre os grupos tribais sobreviventes e os brancos, além de uma análise comparativa da sua organização social.

Os trabalhos de pesquisa de campo se iniciaram em maio de 1963. Nesse mês realizamos uma ligeira excursão ao sul do estado de Santa Catarina, visitando locais onde se poderia obter dados sobre o extermínio praticado por bugreiros; sobre índios que foram capturados e que lograram sobreviver entre os brancos; sobre alguns índios arredios que no ano de 1949 haviam sido atraídos por funcionários do antigo Serviço de Proteção aos Índios. E, no mês de julho, partimos para visitar a reserva indígena de Ibirama. Foi nesse momento que a pesquisa propriamente começou. A primeira visão da reserva indígena e de seus habitantes muito nos impressionou. O mesmo aconteceu com todo o vale do Itajaí, onde a reserva se situa. A diferença do ambiente e o contraste de culturas que tivemos oportunidade de conhecer nos marcou definitivamente. Chegamos à reserva depois de uma estada em Blumenau e Ibirama. Ali realizamos levantamentos bibliográficos e documentais. Um precário ônibus, que nos dias de bom tempo ligava a localidade de Barra do Prata à sede municipal, passando pelo interior da reserva, serviu para atingirmos a sede do posto indígena. A distância de 52 quilômetros que separava o posto da sede municipal, devido à precariedade da estrada e do veículo, foi vencida durante toda uma tarde. Ao final de trinta dias de trabalho exaustivo, por força de compromissos didáticos junto à Universidade e porque o mau tempo não permitia o tráfego de veículos motorizados, saímos da reserva utilizando carroça. Realizamos o trajeto de volta, Ibirama – Blumenau – Florianópolis, em ônibus. Trouxemos vários artefatos do grupo indígena e isto se tornou o início das coleções etnográficas hoje existentes no Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Regressamos seguidamente à reserva nos meses de janeiro e fevereiro de 1964; em julho de 1965, em janeiro, fevereiro e julho de 1966; em janeiro, fevereiro e julho de 1967. E daí para cá, temos anualmente realizado pelo menos uma ligeira visita à reserva. No início fazíamos as excursões de pesquisa utilizando

transporte coletivo. Na reserva, para a movimentação de um local para outro, éramos obrigados a caminhadas enormes. Tínhamos também grandes limitações orçamentárias para a realização de excursões. Os escassos auxílios obtidos mal davam para fazer frente às despesas de alimentação e hospedagem. Com o correr das sucessivas expedições, foi possível a obtenção de melhores condições para a realização da pesquisa. A Universidade Federal de Santa Catarina começou a favorecer com prontidão as solicitações orçamentárias e materiais. A Division of Anthropology of the Smithsonian Institution, localizado em Washington, USA, através dos professores Clifford Evans e Betty Meggers, ofereceu um auxílio para a realização específica de uma parte do projeto (1). Algumas instituições oficiais, e também particulares, começaram a nos favorecer com toda uma enorme e diversificada ajuda. Particularmente obtivemos um veículo e isto veio proporcionar a mobilidade requerida pela pesquisa.

Ao mesmo tempo em que as condições de trabalho melhoravam, também se modificavam vários aspectos do sistema de comunicações da região. Nas primeiras idas à reserva, partíamos de Florianópolis com destino a Blumenau e aí pernoitávamos. No dia seguinte, seguíamos para Ibirama. E no terceiro dia é que chegávamos à reserva. A distância entre a capital e a reserva indígena era de aproximadamente 300 quilômetros, mas não havia conexão entre o sistema de transporte, nem tão pouco tráfego direto. Daí as baldeações e a demora. As estradas eram precaríssimas, sendo pavimentado apenas o trecho entre Blumenau e Itajaí. Na zona rural não havia energia elétrica. Na reserva apenas uma família indígena e dois funcionários possuíam rádios, mantidos à pilha. O tráfego de veículos através da reserva limitava-se a alguns poucos caminhões que se dedicavam ao mister de transportar toras de madeira, quando ocorria tempo favorável. E tudo isto foi se modificando. Hoje é possível se atingir a reserva indígena, partindo-se de Florianópolis, em apenas 4 horas. Somente cerca de 50 quilômetros de estrada, entre

(1) – Os resultados obtidos na execução desse sub-projeto foram publicados com o título "A Integração do Índio na Sociedade Regional – a função dos postos indígenas em Santa Catarina", Imprensa Universitária, 1970, Florianópolis.

a sede de Ibirama e a reserva, não estão asfaltados. Esse trecho, que outrora era praticado somente em temporadas de bom tempo, foi inteiramente reconstruído, oferecendo tráfego seguro a qualquer momento. A luz elétrica chegou à reserva. E os indígenas no ano de 1970 tiveram oportunidade de assistir, com toda a Nação, às transmissões via satélite da "copa do mundo". A televisão chegou também aos índios, embora na forma de "chamariz de freguesia", nas bodegas localizadas nas vizinhanças da reserva.

No entremeio das permanências na reserva indígena de Ibirama, aproveitamos todas as oportunidades para visitar os muitos lugares que outrora haviam sido ocupados pelos Xokleng e sobre o que havia possibilidade de se obter informes. A área localizada entre o litoral e o planalto, da altura de Paranaguá, no estado do Paraná, até as proximidades de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi assim intensamente percorrida. Realizamos, também, em julho de 1964, uma excursão ao planalto em busca de contato com os indígenas aldeados no rio dos Pardos, município de Matos Costa. No ano de 1968, realizamos uma permanência de dois meses entre índios Kaingang aldeados na reserva existente no município de Xanxerê. No caso, pretendíamos a continuação do projeto na sua forma inicial. Contudo, acabamos por reconhecer que não havia possibilidade de darmos seguimento à parte do projeto no referente a comparações entre a organização social dos remanescentes Xokleng e Kaingang. As dificuldades que enfrentávamos para aprender as línguas indígenas, além da própria precariedade com que estavam em operação os sistemas de nominação e parentesco, levaram-nos a uma reorientação do projeto inicial. Passamos a dar o máximo de atenção para entender os grupos em estudo em suas relações com os integrantes da sociedade nacional. E daí o surgimento do presente estudo de caso. Estudo de caso destinado a mostrar todo o processo vivido por um grupo indígena ao ter seu território tradicional pretendido e conquistado por integrantes da sociedade nacional ou a ela incorporados. Estudo de caso revelador de mil e uma facetas pouco conhecidas da penetração da civilização ocidental no sul do continente americano.

Outros aspectos se fizeram presentes e merecem ser ressaltados. O regime de trabalho a que estávamos sujeitos, impossibilitava estender as investigações de campo além dos períodos de férias escolares. Em poucas ocasiões tivemos recursos para manter informantes à nossa disposição. E em outras oportunidades logramos a obtenção de excepcionais condições de trabalho,

quando algum membro do grupo indígena aparecia em Florianópolis para realizar uma visita de cortesia. (1)

O destaque desses detalhes faz-se importante. Em primeiro lugar, porque o estudioso sempre está obrigado a esclarecer em que circunstâncias obteve os dados que está a apresentar. Em segundo lugar, a experiência permite aos iniciandos o aproveitamento dos caminhos já trilhados. Ao esclarecer as dificuldades, limitações e arranjos que foram feitos no correr dos nove anos que estamos a mexer nesse tema, pretendemos também dar idéia das condições de trabalho dos professores de ensino superior. Nesse sentido, a contínua proliferação de escolas, a permanente expansão das matrículas e a visão burocratizante que muitos têm do ensino, tornam-se justificativas para a falta de atenção e recursos para a pesquisa. Paradoxalmente se deseja formar mão de obra de nível superior para responder aos anseios de progresso da Nação e, ao mesmo tempo, se descura do mais importante setor para preparar a mão de obra requerida. O resultado disto acaba se manifestando numa mão de obra que não será certamente do nível superior desejado. Na elaboração dos dados e redação deste estudo, sofremos evidentemente com essas imposições.

2. ÍNDIOS NO SUL DO BRASIL?

Quando se fala da existência de indígenas no sul do Brasil, muitas pessoas ficam surpresas. O sul é sempre focalizado como uma das áreas mais desenvolvidas do país e onde ocorre um sistema de ocupação da terra de modo mais ou menos homo-

(1) — Em todo o correr da pesquisa de campo, como na elaboração do presente trabalho, embora tivessemos tido a colaboração de muitas pessoas, as tarefas sempre foram cumpridas em regime de artesanato — Wright Mills (1969:211/246) esclarece essa maneira de trabalhar sob o título "Do Artesanato Intelectual", dizendo que "(...) os pensadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual que escolheram não separam seu trabalho de suas vidas. Encaram ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra (...). A erudição é uma escolha de como viver e ao mesmo tempo uma escolha de carreira, quer saiba ou não o trabalhador intelectual forma seu próprio eu à medida que se aproxima da perfeição, de seu ofício (...). Isso significa que deve aprender a usar a experiência de sua vida no seu trabalho continuamente. Nesse sentido, o artesanato é o centro de si mesmo e o estudante está pessoalmente envolvido em todo o produto intelectual de que se ocupe (...)".



O BRASIL e sua região sul.

gêneo. Existe uma enorme concentração demográfica. Na área predomina o elemento branco, (1), originário de correntes migratórias que nos últimos cento e cinqüenta anos ali se instalaram. O sul é lembrado pelo vestuário do gaúcho; pela araucária; pelo café; pelas geadas e, às vezes, pela neve. O sul aparece ainda estereotipado nos "slogans" que sempre lembram trabalho, prosperidade, paz e pressa. O sul tem a imagem, às vezes, de um Brasil particular: de um Brasil branco, rico e dominador. E se assim é, como se vai admitir a existência aí de indígenas?.

Devemos confessar que somente fomos tomar conhecimento da existência de minorias tribais nos estados do sul quando realizávamos curso de especialização em Antropologia. Sabíamos, por estórias e casos narrados por saudosos membros da família, que os índios haviam vivido aqui. Mas não tínhamos conhecimento de sua existência ainda. Talvez, a razão desse desconhecimento fosse nossa precária vivência do interior. Talvez, fosse a falta de informação bibliográfica, que em particular nos livros didáticos ainda continua em dias do presente a apresentar o indígena como um personagem histórico e, portanto, desaparecido.

Os indígenas conseguiram sobreviver no sul do Brasil. E alguns grupos, por incrível que possa parecer, lograram se manter arredios ao convívio com os brancos até nossos dias. No Paraná, por exemplo, no ano de 1956 foram localizadas duas dezenas de índios Xetá, que viviam na serra de Dourados. A penetração que então se fazia na região tinha como motivo a expansão das culturas de café e, isto, reduziu as florestas que serviam de abrigo e refúgio para aqueles silvícolas em fazendas e sítios de cultivo da rubiácea. Em Santa Catarina, nas vizinhanças do litoral próximo a sua capital, nas florestas que cobrem a chamada serra do Taboleiro, existem indícios reveladores da presença de um pequeno grupo Xokleng. E há poucos meses obtivemos uma notícia referente à existência de outro grupo arredio, do qual não se conhece detalhes sobre sua filiação tribal, nas florestas vizinhas às cataratas do Iguaçu, no Paraná. A exis-

(1) – Os termos "branco" e "civilizado" são empregados como sinônimos e servem para indicar os componentes da sociedade nacional de um modo genérico. O termo "branco", pois, inclue pessoas que eventualmente podem pertencer a um outro "grupo racial" ou a outro "grupo étnico". Contudo, no correr do trabalho, quando é necessário especificar este ou aquele grupo de civilizados utilizam-se termos como "alemães", "caboclos", "italianos" ou "imigrantes", prestando-se, quando cabem, os devidos esclarecimentos.

tência desses pequenos e estóicos grupos silvícolas que realizam esforço para continuar a viver segundo suas tradições, leva-nos a várias meditações sobre o homem e seus padrões culturais de independência, submissão, domínio e medo. No caso dos Xokleng, a resistência que opuseram à penetração dos brancos em seu território, a capacidade que revelaram ao conseguir desenvolver técnicas de guerra que lhes permitia manter ocupados e amedrontados os brancos numa extensa área territorial, além da existência até aos dias do presente de um grupo que não aceitou o convívio, demonstram que esses silvícolas são homens por inteiro. Por isso só podem ter nossa admiração.

Além desses poucos mas significativos indígenas arredios, vivem aldeados em 19 postos mantidos pela Fundação Nacional do Índio, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cerca de 7.869 silvícolas (1). É provável, ainda, que um número razoável de indígenas viva disperso e acomodado no meio rural. Sobre esses possuímos dados muito superficiais e que não nos permitem a formulação de um quadro esclarecedor. Todos os indígenas aldeados em postos, como os distribalizados, podem ser classificados como índios integrados, ou seja índios que "tendo experimentado todas as compulsões (..) e conseguido sobreviver, chegaram (...) ilhados em meio à popução nacional, à cuja vida econômica se haviam incorporado como reserva de mão de obra ou como produtores de certos artigos de comércio (...)" (2).

Esse contingente indígena deixa de ter significação quando o relacionamos com a população dos estados do sul, estimada em 16.996.000 habitantes em 1969 (3). Da mesma maneira a população indígena não tem representatividade perante ao potencial de produção e consumo da região. O estado de Santa Catarina, onde se encontram localizados os Xokleng, possui uma área de 95.483 km2. A sua população em 1970 era de 2.910.847 habitantes, com uma densidade média de 30,5 habitantes por km2. No decênio 1960/70, a taxa geométrica de incremento médio anual foi de 3,1%, permitindo o aumento real da população em 781.595 pessoas. 43% da população do Estado, em 1970,

(1) – Dados fornecidos pela 4- Delegacia Regional da Funai, sediada em Curitiba, em 1971.
(2) – Ribeiro, D., 1957:13.
(3) – Fundação Getúlio Vargas, Cetrhu, 1971

vivia em área urbana (1). A população de Santa Catarina em 1970 representava 3,14% da população do país, calculada em 92.237.570 habitantes (2). O produto interno bruto (PIB) era estimado em 900 milhões de dólares, em 1970 (3). Perante todo esse potencial, quase desaparecem os prováveis 1.800 indígenas que sobrevivem no Estado (4).

3. A PROBLEMÁTICA DO ÍNDIO NO BRASIL PRESENTE

Os indígenas que sobrevivem no Brasil somam no presente a um máximo de 99.700 indivíduos, que formam a população de 143 tribos (5). A diversidade com que esses indígenas se apresentavam perante os integrantes da sociedade nacional, originou maneiras específicas para classificá-los. Deve-se levar em conta a situação com que o grupo mantém relações com a sociedade nacional (níveis de integração); deve-se considerar a língua falada pelo grupo que se deseja referir (classificação lingüística); deve-se apontar em que área cultural o grupo se incorpora (áreas culturais) (6).

A par desses esquemas de classificação, os indígenas estão sujeitos a uma conjuntura específica: a de viverem ocupando parcelas de um território que os brancos pretendem ter domínio. O contato e o convívio com os brancos é assim inevitá-

(1) – Estado de Santa Catarina, Diagnóstico da Situação Educacional, 1971:2
(2) – Estado de Santa Catarina, Economia Catarinense, 1971:21
(3) – Estado de Santa Catarina, Projeto Catarinense de Desenvolvimento, 1971:19
(4) – Segundo os dados fornecidos pela 4- Delegacia da Funai, em Xanxerê, estão aldeados 1.091 indígenas e em Ibirama 624 indivíduos. Não há referência aos índios arredios, aos integrantes do Toldo de São João dos Pobres, em Matos Costa, nem tampouco aos índios dispersos na zona rural. Esses dados, entretanto, a nosso ver ainda são otimistas e no caso particular de Ibirama não são compatíveis com o censo que realizamos, em 1964.
(5) – Ribeiro, D., 1957: 2 e 43.
(6) – Os níveis de integração são os seguintes: isolado, contato intermitente, contato permanente e integrado, Ribeiro, 1957:7/14. A classificação lingüística dos indígenas brasileiros reúne a maioria das tribos nos seguintes troncos lingüísticos: Tupi, Aruak; Karib; Jê; Pano e Xirianá. Algumas tribos não se incluem nesses troncos e sobre outras as informações disponíveis são mínimas não permitindo a sua classificação, Malcher, 1962: 11. As áreas culturais indígenas do Brasil agrupam as várias tribos por certas características culturais. Segundo Galvão, 1960, existem onze áreas culturais indígenas no Brasil.

vel para os silvícolas. A análise dessa situação particular deu origem a vários estudos, todos tentando explicar o processo de mudança cultural a que os indígenas se submetem. Paralelamente aos estudos específicos de Antropologia, desenvolveu-se no Brasil uma série de medidas concretas de ação, envolvendo os indígenas. O Serviço de Proteção aos Índios, instalado no país em 1910, realizou dezenas de pacificações e abriu milhares de hectares de terras para a ocupação pacífica pelos integrantes da sociedade nacional. O Serviço fez desaparecer, paralelamente, algumas formas vís pelas quais a sociedade nacional se impunha aos silvícolas. O Serviço de Proteção aos Índios fez diminuir a intensidade com que os bugreiros eram convocados para solucionar "o problema indígena". O Serviço de Proteção aos Índios salvou muitas tribos do desaparecimento total, pela assistência praticada; pela reservação de terra; pela proteção enfim. Mas o SPI se burocratizou e acabou se envolvendo na prática de ações francamente anti-indígenas. Na década de sessenta, o SPI havia caído tanto em seus objetivos que o governo federal se viu obrigado a tomar medidas contra boa parte de seus servidores e a promover a sua reorganização. Surgiu, assim, a Fundação Nacional do Índio.

Enquanto o Serviço de Proteção aos Índios se burocratizava e decaía, as ciências sociais no Brasil, entre elas a Antropologia, tomavam alento e força. A cada ano, o número de pesquisas aumentava e mais refinados se tornavam os instrumentos teóricos de trabalho do estudioso. A bibliografia em língua portuguesa sobre ciências sociais, embora ainda pobre, cresceu de modo vertiginoso. E milhares de jovens estão a freqüentar cursos Universitários que incluem em seus currículos o estudo de ciências sociais. Além disso, enquanto o serviço oficial encarregado da prática de ações destinadas à assistência e proteção do silvícola ficava submetido a toda uma ordem de fatores internos, a Antropologia como ciência crescia também a custa do esforço desenvolvido em vários outros países. A distância entre os burocratas encarregados de praticar o indigenismo oficial e os estudiosos das ciências sociais que se preocupam com os silvícolas passou assim a aumentar continuamente.

A problemática indígena dia a dia se torna mais dramática. O Brasil, como Nação, está colocando em prática arrojados projetos de expansão econômica, em busca de progresso. As decisões são tomadas cada vez mais frente a variáveis econômicas. E o vulto dos investimentos, ao lado das expectativas pelos resultados, fazem desaparecer para muitos administradores a importância humana, social e cultural dos silvícolas. No mo-

mento, a marcha para oeste, que há muito vem se promovendo no Brasil, está recebendo novos estímulos. Áreas que refugiavam os últimos grupos silvícolas arredios estão sendo definitivamente conquistadas. Estradas, campos de pouso, projetos de colonização, levam para o interior um número cada vez maior de civilizados. Meios modernos de detecção, desvendam o potencial do solo e do subsolo e planos são rapidamente formulados para incorporar territórios virgens à economia da Nação (1). O país quer crescer e no avanço submete as sociedades tribais que subsistem. Para cuidar das populações integrantes dessas sociedades, a Fundação Nacional do Índio pretende estar em ação.

A política indigenista de um país deve refletir uma série de objetivos e concepções que têm a sociedade envolvente sobre os estoques tribais que sobrevivem em seu território. No Brasil, a Fundação Nacional do Índio sofre de vários conflitos de concepção, muitos deles discutíveis quanto à sua validade, a partir do que se sabe a respeito do processo de mudança cultural. Questões como "saber se o índio deseja se civilizar?"; "se compete à sociedade nacional decidir sobre o destino de uma minoria"?; "se convém institucionalizar uma polícia indígena"? ou "preparar índios para as profissões de mecânico, torneiro, eletricista", estão sendo respondidas com uma segurança temerária por parte da Fundação Nacional do Índio. Paralelamente, declarações atribuídas a altos dirigentes da Fundação Nacional do Índio afirmando que "a assistência ao Índio deve ser a mais completa possível, mas não pode obstruir o desenvolvimento nacional (..)" (2); ou que a Funai "não permitirá a formação de quistos étnicos" (3), ou, ainda, que" não podemos gastar 5 a 8

(1) – Um desses casos seria a exploração de cassiterita no sudoeste da Amazônia, no norte do Mato Grosso e em Rondônia, nos termos de empreendimento promovido pela empresa Paranapanema que "Lidera um grupo de sete empresas que detém provavelmente as mais ricas jazidas de cassiterita do mundo (...) numa área de 400.000 hectares (...)" (Revista Veja nº 161, de 6/10/71). Outro seria o projeto de mineração na serra de Carajás, no Pará, onde vivem os Paracanãs, em execução pela Cia Vale do Rio Doce em associação com a United States Steel, segundo notícia de Visão, vol. 38, nº 8, de 25/4/71.

(2) – O Estado de São Paulo, 22/5/71, artigo "Assistir o índio, sem frear o desenvolvimento".

(3) – O Estado de São Paulo, 28/3/71, artigo "Índio: integração é problema étnico?"

anos de "namoro" com tribos indígenas isoladas, pois isso atrasaria a execução do Plano de Integração Nacional (..)" (1); vieram aumentar a distância que separa os responsáveis pela política indigenista e os que têm interesse no índio sob o ponto de vista teórico, mas que não podem, nem devem, deixar de olhá-lo também como ser humano.

Essas posições evidentemente não fundamentam um indigenismo baseado nas ciências sociais. Tampouco atendem aos compromissos que o Brasil assumiu ao assinar, em 1966, o Convênio 107, da Conferência Internacional de Trabalho, referente à proteção e integração das populações indígenas. Da mesma maneira, ainda, essas posições não correspondem às idéias que os cientistas e humanistas nacionais preconizam. Os documentos "Os índios e a ocupação da Amazônia" (2) e "Moção da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência" (3) testemunham isto.

A situação do indígena tem sido também focalizada em diversas reuniões internacionais, que incluem em seus temários as ciências sociais. Nesse sentido o problema é preocupação mundial e especificamente tem se ressaltado as responsabilidades dos estados nacionais sobre as minorias tribais que vivem em seus territórios. No 39º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em agosto de 1970, em Lima, Peru, por exemplo, o assunto foi exaustivamente tratado (4). Um outro documento, nessa linha, é a Declaração de Barbados "Por la Liberacion del Indígena", de 1971 (5). Como não poderia deixar de acontecer, o tema passou a ser utilizado para a exploração política, acompanhado de acusações de que o país está a praticar etnocídio e genocídio. Isto levou o governo federal a providên-

(1) – O Estado de São Paulo, 1/5/71, artigo "A Funai quer logo o Indio aculturado".

(2) – São Paulo, 19-5-71, divulgado in O Globo, Rio de Janeiro, 15-6-71.

(3) – Curitiba, 8-7-71, XXIII Reunião de SBPC.

(4) – Veja-se Actas del XXXIX Congresso Internacional de Americanistas, 2-9 agosto de 1970, LIMA, Peru, in Anuario Indigenista, vol. XXX, dez, 1970, México;

(5) – IN LA SITUACIÓN DEL INDÍGENA EN AMERICA DEL SUR, TIERRA NUEVA, Uruguay, 1972.

cias de esclarecimento público (1). O governo promoveu também a elaboração de um ante-projeto do "Estatuto do Índio" (2). Esse documento, entretanto, deixou de lado diversos aspectos fundamentais às minorias tribais do país, provocando críticas dos especialistas internacionais (3). Estamos informados que a Fundação Nacional do Índio está promovendo a elaboração de um documento substitutivo.

Até certo ponto, a problemática indígena tem sido bastante debatida. Contudo, raras foram as oportunidades em que cientistas sociais e administradores se reuniram para participar das discussões. As críticas e as decisões são formuladas ou tomadas quase sempre de modo unilateral. Deve-se compreender que o destino dos povos tribais e as condições de vida e trabalho a que se acham submetidos são assuntos que a Antropologia não pode desprezar. Deve-se entender que qualquer pessoa interessada em ciências sociais tem a obrigação de se preocupar com os "primitivos". Deve-se aceitar também que o administrador está atuando num quadro em que é necessário agir com rapidez para a deflagração de ações que visam o alcance de melhores níveis de bem estar para os integrantes da sociedade nacional. Se isto é certo, necessário se torna a aproximação do cientista social com o administrador. Acreditamos que somente pela união de esforços dessas duas figuras será possível se encontrar fórmulas razoáveis de ação indigenista. Sabemos também que várias contradições emergem do sistema que norteia nossa sociedade. Mas esperamos que uma delas não seja a minimização da importância e responsabilidade que temos para com os "povos indígenas", pois isto será negar boa parte do humanismo que nossa própria sociedade pretende possuir. E evidente, também, que não escolhemos conscientemente os papéis que nos cabem na sociedade. É evidente que nossa geração não é conquistadora porque assim o deseja. Nós estamos em maioria a representar papéis não escolhidos. Contudo, na medida em que

(1) – O governo promoveu a visita ao Brasil de jornalistas estrangeiros, permitindo-lhes o livre acesso às áreas indígenas. Distribuiu também o governo, informações em suas embaixadas sobre os vários processos que foram movidos contra funcionários do antigo SPI.

(2) – Projeto nº 2.328, de 1970, apresentado a Câmara dos Deputados pela Mensagem nº 351-70, do Poder Executivo à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

(3) – Veja-se a Resolução nº 8 da AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION, in news letters of the AAA, Vol. 12 nº 1, january 1971.

temos a nossa disposição dados e informações; na medida em que reconhecemos a existência de todo um processo de dominação, destinado a sujeitar minorias, temos a obrigação de reconhecer que atitudes inteligentes devam ser tomadas para se alterar o quadro em questão. É possível que isto seja utópico. Mas é o mínimo aceitável, que em termos honestos se pode pretender.

4. PREOCUPAÇÃO COM UMA CIÊNCIA UTILITÁRIA

As ciências sociais constantemente estão a fornecer respostas para se solucionar problemas apresentados pelas sociedades humanas. Contudo essas respostas, até o momento, têm sido muito insignificantes se comparadas com as soluções oferecidas para uma outra ordem de problemas pelas ciências exatas. A grande questão que diferencia os êxitos entre os dois tipos de ciência, a nosso ver, se encontra nas categorias de problemas que são tratados. As primeiras tratam com problemas culturais e sociais, especificamente humanos, e por isso bastante mutáveis e inadequados eticamente para experimentação. As segundas tratam de problemas do mundo natural, aberto a todas experiências.

No caso particular da Antropologia, e especialmente quando se trata da sobrevivência de povos tribais na época que estamos a viver, as limitações apresentadas pelos estudiosos aumentam de modo flagrante. Nesse aspecto, em recente documento elaborado por antropólogos que se preocupam com o destino do indígena na América Latina, afirmou-se que "Desde su origen la Antropologia ha sido instrumento de la dominación colonial, ha racionalizado y justificado en términos académicos, abierta o subrepticiamente, la situación de dominio de unos pueblos sobre otros, y ha aportado conocimientos y técnicas de acción que sirven para mantener, reforzar ou disfrazar la relación colonial. América Latina no ha sido excepción y con frecüencia creciente programas nefastos de acción sôbre los grupos indígenas y esterotipos y distorsiones que deformam y encubren la verdadera situación del indio pretenden tener su fundamento científico en los resultados del trabajo antropológico (1)"

Quando se trata de pesquisas realizadas no Brasil sobre o indígena, não se pode deixar de considerar a importância que nesses estudos tem tomado os aspectos práticos. A maioria dos estudiosos sempre se preocupou com a solução de problemas que

(1) – Declaração de Barbados 1971: 5/6.

permitissem ao grupo estudado melhores condições de sobrevivência e de relacionamento com a sociedade envolvente. É verdade que na maioria das vezes, entretanto, não conseguiram ver transformar em realidade suas sugestões. Mas a própria designação que costumam fazer os estudiosos aos componentes da tribo que estudam no sentido possessivo-"os meus índios" ou "a tribo de fulano" -,já seria suficiente para aceitarmos como geral a amizade e o carinho que os estudiosos dedicam aos indígenas. Isto, portanto, já os obrigariam a tomar posição sempre que se fizessem necessárias medidas concretas de defesa do grupo, de seus interesses e de suas tradições.

Mas ao abordarmos os "compromissos" do antropólogo com os grupos que estuda no Brasil, é necessário acrescentar que no país praticamente não existem profissionais nesse mister. O que temos no Brasil são professores que ensinam Antropologia. Estes, por várias motivações, entre outros assuntos, se dedicam ao estudo de minorias. E na quase totalidade dos casos, esses professores estão sujeitos a condições de trabalho que preliminarmente enfatizam as suas obrigações docentes. Dessa maneira, existe um número muito reduzido de pessoas que tem possibilidades de formular um projeto de pesquisa para desenvolver junto a um grupo tribal qualquer (1). Devido a isto, mesmo quando no país inteiro estão a se multiplicar as escolas de nível superior e assim ampliando-se as oportunidades de ensino de Antropologia, é tão reduzido o número de estudos sobre o indígena brasileiro e especialmente preocupados com os problemas que ele está a viver.

Ao mesmo tempo que vimos a falta de concentração de esforços num setor em que as tarefas a cumprir são urgentes, devemos notar também a complexidade com que as sociedades indígenas se apresentam ao estudioso. Dificilmente um etnólogo admite ter realizado um estudo completo sobre o grupo a que se dedicou. Ao mesmo tempo, e por que a tarefa foi cumprida em termos de atividade secundária, entre a coleta dos dados no campo e a elaboração e publicação do trabalho final, pode ocor-

(1) – Na década de cinqüenta, Ribeiro já dizia que "(...) no Brasil, até recentemente, só museus e universidades incluiam em seus quadros uns poucos cargos de etnólogos. Hoje, o Serviço de Proteção aos Indios também ocupa alguns. Em conjunto, porém, somos muito poucos para tarefas tão vastas é improvável que este quadro venha a sofrer acréscimos consideráveis nos próximos anos. Assim sendo, se torna necessário aumentar as oportunidades de financiamento para pesquisas de especialistas independentes e, sobretudo, estimular uma colaboração ainda maior de etnólogos de outros países". (Ribeiro, D., 1957:58).

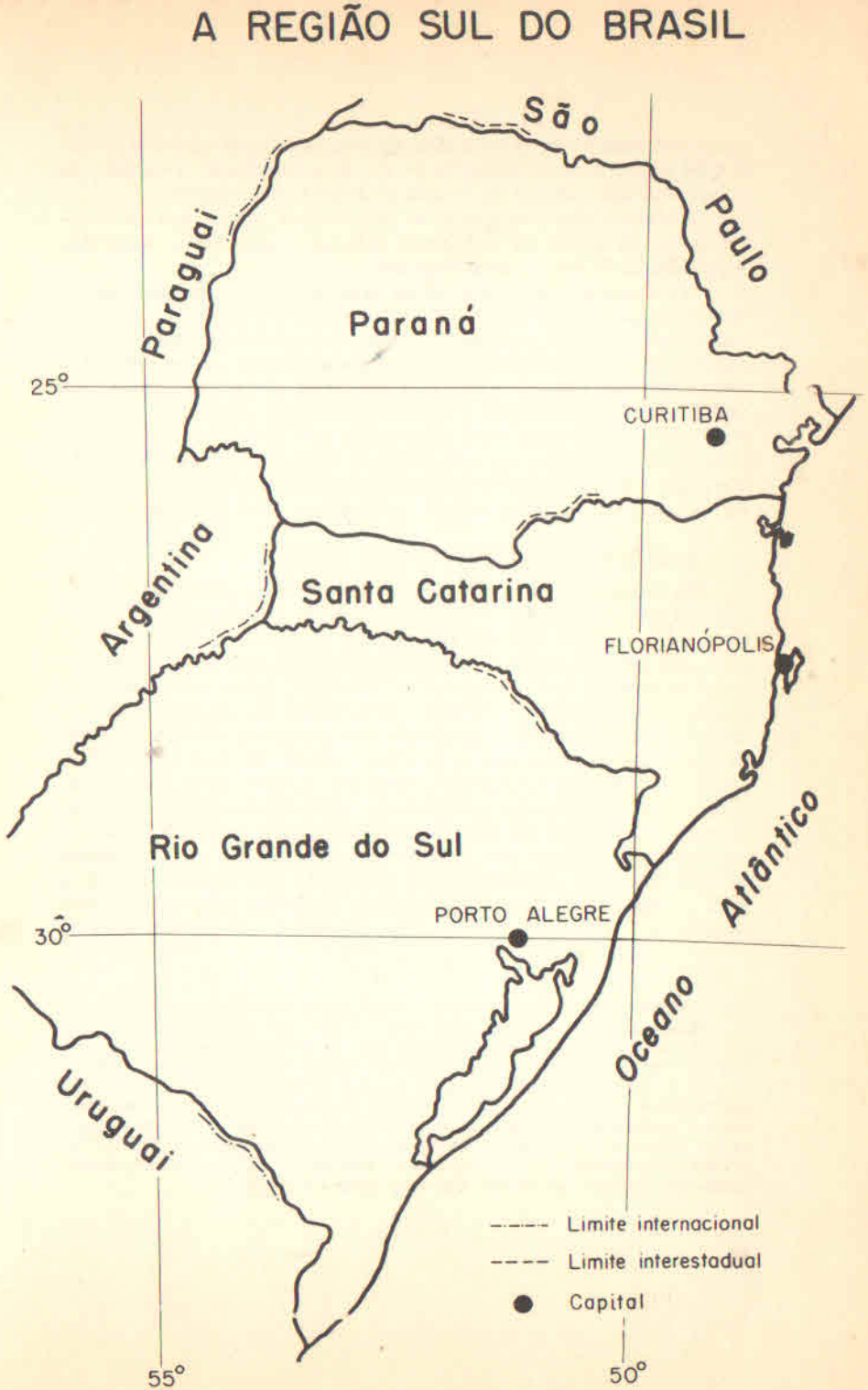
rer um espaço de tempo razoável, e durante o qual vários fatores novos podem se fazer presentes. Afinal estamos vivendo numa época em que são rápidas as mudanças. Tudo isto leva o estudioso a cautela e a limitações. Ele, por ter consciência que sabe pouco, não deseja estabelecer generalizações (1). É nessa altura, quando aparece o administrador, com sua preocupação e necessidade de tomar decisões imediatas, que a distância entre este e o cientista se torna enorme e o diálogo quase impossível.

Essas limitações apresentadas pelos especialistas brasileiros, no trato do problema indígena, são até certo ponto compensados pela atividade de pesquisadores estrangeiros que escolhem o Brasil como área de estudo. Mas, assim mesmo, uma outra ordem de problemas se faz presente, especialmente em termos de ação indigenista. Esses especialistas, por sua condição de estrangeiros, ficam inibidos muitas vezes de apresentar suas sugestões, por não desejarem confundir suas preocupações com possível interferência em assuntos de administração interna do país. E, por outro lado, quando esses mesmos especialistas são convidados oficialmente a dar sua contribuição, eles o fazem em maioria a partir de um quadro de referências que não explica adequadamente a realidade.

De qualquer modo, deve-se aceitar a idéia de que a Antropologia que se realiza no Brasil integra a ciência internacional. Nesse sentido, somos de opinião que não há um estudioso brasileiro ou estrangeiro. Há apenas o cientista, preocupado em abordar, descobrir e ordenar o mundo que o cerca. Mas é lógico que se pode pensar em localizar nessa ciência internacional uma problemática particular, referente por exemplo, à sobrevivência e ao destino dos indígenas que vivem no Brasil. Nesse sentido, mesmo tendo-se em conta que vários fatores possam estar dificultando e inibindo o estudioso de Antropologia, é fundamental o embasamento científico de qualquer programa indigenista. E somente a Antropologia poderá fornecê-lo. A Antropologia é uma ciência nova entre nós. Ela dispõe de um instrumental teórico que dia a dia está sendo refinado. Ela é uma ciência que pretende entender o homem e o mundo natural onde ele vive. A sua preocupação com minorias tribais é apenas um item de toda uma complexa lista de interesses. Mas, ao nosso ver, é o seu

(1) – "(...) O estudo dos fenômenos aculturativos em tribos de índios brasileiros não tem sido ainda aprofundado a um ponto tal que o cientista seja realmente capaz de converter os conhecimentos do processo em recomendações ou sujestões de utilidade para o administrador" Schaden, 1968:77.

principal tema. Nenhuma outra ciência tem para com o "primitivo" tantos compromissos quanto a Antropologia. E naturalmente é a Antropologia que cabe se dedicar à criação de bases que permitam o surgimento de medidas concretas de ação, pois além de todos os compromissos, ainda subsiste o fato de ser a sobrevivência indígena um problema humano e não se poderá jamais deixar de considerá-lo prioritário.



II – A TERRA E SUA OCUPAÇÃO

1. INDICAÇÕES SOBRE A OCUPAÇÃO INDÍGENA

A área que nos interessa estudar, localizada aproximadamente entre os 25º e 30º de latitude sul e 49º e 53º a oeste de Greenwich, à época da descoberta, era habitada por grupos indígenas. No litoral, predominavam Tupi-Guarani, logo denominados de Carijó. No interior, nas florestas dos vales e da encosta e no planalto, viviam os Xokleng e os Kaingang, ambos integrantes do grupo lingüístico Jê. É provável, entretanto, que outros grupos tribais realizassem incursões nesse território. Conforme dissemos em outro lugar, (Santos, 1970: 159): "Os Carijó se espalhavam no litoral (...) ocupando a lagoa dos Patos e a baía de Paranaguá. Os Xokleng tinham campos de caça que se estendiam ao Rio Grande e às proximidades dos campos de Curitiba e Guarapuava. Os Kaingang disseminavam-se pelo norte do Rio Grande, pelos campos de Palmas, sertões do Tibagí e Ivaí e penetravam em São Paulo. Não se pode pensar, assim, que as tribos tinham um território definido, nem muito menos que elas formassem um único grupo local".

Mas o território em questão já há muito vinha sendo ocupado por grupos tribais. Grupos sobre os quais temos escassas notícias, surgidas das poucas investigações que se processam em locais onde deixaram vestígios de sua presença. Beck (1970:151) admite que "os primeiros grupos humanos a penetrarem em território de Santa Catarina fossem grupos caçadores e coletores, que teriam atingido a região através do vale do Rio Uruguai. Isto por volta de 5.500 AC. Posteriormente, o Litoral, em face dos amplos recursos alimentares de que dispunha, teria servido como pólo de atração, abrigando populações diversificadas e por um longo período de tempo. O povoamento do litoral iniciou-se, provavelmente, cerca de 3.000 AC. estendendo-se praticamente, até a chegada dos grupos europeus. Os grupos humanos pescadores e coletores, pré-ceramistas, foram substituídos por grupos ceramistas, talvez agricultores, por volta de 1.000 AD."

Tudo indica que os europeus vieram interromper um fluxo de povoadores indígenas, de tradição Tupi-Guarani, que estavam a demandar as terras do litoral. E, logo após a chegada, os euro-

peus trataram de engajar a mão de obra indígena em seus projetos de exploração econômica. Para tanto, iniciaram a captura de silvícolas nas aldeias do litoral e, depois, no interior.

A escravidão associada às desumanas razias que os europeus faziam sobre as indefesas aldeias, rapidamente aniquilou a população "Carijó" do litoral sul.

No território em foco, duas regiões podem ser facilmente distinguidas: litoral e planalto. Entre este ou aquele, a floresta sub-tropical cobria as serranias e os vales, dificultando a penetração. Este obstáculo natural impossibilitou as empreitadas escravocratas dos portugueses e permitiu abrigo às populações que logravam pressentir a aproximação dos atacantes. No primeiro século da conquista, entretanto, os "Carijó" foram dizimados ou levados para os mercados de escravos de São Vicente. Na região de florestas e campos, da encosta e do planalto, permaneceram dois grupos tribais: os Xokleng e os Kaingang.

2. OS XOKLENG COMO GRUPO TRIBAL

Os índios Xokleng são conhecidos também pelas denominações Bugre, Botocudo, Aweikoma, Xokrén e Kaingang. O termo Bugre é usado no sul do Brasil para designar indistintamente qualquer índio. Sua aplicação tem conotação pejorativa, pois encerra as noções de "selvagem" e "inimigo". Botocudo, outra designação dos Xokleng, foi termo decorrente da utilização de enfeite labial – tembetá – por parte dos membros adultos do sexo masculino. Até certo ponto, o termo também encerra conotações negativas, embora os índios costumem aceitar essa identificação, ao serem interrogados sobre sua auto-denominação. O termo Aweikoma, surgido na literatura etnológica a partir de uma comunicação realizada por Von Ihering, em 1910, ao Congresso Internacional de Americanistas realizado em Buenos Aires, é uma corruptela da frase destinada a convidar uma mulher para cópula (1). Xokren significa taipa de pedra, da mesma maneira

(1) – Ao iniciarmos o trabalho de campo junto aos Xokleng de Ibirama, utilizamos termo Aweikoma num momento em que vários índios se encontravam à espera de um caminhão que deveria transportar o palmito que haviam tirado da floresta. Junto aos índios, suas mulheres e filhos. O uso do termo provocou imediata reação de alguns índios, num falso puritanismo: "não se diz isto na frente da fêmea", seguida de uma autêntica crítica tribal à base de murmúrio e do riso, sucedidos de comentários sobre tudo que fazia ou dizia o pesquisador. Ihering (1912:254) afirma textualmente: ... "Propondo de denominá-los "Aweikoma", designando-os, assim com o nome que eles próprios se dão".

que Xokleng. Finalmente, o termo Kaingang, utilizado por Henry (1941) para designar os Xokleng, significa apenas "homem", qualquer homem.

Nenhuma das denominações acima, portanto, realmente designa o grupo tribal Xokleng. O grupo não tem termo de auto-designação. A esta conclusão chegamos depois de investigar junto a vários informantes idosos e junto ao pacificador, Eduardo Hoerhan. Este confessou-nos que a preocupação de nominar o grupo é dos civilizados e não dos índios. Não há termo de auto-identificação. Utilizam o termo "ânhele", que significa "gente" para se referirem a alguma pessoa que se aproxima, como quem diz: lá vem gente ou simplesmente gente. Usam também o termo "angoiká", com o significado de pessoa, para se referirem a alguém que desconhecem o nome, como quem diz: quem é aquela pessoa? Os termos, entretanto, não podem ser tomados como auto-designação (1). Parece-nos importante este detalhe, por que vem demonstrar que os Xokleng não tinham necessidade de termos para se auto-classificarem, pois não são eles que fazem o indivíduo índio e muito menos integrante desta ou daquela tribo. Paralelamente, surge a necessidade do nacional em identificar. E essa identificação afirma-se não na realidade apresentada pelo grupo tribal e sim em qualquer atributo que certos membros do grupo apresentem, como por exemplo o botoque dos Xokleng ou o cabelo cortado ao alto da cabeça, em forma de coroa, dos Kaingang. Daí as designações botocudo e coroado, tão difundidas no sul do país para referir a grupos tribais.

A preferência pelo termo Xokleng, neste trabalho, é devida apenas ao fato de evitar o tumultuamento da literatura etnológica, pois os autores que ultimamente têm tratado do grupo utilizam este termo.

Os Xokleng, lingüísticamente, filiam-se ao grupo Kaingang. Essa filiação lingüística foi demonstrada por vários estudiosos (Henry, 1941), Guérios (1945), Wiesemann (1959), que destacaram ser o Xokleng um dialeto Kaingang. Os Xokleng, como os Kaingang, se integram no grande grupo indígena designado por Jê ou Tapuia. Entretanto, há uma enorme discussão sobre a identidade cultural dos grupos Xokleng e Kaingang. Henry (1941), por exemplo, estuda os Xokleng como sendo Kaingang, admitindo, entretanto, que as tribos que falam dialetos Kaingang diferem na linguagem e na cultura (1941:XV); Baldus (1937 e 1952) afirma que não há identidade cultural entre os dois grupos tri-

(1) – Depoimento dos índios Aipon, Kamlém Aipon Pathé e Waenkü Kopakã, em abril de 1967.

alto Vale do Itajaí; o segundo ocupava as cabeceiras do Rio Negro, na atual fronteira de Santa Catarina com o Paraná; o terceiro dominava o sul, com base nos vales do Capivari e Tubarão. Como nômades, entretanto, esses grupos deveriam se subdividir e simultaneamente explorar largas áreas vizinhas a esses locais de maior concentração. Incursões de caça, de coleta ou de reconhecimento deveriam ser feitas em áreas relativamente distantes. Por isso, a presença dos Xokleng foi historicamente registrada num território bastante amplo, fazendo supor que a tribo deveria ter um contingente populacional muito maior do que o real.

A dependência total da caça e da coleta obrigava aos Xokleng a dominar um enorme território. O acampamento quase sempre era o local onde a mulher descansava a tralha doméstica e acendia a fogueira. Em torno desta, os integrantes do grupo dormiam. A família se agrupava no lugar onde a mulher sentava e aí permanecia alguns dias. Nos períodos de chuva, para proteção, um paravento era construído de ramos de árvores (1).

Na atualidade os Xokleng sobrevivem como grupo em Ibirama (Posto Indígena – Santa Catarina), em Laranjeiras (Posto Indígena – Paraná), em Matos Costa (toldo S. João dos Pobres – Santa Catarina). Há ainda indícios de que na área da serra do Taboleiro, ao sul de Santa Catarina, um pequeno grupo de Xokleng arredios sobrevive nas pontas de floresta ainda existentes. Os Xokleng integram a área cultural Tietê-Uruguai (Galvão, 1960:37) e na classificação de Ribeiro (1957:15), com exceção dos arredios, aparecem como integrados.

3. O TERRITÓRIO OCUPADO

No momento em que os Xokleng começam a ingressar na História, eles ocupavam toda a área existente entre o litoral e o planalto desde as proximidades de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, às proximidades de Paranaguá, no Paraná. Apareciam, aos nacionais, como típicos habitantes da floresta e como os selvagens mais resistentes a qualquer tentativa de aproximação.

A abertura da estrada de tropas, ligando Rio Grande a S. Paulo (1728), o surgimento de Lages (1771) e o aparecimento de fazendas de criação nos campos de Lages, Curitibanos, Curitiba e Guarapuava, praticamente vieram impedir que os Xokleng continuassem a fazer suas incursões de coleta nos ricos pinhais que se adensavam ao entremeio dos campos. Logo a seguir, na

(1). – Henry, 1941, passin.

bais; Métraux (1947) compara os sistemas de "metades" Kaingang com os "clãs" Xokleng e opta por sua identidade; recentemente, e por fim, Hicks (1966) procurou demonstrar, a partir de uma análise de dados etnográficos, que se tratam de grupos culturais distintos (1).

Há evidentemente, diferenciações entre as culturas Xokleng e Kaingang, particularmente no referente à organização social, a rituais de passagem, à mitologia, à maneira de enterrar os mortos. Entretanto, não conseguimos obter dados factuais que viessem contribuir para o elucidamento da questão. As investigações realizadas nesse aspecto somente demonstraram que os Xokleng, a partir da penetração dos brancos em seu território, sofreram vicissitudes tais que, ao serem pacificados, sua cultura original apresentava profundas mudanças (2). Mudanças que se acentuaram com a pacificação, de modo que para a Etnologia só ficaram interrogações.

Alguns autores (Serrano, 1936, Métraux, 1944) admitem que os Xokleng e Kaingang são originários dos antigos Guaianá ou Caaguá, que dominavam as terras do interior no sul do Brasil, à época da conquista (3). Na literatura Etnológica, entretanto, em regra os dois grupos aparecem distintamente.

A tribo Xokleng era formada por diversos grupos. Esses eram integrados por 50 a 300 indivíduos. À época da colonização do território ocupado pelos Xokleng, século XIX, havia pelo menos três grupos Xokleng: um deles vivia no centro do território catarinense, tendo como área de ação principal o médio e o

(1) – Essa discussão contou com contribuições as mais diferençadas. Guérios (1945:329), citando Schaden E. (1937), diz sobre a identidade da língua dos grupos Xokleng e Kaingang, que "A horda vencedora adotou o idioma dos vencidos (o caingangue), não por meio destes mesmos, os quais foram mortos, porém, atraves das mulheres e crianças que foram preservadas como despojos (...)". De outra parte, investigações realizadas por Salzano e Sutton (1965) e Salzano e Freire Maia (1967) entre os Xokleng e Kaingang, vieram demonstrar que sob o ponto de vista de caracterização genética, os dois grupos são distintos. Salzano e e Sutton (1965:285) dizem: "How can this apparent conflict between genetic and linguistic date be resolved? Two hypotheses can be advanced to explain it: (a) The two groups were biologically distinct and the similarity in language is only apparent or was a secundary phenomenon which ocurred after contact between them; (b) They have a common ancestry but have diverged in a significant way during the time they were separated. (...)

(2) – Henry (1941:84) fala da simplificação da cultura Xokleng ressaltando que " The history of Kaingang society has been one of long-continued disruption and of gradual reduction in the circle of security".

(3) – Ploetz e Métraux (1930:111) afirmam: "(...) Wayna, Guayana, Wayanna, Goianaz, etc. (...) Ces indines sont les ancêtres des Kaingang, des Sokleng et des Aweikoma modernes (...)".

primeira metade do século passado, intensificou-se a colonização européia no Rio Grande e em torno de Curitiba. Foi este movimento populacional que empurrou os Xokleng definitivamente para dentro dos atuais limites do Estado de Santa Catarina. As incursões fora desta área tornaram-se cada vez mais raras e quase impossíveis pela presença definitiva já do homem branco.

A esse tempo os limites de Santa Catarina não eram os do presente. Sobre toda a área situada a oeste dos campos de Curitibanos e, ao norte, nas vizinhanças do Rio Negro, o Paraná – que à época se subordinava a São Paulo – pretendia ter jurisdição. Assim, boa parte do território ocupado pelos Xokleng, até 1916, quando foi solucionada a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, estava sob a influência de São Paulo, e, depois, do Paraná, que se tornou província em 1853.

A presença dos Xokleng em torno dos Campos de Curitiba e na descida da serra em direção ao mar é assinalada por Zacarias Góes e Vasconcelos, primeiro presidente da província do Paraná:

"No distrito de Ambrósios, 12 léguas pouco mais ou menos desta cidade (Curitiba), os indígenas ameaçam a segurança da gente civilizada" (1).

No Rio Grande do Sul, os Xokleng "ocupavam, a região serrana ao noroeste do Rio Taquari (...). As imensas florestas virgens desse território forneciam-lhes caça e frutos em abundância. O seu domínio se extendia também pelas terras, sobremodo férteis, que o governo escolhera para a colonização estrangeira por estarem situadas à distância relativamente pequena dos mercados urbanos da zona costeira" (2).

No ano de 1828 se iniciou a colonização européia em Santa Catarina, com a chegada a Desterro (Florianópolis) dos primeiros imigrantes alemães, destinados ao núcleo colonial de São Pedro de Alcântara. Este núcleo foi oficialmente instalado em 1829 e situava-se a "cinco léguas da vila de S. José, no caminho de Lages" (3).

(1) – Wachowicz, Ruy C. – 1969: 471.

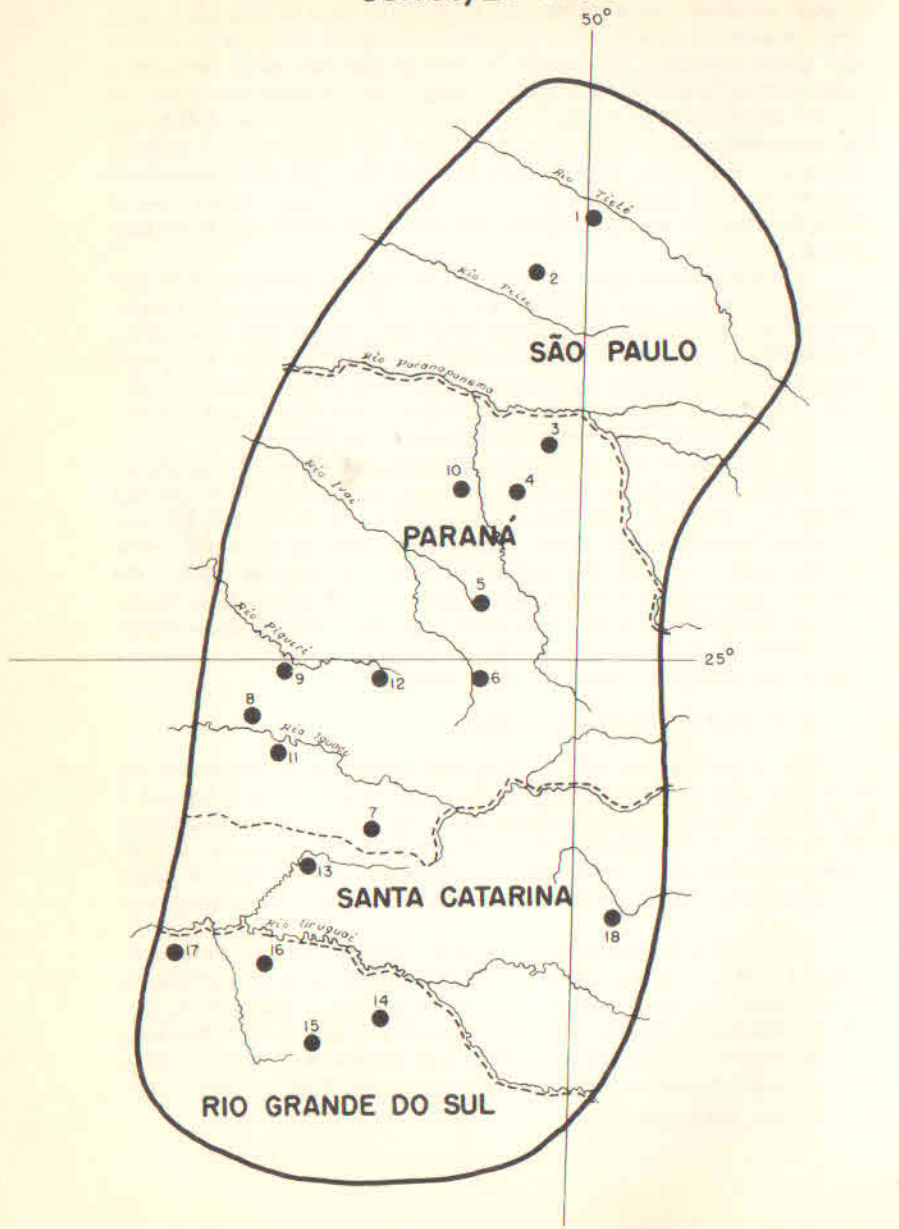
(2) – Schaden, F. 1963: 69. Hensel, R. (1928: 67) confirma a presença dos Xokleng no Rio Grande: "no norte da Província, isto é, na serra ou região montanhosa e no extenso mato virgem que separa aquele do terreno plano, encontrou-se "Botocudos" (..) (...) Devido à sua ferocidade eles eram muito temidos e bastante molestaram os primeiros colonos alemães do mato virgem (...) Pedro Ribeiro, arqueólogo do Rio Grande do Sul, há pouco tempo nos informou que nessa área encontrou, em abrigos sob as rochas, vestígios culturais que evidenciam a presença dos Xokleng.

(3) – Cabral, 1937:117.

ÁREA CULTURAL INDÍGENA

TIETÊ–URUGUAI (Nº 10)

Galvão, E. 1960



Iniciava-se assim a conquista definitiva da área territorial que os Xokleng detinham. No Rio Grande, a colonização iniciada nas proximidades de Porto Alegre (S.Leopoldo, Novo Hamburgo) se expandiu para o norte e para o noroeste, subindo as bordas do planalto e caminhando em direção ao Rio Uruguai, na fronteira com Santa Catarina. Em torno de Curitiba e colonização também se afirmou e toda a área que se avizinhava do Rio Negro começou a ser povoada. Nos campos de Guarapuava, Curitibanos e Lages, as fazendas de criação estão em franca expansão. A "estrada de tropas", corta o sertão de São Paulo ao Rio Grande, atravessando os campos e ligando fazendas. No litoral, os núcleos de Paranaguá, S.Francisco, Desterro e Laguna, há muito são bases de apoio para a conquista das terras ao gentio e povoamento dos solos virgens. Os Xokleng, estão, pois, confinados. Já não há para onde fugir. Um subgrupo que freqüentava as cabeceiras do Rio Negro e que devido à pressão dos brancos começou a deslocar-se para o oeste, em direção aos campos de Palmas, encontrou pela frente os Kaingang. E, pouco tempo depois (1838), os brancos chegavam, também, a esses campos.

Em Santa Catarina, entre o litoral e o planalto, os Xokleng começam a se sentir apertados. Essa área é extremamente acidentada. Em alguns momentos a serra desce abruptamente até junto ao mar. Em outros, recuos da montanha permitem que entre esta e o mar se estendam planícies e vales. O território em questão é, portanto, descontínuo e acidentado, sob o ponto de vista geográfico. Este território é coberto pela floresta sub tropical, que praticamente tem seu extremo a coincidir com os limites setentrionais da região em foco. A montanha e o vale cobertos de floresta subtropical, eis o ambiente geográfico e histórico dos Xokleng.

Nem sempre eles foram habitantes da floresta. Outrora, ocupavam o planalto, onde predominam campos naturais, entremeados de pinheirais. Ali praticavam alguma agricultura e tinham no pinhão a base de seu regime alimentar. A memória tribal recorda desse tempo: Segundo Henry (1941: 3). "The forest was not their original home, for they were driven into it from their farms on the savannahs to west by their enemies. They speak with nostalgia of the time long ago when lived little fenced villages and planted corn, beans and pumpkins (...)".

O planalto, a serra-acima como é conhecida popularmente a área em foco, apresenta características bastante diversas dos vales e da encosta litorâneos. No planalto, no inverno, a geada é comum e a neve, se ocorre uma temporada de chuvas, também se faz presente. O terreno se apresenta mais ou menos ondulado,

TERRITÓRIO HISTÓRICO DOS XOKLENG



descendo lentamente em rumo oeste, para onde correm os rios que desaguam no Paraná e daí se encaminham para o estuário do Prata. Segundo Queirós (1966: 8): " O pinheiro do Paraná, a Araucária angustifolia, dá carater à paisagem. Porém os campos nativos ocupam duas terças partes da área: mais frequentes ao sul e a oeste, onde se estendem pelas coxilhas atravessadas de canhadas bruscas, não desaparecem totalmente ao norte e a leste, – encontram-se aí vastas clareiras naturais no meio das matas, nos lugares planos e menos altos (...).

A araucária ergue-se a mais de trinta metros; porém, à altura do peito de um adulto, o diâmetro do tronco quase nunca ultrapassa um metro e meio. Seu fruto, abundante na época mais fria, alimentava toda uma fauna de aves e macacos, caititus e queixadas, e servia de sustento aos índios Xocrén. (...)."

Os Xokleng, somente deixaram de fazer suas incursões a esta área quando ela foi tomada pelas fazendas de criação e pelos roçados dos colonos. O pinhão, para eles, sempre foi a maior dádiva da natureza. Essa dádiva deveria, entretanto, ter sido disputada por vários grupos tribais e não há dúvida que as lutas entre Xokleng e Kaingang ocorreram em função do domínio desse território, onde o pinheiro era farto. Os Xokleng foram assim empurrados para a borda do planalto e daí para a floresta que cobria a encosta e vales.

A adaptação ergológica dos Xokleng ao novo habitat, entretanto, não se deu plenamente. Eles foram incapazes de explorar os recursos alimentares existentes nos rios e riachos, que eram fartos no novo ambiente. Foram incapazes de criar meios para vencerem as correntes d'água mais volumosas; foram incapazes de desenvolver uma agricultura de subsistência na floresta. Adaptaram-se, contudo, às novas situações impostas pelo ambiente e especialmente pelo clima de insegurança que deveriam estar a viver, em virtude das constantes lutas com os inimigos índios que pretendiam disputar os territórios ricos do planalto. Tornaram-se nômades e fizeram da caça e da coleta a base de seu regime de vida. A tralha doméstica foi amplamente simplificada e a cerâmica subsistiu em algumas poucas peças de pequeno tamanho e na memória tribal (1). As casas, rústicos paraventos, passaram a ser construídas somente quando o tempo era de chuvas ou no inverno. Fora disso, os Xokleng habituaram-se a dormir ao relento, sob as copas das árvores.

(1) – Henry (1941: 172), Hanke (1947: 45/49) e Piazza e Eble (1968: 1/9) tratam da cerâmica entre os Xokleng, sendo que Piazza e Eble (1968: 8) concluem pela decadência da arte oleira.

De outra parte, para a sociedade nacional chegara o momento de começar a explorar as terras incultas do sul, particularmente os vales litorâneos. A imigração é estimulada e rapidamente vários núcleos começam a surgir nas clareiras da floresta. Floresta que o Xokleng imaginara como refúgio e onde ele tentava sobreviver como integrante de uma sociedade.

A partir desse momento o território Xokleng, evidentemente, deixou de ser. Os objetivos de progresso da Nação não poderiam ser prejudicados por um grupo de silvícolas e, muito menos, se poderia reconhecer que os índios para sobreviver necessitavam senão de um território, pelo menos de terras.

4. FRENTES DE CONQUISTA E POVOAMENTO DO SUL

O sucesso de Cabral, ao atingir o litoral do Brasil, levou a coroa de Portugal a proceder ao reconhecimento da nova terra. Expedições sucessivas trataram de avaliar a extensão, acidentes, população e especialmente riquezas do novo domínio. Nesse sentido, as embarcações cumpriam suas rotas demorando-se neste ou naquele porto, permitindo assim que as explorações de reconhecimento fossem sendo realizadas nas vizinhanças. Havia como preocupação fundamental a obtenção de informações que levassem os conquistadores ao encontro de fortunas em ouro, prata e pedrarias, como ocorrera com os espanhóis no México e, logo em seguida, no Peru. Procurava-se o "el dourado" de Portugal. O litoral sul do Brasil foi assim conhecido.

Os espanhóis também incursionavam na costa brasileira em busca do estuário do Prata, preocupados em manter uma nova passagem para o Pacífico e um acesso mais adequado para escoar as fabulosas riquezas que estavam usurpando aos Incas. Na rota para o sul, a ilha de Santa Catarina foi eleita como ótimo porto e ponto de aguada obrigatório para os navios de Espanha. A situação geográfica da ilha localizada quase à altura da passagem do meridiano de Tordesilhas (que ao sul tocava em Laguna), permitia que ela fosse considerada propriedade de Espanha (1).

(1) – À época as nações européias corriam para o mar, visando submeter povos longínquos e assim enriquecer. Portugal e Espanha despontavam nessa corrida. Entretanto, há notícias de que em referência à costa do sul do Brasil, também navegadores naturais de outros países ali teriam estado. É o caso de Binot Palmier de Gonneville, navegador francês, que se admite ter estado na ilha de S. Francisco do Sul em 1504 (Cabral: 1970: 22). Quanto ao direito às terras do sul, deve-se ressaltar que, em 1541, Cabeza de Vaca tomou posse para Espanha, da ilha e das terras do litoral, até Cananéia (Cabral, 1970: 28). Toda essa área, entretanto, Portugal havia doado ao irmão de Martim Afonso, Pero Lopes de Sousa, em 1530.

Em 1514, sabe-se que D.Nuno Manoel e Cristóvão de Haro, em viagem comercial realizada sob a bandeira lusitana, estiveram na ilha de Santa Catarina, a qual denominaram de ilha dos Patos. Logo em seguida, 1516, Juan Dias Solis a serviço de Espanha realizou uma escala na ilha, antes de se dirigir para o rio da Prata, onde morreu em combate com silvícolas. De regresso, os sobreviventes da expedição de Solis perderam uma embarcação na entrada sul do porto da Ilha de Santa Catarina. Do naufrágio, onze homens se salvaram e um deles, Aleixo Garcia, acabou descobrindo o Paraguai, em 1524. Informa Cabral (1970: 23) que "Os náufragos foram acolhidos pelos naturais, estabeleceram-se entre eles e com as mulheres da tribo casaram, mais tarde, fixando-se na região, onde vieram a prestar, posteriormente, a navegadores e exploradores que aí aportavam, acentuados trabalhos. Teria servido um deles, Melchior Ramires, de piloto prático, e intérprete, a uma expedição portuguesa ao Rio da Prata, chefiada por Cristóvão Jaques" (...)

Sucessivamente, segundo as fontes históricas disponíveis, estiveram no litoral de Santa Catarina, Sebastião Caboto, que a serviço de Espanha, 1526, se dirigia para as Molucas; Diego Garcia, espanhol, em 1527; Gonzalo de Mendoza, espanhol, em 1535; Rui Moschero e Alonso Cabrera, espanhóis, em 1536 e 1537. Em seguida, 1541, chegou D. Alvaro Nuñes Cabeza de Vaca, que realizou a proeza de atravessar os atuais estados de Santa Catarina e Paraná, atingindo Assunção do Paraguai.

Em 1530 partiu de Lisboa com destino ao Brasil, Martim Afonso de Souza. Depois de percorrer todo o litoral sul, atingindo o Rio da Prata, Martim Afonso fundou São Vicente, em 1532. O Brasil fora dividido em capitanias e o extremo sul, de Paranaguá a Laguna, as chamadas terras de Sant'Ana, foram distribuídas a Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso. São Vicente imediatamente se tornou base para a conquista do sul, por parte de Portugal. Como os espanhóis contavam com o apoio dos silvícolas que habitavam a Ilha de Santa Catarina e o litoral a ela vizinho, os habitantes de São Vicente logo começaram a hostilizar esses índios, fazendo contínuas incursões em suas aldeias para aprisioná-los e reduzi-los à escravidão. Taunay (1936: 17) informa-nos de que em 1567 o Pe. Domingos Garcia, na região de Laguna, recebeu do cacique Tatarana reclamações contra a violência dos portugueses.

Para a compreensão adequada desses eventos, deve-se recordar que a Europa estava a entrar numa economia mercantil, responsável por sérias alterações no comportamento sócio-econômico e, também, ideológico, dos diversos grupos nacionais

que ali existiam. As descobertas marítimas que se estavam a fazer definitivamente condenavam a mística e o domínio católicos da idade média, embora em nome deles fossem realizados esses empreendimentos. Assim, ao mesmo tempo em que a igreja procurava participar das expedições de conquista, ela se sentia incapaz de justificar a presença de homens não-europeus na América que então descobria. Essa incapacidade, que a bula de Paulo III, de 1537, procurou superar, até certo ponto explica o tipo de relacionamento que os europeus em geral mantiveram com os indígenas da América (1). E, mais de perto, esclarece boa parte do comportamento que os povoadores portugueses da costa brasileira tiveram para com os índios.

Não é de se estranhar, pois, que logo após a fundação de S.Vicente, os indígenas do litoral sul da colônia começassem a sofrer ataques dos portugueses. Para esses, em termos práticos, interessava apenas que os silvícolas representavam mão-de-obra que não poderiam dispensar, para os empreendimentos econômicos que estavam realizando (2). A igreja, num esforço conciliador de doutrina, tentou defender os índios obtendo, entretanto, resultados quase nulos.

Desde o início, portanto, se estabeleceu uma relação colonialista entre os europeus e os indígenas. As descidas que os habitantes de São Vicente logo começaram a fazer sobre os silvícolas do litoral sul tinham um motivo principal, a obtenção de escravos. Escravos para atender as necessidades de mão-de-obra nos estabelecimentos agrícolas que então surgiam no litoral de S.Paulo, nos campos de Piratininga e no nordeste. Ao

(1) – Perdigão Malheiros, (1944: 205) diz que "Em relação à Espanha ou antes ao Peru, o Papa Paulo III, por Breve de 28 de maio de 1537, dirigido ao Cardeal Arcebispo de Toledo, muito categoricamente declarou que os indígenas, *entes humanos como os demais homens, não podiam ser reduzidos ao cativeiro;* Breve que mais tarde se fez extensivo ao Brasil por Bula de Urbano VIII. Esse mesmo Pontífice, interpretando a Bula de Alexandre VI (de 1492) sobre a conversão dos índios à fé católica, fixou a sua verdadeira inteligência, e procurou opor barreira aos abusos dos espanhóis contrários às determinações da Rainha Isabel, que ainda no seu testamento havia recomendado se tratasse bem os índios".

(2) – Perdigão Malheiros (1944: 206) esclarece: "É sabido que desde os primeiros tempos, a título de resgate, os índios eram reduzidos à escravidão dos colonos e até transportados para Portugal. Igualmente os *aprisionados* na guerra eram feitos escravos por um alegado direito do vencedor. Mas os colonos, levados pela avidez e cobiça, em breve tal latitude deram a esses princípios, que havia se convertido em regra para semelhante abuso a necessidade que diziam ter braços para a lavoura e outros misteres; (...)".

mesmo tempo, entretanto, essas ações de guerra adquiriam sentido político. Os vicentistas ao eliminar os silvícolas do sul tiravam aos espanhóis a massa de apoio para o domínio dessa área, pois o eventual fornecimento de víveres e de homens, ficava cortado pela raiz. A mentalidade dos homens da metrópole era assim de plena utilização das coisas e dos homens existentes na colônia. E essa mentalidade, por paradoxal que pareça, em pouco era colocada em prática pelos paulistas, quase todos mamelucos, descendentes de portugueses com mulheres índias.

O litoral sul da colônia foi intensamente explorado por Madrid e Lisboa e os silvícolas logo foram submetidos (1), levados para outras plagas como escravos ou mortos. No século XVII, quando Dias Velho tentou fundar uma povoação na Ilha de Santa Catarina, o litoral estava praticamente despovoado de indígenas.

Isto ocorreu apesar do esforço da igreja. Segundo Cabral (1970: 33/34), em 1553 o Pe. Leonardo Nunes esteve em Santa Catarina e já encontrou alguns Carijó catequizados. O fato animou a instalação de uma missão na região dos Patos, por parte dos Jesuítas. Contratempos vários demoraram a iniciativa até 1605, quando os padres João Lobato e Jerônimo Rodrigues se localizaram em Laguna. Este autor afirma que "A impressão dos dois padres com respeito aos indígenas não foi das melhores, retratando-os como indiferentes, preguiçosos, sujos, incestuosos e antropófagos. Apesar disso, ficaram os padres dois anos na sua missão de catequese cujo ponto central era Laguna, findos os quais concluiram os superiores não haver possibilidade de continuarem os missionários na região. Reuniram os sacerdotes, então uns 150 indígenas de ambos os sexos, levando-os para serem catequisados nas aldeias do Rio de Janeiro".

A saída dos padres acentuou ainda mais a agressividade dos vicentistas. Em 1635 os padres Inácio de Siqueira e Francisco de Moraes, que tentavam o estabelecimento de nova missão, encontraram em Laguna 62 embarcações dedicadas à caça ao índio e ao comércio escravagista (2).

Entretanto, os paulistas não vinham fazer suas incursões preadoras de índios somente através do litoral, utilizando embarcações à vela que facilitavam o acesso às aldeias. No interior, seguindo rotas aprendidas com os indígenas, os mamelucos

(1) – Tanuay (1936: 16) diz que em 1609, Hernandarias Saavedra, apresentou relatório ao rei da Espanha dizendo que "cem mil índios viviam nas províncias de Santa Catarina, Biaça e Rio Grande".
(2) –Veja-se Cabral, ob. cit. 38.

de São Paulo penetraram nos sertões do sul e encontraram nas missões que os jesuítas espanhóis haviam fundado junto aos Guaraní, as novas fontes para o abastecimento do mercado de escravos que florescia. Informa Lugon (1968: 45/46): "Os padres Cataldino e Maceta, que não tinham ilusões, haviam logo de início avançado para muito longe, rumo a leste, a fim de estabelecerem suas fundações, além do Iguaçu, do Parapané e do Pirapé, fora do alcance dos colonos espanhóis. Mas não tardaram a perceber que, afastando-se de um inimigo, tinham se aproximado de outro, que ainda não era conhecido e cuja vizinhança em breve se revelou funesta para todas essas novas igrejas. Eram os habitantes de São Paulo de Piratininga, pequena cidade da província do Brasil".

No vai e vem das expedições às reduções jesuítas, os paulistas desbravaram os sertões do Brasil sul, travaram contato com outros grupos tribais e motivaram o deslocamento para novos territórios, com implicações de disputas inter-tribais, de grupos que procuravam fugir à sua aproximação. Politicamente, os paulistas com a preação de índios expandiram as fronteiras da colônia para a Coroa portuguesa, pois segundo Lugon (1969: 49) "Para os portugueses, as expedições dos paulistas eram também um modo indireto de desgastar o domínio colonial espanhol, evitando-se uma declaração de guerra impossível enquanto, na metrópole as duas coroas estivessem reunidas na mesma cabeça espanhola".

Avaliaram ainda os paulistas todas as possibilidades de ser presente na região o "el dourado" (1). E na falta dele pretenderam facilitar o domínio lusitano na boca do Prata, via interior de acesso às riquezas do Peru.

O território que nos interessa foi assim conhecido, palmilhado. Mas os Xokleng e Kaingang praticamente não interessaram aos bandeirantes. Eram semi-nômades; viviam dispersos em pequenos grupos; falavam uma língua diferente, e não tinham maiores tradições de trabalhos agrícolas. Os Xokleng e Kaingang eram Jê, os célebres Tapuias, que desde logo os portugueses viram maiores dificuldades para submeter.

Nesse quadro de competição econômica e política, o litoral de Santa Catarina vai sendo distribuído à gente de São Vicente

(1) – Rocha Pombo, 1953: 225 afirma: "Mas antes mesmo que entre os exploradores desta parte corressem notícias do espantoso sucesso de Pizarro na terra dos Incas, já os companheiros de Solis, e depois Caboto, preconizam maravilhas nas regiões do Paraguai e de outros grandes rios do interior".

e Vila de São Paulo. Assim Manoel Lourenço, provavelmente em 1658, se estabeleceu em São Francisco, fundando a primeira povoação estável de Santa Catarina. Depois, segundo Cabral (1970: 41) "Em 1678, o paulista (Francisco Dias Velho-SCS) requereu ao Governador da Capitania duas léguas em quadro de terras na ilha de Santa Catarina, onde já tinha a igreja de Nossa Senhora do Desterro (...).

E, em 1696, Domingos de Brito Peixoto, deu início à construção da igreja na povoação que fundara sob o nome de Santo Antônio dos Anjos (Laguna).

Esses povoadores faziam suas empresas com base em seus recursos particulares, apenas incentivados pelas autoridades da Colônia e pela Coroa. Essa, entretanto, era bastante cautelosa ao estimular e patrocinar iniciativas de desbravamento e povoamento no sul. Usava, especialmente, a fidelidade de certos súditos e também seus anseios a títulos de nobreza e outras honrarias, para levá-los às aventuras de conquista. A coroa não pretendia inverter recursos de seu tesouro na conquista do sul. Daí porque ao morrerem os fundadores, as povoações de São Francisco, Desterro e Laguna, ficaram em completo abandono. Alguns miseráveis continuaram a residir nesses locais explorando os fartos recursos da natureza. Não tinham, entretanto, maior expressão econômica ou política. Era apenas gente que sobrevivia.

O século XVIII vai dar à Coroa portuguesa novos motivos para empreender a conquista do sul. Narra Cabral (1970: 45): "Foi em 1714, que o Governador D. Francisco Távora elevou Laguna à categoria de Vila e, no ano seguinte, conseguiu fazer regressar a ela um de seus co-fundadores, Francisco de Brito Peixoto, que então se encontrava retirado em Santos.

O objetivo destas providências era a conquista do Rio Grande, o continente já palmilhado pelo bandeirante vicentista e do qual eram grandes entusiastas os lagunenses".

Desde 1680 a Metrópole portuguesa se esforçava efetivamente para dominar o acesso ao Prata. A Colônia de Sacramento, apoiada no forte Jesus-Maria-José, na saída natural da Lagoa dos Patos, e nas vilas de Laguna e Desterro, representava o esforço português em subtrair aos espanhóis uma área estratégica para penetrar no coração da América do Sul; a bacia do Prata. E para realmente ativar a economia das povoações litorâneas de suporte, além de garantir o aumento da escassa população, a coroa começa a cogitar das possibilidades em trazer açorianos para a Ilha de Santa Catarina, o litoral fronteiro e Rio Grande. A ameaça dos espanhóis em conquistar Sacramento, e a sua efe-

tivação em 1736, levou a coroa a tomar várias providências, destacando-se a passagem da Ilha de Santa Catarina, os territórios vizinhos e o Rio Grande para a jurisdição do Governo do Rio de Janeiro (provisão de 11-8-1738). Em seguida, foi nomeado governador o Brigadeiro Silva Paes, que recebeu instruções para fortificar a ilha e criar condições para o estabelecimento de açorianos. Esses, por determinação real, começaram a migrar em 1748. O litoral de Santa Catarina e do Rio Grande foi assim definitivamente povoado.

As povoações que se estabeleceram no litoral de Santa Catarina e Rio Grande estavam voltadas para a Metrópole, onde vários fatores decidiam sobre o seu dia a dia. Essas povoações desenvolveram apenas economias de subsistência. Não havia vinculação maior com a economia européia, a não ser pelos suprimentos que se faziam às embarcações que por aqui transitavam. No caso de existência de excedentes, atendia-se apenas aos centros consumidores da própria colônia. O que importava, para a Metrópole, era assegurar bases militares, estrategicamente instaladas, para manter seus planos de domínio no sul. A Ilha de Santa Catarina, sob todos os aspectos, foi eleita como a principal base militar dos portugueses e por isso ela se tornou, em certo momento, o trampolim da conquista.

Ao mesmo tempo que a coroa portuguesa constrói fortalezas no litoral para defender seus projetos de expansão, a mudança do eixo econômico da colônia para a região de Minas Gerais, vem provocar uma nova investida em nossa área de interesse. É que o gado tomou novo valor e os paulistas logo trataram de acorrer às terras do Rio Grande, onde enormes manadas viviam à solta, à espera de quem as aprisionasse. Em 1728, Francisco de Souza Faria abriu um caminho para o planalto, subindo o rio Araranguá, vizinho aos Conventos, atingindo Lages e daí Curitiba e Sorocaba. Pelo novo caminho, o gado do Rio Grande deixava de ser embarcado em Laguna, seguindo diretamente através dos campos do planalto. Os campos de Lages, Curitibanos, Curitiba e Guarapuava foram povoados em função dessa nova atividade econômica e o próprio Rio Grande foi integrado à economia da colônia (1). Os objetivos expansionistas da Metrópole e os interesses econômicos ligados à preação de gado no Rio Grande tornam-se coincidentes. Cardoso e Ianni (1960: 3) dizem que "a partir de dado momento, pelo menos (...) os fortins defendem as pradarias que eram o celeiro do gado, e o apresador

(1) – Furtado, (1959: 94)

assegura, com a sua presença, a posse da terra disputada".

O "caminho do gado" ou "caminho de tropas", pouco a pouco, foi sendo habitado. Pontos de descanso, se transformaram em sedes de fazendas e povoados. Os ricos campos do planalto, onde também muito gado à solta havia, foram sendo ocupados pelos criadores. O Governo de São Paulo, numa atitude que vinha coincidir com a política expansionista, determinou a fundação de uma vila no local mais estratégico dessa nova rota. Correia Pinto, encarregado da missão, depois de chegar à região em novembro de 1766, realizou o ato de fundação da vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, em 22 de maio de 1771. Ramos (1944: 13) informa que: "o povoamento dos Campos de Lages foi devido a ânsia de furar o sertão bravio, para atingir as campinas do Rio Grande do Sul, rica de gados de todas as espécies, o que despertava nos paulistas e mineiros a ambição de estabelecer intenso comércio com os estancieiros gaúchos, pelo interior, encurtando as distâncias e aproveitando os campos nativos para descanso e invernada das tropas".

Em decorrência da localização de paulistas ao longo do "caminho de tropas", aproveitando os campos naturais para o estabelecimento de fazendas de criação, outras riquezas naturais de área começaram a ser exploradas, especialmente a erva-mate. De início a exploração da erva-mate mal tem significado econômico. Depois, o hábito de beber o mate se difunde, dando oportunidade de ganho aos muitos indivíduos que viviam destituídos de cabedais no sertão. Queiroz (1966: 24) comenta que "Ao se espalharem as fazendas de gado ao longo e para fora da estrada de Tropas, a erva começou a ser colhida nas matas vizinhas e preparada mais para atender as necessidades locais do que para a venda. Os fazendeiros permitiam aos agregados e peões prover-se com a planta por acaso encontrada dentro da sua propriedade ou nas vizinhanças, à qual não atribuiam maior valor".

O uso da erva-mate havia sido aprendido aos Guarani. No Paraguai, Argentina e Uruguai os brancos logo se habituaram à bebida. No Brasil, pouco a pouco o consumo vai se afirmando, difundido pelos índios-escravos e pelos paulistas interessados no comércio de gado. No início do século XIX, o mate aparecia como outro ramo de negócio (1).

Os extratores de erva-mate acabaram por se especializar

(1) – Ayres de Casal (1943: 1161), citado por Queiroz (1966: 24) refere-se em 1817, ao sul do Brasil, indicando a possibilidade da extração da erva-mate se tornar uma nova fonte de riqueza.

no ramo e assim criaram toda uma rede de interesses, expectativas e normas de conduta. Os ervateiros em regra eram recrutados entre peões e agregados de fazendas, que tentavam ganhar a vida fora das terras do fazendeiro. Bacila (1946: 17) assim descreve: "Avançando para o oeste ou para o sul, onde encontravam *erva de ser*, ali, na densa floresta bruta, acampavam com a família debaixo das árvores. Depois formavam o rancho e entravam a limpar o mato bruto e bárbaro, transformando o *erval em ser* em *erval frondoso* e produtivo. Toda a família trabalhava nos duros meses de inverno na produção do mate".

O mate foi assim um escape para os indivíduos que não tinham condições de se iniciar na criação de gado ou que não tinham vocação ou oportunidade para exercer o mister. A extração da erva-mate, entretanto, se desenvolveu à sombra da atividade pastoril e somente quando se verifica a impossibilidade da economia criatória absorver toda a mão-de-obra disponível na região, é que os ervateiros aparecem como categoria econômica. Isto somente ocorre no século XIX, quando os campos do planalto estão divididos e ocupados por fazendas de criação e as atividades em rotina já não absorvem a mão-de-obra existente. A criação de gado, indiscutivelmente, foi assim responsável pelo povoamento dos campos do planalto, na região sul.

Não se deve imaginar que a presença de criadores e ervateiros no planalto, e de portugueses, vicentinos e açorianos no litoral, seja garantia da ocupação e exploração de todas as terras existentes na região. A população do planalto por todo o século XVIII foi extremamente escassa. O litoral, por sua vez, somente era povoado junto ao mar. Em 1774, o litoral de Santa Catarina contava com 9.058 habitantes, enquanto Lages, em 1777 possuía 662 moradores. Em 1794, a população de Lages subira para 825 habitantes, enquanto o litoral, dois anos depois contava com 23.856 pessoas (1). Toda a área localizada entre o litoral e o planalto de Paranaguá a Torres estava desabitada. A floresta subtropical tomava lugar aos campos, desinteressando os criadores e os pequenos agricultores do litoral, habituados a complementar a atividade agrícola com a pesca.

Em três séculos, atividades econômicas e interesses políticos foram responsáveis pela conquista e povoamento do extremo sul da colônia. O povoamento se deu, essencialmente, seguindo a linha da costa e o "caminho de tropas" que se abriu, ligando as campinas do Rio Grande a Sorocaba. No litoral, Paranaguá, São Francisco, Desterro, Laguna e Rio Grande foram

(1) – Cabral, (1960: 87)

os pólos estratégicos em que se apoiou a política expansionista da Metrópole e, assim, as correntes de povoamento. No interior, seguindo a estrada de tropas, Vacaria, Lages e Curitiba foram as povoações que logo se formaram em decorrência da atividade pastoril. O branco, nessa altura, havia conquistado a terra, embora diversos bolsões permanecessem livres de seu domínio, dando abrigo a grupos indígenas nômades, com expressão numérica relativamente reduzida.

5. A COLONIZAÇÃO

No primeiro quartel do século XIX, o Brasil começa a viver uma séria crise econômica. A riqueza das minas estava a escassear e o açúcar do nordeste encontrava competidores nos maiores centros de consumo europeu. As alterações políticas resultantes da transferência da Família Real e a própria independência do País, pouco vieram alterar o quadro econômico. Além disso, a revolução industrial que se processava na Europa determinou a criação de mecanismos de compulsão para que os países produtores de matérias primas cessassem a utilização da mão de obra escrava. O sistema produtivo do Brasil, pela metade do século, ficou assim impedido de continuar a utilizar a fonte africana de fornecimento de mão de obra.

Desde o início do século, o Brasil tentava imitar o exemplo americano de imigração, atraindo europeus para desenvolver a economia agrícola estagnada. Na periferia do Rio de Janeiro, no nordeste e no Rio Grande do Sul se iniciaram os primeiros núcleos coloniais, com amplo amparo do governo (1). A imigração, entretanto, estava intimamente ligada aos destinos da economia cafeeira que então começava a se afirmar e, por isso mesmo, ela chega ao seu auge no último quarto do século. Nesse aspecto, a imigração aparece como solução para o problema da escassez de mão de obra na grande lavoura. Mas o Brasil pretendeu também, através da imigração, resolver problemas de ocupação de várias regiões desabitadas, que em forma de bolsões isolavam áreas de interesse e importância para a jovem Nação. Acreditava-se ainda, segundo Furtado (1964: 149), "na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja "raça" era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país".

(1) – Furtado, 1959: 150 e Jamundá, 1966: 15.

No sul do Brasil, uma enorme região se encontrava inteiramente despovoada: a área que entre o litoral e o planalto seguia das proximidades de Paranaguá e se avizinhava de Porto Alegre. E, para oeste, nesta mesma região, o que não era campo, se encontrava praticamente desocupado. Pensava-se em progresso e por isto a colonização localizada, conforme Prado Jr. (1959: 193), "longe da ação perturbadora e absorvente da grande lavoura (...) encontrará aí o interesse e o estímulo dos governos locais (...) que procurarão solucionar o problema de seus territórios quase desertos (...)".

Ao mesmo tempo que a colonização começa a interessar aos governos provinciais, a partir dos estímulos dados pelo governo imperial, várias companhias européias procuram obter concessões de terras e outros contratos para proceder à colonização de áreas em todo o sul. Essas companhias haviam descoberto uma nova fonte de renda. Envolvidas em regra em negócios de transporte de matérias primas, era-lhes conveniente encontrar uma forma de utilizar a capacidade de carga ociosa das embarcações nas viagens entre a Europa e a América, já que os produtos manufaturados e importados pelas populações americanas eram de volume bastante reduzido perante a cubagem das exportações. Este fato havia levado para a América do Norte uma contínua corrente de imigrantes, e, agora, começava a se fazer presente na América do Sul. Já dissemos, (1970: 22), que: "Na Europa a imigração foi estabelecida e explorada em termos de empresa, por grupos organizados que obtinham concessões territoriais e responsabilizavam-se pelo transporte e fixação dos colonos na gleba. Naturalmente essas empresas criaram mecanismos publicitários capazes de atrair os contigentes humanos necessários a atender a seus objetivos de lucro e aos compromissos assumidos nos acordos firmados com o governo brasileiro. A disputa entre as várias empresas interessadas (...) originou diversos problemas, os quais encontravam maior ou menor repercussão de acordo com a participação efetiva ou não daquelas organizações nas cúpulas administrativas do país (1)."

Deve-se aduzir ainda que a Europa estava a viver amplas transformações sócio-econômicas em decorrência da revolução industrial. As economias européias se tecnificavam e se mecani-

(1) – Veja-se Ficker, 1965, 86/87.

zavam, provocando a desagregação do pré-capitalismo. A urbanização se intensificou. Esboçou-se uma consciência crítica do sistema que tomava fôlego. Valorizaram-se as possibilidades de migrar para uma nova terra. Vislumbraram-se idéias de criação de novas sociedades. Tudo isto foi aproveitado pelas empresas para atrair imigrantes para a América.

No sul do País, no Rio Grande, o governo imperial iniciou a primeira colônia, em 1824. Formada com imigrantes alemães, a colônia de São Leopoldo, localizada nas proximidades de Porto Alegre, se situava no extremo meridional da área que estamos a estudar. Logo em seguida surgem Três Forquinhas e S. Pedro de Alcântara das Torres. O fluxo de imigrantes torna-se cada vez maior, ocupando todo o noroeste do Rio Grande. Em Santa Catarina, a chegada inicial de imigrantes ocorreu em 1828. No ano seguinte, sob o patrocínio financeiro do governo imperial, esses colonos se localizaram em São Pedro de Alcântara, em núcleo formado sobre a estrada que ligava Florianópolis a Lages. A esta iniciativa, outras se sucederam. O governo provincial realizou algumas concessões de terras e o próprio governo imperial continuou a enviar imigrantes para os núcleos instalados. Imposições legais diversas, inadequada localização e, especialmente, falta de sentido econômico, levaram quase todos os núcleos à estagnação. Os colonos, em muitos casos viram-se forçados a abandonar os núcleos em busca de condições de sobrevivência mais adequadas.

Entre as concessões feitas a empresas particulares, destacou-se a realizada à firma Demaria e Schutel, nas margens do rio Tijucas, em 1836. Ali foram localizados 180 colonos sardos que se viram abandonados pela empresa. Uma outra concessão situava-se em São Francisco, onde Bento Júlio de Mure pretendeu, em 1842, localizar colonos franceses em regime socialista (1). As duas experiências frustradas, até certo ponto, revelam a Europa da época em seus interesses e contradições.

As grandes concessões de terras e as iniciativas mais importantes de colonização somente foram tomadas mais tarde. Os estabelecimentos mais representativos dessas iniciativas, Blumenau e Joinville, surgiram em 1850 e 1851, respectivamente. Antes, na década anterior, se procederam a reconhecimentos, medições, estudos e acordos junto aos territórios e às administrações provinciais. Um desses levantamentos apontava que as

(1) – Cabral, 1970: 209/210 e Boiteux, 1944: 47/90.

terras catarinenses situadas a dez quilômetros da costa eram designadas como sertões incultos e que mesmo nos vales do Itajaí e do Tubarão, poucas eram as concessões que se haviam feito(1).

Em 1848, Hermann Blumenau apresentou ao governo provincial pedido para colonizar uma área no vale do Itajaí. A concessão demorou, e, ocorrendo outros contratempos, somente em 1850 Blumenau inicia o empreendimento, com as dificuldades decorrentes das críticas que na Alemanha se fazia ao Brasil, devido à falta de amparo aos imigrantes (2). No ano seguinte, chegavam às terras da colônia D. Francisca (Joinville) os primeiros imigrantes. A colônia pretendia explorar as terras doadas a D. Francisca Carolina, ao casar com o Príncipe de Joinville, e tinha como suporte a Sociedade Hamburguesa de Colonização (3).–

A partir desses dois núcleos coloniais, surgiram pelo Itajaí acima e por todo o rio Cachoeira, em direção às cabeceiras do Negro, novas colônias (4). O governo provincial estimulava essas iniciativas distribuindo novas concessões e abrindo estradas, pois, estava propenso a povoar rapidamente o enorme bolsão, coberto de floresta virgem, existente entre o litoral e o planalto.

No sul, no vale do Tubarão, o governo provincial diretamente inicia os núcleos coloniais, localizando italianos a partir de 1877. Já dissemos (1970: 23) que: "A colonização dos vales litorâneos de Santa Catarina, (...) sucedeu-se nos termos de frente pioneira. Tendo sua fundamentação econômica na pequena propriedade agrícola, ela se constituiu à base de massas humanas ponderáveis que migraram da Europa, particularmente da Alemanha e da Itália. (...) essa frente quase que simultâneamente penetrou no norte do Rio Grande e também nos campos de Curitiba (...)".

Na realidade, a imigração baseava-se em dois sistemas de fixação do imigrante. O primeiro deles, adotado nas colônias do

(1) – Van Lede, 1843: 341.

(2) – Em 1859 o governo da Prússia proibiu a imigração para o Brasil (Furtado, 1964: 150)

(3) – Cabral, 1970: 228.

(4) – Antes de 1850, haviam se instalado os seguintes núcleos coloniais: Ericeira, em 1818; São Pedro de Alcântara, em 1828; Itajahy, em 1836; D. Affonso (Nova Italia), em 1836; Varzea Grande, 1837; Sahy, 1842; Piedade, em 1847; Sta. Izabel, 1847; (D'Almeida Coelho, 1877: 86 e seguintes).

sul, baseava-se na pequena propriedade que o colono adquiria logo ao chegar, através da compra de um lote de terra. O segundo, vinculava-se à grande lavoura. Tinha por base o regime de parceria e nele o colono, em regra, se via à mercê do fazendeiro, proprietário da terra (1). O primeiro sistema corria praticamente por conta dos governos provinciais, pois a grande lavoura tinha seus interesses diretamente defendidos junto ao governo imperial. E como a propriedade da terra era um apelo convincente, as empresas particulares vão se esforçar ao máximo para obter concessões junto aos governos provinciais e assim efetivarem loteamentos destinados a ser vendidos aos imigrantes.

O acesso à América e à propriedade da terra eram facilitados de todas as maneiras na Europa, pois nada mais conveniente às empresas do que obter uma concessão territorial e, com algumas poucas benfeitorias, dividi-la em lotes. Esses eram vendidos aos imigrantes que, em regra, recebiam apoio da colônia no primeiro ano de atividade. O sistema que se adotava praticamente exigia a presença da família elementar. Era esta que iria explorar a terra e, por isso mesmo, o sistema adquiria uma dinâmica de modo a continuamente exigir o desbravamento de novas áreas, ou seja, o surgimento de novos núcleos coloniais, para abrigar as famílias formadas em cada geração. Ocorria assim, (a) a formação da família e o desbravamento de um lote; (b) criação dos filhos e auge econômico quando esses atingissem a idade produtiva; (c) casamento dos filhos e reinício do ciclo.

As empresas de colonização, preocupadas com a exploração da pequena propriedade, realizavam seus projetos adaptando-os à topografia e às vias de acesso. Os lotes se distribuíam assim ao longo de rios e córregos subindo as encostas, de tal modo que o núcleo "urbano" do empreendimento ficasse situado ao centro da área. Esse núcleo era sobremaneira importante. Aí se localizavam os barracões da empresa, destinados a abrigar os colonos que chegavam a armazenar alimentos e a alojar a administração.

A experiência logo demonstrou que as empresas não poderiam somente atrair colonos para o amanho à terra. Era necessário que qualquer colônia contasse em seu núcleo com colonos-operários, colonos-comerciantes e colonos-artífices para fazer frente às muitas necessidades práticas. Assim, os núcleos das colônias passam a ser projetados como futuros núcleos urbanos, agregadores das atividades ligadas ao comércio, aos serviços

(1) – Guimarães, 1968: 139.

e, quiçá, à indústria. E a partir da fixação dos primeiros imigrantes nas "sedes", vivendo de outras atividades que não a exploração da terra, as colônias iniciavam uma primeira divisão: a do mundo urbano e a do mundo rural.

Nas principais colônias que então se instalaram no sul do Brasil, junto aos seus "núcleos urbanos", os imigrantes bem sucedidos foram se localizando, ao mesmo tempo que ampliavam seus domínios econômicos. Uma florescente camada logo se afirmou, estreitando relações com os países de origem e defendendo seus interesses junto às diversas colônias e perante os governos do Brasil. Em pouco tempo, partindo da identidade étnica ou da identidade de interesses, essas lideranças contavam inclusive com jornais para validar suas opiniões e reafirmar seus objetivos.

Um outro lugar, onde a colonização também se fez presente foi o planalto vizinho aos campos de Curitiba, nas proximidades do Rio Negro. Em 1829, alguns colonos alemães, por determinação imperial, foram localizados nas margens do Rio Negro, em localidade que tomou este nome. Depois, particularmente poloneses, foram sendo distribuídos em colônias que se avizinham da atual rodovia que liga Curitiba a Porto Alegre, através dos campos de Lages. O roteiro dessa estrada é quase o mesmo da antiga "estrada de tropas". Essas iniciativas de colonização, entretanto, estiveram sempre dependentes do Governo de São Paulo, e, depois de 1853, quando foi criada a Província do Paraná, do Governo de Curitiba. Isto porque toda a região do alto Rio Negro integrava o antigo território do Contestado, sobre o qual o Paraná pretendia ter jurisdição.

A simultaneidade dessas várias iniciativas, justificadas pela necessidade de progresso para as províncias do sul, tinham como significado o extermínio da população indígena que nessa área estava a viver: os Xokleng.

III – A HISTÓRIA DO EXTERMÍNIO

1. A COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E OS ÍNDIOS

Desde a abertura da "estrada de tropas", através dos campos de Lages, no século XVIII, a presença dos Xokleng e Kaingang nos campos, e nas florestas que cobriam as serras, era confirmada pelos ataques que faziam aos tropeiros. A fundação da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lajes, por ordem do Morgado de Mateus, governador de São Paulo, tinha como objetivo, entre outros, afugentar os índios da região. Segundo Ramos (1944: 31), Correia Pinto em manifesto, afirma: "Que em observância das Reaes Ordens de S.Mag.e que D.s G.e chegou no anno de 1765 o Exmo.o Sr. Gal. D. Luiz Antônio de Souza, arrestabeleser o governo desta Capitania, e querendo examinar a extensão dos seus limites mandou vir à sua prezença os mais práticos homens dos Sertoens e informado da gr.de campanha q.' medêa de Coritiba até o Continente de Viamão, na distância de 150 legoas despovoadas, logo rezolveo o d. S.r mandar levantar hûa Povoação no lugar mais conveniente p.a fazer testa às miçoens expanhóes e afugentar a imensidade de Indios q.' habitão naquelas campanhas, p.a não infestarem a extrada geral por onde se tranzitão m.tos milhares de cavalgaduras e gados cada anno (...)".

A presença indígena nos campos de Lages e Guarapuava, levou o Governo de D. João VI a expedir a Carta Régia de 5/11/1808, determinando guerra aos indígenas. A Carta entre outros tópicos dizia que "ao oeste da estrada real, desde a Villa da Faxina até a Villa de Lages, a maior parte das fazendas, que estão na dita estrada, se vão despovoando, umas por terem os índios Bugres morto os seus moradores, e outras com o temor que sejam igualmente victimas e que até a mesma estrada chega a não ser vadeavel, senão para viajores que vão reunidos em grande numero e bem armados (...); sendo-me também igualmente presentes os louvaveis fructos que têm resultado das providências dadas contra os Botocudos, e fazendo-me cada dia mais evidente que não ha meio algum de civilizar povos barbaros, senao ligando-os a uma escola severa (...); (...) desde o momento em que receberdes esta minha Carta Regia, deveis considerar como principiada a guerra contra estes barbaros Indios (...)" (1).

As notícias referentes às incursões realizadas pelos indí-

(1) Cf: Araujo, 1836, 20/21, vol I.

genas logo tomavam o domínio público e tudo indica que os habitantes das povoações litorâneas tinham conhecimento da presença dos Xokleng, nas florestas que cobriam toda a faixa de terras existente entre o litoral e o planalto. Os dirigentes das povoações e o próprio governo instalado na Ilha de Santa Catarina vez ou outra eram levados a considerar a presença dos silvícolas. Saint-Hilaire (1936: 116), na obra em que narra sua viagem a Santa Catarina, em 1820, afirma que: "indios selvagens constantemente descem do interior e vêm praticar desatinos (...). Pouco antes de minha viagem (de S.Francisco para Itapocoroi – SCS), elles haviam estrangulado dois rapazes num sítio afastado, e, sendo perseguidos, foi morto um, que tinha o lábio inferior furado".

Entretanto, como somente uma estreita faixa do litoral estava sendo ocupada pelos brancos, além dos campos do planalto, as incursões dos Xokleng sobre as propriedades e seus habitantes civilizados eram relativamente raras. Havia um território imenso para percorrer e somente em algumas ocasiões eles se atreviam a atacar.

Mesmo assim, nos primeiros cinqüenta anos do século XIX a presença indígena no bolsão, formado pelas terras localizadas entre o litoral e o planalto, foi minimizada. Os índios vez ou outra davam sinal de sua presença, mas não chegavam a preocupar os responsáveis pela segurança das povoações e seus habitantes. Falava-se em índios-viajantes que vindos do mais longiqüo sertão davam sinal de sua presença e logo retornavam. E para se evitar essas incômodas incursões, especialmente as que colocavam em insegurança os caminhos do sertão, procurou-se estabelecer povoações ao longo dessas rotas. Imaginava-se que à vista dos aglomerados o indígena tratasse de tomar distância. Nesse raciocínio, a primeira colônia localizada em Santa Catarina situou-se na estrada que ligava Desterro à Vila de Lages.

A minimização da presença indígena, no território que a partir do primeiro quarto do século passado começou a ser cogitado para abrigar imigrantes europeus, foi desenvolvida também pelos muitos prepostos de companhias de colonização, que aqui estiveram estudando as condições da terra, da gente e do governo para o estabelecimento de colônias. Segundo Boiteux (1944: 57), em 1841, o Dr. Mure, francês interessado em instalar uma colônia socialista em São Francisco do Sul, dirigia-se a um jornal do Rio de Janeiro, dizendo: "(...) Uma linha militar de defesa contra os selvagens foi aberta como por encantamento a oeste do seu município em cumprimento de oito ou nove léguas,

e os indios que ainda inspiravam alguns receios, apressados, passaram a que lhes era traçada".

"O aborígene desenterrou os ossos de seus pais e os levou consigo, para não voltar mais a essa terra que lhe arrança a civilização e a harmonia vai encantar" (...).

Em 1844, chegava a Santa Catarina Leonce Aubé. Como procurador do príncipe de Joinville, vinha escolher e tomar posse das 25 léguas quadradas que o príncipe, ao casar com a irmã de D. Pedro II, recebera como dote (1). Ao terminar sua missão, Aubé fundou em Hamburgo a Sociedade Colonizadora Hamburguesa para dar andamento à exploração das terras que escolhera para o Príncipe, nas vizinhanças da ilha de São Francisco, território marginal ao rio Cachoeira. De suas andanças, Aubé elaborou um diário que originou trabalho sobre Santa Catarina (2). Nesse trabalho, rico de detalhes sobre todo o território e mesmo sobre as populações indígenas encontradas à época do descobrimento, há apenas a seguinte referência sobre os Xokleng e Kaingang (1943: 97): Os selvagens de Santa Catarina hoje conhecidos por índios Bugres, pertencem à raça Tupi que outrora dominava toda a costa brasileira. Esses índios acham-se localizados principalmente na Serra Geral e é dali que eles descem esporadicamente para atacar e saquear as povoações litorâneas".

O Governo e as autoridades provinciais sabiam da existência dos silvícolas no sertão. Sabiam que vez ou outra os indígenas demonstravam sua força e astúcia, trucidando uma tropa, algum viajante ou algum morador da orla da floresta. Mas não se preocupavam. Raciocinavam que o índio se afastaria pacificamente na medida que os brancos estabelecessem vilas, casas e roças no sertão. Ao ser emitido parecer pela Comissão de Colonização da Assembléia ao projeto apresentado pelo Doutor Hermann Blumenau, em 1848, diz-se textualmente, conforme Jamundá; 1966: 98: "entende a Comissão que além do augmento da população, acquisição esta de bastante interesse vital, pois que a escravatura, que sensivelmente diminue terá hum dia de extinguir-se, e muitas outras vantagens se offerece, taes como a afugentação do gentio (...).

(1) Aubé, 1943. Tradução e notas de Carlos da Costa Pereira.

(2) Na verdade, Leonce Aubé escreveu mais de um trabalho sobre Santa Catarina. Primeiro ele publicou Notice Sur La Province De Sainte-Catherine em Les Annales Maritimes, v. III, ano 1847. Depois, resolveu ampliar o trabalho inicial, editando no Rio de Janeiro, em 1861, La Province de Sainte-Catherine et La Colonisation Au Brésil. Ao segundo trabalho é que nos referimos acima.

Ao raciocínio simplório dos dirigentes locais vinham se somar interesses políticos e econômicos. Entre 1824, quando se instalou São Leopoldo, no Rio Grande, e 1859, quando foi proibida pelo governo prussiano a emigração para o Brasil, travou-se aqui e na Europa uma luta surda, mas constante, sobre interesses econômicos do país e de companhias de colonização; sobre tipos de colonização; sobre formas de tratamento dispensadas aos imigrantes. E todos queriam tirar vantagens da situação. O país queria progresso, vencendo a estagnação em que se encontrava a sua economia; as províncias desejavam aumentar sua produção de riquezas; fazendeiros queriam mão-de-obra; empresários europeus pretendiam ocupar a capacidade de carga ociosa de seus barcos, no torna-viagem Europa-América; companhias de colonização pretendiam obter concessões territoriais para, em parcelas, vendê-las aos imigrantes; os imigrantes, por último, procuravam oportunidades para vencer. Nesse quadro de expectativas ninguém se preocupou com a presença indígena. E se alguém tivesse tido preocupações mais sérias a respeito, não faltaria quem dissesse que estava prejudicando a imagem do país na Europa, pois na época os imigrantes eram disputados pelos escritórios de dezenas de companhias de colonização, que tinham interesses em todo o continente americano. Falar que índios estavam presentes em certos territórios era aniquilar com qualquer projeto de colonização.

Por isto mesmo, Leonce Aubé (ob cit: 92/93) pinta as terras da colônia que estava a organizar, com a seguinte imagem: (...)"É a floresta virgem, com a vida exuberante que ela encerra e parece ocultar-se no silêncio que a envolve durante o dia, e só quebrado, noite dentro, pelos gritos e movimentos dos hóspedes que ali se acolhem; é a floresta magnificente que, às vezes, oculta o céu e a terra à vista de quem lhe penetra os umbrais e parece fechar-se sobre si mesma, como um túmulo (...)

(...) A noite, porém, aproxima-se e é demasiadamente tarde para regressarmos; tratemos, pois de obter um abrigo. E é a floresta que nos irá fornecê-lo (...) Terminada a casa (...) deveremos pensar na ceia que consistirá das provisões de que nos munimos, e, talvez, também de alguma caça apanhada durante o dia; depois, ajudados pela fadiga, dormiremos (...).

É em face dessa natureza que o homem solitário poderá reconhecer sua fraqueza e sua inferioridade; mas, ao mesmo tempo, poderá compenetrar-se da força que lhe deu a inteligência. De fato, alguns meses lhe bastarão para domá-la na sua rebeldia e fazer desaparecer todos os obstáculos que se lhe antepuserem; estradas largas apagarão os traços do carreiro quase intransitá-

vel; campos férteis e ridentes tomarão lugar da floresta, e habitações elegantes levantar-se-ão onde o viajante numa hora construira a casa para uma noite".

Havia preocupação em se convencer ao europeu, imigrante em potencial, que este ou aquele lugar era mais conveniente para se escolher. Havia que se criar imagens propícias à decisão da escolha. Surgem assim relatos, folhetins de propaganda, artigos em jornais e livros, elaborados por agentes interessados de um modo ou outro na colonização. Um desses livros, editado em Leipzig em 1863 (1), traça um perfil de cada núcleo colonial alemão existente no Brasil, além de detalhar sobre aspectos econômicos do País e das principais facilidades e dificuldades encontradas pelo imigrante. Sobre a existência de indígenas nos territórios que estavam sendo colonizados, diz Hoermeyer (1966: 33/34), seu autor: "Os índios selvagens, porém, comumente chamados bugres e de que há muitas tribos, vivem nas matas, onde em geral se alimentam da caça e da pesca, de pinhas e outras frutas. Aqui e ali se tornam perigosos para as colônias, porém só atacam quando um dêles foi ofendido ou molestado. Como, porém, na maioria dos casos só estão armados de arco e flecha e temem muito a arma de fogo, o emigrante não deve arrecear-se mesmo que more sòzinho na mata. Bastam alguns cães ensinados e uma boa espingarda de dois canos. Entretanto, ninguém necessita estabelecer-se sòzinho na mata e em cada colônia onde se teme o ataque de índios, o Govêrno mantém soldados para protegê-la".

Na primeira metade do século passado, entretanto, a colonização apenas se esboçara. O Governo, na verdade, estava apenas a fazer algumas experiências, partindo do exemplo oferecido pelos Estados Unidos e das pressões decorrentes da condenação da mão de obra escrava na Europa. A partir de 1850 a colonização toma impulso. A Lei Agrária promulgada nesse ano e os estímulos dados para que particulares se interessassem nos negócios de colonização, além da cessação do tráfico negreiro, garantiram um contínuo aumento no afluxo de imigrantes (2). No sul

(1) – Höermeyer, J. Was Georg seinen Deutschen Landsleuten über Bresilien zu erzaehlen weiss, 1863, Leipzig, trad. Bertholdo Klinger, Ed. Presença, 1966, Rio-GB.

(2) – Perdigão Malheiros, 1944: 178/179, afirma que "Até 1850 o movimento da imigração e colonização era quase insignificante, e frouxo; os núcleos coloniais do Império, compreendidos os de empresas particulares, contavam apenas 18.760 habitantes, o número de colônias foi limitado; de 1850 por diante este número cresceu e a população colonial orça hoje (1867) por 40.000 almas aproximadamente".

do Brasil, esse quadro é bastante flagrante. Segundo Perdigão Malheiros (1944: 180/181), entre 1850 e 1867, 26 núcleos coloniais foram instalados, sendo 4 no Paraná; 8 em Santa Catarina e 14 no Rio Grande do Sul.

Compreende-se, assim, que somente a partir de 1850 a colonização começa, em definitivo, a conquista do território ocupado pelos Xokleng. As suas andanças em busca de alimentos há muito estavam sendo limitadas. Não percorriam mais livremente o planalto, porque ali o criador de gado havia dominado os campos. No sul, nas terras baixas que seguiam a borda do planalto, o imigrante também já era presente, como também ao norte, nas margens do rio Negro e vizinhanças dos campos de Curitiba. Mas ainda havia muita terra e floresta para percorrer, em todo o território do atual Estado de Santa Catarina, e só em raras oportunidades o índio se apresentava ao civilizado, atacando-o. De outra parte, o civilizado, até então, somente costumava atravessar o território indígena, pelos caminhos que seguiam do Rio Grande e Curitiba ou de Desterro a Lages. Fora dessas rápidas travessias o território continuava livre do branco, e, portanto, raros eram os choques entre este e os silvícolas.

A colonização no sul do País tomou caráter de frente pioneira. Frente baseada na exploração da pequena propriedade agrícola, que de geração em geração deveria seguir adiante, em busca de novas terras. Nesse movimento, a frente tendia a eliminar o indígena dos territórios em que tinha interesse, pois, ele era obstáculo à sua expansão (1). Assim, na medida em que a frente se expande pelas terras virgens, aumentam as notícias sobre os ataques que os indígenas estavam a fazer aos colonos, tropeiros e moradores, em todo o território que estamos a focalizar.

É necessário ter presente também, que os Xokleng, embora arredios ao contato, tinham pleno conhecimento da presença dos brancos e a ela haviam se acostumado. A própria topografia, com as altas serranias próximas às vilas do litoral, facilitou ao índio observar o branco, sua vila e sua tralha. Embora as informações sobre este aspecto das relações entre índios e brancos sejam praticamente nulas, é fora de dúvida que os Xokleng várias vezes se aproximaram para observar o que faziam os brancos. O fato de utilizarem o ferro nas pontas de suas lanças e flechas, à épo-

(1) – Ribeiro, 1957: 23/24.

ca da pacificação, corrobora isto. Não se imagine, contudo, que o índio observava o branco para atacá-lo. Não, a observação era forma de saciar a curiosidade sobre o novo habitante, sobre suas roupas, armas, casa, etc. Mas por volta de 1850 as decisões que se haviam tomado na Europa, na capital do Império e nas capitais das Províncias do sul tiraram aos Xokleng qualquer possibilidade de fuga: seu território estava cercado e pronto para ser conquistado. Ao mesmo tempo, essas decisões deram origem a uma distribuição de papéis entre personagens que não tinham possibilidades de livre e conscientemente aceitá-los. Assim, nessa altura, estava armado o cenário e os principais atores, o índio, o colono e o bugreiro, começavam a representar o que lhes fora reservado. O teatro trágico estava definitivamente iniciado.

2. PRIMEIROS ATAQUES DOS XOKLENG ÀS COLÔNIAS

Até os finais do século XVIII são raros os dados a respeito de ataques de índios aos civilizados. As escassas notícias são ainda prejudicadas pela falta de indicação para nos permitir saber qual o grupo tribal responsável pelo ataque. Sabe-se que na vila de Lages, Correia Pinto, segundo Ramos, (1944:24), "Para diminuir os perigos das emboscadas dos indígenas nos matos do rio Caraá (...), mandou represar um pequeno córrego que ficava nos fundos dos quintais (...) formando um grande tanque para a lavagem de roupa (...)".

Sabe-se, também, que em certos trechos do "caminho de tropas" os tropeiros costumavam contar com a proteção de vaqueanos, conhecedores exímios das veredas e dos hábitos dos indígenas, para fazerem a travessia em segurança. As notícias, entretanto, são bastante vagas. Elas referem-se a ataques ou ameaças de índios, mas não esclarecem sobre o que realmente aconteceu. É provável, dado a escassa população e ao tamanho da área, que vez ou outra o índio dava ares de sua presença, ameaçando e fazendo temer o civilizado. Contudo, pouco ou nada ficou registrado.

No início do século XIX, 1808, aparece uma das primeiras notícias concretas. D. João VI, por Carta Régia, determinava que se fizesse guerra aos índios que realizavam incursões nas cercanias de Lages. Depois, uma placa de bronze existente em Caldas da Imperatriz, município de Santo Amaro, em Santa Catarina, dá-nos notícia da presença dos indígenas, no seguinte texto-homenagen: "À memória dos milicianos D'el Rey de Portugal aqui mortos pelos selvícolas em 30 de outubro de 1814,

quando em guarda a estas já afamadas thermas."

Mas é realmente com o início da colonização que as referências à presença dos Xokleng começam a se tornar constantes. Logo após a fundação de Itajaí, em 1836, os Xokleng realizaram uma incursão às proximidades de Camboriú. Cabral, 1937: 131, afirma que: "a falta de uma segurança maior, pois os silvícolas tentaram uma incursão, chegando até Camboriú, o isolamento que se encontravam, fizeram com que os colonos abandonassem as terras, só a ellas voltando depois que uma fôrça de pedestres se installou em Belchior".

Quase ao mesmo tempo os indígenas aparecem nas proximidades da colônia D. Affonso, também chamada Nova Itália. O governo provincial, para evitar a debandada dos colonos, enviou para ali uma força de pedestres. A criação da força de pedestres, (Lei nº 28, de 25/4/1836), pelo governo provincial, com o fim de levar seu efetivo a proteger as colônias das correrias dos indígenas é um dado de importância. O governo estava convicto que o colono deveria ser amparado, protegido. A força de pedestres destinava-se a concretizar essa proteção.

No ano seguinte, o governo provincial promulgou a Lei nº 70, de 28 de abril de 1837, que isentava de prestação de serviço na Guarda Nacional os moradores das localidades situadas no sertão, expostas aos ataques dos Xokleng. No seu artigo I, dizia o texto legal: "Ficam isentos do serviço ordinário da Guarda Nacional, os moradores dos sítios d' Araranguá, Cabeceiras do Rio da Madre, Tijucas Grandes, Itajaí e em quaisquer outros lugares centrais, onde as habitações, por isoladas, sejam expostas a ataques do gentio ou possam servir de centro e de apoio ao estabelecimento de colônias" (1).

As notícias ainda são escassas e supérfluas, pois na realidade até o início da segunda metade do século passado os Xokleng pouco incomodavam os brancos. Também esses não tinham ainda penetrado o território indígena. Entretanto, ao começar a fixação de núcleos coloniais nos vales litorâneos, a presença dos Xokleng não pode ficar desconhecida. Foi em Blumenau que se registrou esta presença com todo o pormenor, esclarecendo-nos sobre as cenas trágicas que ocorreram quando um grupo de índios se aproximou da casa do fundador da Colônia, que estava ocupada por alguns colonos. O registro foi feito no dia seguinte ao da aproximação dos índios, pelo Prof. Ostermann, em carta ao

(1) — Ferreira da Silva, 1967: 168.

Dr. Blumenau, que se encontrava em viagem (1): "Velha, 29 de dezembro de 1852. Mui prezado senhor Doutor. Um importante acontecimento obriga-me a escrever-lhe esta carta. Ontem à tarde, depois da hora de descanso e de haver tomado café, fui ao jardim para plantar feijão, enquanto os meus companheiros Schramm e Toepel se ocupavam em limpar as suas espingardas e carregá-las novamente. Enquanto estavam nesse mister, ainda brincavam dizendo: "agora estamos preparados para receber bugres caso eles venham nos atacar".

De repente ouviram gritos saidos da roça de mandioca. Schramm foi ao dormitório, que ficava em cima, para ver o que se passava e viu três bugres no alto, ao lado do rancho de secar tijolos e telhas. Tomou, ràpidamente da espingarda e correu em direção aos bugres. Estes recuaram um pouco. Neste momento, aos chamados de Schramm, deixei o jardim e entrei em casa. Schramm procurou, então, falar aos bugres, por mímica, largando a espingarda no chão e mostrando-lhes um ramo verde como sinal de paz.

Os três bugres conferenciaram entre si. O cacique se achava dentro da plantação e dali dirigia o assalto, ordenou-lhes e mais a outros bugres que se achavam escondidos, que atacassem a casa e os moradores. Os bugres avançaram e Schramm levantou a arma do chão.

Nesse interim, Toepel havia carregado as restantes espingardas existentes.

Eu a e criada Lisette, que estava muito assustada, apressamo-nos em ir de canoa, até a embocadura do Garcia para chamar os homens ali ocupados. No lugar "Velha", achavam-se, no momento, só quatro homens.

Embarcamos na canoa sete homens, entre os quais Fritz Deschamps e W. Friedenreich. Os restantes seguiram por terra até a Velha. Quando chegamos perto do local do assalto, ouvimos alguns tiros. Schramm e Toepel tinham recuado de propósito até o sótão da casa nova para animar os bugres a se aproximarem. Existia pouca pólvora e chumbo e era preciso ganhar tempo até que chegassem os homens do Garcia.

(1) – Além desse depoimento, publicado in Blumenau em Cadernos, tomo XI, nº 9, 1970, a partir de publicação constante do Calendário Blumenauense de 1934, conhecemos sôbre o episódio uma narração feita em 1908 pelo imigrante Fritz Koegler, Blumenau em Cadernos, tomo XI, nº 9, 1970: 161/166; e uma carta do Dr. Fritz Müller ao Dr. Blumenau, apud Ferraz, Paulo Malta, 1948: 263/264.

Cinco bugres aproximaram-se apressadamente da casa e entraram na sala, examinaram a mobília e começaram a carregar, com muita alegria tudo quanto achavam bom. Ressoou, nesse momento, um tiro, partindo do sótão da casa e um dos bugres foi ferido no ombro. O ferido e os demais assaltantes, com gritos e lamentos, abandonaram precipitadamente a casa entrando na roça de mandioca. Enquanto fugiam, atiraram muitas flechas visando aos atacantes da janela da casa, felizmente sem ferir ninguém.

Schramm e Toepel atiraram também contra os fugitivos, ferindo dois dêles. Um caiu, mas auxiliado por seus companheiros pôde entrar na roça de mandioca e, dali, no mato. Como já fôsse noite fechada, deixamos de perseguir os bugres. Os homens que comigo tinham vindo do Garcia chegaram pouco depois da fuga dos bugres e pernoitaram conosco na Velha. Perto da casa e nas imediações da roça encontramos 4 arcos e 8 flechas.

Ao romper do dia 29, principiamos, com a assistência de Schramm, a perseguir os bugres. Entrando no mato, logo atrás da plantação de mandioca, achamos um bugre ferido, sem sentidos, em estado gravíssimo. Mandei sem demora, chamar o Sr. Friedenreich para ver o moribundo. Antes, porém dele chegar, o bugre faleceu.

Era uma figura aliás, robusta. Tinha aproximadamente, 20 anos e, no lábio inferior, um pedaço de madeira, característico da tribo dos botocudos. Transportamos o cadáver e demos-lhe sepultura.

Avisei o comandante do destacamento dos soldados de Belchior para mandar percorrer os vales do "Velha" e do "Garcia".

Comunicando estes fatos, observo que aqui continuamos sempre com coragem e trabalhando para adiantar a Colônia. Esperando suas ordens ou seu pronto regresso, subscrevo-me com toda estima (Ass.:) F. Ostermann."

Fica claro, pelo documento acima, que os imigrantes localizados em Blumenau sabiam da existência de índios nas florestas do Itajaí. Fica claro, também, que o imigrante tinha como segurança imediata a arma de fogo que sempre estava ao seu alcance.

Por sua vez os Xokleng tinham uma larga experiência de lutas. Tradicionalmente eles mantinham guerra com os Kaingang, ocupantes do planalto. Internamente, numa seqüência que colocava em risco a própria existência do grupo, estavam vivendo uma fase de disputas entre os vários grupos-locais. Sobre este aspecto Henry (1944: 130) diz que "(...) a sociedade Kaingang tinha um terrível defeito – a vendeta. Na sociedade Kaingang não havia tranquilidade real, pois pequenos grupos de 50 a 300

1855, o meu amigo Paulo Kellner estava ocupado, juntamente com um trabalhador belga e outro suíço, nas suas terras do Itajaí-mirim, algumas horas para cima do último morador, fazendo um açude para o seu engenho de serra.

Depois do meio dia, êle já havia carregado o primeiro carro e estava carregando o segundo, quando o belga, de repente gritou: "Olha os bugres!"

Kellner voltou-se e viu, a poucos passos diante dêle, numa pequena elevação, uns oito indivíduos côr-de-cobre, nús, que, com o maior sangue frio dêste mundo retesavam os seus arcos.

O forte e audacioso Kellner avançou para êles ameaçando-os com uma pá; um dos bugres pulou para trás, enquanto outro rebatia a pá com o arco, logo depois de ter disparado uma flecha, destinada ao peito de Kellner, mas que lhe perfurou o braço direito, pouco abaixo do ombro. Ao mesmo tempo, os seus dois companheiros caiam varados por flechas. E, enquanto Kellner corria para casa, que ficava a uma distância de uns oitenta passos, foi atingido, nas costas, por um segundo flechaço. Êle gritou pela mulher do suíço, para que lhe trouxesse uma espingarda. A mulher, porém, apavorada, desorientada veio com um tição aceso. Êle mesmo foi, então buscar a espingarda e, com as duas flechas, de mais de um metro de cumprimento, cravadas no corpo, conseguiu ainda dar cinco ou seis tiros nos bugres, que, escondendo-se por detrás dos troncos do mato, desapareceram.

O suíço tivera o coração varado por uma flecha e morrera instantaneamente. O belga, que era o mais alto e o mais forte dos três, fôra atingido por duas flechas de pontas de ferro, as quais, entrando pelas costas, cravaram-se na parte interior do peito (...)".

No ano seguinte, 1856, a sorte dos Xokleng foi definitivamente selada pelo Presidente da Província, Dr. João José Coutinho. Em sua "falla" à Assembléia, o governante afirmava: "que a única maneira realmente efficaz seria obrigar estes assassinos e filhos de bárbaros deixarem a floresta localizando-os em logares dos quais não pudessem fugir".

Oficializava-se o dito popular de que "índio somente é bom morto".

3. COMPANHIA DE PEDESTRES E TENTATIVAS DE CATEQUESE

Preocupado com a colonização das terras localizadas entre o litoral e o planalto e pressionado pelos reclamos dos civiliza-

indivíduos estavam perpetuamente empenhados em lutas aniquiladoras que iam, gradualmente, reduzindo a população até o desaparecimento. Nessas vendetas, parentes eram lançadas contra parentes e, às vezes, mesmo irmãos contra irmãos. Os acampamentos eram atacados à noite e homens, mulheres e crianças eram impiedosamente trucidados. Não havia clemência: um só sobrevivente podia vingar-se dos assassinos de sua gente. Muitas vezes as conspirações que preparavam caminho para os assassinatos eram obras-primas de hipocrisia e traição. Pessoas convidadas a festas com tôda a demonstração de amizade eram mortas depois que ficavam embriagadas" (...)

É provável que a razão dessas lutas internas fosse a disputa pelos territórios de caça, que há muito estavam a escassear. Disputando o domínio do planalto aos Kaingang e sendo daí expulsos, os Xokleng ficaram sempre sujeitos a períodos de penúria. Penúria que os levava, às vezes, a voltar aos campos do planalto em busca de alimentos. A presença dos tropeiros e criadores logo começou a dificultar ainda mais essas incursões. E, depois, o colono penetrou nos vales abrindo clareiras, semeando roças e disputando também a caça, o palmito e outros recursos.

Nesse quadro, não se pode pensar que os Xokleng resolveram decretar guerra ao branco-invasor. Não se pode pensar, também, que os indígenas se aproximaram do branco e de sua propriedade sempre com o intuito de observar, de ver o que fazia o novo habitante, pacificamente. Na realidade os Xokleng eram homens e, como tais, sujeitos a emoções e atitudes imediatistas, desconectadas de qualquer objetivo futuro. Não havia assim guerra ao branco e sim revide a ataques ou simplesmente agressão, motivadas, às vezes, pelo encontro de índios e brancos em territórios que ambos tinham interesse. E para um povo que vivia já em estado de guerra, a presença dos brancos na floresta, com suas armas barulhentas, não poderia significar paz.

Depois dos eventos ocorridos na casa do Dr. Blumenau, os Xokleng voltaram a aparecer nas proximidades da colônia somente em janeiro de 1855, quando foram avistados nas vizinhanças de Itoupava. No final deste ano, nas proximidades de Itajaí, os Xokleng realizaram um ataque, sobre o qual Fritz Müller oferece detalhes em carta que escreveu para o Sr. Lamprecht, em 12 de maio de 1856 (1). Diz o missivista: "A 9 de novembro de

(1) – Cf. tradução incluída em "Primeiros assaltos de Bugres no Itajaí", in Cadernos de Blumenau, nº 12. tomo 3, 1960, p. 241;

dos que estavam interessados em penetrar no sertão, o governo provincial criou em 1836 a Companhia de Pedestres, através da Lei nº 28, de 25 de abril. Dizia o texto legal em seu artigo primeiro: "Ficam criadas seções de pedestres que terão por objeto: 1º – Guarnecer presídios ou guardas que se houverem de estabelecer em diferentes pontos da província; 2º – explorar e correr os matos, nos oito meses que decorrerem de setembro a abril, inclusivamente; 3º fazer picadas de comunicação; os acampamentos e quaisquer obras precisas para o desempenho de suas obrigações; 4º – proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto do gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arranchamentos, fazendo todo o possível por apreendê-los e, no caso extremo de resistência, destruí-los (:..)" (1).

As "Seções de Pedestres" foram organizadas e instaladas inicialmente em Itajaí e São Francisco. Sua organização admitia a presença de um sargento, um cabo e quinze soldados. Em termos práticos, os pedestres pouco atuaram. No ano de 1849, depois de algumas correrias de índios no norte da Província, nas proximidades do Rio Negro, o Presidente da Província, Severo Amorim do Vale, resolveu aumentar o efetivo dos pedestres. Enviou para São Francisco um sargento, um furriel e três soldados. Para Itajaí mandou um furriel e três soldados. E juntou ao insignificante reforço, a ordem para que se contratasse até vinte voluntários sempre que fosse necessário (2). Os pedestres em maioria eram casados e sempre tratavam primeiro de seus labores de roça e família, para depois cuidarem da defesa.

No ano de 1856 a tropa de Pedestres em Santa Catarina contava com 70 homens. Entretanto, a ela se referiu o Dr. Blumenau dizendo que de cada cinco tiros que dava, falhavam quatro, tal o estado de velhice do armamento, além da ferrugem que o consumia (3)

A esta época o problema indígena começava a preocupar aos administradores e aos interessados nos negócios da colonização. Os pedestres pouco podiam fazer, pois viviam estacionados em locais em que o índio não aparecia. Quando batiam os matos, não encontravam índios. Quando usavam seu armamento, ele se apresentava em estado precário. Os pedestres não estavam habilitados, nem equipados, para a função e com eles ou sem eles

(1) – Cf. Ferreira da Silva, 1967; 168.

(2) – Deeke, 1967: 103.

(3) – Cabral, 1937: 117.

os índios realizavam suas incursões às terras que o civilizado estava a penetrar. Por essa deficiência básica, os pedestres foram dissolvidos em 1879. Pelo Aviso Ministerial de 23 de agosto, o governo alegava que por medida de economia não poderia mais manter a tropa (1).

Mas ao mesmo tempo que o governo criava e mantinha a tropa de Pedestres para dar segurança às povoações e colônias que se instalavam no sertão, surgia a consciência de que a medida pouco adiantava. Os índios não fugiriam para centros distantes a simples vista do branco. Na verdade, não havia para onde fugir, pois os indígenas estavam cercados.

Nesse quadro pensou-se em submeter os índios pela catequese religiosa (2). Em 1849, no relatório com que entregava a Presidência da Província, Antonio Pereira Pinto dizia: "O gentio tem no presente anno com não commum atrevimento assaltado alguns estabelecimentos ruraes ao norte da Província. He minha opinião que enquanto não se tentarem os aldeamentos diffícil será recusarem-se seos habitantes a esses ataques. Impellido por essas ideas, sollicitei do Exmº Snr. Ministro do Império a remessa de dous missionários capuchinhos, para com tão valioso concurso tentar o começo de huma aldea. Logo, que estes chegarem, e forem coadjuvados por hum director de Indios, que tome interesse n'essa proficua empresa, estou, que se colherão sasonados fructos (...)"

Mas só em 1868 os padres capuchinhos Virgílio Amplar e Estevam de Vicenza foram comissionados para iniciarem a catequese, respectivamente em Lages e Itajaí. E não lograram nenhum sucesso, pois, segundo Paula (1922:118), "(...) estes religiosos jamais se embrenharam nos sertões, para entabolar relações com os índios".

(1) – Deeke, 1967: 105. Embora criada pelo Govêrno Provincial, a tropa de Pedestres foi vinculada ao Batalhão do Depósito e assim sujeita ao Ministério da Guerra. (Veja-se Relatório do Presidente da Província, de 1859).

(2) – No Rio Grande do Sul e no Paraná ocorreram esforços semelhantes. Entretanto, os padres foram levados a trabalhar com índios Kaingang e os resultados que alcançaram também foram medíocres. No Rio Grande, narra Schaden, F. (1963: 74) que "Os resultados de obra de pacificação não parecem ter sido muito sastifatórios, pois já em 1852 o governo resolveu subtrair aos jesuítas os privilégios concedidos e naturalmente também a subvenção que lhes vinha pagando. Os capuchinhos, que estavam em contacto com os Kaingang do Paraná, declinaram do convite de estender a sua atividade também aos do Rio Grande do Sul (...)".

Os Presidentes da Província de Santa Catarina, na medida em que se agravavam as relações entre índios e brancos, com nítidas desvantagens para aqueles, não deixaram, pelo menos em relatórios, de deplorar a falta dos serviços de catequese. Nas "fallas" dos Presidentes à Assembléia, nos anos de 1876, 1880 e 1885 há apelos ao Governo Imperial para instalar a catequese junto aos Xokleng. Segundo relatório de Manoel Pinto de Lemos, ao passar a administração da Provincia para o Dr. José Lustosa de Cunha Paranaguá, em 1885, (...) "O Ministério d'Agricultura pelo Aviso de 25 de julho último resolveu encarregar o Revdº Frei Luiz de Cimitile, antigo missionário dos aldeamentos indígenas da província do Paraná, de estabelecer em Santa Catharina um ou mais aldeamentos de índios. Chegando a esta capital (Destêrro–SCS) a 14/10, seguio no dia 28 a ex-colonia Azambuja, onde recomendei que fixasse temporariamente a sua residência, em uma das casas do Estado, envidando todos os esforços a fim de estabelecer quanto antes um aldeamento de índios nas immediações do logar, conforme lhe parecesse mais conveniente, e para onde mais tarde, deveria transferir residência.

Foram-lhe ainda facultados todos os meios para a acquisição de auxilios e guias, conhecedores dos habitos dos índios e da giria dos selvagens. Mandei por à sua disposição, para as despezas, o crédito de 1:800$000, concedido pelo Ministério d' Agricultura.

Não conseguindo no logar o pessoal preciso, voltou o missionário a esta capital, e expoz-se a necessidade de ir à província do Paraná, onde contava obter com mais facilidade alguns índios mansos para auxilial-o (...)".

A catequese religiosa acabou não dando resultado prático algum. Frei Luiz de Cimitile não chegou a converter nenhum índio, nem tampouco se esforçou muito para fazê-lo. A República sucedeu ao Império, transformando as províncias em Estados, mas a situação indígena continuou a mesma. O século também mudou. No ano de 1905, ainda se falava em catequese dos silvícolas. A preocupação agora já era de, pelo menos, se ter a satisfação da tentativa. Na sua Mensagem à Assembléia, o Vice-Governador Cel Vidal Ramos, exercendo o governo, diz: "Insisto pela decretação de uma verba para o serviço de catechese.

Não devemos desanimar ante as dificuldades que a empreza offereça, porque, se não formos bem succedidos, restar-nos-ha a satisfação de havermos cumprido um dever de humanidade, fazendo o possível para salvar a infeliz raça indígena que vive nas nossas mattas".

Mas não havia aceitação coletiva desse dever de humanida-

de. E, no ano seguinte, o Cel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Presidente do Congresso no exercício do governo, afirma em sua mensagem: "não sou d'aquelles que têm a utopia da facilidade da catechése (...) O problema da catechése é um dos mais sérios e complexos, e sem uma prévia observação, sem o conhecimento exato do terreno em que se terá de operar, nenhuma tentativa deve ser iniciada, amenos que se queira sacrificar inutilmente vidas e capitaes (...)".

Um outro aspecto da questão, entretanto, não era focalizado pelos governantes. Trata-se do referente ao interesse dos religiosos em aceitar o encargo de atrair e pacificar os indígenas. Nesse sentido, a angústia revelada nas interrogações de um autor catarinense, à época, esclarece o que se passava (Vieira da Rosa, 1905: 310): "Nada se faz actualmente em favor dos pobres indígenas, e o espírito christão que animou os antigos jesuítas parece ter desaparecido para sempre (...). Porque não se dirigem esses apóstolos de uma e outra religião, quer protestante, quer catholica romana, às mattas, as tabas indígenas e chamam seus habitantes à civilização, ao seio da igreja christã que é a mais bella e mais pura manifestação d'esta civilização?

Não serão os mesmos homens? Dar-se-ha o caso de haverem diminuido o ardor, a ponto de pregarem o Evangelho onde já elle não precisa ser pregado?

O amor das riquezas, o bem estar que uma boa meza e uma boa alcova proporcionam, impedem que o padre vá (...) pregar aos selvícolas? (...)".

E somente se voltou a falar de catequese religiosa dos indígenas, quando toda a Nação brasileira foi sacudida pela discussão que antecedeu a criação do órgão governamental de proteção ao silvícola, o Serviço de Proteção aos Índios. A essa altura, 1910, muitos se interrogaram se não seria conveniente entregar aos religiosos a tarefa de atrair e pacificar o gentio, porque o Estado não tinha experiência no assunto.

4. BATEDORES DE MATO E TENTATIVAS DE ALDEAMENTOS LEIGOS

As expectativas dos administradores sobre o recuo dos indígenas para o mais distante sertão começaram a desaparecer simultaneamente com o incremento da imigração e conseqüente instalação de novos núcleos coloniais. A tropa de Pedestres e a isenção de engajamento na Guarda Nacional, que permitia a presença de homens válidos em todos os povoados e colônias, não eram suficientes para proteger a propriedade e a vida dos bran-

cos. Não eram suficientes também para fazer desaparecer o temor dos que migravam e se instalavam nos núcleos coloniais, em plena selva. As administrações das colônias logo se aperceberam disto e trataram de montar um novo esquema de proteção. Assim em Blumenau, sob os auspícios do Governo Provincial, se organizou um grupo, denominado batedores de mato, destinado a tomar as medidas necessárias a pacificar os silvícolas ou, pelo menos, mantê-los afastados dos locais onde os colonos estavam a se localizar. Tratava-se, na verdade de um grupo vinculado à Companhia de Pedestres, mas com organização mais dinâmica.

Foi designado para chefiar esse grupo, Frederico Deeke, experimentado conhecedor da região. Um autor blumenauense afirma que "Sua gente tinha ordem expressa de não atirar contra os selvagens, a não ser em extrema necessidade. Nas profundezas da selva eram levantadas cabanas, onde eram postos presentes para os índios, com o propósito de que estes, voluntariamente, se aproximassem, e por intermédio de um intérprete, trazido do Paraná (...) entrassem em contato com os brancos. Nada porém deu resultados (...)". (1)

Outros grupos de batedores de mato foram instalados em diversas colônias. Todos, entretanto, agiram sem realizar qualquer tentativa de pacificação dos índios. Na verdade, esses batedores tratavam de dizimar os grupos indígenas que encontravam, forma simples de solucionar o problema.

A experiência realizada por Frederico Deeke, parece ter sido diferente. Em 1877, ele foi autorizado pelo Dr. Blumenau a procurar um intérprete, capaz de atrair o gentio. E o diretor da Colônia, credenciou a Frederico Deeke com o documento abaixo (1) que também oferece vantagens a pessoa que aceitasse o cargo.

"Diretoria da Colônia de Blumenau
7 de junho de 1877

O Sr. Frederico Deeke, Comandante da Guarda dos Batedores do Mato, contra as correrias dos selvagens desta Colônia e portador da presente, está por ordem superior autorizado, e por esta diretoria incumbido, para procurar, e sendo possível engajar imediatamente e consigo levar para esta colônia um indivíduo conhecedor da língua dos selvagens que infestam as partes setentrionais da Província de Santa Catarina, e dotado dos demais

(1) – Deeke, J., 1967: 105.

requisitivos para com eficiência e vantagem funcionar como intérprete e intermediário nas relações pacíficas que se deseja estabelecer com os mesmos índios.

A tal interprete qualificado se oferecem as vantagens seguintes:

1º – Indenização das indispensáveis despesas de viagem do atual domicilio até o que escolherá em está colônia com a família se êle a houver;

2º – Um lote de terra colonial como propriedade, sob as condições normais em vigor, mas sem pagamento à vista, a escolher pelo interprete em localidade apropriada por entre os lotes medidos e disponíveis;

3º – o auxilio gratuíto para o primeiro estabelecimento de vinte mil réis para o chefe da família e para cada um membro da sua família maior de 10 anos, cujo auxilio será pago em prestações sucessivas;

4º – o auxilio de cincoenta mil réis, a reembolsar ao Governo no futuro, para a primeira derrubada e construção da sua morada;

5º – gratificação mensal de cincoenta mil réis, por ora por um ano a contar desd'a entrada nesta colônia do interprete, e a pagar como de costume;.

6º – a perspectiva de um engajamento prolongado por uma série de gratificações extraordinárias, estas últimas porém só no caso de que pelos serviços do interprete os selvagens de ora em diante cessem as correrias, roubos, assassinatos e outros malefícios que costumam praticar contra a sociedade civilizada.

O Diretor
Dr. H. Blumenau".

No ano seguinte, Deeke realizou diversas expedições nas florestas do Itajaí, em tentativas simultâneas de aproximação e afugentamento dos silvícolas. De aproximação, por que sempre se utilizava do intérprete que trouxera do Paraná. De afugentamento, porque suas andanças tomavam caráter de perseguição aos indígenas que realizavam ataques a civilizados. Deeke narra isto num relatório ao Dr. Blumenau, que reproduzimos na integra (1).

(1) – Cf. Tradução feita por J. Ferreira da Silva, localizada nos arquivos da biblioteca Fritz Muller, Blumenau.

"Colônia de Blumenau
29 de março de 1.878
A exma. Direção da Colônia de Blumenau.

Referente à nossa última expedição em perseguição aos bugres, os quais no dia 24 de fevereiro do ano fizeram um assalto no Caminho dos Tiroloses, permito-me fazer as seguintes observações.

Durante a primeira semana o nosso empreendimento não progrediu satisfatoriamente, em parte devido aos fortes aguaceiros então verificados, como pelo fato de terem os bugres continuamente mudado o curso de sua viagem, e ainda por terem diversos dos meus homens perdido a vontade de participar da excursão, simulando doenças, e pondo-me por isso na eminência de substituí-los, indo a procura de outros. Somente na segunda semana teve início a excursão propriamente dita. Sabendo eu por experiência que, para ter-se alguma esperança de alcançar os bugres após um dos seus assaltos, convém não seguí-los imediatamente, por eles costumarem deixar um grupo para trás, a fim de observar os perseguidores e despistá-los, entramos no mato somente após a habitação do último colono do Rio dos Cedros, visando avançar por detrás das montanhas que constituem a divisa das águas do rio Benedito, em direção norte, para depois desviar para oeste, para escapar assim as sentinelas dos bugres e as armadilhas de seus rumos dissimulados, para, se por acaso tivessem tido a audácia de acampar nas imediações da colônia, barrar-lhes a fuga.

A excursão decorreu normalmente, embora adoecessem sucessivamente, em parte de maneira grave, três de meus componentes de turma, os quais fui obrigado deixar para trás com acompanhante, ficando eu apenas com um grupo de doze homens, Depois de quatro dias de marcha encontramos uma pista – um lugar onde os bugres, possivelmente há três semanas, mais ou menos, abateram uma anta, carregando a carne em direção norte. Supús que êste rastro iria levar-nos ao acampamento geral.

Depois de seguí-los durante dois dias, chegamos a um dos acampamentos de verão, parecido com aquele que descobrimos há pouco tempo no Itapocu. Os bugres, segundo vestígios, já haviam abandonado êste acampamento antes do assalto, depois de prolongada permanência no mesmo, segundo indícios. O grupo maior tinha seguido em direção oeste, um menor, porém, possivelmente participara do assalto, devido à direção sul, através às montanhas, que enveredou.

O mencionado acampamento de verão, era constituido de dois ranchos arquados, recobertos de fôlhas de palmeiras, aloja-

mento calculado para umas 40 pessôas cada. Nêstes ranchos achamos 9 gamelas de bordas altas e retas e ao lado de uma delas um socador de pau e montões de cascas quebradas de coquinhos, muitos poucos ossos, parece que comeram pouca carne o tempo todo, pois a caça é mesmo escassa nesta região. A vegetação aí é faxinal, pinheiros e palmeiras aparecem só nas partes mais húmidas; há grandes regiões de planaltos, com terra fraca, barrenta e turfosa, a 6 e 8 palmos de subsolo já se encontram camadas de rocha xistosa. Os paredões das serras circunvizinhas são de pedra lisa, nas regiões montanhosas, nas colinas, a terra é melhor, há muita madeira boa, às vezes canelas de grande espessura. Os brugres, ao que parece, durante a sua estadia no acampamento se alimentaram quase que exclusivamente de côcos, tento derrubado quasi todos os coqueiros dos arredores.

Segundo observei, ao que parece êles não aproveitam só os frutos e a parte comestível dos palmitos, como também a seiva. Em quasi todos os coqueiros derrubados havia orifícios abaixo da copa, nos quais se encontravam pauzinhos em forma de calha. Após saborearem a polpa, juntaram os coquinhos em pequenos montões, provavelmente para mais tarde quebrar a casca com o socador.

Havia brinquedos de crianças, cestinhos e um pasto com uma cerca de bambuzinhos, dentro do qual havia um curral redondo com um animal reproduzido em xaxim, representando uma anta ou vaca.

Deste acampamento seguia ainda um terceiro caminho em direção oeste, pelo qual os bugres, presumivelmente, haviam chegado, e o qual nós resolvemos seguir. Pouco antes de chegar ao dito acampamento, vimo-nos obrigados a desfazer-nos de nossa bagagem, pela necessidade de deixar aí outro doente, de pé perfurado, o qual não podíamos transportar para adiante, nem levar de volta. Como tivesse esperança de encontrar índios ainda nas proximidades, carregamos sòmente utensílios mais necessários, e alimento para três dias. Mandei preparar pão de farinha de mandioca e assar churrascos, para não mais fazer fogo. Marchamos com o maior cuidado, sem fazer barulho ou falar, ou dar as costumeiras pancadas de facão, – forçamos a passagem cortando com cuidado, silenciosamente, galhos caídos, etc. que nos barravam o caminho, o que, aliás também já haviamos feito nos dias anteriores. Mesmo assim tivemos um observador nos acompanhando já durante dias. Não sei se êle nos descobriu pela fumaça de nosso acampamento geral, na retaguarda, ou se foi por acaso. Quando nós, após pequeno rumo errado, voltamos atrás,

encontramos a picada fechada com folhagens de taquara; outras vezes sentimos sua presença à dianteira. Quando nós, à noite, depois de preparado o acampamento para repouso, nos retiramos para a picada, sentíamos voltá-lo na mesma direção; à noite êle rondava o nosso pouso, e na outra manhã já o percebíamos novamente, tomando-nos à dianteira. A picada acusava sinais de longo uso. Havia pontes sôbre pequenos lagos e fontes, e nos troncos de árvores caídas sôbre o caminho, havia degraus feitos à machado, para evitar quedas. Depois do primeiro dia de marcha nesta picada cruzamos o caminho dos bugres que empreenderam o assalto. Partia do sul e seguia ao trilho de picada principal em direção oeste. Neste caminho encontramos primeiro um acampamento mais antigo de índios, onde achamos, num rancho mais afastado, quatro cestos de água e três vasilhas de barro. Pelas aparências podia-se supor que os habitantes dêste rancho tivessem abandonado o mesmo em fuga, depois de uma luta com os moradores dos outros ranchos, pois estes estavam intactos, e só havia objetos abandonados, sem valor, ao passo que o primeiro achava-se danificado, e os cestos de água e vasilhas de barro estavam em estado de novo; depois de outro dia de marcha encontramos outro acampamento, de construção recente, com cinco ranchos, onde se podia avaliar em pessoas, talvez, os que nêle estivessem acampados. Como pouco antes tivéssemos encontrado uma pegada recente, e ouvíssemos o som de machadadas e uma voz humana, supuzemos encontrar os bugres aí. Aproximamo-nos sorrateiramente, mas encontramos o acampamento abandonado e o fogo apagado. Os bugres deviam ter deixado êste rancho há uns 4 ou 5 dias, os ruídos que ouviramos teriam sido possivelmente de um bugre sentinela, com intuito de enganar-nos. Nêste rancho achamos a dentadura de um cavalo, perto do fogo haviam acumulado uma porção de pinhas, e pinhões assados, mas estavam quase todos ainda imaturos.

Mandei cobrir êstes ranchos com junco, para nêles pernoitar. Eu segui ainda, em companhia de 6 homens, durante mais de duas horas a picada, e cheguei a mais um acampamento, com 4 ranchos bem grandes, os quais eram velhos, mas com vestígios de terem sido ocupados há pouco tempo. A picada havia mudado o seu curso para noroeste. Neste acampamento encontravam-se restos de roupas roubadas no ano passado aos tirolezes, e um isqueiro, de madeira seca, guardado dentro de um bambú, embaixi das vigas. Nêste rancho haviam pernoitado, há duas noites, presumivelmente, uns cinco homens, como demonstravam os lugares de pouso. Suponho que se tratasse do contingente da retaguarda dos assaltantes. As pegadas quasi não tinham sido

atingidas pela chuva, mas eram fracas, uma podia resultar de um menino de 12 anos apenas. – De lá nós voltamos. Um dos meus homens me tinha dito nêste dia que eles haviam combinados entre si que não me acompanhariam no caso de eu querer prosseguir a excursão até encontrar o acampamento geral dos índios, pois o nosso grupo não era constituido do número suficiente de homens para tal empreendimento. Mesmo que não fôsse esse o motivo que me fez desistir, fí-lo por outros. Os doentes que tínhamos deixado em pontos diferentes, só com um homem, cada para sua defesa, eu não podia expô-los a longa ausência, além do mais as nossas reservas alimentícias estavam esgotadas; só restavam feijão, farinha de mandioca e café. Assim resolvemos voltar no dia seguinte. Durante a noite ouvimos rumos de passos e outros ruídos provindo de várias direções, se aproximando do rancho, – nós saltamos, com as armas em punho, para fora do rancho. Aí cessaram os ruídos. Logo que conversamos novamente no rancho, tornamos a observar a aproximação de passos, mas assim que nós quedamos em silêncio, fez-se silêncio também la fora. Por fim êles se convenceram da nossa vigilância e os passos se afastaram em várias direções. Não sei si êles quizeram observar-nos ou se eram componentes da retaguarda, isolados pelo nosso grupo, os quais pretendiam ultrapassar-nos durante a noite.

Na nossa volta seguimos ainda outras picadas, alcançamos a outros acampamentos abandonados, que haviam sido ocupados durante o verão. Tôda a região era uma rêde de picadas, seguindo quasi todas direção oeste. O que dificultou novamente esta nossa excursão, foi a falta de barracas, porque a mata faxinal não fornece folhagem para recobrir um rancho. Tôdas as noites tínhamos tido chuvas, e as nossas roupas haviam ficado enxarcadas. Embora tivéssemos o propósito de não fazer fogo, fomos obrigados a fazer uma fogueira para enxugar as nossas roupas. Além da tenda indispensável, se tornaria necessária, para o último avanço para perto do acampamento dos índios, uma pequena reserva de gêneros alimentícios que não precisassem ser cozireserva de gêneros alimentícios que não precisassem ser cozidos, como pão de conserva, linguiça defumada e um pouco de cachaça. A fogueira acusaria logo a presença de nossas pessoas aos índios. O prazo de um mês, também é pouco para tal empreendimento, e o número de 16 homens de um contingente para tal finalidade, também é insuficiente. Deve-se contar sempre com uns casos de doentes, que por sua vez necessitam de um acompanhante. Na última etapa, antes de chegar às proximidades do

acampamento geral dos bugres, seria preciso abandonar a bagagem e deixá-la com a devida guarda, para não cair nas mãos dos bugres.

Eu proponho o acampamento principal dêles localizado entre as bacias do Benedito, Rio Preto e Itajahy do Norte, pois picadas daqui, como as da região serrana, segundo me disse o Jeremias Gonçalves, tem tôdas a direção para a dita região. A continuação da nossa excursão ter-nos-ia levado às proximidades do acampamento central dos índios. Como êles receiassem isto, calculo eu, improvisaram um assalto na Itoupava, para despistar-nos , e afastar-nos da região do Benedito.

Sou de opinião que, se é que se resolver tomar medidas eficientes contra os bugres, será necessária a construção de um desfiladeiro para mulas de carga até o alto do divisor das águas contra o Rio Preto, para possibilitar o transporte de gêneros para a manutenção de um maior número de homens, a qualquer hora, desfiladeiro êste que por sua vez, incurtaria também o tempo de transporte, e com isso o gasto dos gêneros, pois o transporte que nas picadas existentes seria de um mês, num desfiladeiro adequado levaria apenas poucos dias.

O custo de tal vereda que avançasse até mil braças mata a dentro, incluindo a despesa com pequenos pontilhões, etc, como a construção de ranchos seguros, distantes um do outro de uma viagem diária de mula de carga, tal empreendimento eu orçaria em três contos.

Uma expedição com a duração de 2 mêses, com 30 homens inclusive transporte e aquisição de mantimentos, calculo em 5 contos.

Ass. Frederico Deeke."

No ano de 1879, quando o Governo extinguiu a Companhia de Pedestres, os batedores de mato também deixaram de atuar, pois que eram apenas um seguimento reorganizado daquela companhia. A partir daí, os batedores de mato se transformam em bugreiros. O que havia de válido na experiência de Frederico Deeke é totalmente esquecido e o facão, a pistola, a espingarda e o rifle passam a ser os agentes definitivos da pacificação dos indígenas.

Mas enquanto os bugreiros começavam a se responsabilizar pelas tarefas de "colocar o índio em lugar seguro", duas tentativas ocorreram de fundação de aldeamentos leigos para os indígenas. A primeira tentativa ocorreu em São Tomaz de Papanduva, em 1877, e foi realizada pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes. O aldeamento, localizado nas proximidades da "entrada de

tropas"– que seguia quase o mesmo roteiro da atual rodovia que liga Curitiba a Porto Alegre –, pretendia atrair os Xokleng arredios e assim evitar os ataques que realizavam a colonos do Rio Negro e a tropeiros que cruzavam o planalto. À época essa região estava sob jurisdição do Paraná e no ano de 1881, o Presidente daquela Província, João José Pedrosa, em relatório, pedia ao Governo Imperial o restabelecimento desse aldeamento. A falta de recursos, que já havia obrigado ao sertanista Joaquim Francisco Lopes a abandonar a empresa, continuava predominando no tesouro e o Ministro da Agricultura acabou ordenando a dispensa de sete assalariados que trabalhavam em outros aldeamentos localizados no Paraná (1).

A segunda tentativa já foi realizada neste século. A Liga Patriótica que se criara para defender os indígenas de Santa Catarina, resolveu colocar em prática um plano de pacificação dos silvícolas. Para tanto comissionou como "pacificador" a José Bernardino da Silveira, que logo, segundo Paula (1922: 118), "seguiu para o Rio das Pombas, com o intuito de fundar uma pequena "aldeia de atracção". (...)"

Nenhum índio, entretanto, foi atraído para viver em Papanduva ou em Rio das Pombas.

5. AS TROPAS DE BUGREIROS

As expedições de vingança ao interior do sertão para revidar junto aos indígenas ataques por esses cometidos, sempre foram comuns no Brasil passado.. Desde a descoberta, a guerra justa aos silvícolas era a válvula de escape para o branco cometer as maiores atrocidades.

No território que estamos a focalizar, a Carta Régia do ano de 1808 institucionalizou a guerra permanente aos indígenas que infestavam os sertões do planalto e que ameaçavam a segurança da estrada de tropas. Admitia-se proteção e segurança apenas

(1) – Wachowicz, 1969: 472. Paraná, 1899: 346, afirma: "Duas vezes tentou a catechese d'estes aborigenes o intrépido e lendário sertanejo Joaquim Francisco Lopes, irmão do heróico Guia da Expedição Matto Grosso – José Francisco Lopes (...). Em 1868 fez Joaquim Francisco Lopes duas dilligencias, na zona contestada, com o fim de trazer à civilização os índios botocudos, sendo ambas infrutiferas. Em 1877 foi encarregado pelo Govêrno de fundar um aldeiamento para reducção d'esses selvagens, na estrada de Lages, cerca de 5 léguas distante da Villa do Rio Negro, ao qual deu elle o nome de S. Tomaz de Papanduva (...). N'êsse anno mesmo de 1877 foi extincto o aldeiamento (...)".

para os indígenas que aceitassem o poder real, respeitando a presença do branco e a ele se submetendo. O branco, entretanto, recebia as aproximações do índio com armas nas mãos pois, sempre predominou no sertão o ditado de que "índio somente é bom, morto". (1). Não é de se estranhar assim que fosse comum a organização de grupos armados para vingar ataques cometidos pelos indígenas. Entretanto, não temos referência desses grupos até 1820, quando Saint Hilaire (1937:123/124) testemunha que "Pouco tempo antes de minha viagem, elles haviam estrangulado dois rapazes num sítio afastado, e, sendo perseguidos, foi morto um (...)".

A Companhia de Pedestres, que foi organizada em 1836, até certo ponto seguia o sistema de embrenhar-se na floresta em perseguição aos indígenas, logo após algum ataque. Entretanto, segundo suas instruções, deveria afugentar os indígenas para o interior do sertão "sem lhes fazer mal" (2). O governo admitia também que a Companhia, quando necessário, engajasse alguns civis conhecedores da região para cumprir as expedições de afugentamento (3). A patrulha aparecia assim como mecanismo de ação governamental e devido a isso suas atitudes para com os indígenas sempre ficaram restritas, segundo as notícias existentes, ao amendrontamento dos silvícolas. O sistema, entretanto, de um bando armado penetrar no sertão em seguida a um assalto dos indígenas, para afugentá-los, estava consagrado.

A insuficiência de milicianos engajados na patrulha de pedestres, o reduzido número de contingentes para atender as diversas colônias e a própria má-vontade com que os indivíduos integrantes da patrulha atendiam aos reclamos das companhias de colonização e dos colonos, determinaram que poucas fossem as ações efetivamente realizadas contra os indígenas. Além disso, entre 1836 quando a companhia foi criada, e 1879, quando ocorreu sua extinção, havia um território relativamente enorme para os Xokleng sobreviver. A frente pioneira, representada pelos contingentes que imigravam da Europa, estava ainda ocupada

(1) – Em nossos diários constam referências a essa situação, em entrevistas que realizamos com muitas pessoas que ainda hoje vivem em áreas de floresta e onde o índio é presente, pelo menos, nos muitos casos narrados nas reuniões de parentes e vizinhos.

(2) – Paula, 1922: 117.

(3) – (...) A Companhia não está completa de praças, e porisso em alguns annos pelo verão tem a Presidência mandado engajar paisanos conhecedores das mattas (...). Relatório, ano 1859: 5.

em explorar as bordas dessa área.

Numa última experiência, o governo ainda criou os batedores de mato, como forma reorganizada da companhia de pedestres destinada a atender aos reclamos das colônias. Entretanto, somente em Blumenau os batedores realizaram algumas missões objetivando a atrair os indígenas. Nos demais lugares, os batedores eram organizados com essa denominação apenas para fazer jus aos recursos governamentais necessários à manutenção dos homens que se enfiavam no sertão para aniquilar com os indígenas que encontrassem. Quando se extinguiu a companhia de pedestres, e com ela os grupos de "batedores", ninguém tratou de continuar a camuflar as reais atividades desses grupos. As palavras "bugreiros", "caçadores de índios", "tropas", "montarias", imediatamente começam a aparecer nos documentos oficiais e oficiosos e nas notícias dos jornais de então.

No ano de 1874, o Presidente da Província João Tomé da Silva, comunicava em sua "falla" à Assembléia, (1874: 8), medidas que havia tomado contra as correrias dos indígenas em Joinville. Dizia que além de ter enviado para os pontos mais ameaçados pelos indígenas, 20 praças de linha, comandados por um oficial, "se organizava, por minha ordem, uma expedição composta de gente conhecedora dos mattos, destinada a afugentar os selvagens para longe dos lugares habitados, (...)".

O Governo tinha conhecimento, também, que os moradores dos locais ameaçados pela presença dos indígenas, costumavam se organizar em grupos para fazer incursões contra os silvícolas. Na "falla" de 1876, o Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello Filho, informava: "Em alguns pontos da Província, como na Barra Velha, Vila de Joinville, Costa da Serra, Curitibanos e Colônia Militar de Santa Tereza, houve diversas correrias dos selvagens, algumas dellas seguidas de funestas consequeências, sendo elles enérgicamente repellidos, já pelos habitantes, a defenderem o lar das violencias que o assaltavão, e já pelo acêrto das medidas empregadas pelas autoridades (...)".

Nesta mesma "falla", em anexo, o Chefe de Polícia da Província apresenta seu relatório, ressaltando sobre os indígenas que "Na Barra Velha e Villa de Joinville o aparecimento deles, em os mezes de Janeiro e Fevereiro, poz em alarma os moradores desses districtos; saindo, porém, d'entre estes alguns homens mateiros, embrenharão-se nas matas e afugentaram os selvagens, restituindo assim a paz às famílias (...)".

Mas é o jornal Kolonie Zeitung, de 3 de janeiro de 1874, que nos traz notícias sobre as ações que se desencadeavam à

época sobre os índios (1). Diz o texto: "Aos 28 de dezembro de 1873 partiu d'aqui (São Bento – SCS) a procura dos bugres que vagueiam entre Joinville e Blumenau a maior expedição approvada pelo presidente da província. Compunha-se de 31 homens, dos quaes 23 provieram dos campos do planalto e 8 deste município, e é dirigida pelo vaqueano João dos Santos Reis do lugar denominado Campo dos Ambrosios. O Sr. Guilherme Engelke acompanhou a expedição como fiscal (...)".

Aos 10 de janeiro de 1874, o mesmo jornal noticia: "A respeito da expedição partida contra os bugres sabe-se, por enquanto, o seguinte: A expedição dividiu-se em diversos grupos afim de obter primeiramente certeza sobre o actual pondo de estancia dos índios; os diversos grupos partiram em várias direcções. O grupo que foi para o Norte já voltou depois de alguns dias, não tendo achado senão vestígios vagos. O outro, que partiu para o sul, teve um exito completo. Conseguiu descobrir a linha de retirada até a paragem actual. Foram encontrados 3 vezes em seguida 3 ranchos a pequena distancia; os bugres fizeram, pois, a sua retirada com todo o descanso, depois do assassinato da família Lenschow. Mas apezar disto a perseguição não foi fácil, pois os bugres andaram em todos os rios acima e abaixo afim de apagarem os seus vestígios. Em um dos últimos ranchos os bandeirantes acharam o machado do assassinato Lenschow, com o qual os bugres cortaram muitos palmitos no caminho. Neste último rancho encontraram-se também restos quasi frescos de carne de anta. Como os perseguidores se certificaram de que o bando de índios, composto de mais ou menos 120 cabeças se achava muito perto, voltaram a se unir aos companheiros, que já os esperavam, depois de uma ausência de 5 dias. Na noite de 2 de janeiro tôda a expedição partiu para o ataque dos bugres (...)".

A "falla" de 1877, apresentada pelo Presidente da Província José Bento de Araujo, deixa claro em definitivo o que estava a ocorrer, fazendo previsões sobre o que logo se sucederia. Diz o Presidente aos deputados provinciais: "Enquanto não se estabelecer na província um systema de cathequese geral, existirá a luta entre o selvagem e o homem civilizado, que tentar approximar-se d'aquelle. E é provável que esses combates individuais se revestiam de um catacter mais grave, quando o espaço occupapado pelas hordas selvagens foi diminuindo pela conquista dos sertões do interior, conquista que, depois do desenvolvimento

(1) – Cf. Dolfgang, 1923: 17 e seguintes.

das colonias n'esta província, se vae fazendo de um modo regular (...)".

Previa-se assim que a luta entre índios e não índios se acentuaria na medida em que mais a fundo se penetrasse no sertão. Previa-se que o índio reagiria à presença do branco. Reagiria porque o branco não pretendia deixar espaço algum para o índio sobreviver. O governo, portanto, tomava consciência do problema mas, ao mesmo tempo, apontava a falta de recursos como obstáculo a qualquer tentativa de solucioná-lo. Além da alegada falta de recursos, o governo fazia também uma sutil distribuição de responsabilidades, de modo que ninguém tomava atitudes porque não estava suficientemente autorizado para tal. Eis o que consta na "falla" do ano de 1880: "Com relação ao assunto cabe-me ainda dizer-vos que tem havido alguns ataques de bugres nos lugares por elles mais frequentados, não sendo felizmente nenhum de maior consequência.

Para afugentar dos mesmos lugares tomei as medidas de costume: recorri aos battedores de matto. = bugreiros

É pena que até hoje não se tenha procurado chamar esses infelizes ao seio da civilização. Mas confio que olhareis para esse interesse, e espero que o mesmo faça o Governo geral a quem já pedi providências (...)".

E enquanto as providências solicitadas não atingiam a uma conjunção favorável, as administrações das colônias, os colonos e o governo provincial iam resolvendo o problema indígena através das medidas de costume: os bugreiros. Bugreiros que devido às constantes solicitações acabaram por se especializar na profissão, de maneira que em cada região havia quem fosse ententido na tarefa de afugentar índio.

Uma testemunha narra a violência que à época ocorria no sertão (1): "(...) a maior parte dos muares, Lemos enviou pela estrada mais segura, e para verificar o estado da picada escolheu a mim e ao bugreiro Machado, conhecedor do mato e experimentado matador de bugres, com um faro melhor do que de um cachorro (os bugreiros afirmam que cheiram de longe a aproximação de um índio) (...). Num inesperado momento, pareceu que todas as árvores gritavam como se fossem corujas, gaviões ou macacos. O bugreiro Machado estava na vanguarda da tropa. Pulou da mula e iniciou o tiroteio. Algumas flechadas atingiram o animal e este caiu no precipício. Eu escondí-me por entre as pedras e cobri-me com um balaio. Para o bugreiro acabaram-se as balas. Tirou o facão e pulou para um buraco ao lado. Um dos

(1) – Cf. Wachowicz, 1969: 473.

bugres apareceu no caminho, porém Lemos, meu patrão, que ainda possuia balas, atingiu-o com boa pontaria, porque ele tombou. Para os nossos faltaram balas e para os índios flechas, porque lançaram-se com tacapes. Um outro pulou sobre o bugreiro Machado. Preparou-se para abatê-lo a tacape; este enroscou-se no barranco e Machado desferiu-lhe com o facão um golpe, abrindo-lhe o ventre. O infeliz quís com as mãos segurar os intestinos, porém caiu sobre eles no chão. Apareceu um terceiro. Antes porém que pudesse movimentar o tacape, o bugreiro enfiou-lhe o facão nas costelas. Os restantes titubearam. Parecia que não queriam continuar a luta, quando o maior deles urrou vingança e pulou ferozmente. Antes de atingir, o facão abriu-lhe o ventre. Neste momento os outros, gritando horrìvelmente, fugiram (...)".

As tropas de bugreiros compunham-se, em regra, com 8 a 15 homens. A maioria deles era aparentada entre si. Atuavam sob a ação constante de um líder, que tinha sobre o grupo pleno poder de decisão. As referências que logramos obter sobre essas tropas indicam que a quase totalidade era formada por caboclos, conhecedores profundos da vida do sertão. Ao formar um grupo, o líder não tratava apenas de prestar serviços às colônias e seus habitantes. Também viajantes, tropeiros e agrimensores utilizavam constantemente essas tropas para sua proteção quando necessitavam atravessar ou permanecer em territórios onde a presença indígena era freqüente. Os bugreiros se integravam assim ao contexto vigente, oferecendo segurança a quem desejava.

Quando os bugreiros eram chamados por colonos, pelos administradores das colônias ou pelo governo para realizarem expedições de afugentamento do selvagem, eles se preparavam verdadeiramente para uma expedição de guerra. Eduardo Hoernhan, em relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios, assim os descreve (1): "Infinitas precauções tomam, pois é preciso surpreender os índios nos seus ranchos quando entregues ao sono. Não levam cães. Seguem a picada dos índios, descobrem os ranchos e, sem conversarem, sem fumarem, aguardam a hora propícia. É quando o dia está para nascer que dão o assalto. O primeiro cuidado é cortar as cordas dos arcos. Depois praticam o morticínio. Compreende-se que os índios, acordados a tiros e a facão, nem procuram defender-se e toda heroicidade dos assaltantes consiste em cortar carne inerme de homens acobarbados pela surpresa.

Depois das batidas dividem-se os despojos que são vendi-

(1) Cf. Ribeiro, 1970: 109/110



Tropa de Bugreiros. Reprodução de Gerlach.

corrente (...). Em vista do pedido de providências, propõe esta chefia a S. Excia se digne autorizar o dispêndio de 300$000 rs aproximadamente no pagamento de vaqueiros que batam as matas e afugentem os selvícolas".

A 24 de fevereiro, ainda o Jornal do Comércio

"Ao delegado de Lages, respondendo ao s/ofício de 7 corrente, a que acompanhou a representação do fazendeiro José Rodrigues de Souza, e a cópia do seu ofício em resposta, que fica esta aprovada. Ao delegado de S. Francisco, pelo telégrafo, comunicando que, para garantir a população dos assaltos dos selvagens no Jaraguá, fica autorizada a despesa com batedores de matas. No mesmo sentido telegrafou-se ao delegado de Tubarão, quanto aos assaltos de indígenas na ex-colônia Azambuja".

A 27 de fevereiro:

"Ao delegado do Paraty pelo telégrafo, comunica para garantir a população do Jaraguá, que fica autorizada a despesa com batedores das matas. Ao delegado do Paraty telegrama recomendando que remeta as armas dos índios (...)".

Em 3 de março, o noticiário prossegue pelo mesmo Jornal:

"Do Secretário ao Delegado do Paraty, respondendo, de ordem de S. Excia. o Dr. Chefe de Polícia, do seu telegrama de ontem e esclarecendo como se deve proceder no serviço de afugentação dos selvagens, que assaltaram o Jaraguá, especialmente quanto à parte econômica".

A 28 de junho:

"Ao Exmº Sr. Presidente, nº 149, para que se digne mandar pagar, pela coletoria geral do Joinville, ao respectivo delegado, a quantia dispendida com 4 batedores de matas, encarregados da afugentaçao dos indígenas".

Simultâneamente, o noticiário jornalístico também começou a se ocupar com o que ocorria no interior da floresta, quando um grupo de bugreiros se aproximava de um acampamento indígena. A população das cidades, assim, tomava conhecimento do que se passava. Uma única notícia obtida no Jornal Novidades, editado em Itajaí, de 5 de junho de 1904, será suficiente para termos idéia da realidade:

"CARNIFICINA NOS BUGRES"

Sob a epígrafe: "como se civiliza no século vinte" traz o Blumenau Zeitung, folha da vizinha cidade de Blumenau, um artigo em que comenta e verbera as atrocidades com que executam o mandado do govêrno para repressão dos selvagens, a turma incumbida de afugentar os bugres. Pelas informações que o referido

dos a quem mais der, entre êles os troféus de combate e as crianças apresadas".

No sul do Estado de Santa Catarina, onde se desenvolvia a colonização italiana, os administradores das colônias impuseram a cobrança de taxas ou o compromisso do indivíduo participar das razias que se praticavam contra os índios (1). Pretendia-se de uma forma ou outra obter recursos para a contínua luta contra os Xokleng. Hoemhan, no relatório acima referido, indica: "Nos municípios de Araranguá e Tubarão existiam (...) os celebérrimos Veríssimo, Maneco Ângelo e Natal Coral, os três grandes capitães das batidas. Eram tidos como heróis e como tais, respeitados. Visitavam-nos, aplaudiam-nos e citavam seus nomes como se fôssem de prestantes cidadãos".

Aos governos provinciais não se pode defender pelo possível desconhecimento do que se passava. Ao contrário, o governo participava da maioria das atividades que se desenvolviam, como suporte financeiro ou como entidade capaz de oferecer o suporte moral da autorização oficial. Algumas notícias obtidas em jornais da época servem de exemplo. O Jornal do Comércio, editado em Florianópolis, sempre incluiu um noticiário telegráfico sobre a correspondência governamental. No ano de 1883, a 20 de fevereiro diz: "Repartição de Polícia.

Ao Exmº Sr. Coronel Vice-Presidente da Província, nº 20, transmitindo a comunicação do delegado do termo de Lages, em ofício de 7 do corrente, acêrca do oferecimento que fez, em data de 30 do mês próximo passado, o cidadão José Rodrigues de Souza, fazendeiro na freguesia de São Joaquim da Costa da Serra, de reunir gente suficiente para garantir a população do lugar de novos assaltos de indígenas e afugental-os, correndo por sua própria conta as respectivas despesas (...)".

A 22 de fevereiro o mesmo jornal:

"Ao Exmº Sr. Coronel Vice-Presidente da Província, nº 39, solicitando, em vista do ofício do delegado de Tubarão, que S. Excia dignou-se enviar a esta chefia, como única providência que o caso nele exposto reclama, a necessária autorização para que seja dispendida até a quantia de 200$000 rs com o serviço de afugentar os indígenas daquela paragem (...)

A 23 de fevereiro o mesmo jornal:

"Ao Exmº Sr. Coronel Vice-Presidente da Província, nº 41, comunicou pelo telégrafo o delegado de S. Francisco, que os indígenas assaltaram os moradores de Jaraguá, nos dias 16 e 17

(1) Marzano, 1904: 123/124.

jornal obteve, conclui-se o seguinte: A turma, composta de 10 homens, entrando no mato, na Vargem Grande, perto de Aquidabam, no dia 24 de abril, já no dia seguinte encontrou vestígios dos bugres; seguindo uma picada larga que os bugres tinham feito, encontrou diversos ranchos novos.

No fim da segunda semana, pelos vestígios, a turma convenceu-se que estava perto do acampamento dos selvícolas. Combinou-se um assalto para as 8 horas da manhã, mas adiou-se êste para o dia seguinte, visto muitos dos bugres estarem fóra do acampamento.

Os homens avistaram um rancho grande de 35 metros de comprimento e 10 metros de largura, e mais alguns ranchos pequenos. Calcularam que dentro do acampamento deviam viver perto de 230 almas, a maior parte mulheres e crianças.

O acampamento estava situado num alto, rodeado de taquara, o que serviu aos caçadores para se ocultarem. Como ficou combinado o assalto foi executado no dia seguinte ao romper do dia. O pavor e a consternação produzidas pelo assalto foi tal, que os bugres nem pensaram em defender-se, a única coisa que fizeram foi procurar abrigar com o próprio corpo, a vida das mulheres e crianças. Baldados intentos !!! Os inimigos não pouparam vida nenhuma; depois de terem iniciado a sua obra com balas, a finalizaram com facas.

Nem se comoveram com os gemidos e gritos das crianças que estavam agarradas ao corpo prostado das mães!

Foi tudo massacrado.

Alguns bugres que depois chegaram, querendo vingar os seus, mas não tendo armas, foram também massacrados, ficando lá prostados.

Depois do massacre houve saque; carregaram tudo o que valia a pena levar, como: fazendas que os bugres tinham roubado ùltimamente, roupas, flechas, colares. E o resto foi um incêndio geral (...)".

A crueza das informações, entretanto, a poucos chocava. A noção de que o índio era uma ameaça aos projetos de progresso do civilizado praticamente anulava qualquer esboço de reação. Ao mesmo tempo, entre os brancos, criavam-se imagens de heróis para os executores do extermínio indígena. Ao ocorrer a morte de um chefe bugreiro durante uma expedição, um jornal assim se manifesta (1): "(...) O Chefe da expedição José Bento foi morto pelos bugres. Sua morte deve ser sinceramente sentida.

(1) – Novidades, nº 3, 1904.

José Bento era um homem muito valente, e o melhor dos nossos caçadores de bugres e que estava tão bem no mato como na própria casa. Diversas vezes que teve de lutar com os selvagens, sempre saiu vencedor; por isto êles o conheciam e temiam; mas o traziam sempre de olho, até que agora vingaram-se (...)".

A apresentação do bugreiro como herói, evidentemente, era fundamentada na idéia que todos faziam sobre a condição animalesca do índio. E esse tipo de justificação diversas ocasiões pudemos constatar durante a realização desta pesquisa. Uma delas, que elucida bem o que desejamos esclarecer, foi obtida junto a um bem sucedido fazendeiro da região de São Joaquim da Costa da Serra, em cujas terras, em 1946, alguns Xokleng arredios foram trucidados. Falando-me de perseguições realizadas aos indígenas disse-me o informante, com ares de aprovação do sucedido (2): "conheci um indivíduo chamado Júlio Ramos, que participava dessas tropas. Contou-me que uma vez, durante um ataque, uma meninota de mais ou menos 14 anos tentava fugir do acampamento. Êle a alcançou, agarrando-a pelos cabelos e desceu-lhe o facão. Êste penetrou pelos ombros descendo até ao estômago, cortando que nem bananeira (...)".

O matador de bugres era heroicamente solicitado a contar suas façanhas. Nas reuniões da parentela, nas rodas que se formavam durante as festas de igreja, nas bodegas, os casos que envolviam indígenas e seus caçadores sempre atraíam ouvintes durante horas seguidas. Às vezes o narrador ampliava as façanhas, trazendo para o cenário dificuldades de toda a ordem para vencer a floresta, ressaltando os perigos mortais representados pela existência de cobras e onças; e, especialmente, multiplicando desmesuradamente o número de indígenas que havia enfrentado. E quando alguém, entre os ouvintes, resolvia colocar em dúvida a veracidade dos fatos ou a valentia do narrador, este aceitava desafios e prometia provar sua idoneidade. Schaden (1940: 15/16) narra que "(...) um dos antigos moradores de S. Bonifácio, Heinrich Vandresen, teve frequentes encontros com os selvagens. Falava muitas vezes a este respeito com seus vizinhos. Estes o ouviam sempre atentos e com interêsse, mas a expressão de seus rostos espelhava as dúvidas que tinham acerca da verdade dos fatos narrados. Certa vez, Vandresen, notando essas desconfianças, prometeu trazer, ao encontro seguinte que tivesse, a orelha de um selvícola. Pouco tempo depois, voltando

(2) – Entrevista em 20/7/1964.

precipitadamente da mata, o colono pediu aos vizinhos que o acompanhassem, para com êle afugentarem os índios. Enquanto se dirigiam para a floresta, Vandresen contou-lhes o que acontecera. Estivera trabalhando sòzinho numa roça à beira da floresta, quando, sem que tivesse desconfiado de coisa alguma, se sentira abraçado inopinadamente por um indivíduo que, vindo de trás, lhe apertava o ventre procurando derrubá-lo. O agressor, que era um índio, chamara logo pelos seus companheiros, e dentro em pouco haviam saido do mato mais alguns indivíduos. Lutando desesperadamente, Vandresen conseguira ter um braço livre, para desembainhar o facão que levava à cintura. Abaixara-se, em seguida, cravando, por entre as pernas, o facão no ventre do adversário, o qual, soltando horrível grito caira por terra (...) .

Sôbre o episódio há ainda a seguinte versão: Vandresen, depois de matar um índio com uma pistola de dois canos, dispunha-se a cortar-lhe as orelhas, quando foi agarrado no braço esquerdo por um selvícola que se aproximara desapercebido e ao qual então deu a facada (...)".

Atacando os indígenas diretamente em seus acampamentos, em emboscadas que não davam qualquer alternativa de resistência aos atacados, os bugreiros especializaram certas táticas de guerra. Aprendendo os hábitos dos indígenas; descobrindo os menores indícios que revelassem sua presença; conhecendo os períodos do ano que os índios deslocavam-se para as zonas onde havia pinheirais; fazendo contínuos reconhecimentos no terreno, os bugreiros se habilitaram a fazer guerra ao índio utilizando recursos próprios aos indígenas. Era a guerra de guerrilhas, imprevisível em suas táticas e que sempre garantira êxito aos silvícolas quando realizavam algum ataque aos civilizados, que agora vai sendo amplamente utilizada pelos bugreiros.

As ações desenvolvidas pelos bugreiros, com o tempo, entretanto, não deixaram de causar impacto sobre certos habitantes da província, do país, e, mesmo, do exterior. Os morticínios praticados; a crueldade com que se apresentavam mulheres e crianças indígenas em vilas e cidades como testemunhos do sucesso das expedições; os relatos trágicos aventurescamente narrados pelos integrantes das tropas e, às vezes, publicados em jornais, chamaram à razão alguns espíritos lúcidos da época. Protestos começaram a ser formulados contra o apoio que o governo e as administrações das colônias davam aos bugreiros, destacando que o índio não poderia ser tratado por esses meios. Se não tiveram resultados imediatos, esses protestos pelo menos vieram servir para demonstrar que mesmo quando os compo-

nentes de uma sociedade parecem integralmente ter perdido a razão, atuando motivados por falsas concepções do mundo em que vivem, alguns indivíduos dessa mesma sociedade continuam a atuar com base no raciocínio lógico. No raciocínio que não acredita em verdades feitas, mas que procura dados para fundamentar respostas. Um autor catarinense, (1) ao início deste século, parece se preocupar com isto, ao dizer: "E fallam de barbaridades, das depredações praticadas pelos selvícolas, censuram-n'os e perseguem-n'os a tiros de fuzil, mas não se lembram que assim procedento tornam-se mais ferozes que os próprios indios, que afinal, se atacam, é em represálias das affrontas recebidas.

Que o colono ou o morador do sertão se defenda vá, mas que ao saber da existência dos índios organise montarias como aos animais ferozes, que os ataque sem provocação, não se comprehende. E indivíduos ha que se ufanam de haver morto muitos d'esses pobres selvagens, não se lembrando que elles são tão homens como qualquer outro.

É triste que semelhantes tragedias se reproduzam cada anno, que muitos brasileiros, embora selvagens, sejam mortos por haverem furtado algumas espigas de milho, por haverem flechado um animal qualquer.

E que nome merecem esses caçadores de índios, que pena devem soffrer esses assassinos que em virtude de um mal entendido Christianismo, fazem de seus semelhantes objecto de caça?".

6. MARTINHO MARCELINO DE JESUS: BUGREIRO DE PROFISSÃO

Na medida em que o território indígena diminuiu em razão do avanço da frente pioneira e os encontros entre índios e brancos se tornaram mais constantes, os bugreiros apareceram como solução definitiva de afugentamento do gentio. No tempo, isto começou aproximadamente no início do último quarto do século passado. No espaço, atingiu toda a região localizada entre o litoral e planalto dentro dos atuais limites de Santa Catarina.

A presença de bugreiros ocorreu assim em todo o Estado. Havia os improvisados que resolviam fazer ou acompanhar uma expedição de vingança, para revidar algum ataque. Havia os profissionais, que atendiam mediante pagamento aos apelos de segurança realizados pelo governo, pelas colônias e pelos colo-

(1) – Vieira da Rosa, 1905: 309.

nos. Entre esses profissionais, um deles será aqui focalizado em particular. Os principais episódios de sua história de vida, que logramos reconstituir, permitirão idéia sobre como e por que agiam esses indivíduos. Trata-se de Martim Marcelino de Jesus, conhecido vulgarmente como Martim bugreiro, cuja fama de matador de bugres lhe garantiu lugar particular em toda essa trama histórica.

Segundo dados que logramos obter junto a seus familiares (1), Martinho bugreiro nasceu em Bom Retiro, Santa Catarina, por volta de 1876. Ainda jovem, começou a trabalhar em fazendas, vivendo primeiro em Taquaras e depois em Bom Retiro. Atuava como domador, "numa vida volante, daqui e dali". Depois passou a viver na fazenda do Major Generoso Oliveira, em Bom Retiro. Talvez nessa época tenha se iniciado na caça aos bugres, mas não há certeza. Quando casou já era "rapaz feito". Há indicações que possuía um filho natural, Valêncio Marcelino, já rapazote quando do seu casamento. A esposa de Martinho era filha adotiva de um próspero fazendeiro e comerciante dos campos da serra da Boa Vista. Martinho conviveu com os sogros até o nascimento de seu quarto filho. Nessa altura, resolveu residir no lugar Caeté (município de Alfredo Wagner), e, logo depois, mudou-se para o lugar Figueredo (distrito de Catuira, Bom Retiro) dedicando-se à criação de gado. Como não era grande proprietário, recebia a designação de criador (2). Nessa atividade é que Martinho passou a se dedicar à caça de bugres. Viajando com sua gente, atendendo chamados daqui e dali, ele estava sempre fora de casa. "Ia muito a Florianópolis, prestar contas as autoridades de seu trabalho". E mesmo depois que Eduardo Hoerhan pacificou os Xokleng em Ibirama (1914), Martinho continuou a ser solicitado. Havia muitos índios ainda em toda a costa da Serra, próximos aos campos de Lages, e no sul do Estado. A Companhia Colonizadora Santa Catarina, cujo diretor era o Coronel Carlos Poeta, contratou Martinho como gerente, para dar cobertura e segurança aos colonos que se instalavam nas proximi-

(1) – Realizamos entrevistas com a Sra. Matilde Marcelino, filha de Martinho em 1967 e 1970. Utilizamos ainda informações obtidas junto aos Srs. Carlos M. Koerich (entrevista, outubro/70), José Maciel (entrevista, outubro/70), Hedeoberto de Oliveira (entrevista setembro/67). Tivemos ainda a nossa disposição uma entrevista realizada pela estudante Tânia Oliveira com a Sra. Matilde Marcelino, em 1967.

(2) – O termo fazendeiro na região é reservado para aquele que possui enorme extensão territorial; um mínimo de oito milhões de campo. Castro Faria, 1944: 15.

dades de Ituporanga e Barracão. E no período compreendido entre 1923 e 1928, Martinho esteve a serviço do agrimensor de terras, Sr. Carlos Miguel Koerich. Atuava como protetor dos serviços de agrimensura que se efetivaram nas localidades de Barracão, Anitápolis, Esteves Junior, Angelina e Brusque. Martinho funcionou ainda como homem de confiança de muitos coronéis-fazendeiros da região dos campos. Segundo sua filha Matilde, os Albuquerque, os Almeida, os Pires e os Ramos eram gente amiga. Sabe-se ainda que participou da revolução constitucionalista de São Paulo, integrando os batalhões do Governo (1). Morreu em Bom Retiro, de paratifo, em 1936.

Martinho era analfabeto, "mas era homem de correspondência". Em certa época trouxe para sua casa uma jovem que sabia ler e escrever para lhe servir de secretária. Depois, foi sua filha Matilde Marcelino, informante, que por vários anos exerceu esse mister. Havia sempre cartas a serem enviadas para amigos, conhecidos e autoridades. Martinho era muito relacionado e segundo sua filha "teve a faca e o queijo na mão para ser rico, mas não cortou fatia alguma". A alusão, naturalmente, é referente à precária situação financeira dos descendentes de Martinho, pois este ao morrer não tinha suas propriedades devidamente legalizadas, o que tem dificultado sobremaneira o desembaraço do respectivo inventário.

A tropa de bugreiros comandada por Martinho era formada por parentes e amigos seus. Raramente, outros indivíduos eram convocados. Todos eram caboclos, como ele. Todos exímios conhecedores do sertão. José Rodrigues Marcelino, apelidado José Bolantim; Jacinto José de Souza, conhecido também como Jacinto Inácio Marcelino; Inácio Castanheiro; Antonio Castanheiro; José Castanheiro; Manoel (Neco) Castanheiro; João Faustino; Leodoro Faustino e José Faustino eram os companheiros mais constantes de Martinho na atividade de caça aos bugres (2).

(1, – Deretti, 1970: 25, informa: "Durante a revolução constitucionalista de 1932, estando meu batalhão aquartelado em Itararé (SP) na mesma corporação se achava um soldado conhecido como Martinho Bugreiro, já maduro em idade. Contou-me que em Santa Catarina "tinha liquidado muitos bugres". Não me esclareceu se se tratava de coroados ou botocudos. Declarou-me, porém, que em grupos armados penetravam à noite nas choças dos índios e matavam todos quantos lá estivessem dormindo, a fio de facão, não poupando mulheres e crianças".

(2) – O romance Os Últimos Dias da Gruta Verde, de Ernésto Venéra dos Santos, ed. Livraria Santos – São Bento-SC., utiliza vários desses personagens, dramatizando suas vidas. Martinho aparece aí como um lendário desbravador e civilizador do sertão.

O Jornal "Novidades", de Itajaí, de 12 de março de 1905, apresenta um interessante artigo sobre atividades desenvolvidas por Martim Bugreiro. Vejâmo-lo: "Expedição contra os bugres.

Depois de estarem cinco dias internados no mato, tendo por vezes atravessado caudalosos braços de rios que supõem afluentes do Tijucas, os expedicionários, chefiados por Martinho Marcelino, célebre batedor de bugres, encontraram um rancho, pelos sinais, há pouco abandonado, havendo dentro dele um pilão e muitas hervas socadas, como também o cadáver de um bugre envolvido em fôlhas de caeté. Aí a turma fez alto e Martinho com três companheiros procedeu de novo reconhecimento. (...) Pressentindo perto, movimento dos selvagens, Martinho subiu a uma árvore, de onde descobriu grande ajuntamento (...). Martinho, tendo observado que o número de bugres era bem grande e que 16 homens eram insuficientes, conseguiu mais 7 companheiros, no Ribeirão do Ouro, e a turma, dêste modo composta de 24 homens, encaminhou-se para o ponto onde tinham visto os selvagens. Mas aí chegando, verificaram haverem êles se ausentado tomando rumo de oeste, naturalmente por terem pressentido a aproximação da turma. Dirigindo suas pesquisas nessa direção, percorreram, com mil dificuldades, grande extensão de sertão, atravessando rios cheios em jangadas que improvisaram. Neste mesmo dia sentiram indícios dos bugres. O assalto feito aos mesmos foi, em linhas gerais, descrito por alguns membros da turma, da seguinte maneira: Devido à grande escuridão (2 horas da madrugada) os 24 homens para não se perderem uns aos outros, seguiam assim: o que marchava atraz levava a mão apoiada no que ia à frente, e guiava o estranho préstito o chefe Martinho com uma vela acesa, em direção aos ranchos que haviam descoberto de dia. Aí chegando com as maiores cautelas, a um sinal convencionado, deram o ataque. Estabeleceu-se uma confusão enorme: gritos, pulos, imprecauções, um berreiro infernal por parte dos selvagens. Não contam os expedicionários, mas é fácil prever terem feito êles uma boa chacina, aponderando-se de tudo quanto existia dentro dos ranchos e de um bugrinho de 8 a 10 anos de idade (...)".

No ano de 1905, Martinho bugreiro andou realizando uma expedição pelo vale do Itajaí. Num livro de anotações deixado por Algusto Zitlow, obtivemos vários dados sobre essa missão (1). Integraram a tropa de bugreiros, os seguintes indivíduos:

(1) – Cf. cópia existente na Biblioteca Fritz Muller, Blumenau.

"(1) Marcelino Martim-chefe; (2) Nilo Severino; (3) Durvalino; (4) Maximiano; (5) Balduino; (6) Manuel Marcelino; (7) José Maria; (8) Wenceslau Schlichting; (9) Antonio José Bernardo; (10) João Nata da Rosa; (11) José Luciano de Souza; (12) Benedito Inácio de Souza; (13) Antônio Valente; (14) José Antônio; (15) Jacinto José de Sousa; (16) José Rodrigues; (17) Thomas de tal; (18) Ignácio Castanheiro; (19) Schuetz" (1). Nessa expedição foram capturadas duas mulheres e doze crianças, o que indica que muitos índios devem ter sido mortos. As notas de Zitlow apontam diversos objetos que foram recolhidos pelos bugreiros no acampamento assaltado e indicam o movimento financeiro da expedição. Nesse aspecto as notas tomam um valor especial, pois testemunham que os habitantes das colônias colaboravam com recursos financeiros para manter as expedições de caça aos bugres. Diz Zitlow:

"Bugerexpedition. Dezember 1905.

Sammlung (coleta-SCS) – Jahn	149.000
– Gruner	90.000
– H. Stahnke	123.000
– G. Vicente	17.000
– H. Schroeder	25.000
– B. Engelke	10.000
Zittlow und Liniepersonal	300.000
	714.000

Eingangene Zahlungen sowie an Martin gemachte Zahlungen: (dinheiro recebido e entregue a Martim – SCS)

Moersch	500.000
Zittlow	500.000
Stuttzer (Kammer)	500.000
Associação (Specht)	200.000
Schrader (Kammer)	300.000
	2.000.000 "(2)

Nessa expedição morreu um dos bugreiros, chamado Ignácio Castanheiro. O acontecimento deu margem a que nova coleta fosse realizada na colônia, com o objetivo de socorrer a viúva

(1) – Deveria haver mais um integrante, pois Zittlow aponta o número 20 seguido de um ponto de interrogação.

(2) – As quantias acima devem ser lidas em réis. A quantia final, 2.000.000, deve-se ler: dois contos de réis.

do bugreiro falecido. Como, entretanto, as mulheres e as crianças indígenas capturadas foram entregues a um convento da colônia, o Juiz de direito local resolveu criar um fundo com parte dos recursos coletados, a fim de socorrer os indígenas em suas necessidades imediatas. Zittlow em seu caderno anotou o seguinte: "Nós abaixo assinados moradores da cidade de Blumenau, attestamos e juramos se necessário for que entregamos ao bugreiro Martim Marcelino de Jesus a quantia de seiscentos e noventa e um mil e duzentos réis com o fim especial de entregar a dita importância a sua irmã, viúva do bugreiro Ignácio Castanheiro sucumbido na expedição que teve lugar em novembro de 1905. Este dinheiro foi por nós esmolado em benefício da referida viúva durante o trajeto nos seguintes lugares:

Zimber	137.000
Diversos Erich	5.400
Wehmuth	120.600
Stahnke	59.000
Luders	181.500
Paupitz	66.500
Teutonia	109.300
Casa Salinger	10.000
Diversos	1.900
	691.200
O Dr. Juiz de Direito tirou para a família no Convento	200.000
	491.200

Transporte	491.200
Do depósito Bugerfond	200.000
Quantia que Martim levou para a viúva	691.200

Blumenau, 10 de dezembro de 1907.

Zittlow
Stutzer
J. Schmidt
J. Probst
E. Gaertner
F. Specht ".

Martinho Marcelino de Jesus, segundo Deeke (1967:116/117), narrou-lhe uma ocasião as técnicas que utilizava para atacar os silvícolas: "Quando eu entro no mato, acompanhado de uns 20 homens, mais ou menos, não se pense que eu, com essa tropa,

cáia sôbre os bugres para aniquilá-los, como a maioria do povo julga.

A maior parte dos homens do grupo é ocupada no transporte da munição de bôca e de guerra e da bagagem e eu mesmo, com bem poucos homens, estamos quase sempre bem adiantados dêsse grupo, de sorte que me tenho visto obrigado a passar noites inteiras sem comer nem beber, acocorado atrás de algum tronco de árvore.

Quando sinto que estou próximo dos indígenas, deixo os companheiros para trás, e sòrrateiramente, me aproximo sòzinho do acampamento para observar-lhe bem a situação e avaliar o número dos seus ocupantes. Depois, volto, furtivamente, para a minha gente.

No outro dia, no amanhecer, volto cuidadosamente acompanhado de bem poucos homens, até próximo ao acampamento; para encontrar o carreiro, basta-me apenas a luz de uma vela de cêra. Coloco depois, os homens ao redor do pouso, um pouco distanciados um do outro e aguardo até que a claridade seja suficiente para se dispensar a luz da vela. Então, sòzinho eu vou até ao rancho e salto para o local em que estão guardadas as armas. Os bugres têm o costume de colocar, ou pendurar num cavalete, ou cabide durante a noite, tôdas as suas armas, isto se o acampamento fôr pequeno; se fôr maior, haverá um outro cavalete ou cabide para as armas e, neste caso, eu terei que valer-me de outro homem de confiança, como por exemplo, o é o meu irmão, que terá de ocupar então aquêle segundo depósito de armas. Eu derrubo, então, o arsenal, ao mesmo tempo que solto gritos altos e disparo a minha pistola. Nós, nesses assaltos, só usamos pistolas que são mais manuseáveis que espingardas. A êsse sinal, a minha gente também se põe a gritar e a disparar, avançando para o acampamento.

Sob tão terrível espetáculo, os bugres acordam-se do seu profundo sono, pulam e encontrando o lugar das armas ocupado deixam tudo e fogem tão cèleremente quanto possível, ganhando as profundezas da floresta.

As mulheres, que tem crianças pequenas, e as crianças que não puderam fugir, jogam-se ao solo, levantando as mãos, pedindo graça.

Tão logo são levantadas e, com algumas batidas no ombro, são declaradas prisioneiras, comportam-se como tais e obedecem a cada gesto meu, de sorte que não é difícil trazê-las para fora do mato. Os grupos que ficaram para trás, respondem aos tiros e gritos e avançam também. Com isso, a tarefa está acabada. Quando muito ainda exploramos as redondezas do acampamento,

por onde eventualmente pode estar escondida alguma criança, atrás de tranqueiras por elas mesmas preparadas.

Todos os arcos, flechas, lanças e outros objetos são então acondicionados e amarrados da melhor forma a serem transportados. O que não se pode levar é queimado e com tôda a pressa pomo-nos de regresso para casa. E os que fugiram – pergunto eu – não tentam depois, interceptar o grupo para, ao menos recuperarem as mulheres e as crianças?

Eles não o poderiam fazer, responde-me Martinho, porque estão desarmados e o pavor que têm das nossas armas de fogo é muito grande. Êles contentam-se, pois, de uma distância, razoável, em insultar-nos em altos gritos e, assim, nos acompanham muitas vêzes por dias inteiros.

E como é que você consegue descobrir o acampamento sem sem ser pressentido?

Bom, isso é a minha especialidade, disse-me êle sorrindo. Ou eu me aproximo, sorrateiramente, a boca da noite, quando todos já estão reunidos no acampamento, ou de madrugada, muito cedo, quando todos ainda dormem. Êles, geralmente, deitam-se tão cansados das suas danças noturnas, que dormem até dia claro. Além disso, não tendo necessidade de me aproximar demais do acampamento; posso observá-lo de certa distância.

Uma coisa, porém, me causa espécie – continuo indagando – é sôbre o comportamento dos cães, que os índios possuem. Você trouxe, há tempos, um grande número dêsses animais e êles seriam muito brabos. A gente, naturalmente, supõe que êles pelo menos dariam sinal à aproximação de algum inimigo do acampamento.

Desta vez Martinho riu – Ora, lá isso não representa nenhum perigo. Para isso temos a nossa simpatia.

Que simpatia? perguntei espantado

Nada mais simples do que isso, respondeu êle. Naturalmente, quando andamos no mato, devido ao muito andar, pular, e subir, nós andamos em geral, sempre suados e durante a incursão tôda, geralmente não mudamos de roupa. Quando chegamos próximo aos acampamentos de bugres, então tiramos a roupa e vestimo-la novamente mas pelo avêsso. Isso faz-nos soltar um odor tão penetrante, que os cachorros ao se aproximarem, não fazem mais que sacudir a cola e não se movem do lugar.

E você sòmente fêz prisioneiros, perguntei-lhe, e arrecadou armas, sem causar outros danos aos indígenas?

Isso mesmo! confirmou Martinho. Pode acontecer, aqui ou ali, que de uma dessas batidas saia algum bugre ferido, ou mesmo morto. Não tanto porque eu queria poupar êsses bandos de

ladrões, mas porque isso constituiria um grande perigo para a minha gente tirotear o acampamento no lusco fusco da manhã e justamente na afobação em que eu e os primeiros a entrarmos no acampamento sempre estamos. Por êsse motivo, a minha gente sempre tem ordem de só atirar para o ar" (...).

7. A VERDADE SOBRE A SELVAGERIA DOS XOKLENG.

A caracterização dos Xokleng como "selvagens desalmados", que tudo faziam para matar ao branco, foi comum e necessária para se justificar as ações que sobre eles deflagravam os bugreiros e os colonos. Histórias mil sobre a agressividade dos indígenas; sobre sua falta de piedade; sobre sua falta de respeito à vida indefesa, circulavam nas colônias e fazendas. O índio não era exatamente humano, concluia-se dessas histórias. Então ele não aparecia em todas as narrativas como terror do sertão, atacando sempre de tocaia, trucidando suas vítimas, e nos locais mais imprevisíveis?

Assaltos de bugres eram descritos em detalhes, com ampliação em regra desmesurada dos prejuízos causados em vidas, animais e propriedades. Uma criança foi esmigalhada a golpes de cacete durante um ataque (1). O colono foi trucidado quando corria em busca de abrigo junto à família (2). O braço da mulher foi cortado e comido (3). Ou mais especificamente, segundo narrativa de uma testemunha (4): "(...) No chão, nús estavam os corpos de um rapaz e de uma moça, brutalmente deformados, cortados de maneira repugnante. Na cozinha encontramos a mulher, sentada perto do fogão, com os olhos esbugalhados. Era a esposa do fazendeiro, com a qual brutalmente se comportaram os índios, cortando-lhe os seios, ao que parece ainda com vida. Ao seu lado dois corpos de crianças também completamente deformados (...).

A narração desses acontecimentos dava a cada civilizado a noção vaga e estereotipada do que era o índio. Dizia-se, segundo Vasconcellos (1912:19), que: "Os índios Botocudos que habitam as cercanias da Serra do Mar e as do Espigão, são indomesticáveis, segundo os meios ordinários; traiçoeiros, dotados

(1) – Marzano, 1904, in Sachet e Curi, 1970: 12.
(2) – Deeke, 1970: 108.
(3) – Wettstein, s/d: 113.
(4) – Wachowicz, 1969, citando Kalendarz Polski, que narra um assalto ocorrido nas proximidades de Porto União, em 1900.

de uma ferocidade igual a do tigre, inclinados ao roubo, sendo seu maior prazer matar os brancos.

É tal a índole desses selvagens que empregam dias e noites em sondarem os grupos que percorrem as mattas em trabalho; e se acontece encontrarem a comitiva entregue ao sonno, elles assaltam os indefezos e uma só pessôa não escapa; seus craneos e seus corpos são esmagados pelas longas mussuranas do gentio (...)"

"O índio não é pessoa humana". "O índio não é gente". "Por isso ele comete essas barbaridades". Essas as conclusões a que muitos chegaram ao ouvir as narrações sobre os ataques realizados pelos silvícolas. E se o índio não era verdadeiramente humano, o melhor remédio para ele seria chumbo. As colônias distribuíam avisos lembrando a época que os indígenas costumavam fazer suas correrias e alertavam para que todos tivessem suas armas em condições de imediato uso (1). Às vezes, a colônia emprestava armas para aqueles que estivessem mais adentro da floresta. E todos tratavam de adquirir pistolas, revólveres, espingardas e winchesters. A arma representava segurança. A arma era meio de espantar o silvícola. A arma era instrumento da dominação.

Poucos poderiam se perguntar sobre a verdadeira razão dos ataques dos silvícolas. Poucos poderiam aceitar que o índio tinha um estômago a prover; tinha mulher e filhos a sustentar. Poucos poderiam lembrar que preliminarmente a terra era do índio e que dela ele tirava o que necessitava para sobreviver. Poucos poderiam admitir que o índio afinal estava a se defender dos que usurpavam sua terra, derrubando a floresta e devastando a caça. Para a maioria da população civilizada o índio era apenas um obstáculo ao progresso e à segurança. E como ninguém aceitava plenamente sua humanidade, a solução óbvia seria o seu extermínio. Nesse quadro, o índio começou a aparecer como responsável por quase tudo o que ocorria de mal nas colônias. Se alguns colonos resolviam abandonar suas glebas, os culpados eram os indígenas. Se algumas reses desapareciam em certa fazenda, os culpados eram os indígenas. Se um colono não colhia o milho que esperava, os culpados eram os indígenas. Se a mula madrinheira assustava-se numa curva do caminho, colocan-

(1) — O Jornal Kolonie Zeitung de 2 de janeiro de 1875, apresenta a seguinte notícia: "A diretoria de colonização recebeu 30 carabinas com munição do Governo imperial para serem distribuidas entre os moradores da colônia mais expostos aos assaltos dos bugres (...)". Cf. Dolfgang, 1923: 19.

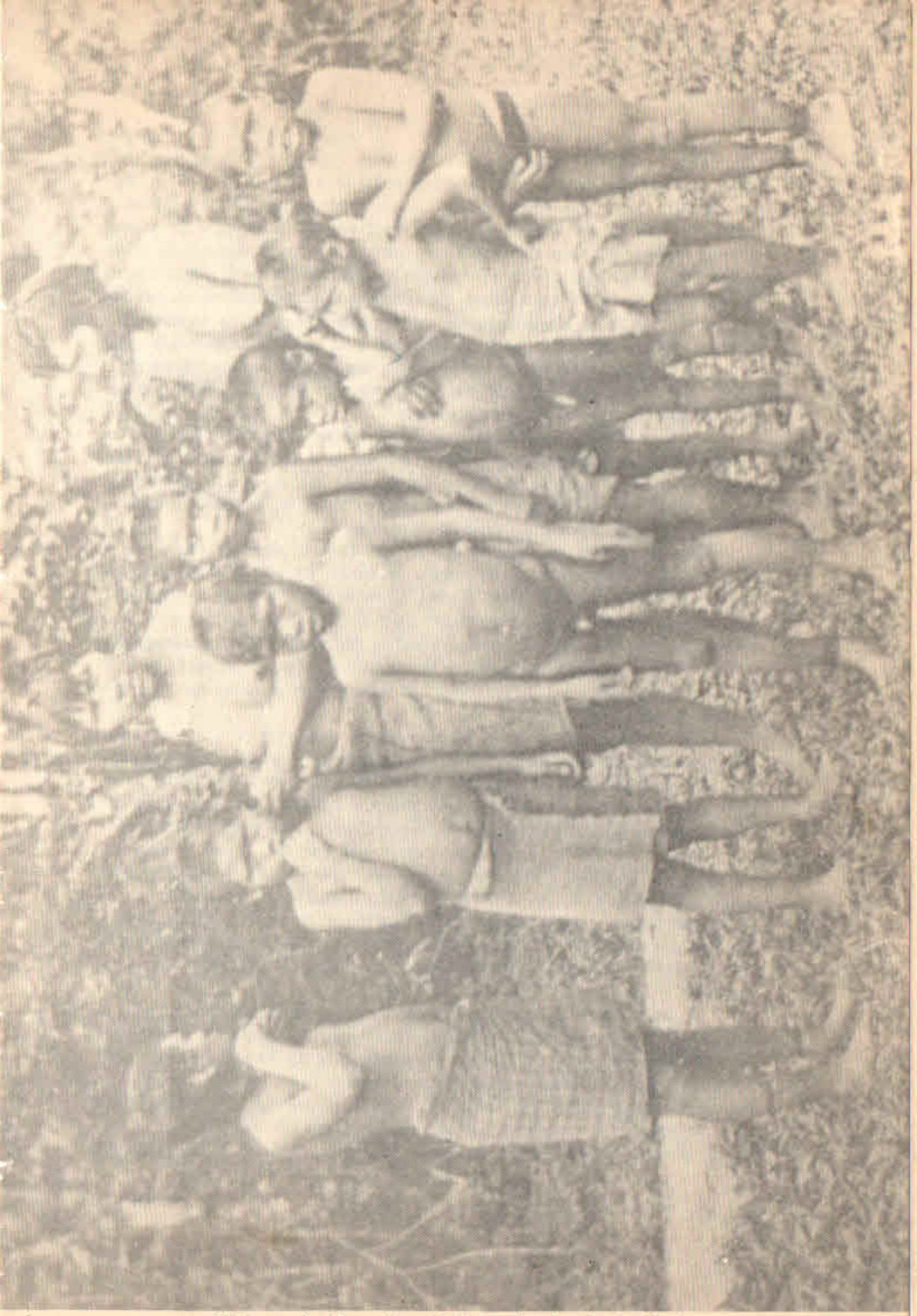
do em risco a ordem da tropa, os culpados eram os indígenas. Se os colonos viviam insatisfeitos e a colônia não progredia, os culpados eram os indígenas.

Os entreveros entre índios e brancos, entretanto, haviam sido previstos por algumas pessoas. O próprio governo da província, em relatório, no ano de 1849 admitia: "(...) Sou avesso a que se uze violencia contra os aborigenes, pois me convenço, que esse sisthema tenderá a perpetuar reciprocamente os odios (...)".

No ano de 1877, novamente o governo se manifestava visualizando o problema em sua totalidade. Dizia o presidente da província: "(...) Enquanto não se estabelecer na província um systema de cathequese geral, existirá a lucta entre o selvagem e o homem civilizado, que tentar approximar-se d'aquelle. E é provavel que esses combates individuais se revistam de um caracter mais grave, quando o espaço occupado pelas hordas selvagens fôr diminuindo pela conquista dos sertões do interior, conquista que, depois do desenvolvimento das colonias n'esta provincia, se vae fazendo de um modo regular e progressivo(...)".

A diminuição paulatina do território dominado pelos indígenas criava um problema seríssimo e para o qual não havia condições internas em sua cultura que permitissem o encontro de solução. Tratava-se do referente à sobrevivência física dos contingentes que integravam o grupo tribal, habituados à vida nômade e tendo na caça e na coleta suas fontes de alimentos. A fome e a inanição passaram a ser ameaças constantes para os indígenas. Nessa situação, deve-se admitir como lógica a atitude indígena de passar a se prover de alimentos em roças e pastos dos civilizados.

É óbvio que os indígenas estavam habituados a períodos de penúria, pois nem sempre a natureza lhes fornecia abundantemente o que necessitavam em alimentos. Mas eles estavam acostumados a isto. Entre abril e junho, os pinheirais do planalto forneciam alimentos em abundância e o índio chegou a dominar técnicas de conservação dessa dádiva da natureza. Abarrotava balaios com pinhões e afundava-os em córregos próximos, voltando meses depois para consumir o guardado. De setembro a abril ele perambulava na floresta em busca da caça, do mel, do palmito, do coró e outros alimentos. Havia relativa facilidade em se obter o necessário à sobrevivência, enquanto o branco efetivamente não penetrou no território indígena. Quando isto ocorreu, não só o território sob controle indígena diminuiu continuamente, como a competição pelos recursos foi logo estabele-



Vítimas de Bugreiros I. Reprodução de Gerlach.

cida. Os brancos também desejavam tirar da floresta o que podiam em alimentos. No relatório de Deeke (1877), que transcrevemos anteriormente, há claras referências à penúria alimentar em que os índios viviam, conforme vemos: "(...) Os bugres, ao que parece, durante a sua estadia no acampamento se alimentaram quase que exclusivamente de côcos, tendo derrubado quasi todos os coqueiros dos arredores. Segundo observei, ao que parece êles não aproveitam só os frutos e a parte comestível dos palmitos, como também a seiva. Em quasi todos os coqueiros derrubados havia orifícios abaixo da copa, nos quais se encontravam pauzinhos em forma de calha. Após saborearem a polpa, juntaram os coquinhos em pequenos montões, provavelmente para mais tarde quebrar a casca com o socador. (...)".

Não há dúvidas de que a fome levou os Xokleng a depredar a propriedade do civilizado. A depredação, no caso, foi a solução encontrada para obter alimentos, cada vez mais escassos. Mas não somente a fome levou os indígenas aos assaltos. Em decorrência do contato que eles começaram a ter com os civilizados, vieram a conhecer os instrumentos de ferro e aço. E não resistiram a eles. Adaptaram o ferro às suas armas tradicionais, a lança e a flecha. Substituiriam suas frágeis panelas de barro cozido pelas resistentes panelas de ferro. Aprenderam a usar facas e machados de aço, em substituição às lascas de taquara e às lâminas de pedra. E para a obtenção dessas especiarias raras os Xokleng não viram outra solução que o roubo. Segundo Ribeiro (1970: 318/319), Eduardo Hoerhan, pacificador dos Xokleng, ouviu deles "uma narração meio mística, meio histórica, referente ao primeiro encontro da tribo com representantes da civilização, a qual ressalta a importância do instrumental de ferro (...)":

Um bando deparou, com enorme espanto, uma estrada diferente de tôdas que tinham visto até então: uma simples picada; porém tinha de extraordinário a forma como os arbustos haviam sido cortados. Ao invés do simples torcimento – que era o único modo que êles conheciam de afastar os ramos que vedavam a passagem – ali os ramos estavam decepados de uma maneira nova. Juntaram-se para comentar o fato, fizeram conjeturas e prosseguiram, com cuidado, à procura dos responsáveis por aquela obra (...). Ao entardecer foram chegando a um lugar muito marcado de rastros e logo depois divisaram uma casa de pano, vendo de muito longe estranhos bípedes andando em tôrno dela. Discutiram longamente quando deveriam atacar, e decidindo pela madrugada como a hora mais propícia, puseram-se a esperar.

Mais a noite era longa demais para conter a curiosidade em tôrno daqueles sêres e seus instrumentos supercortantes. Avançaram antes do amanhecer, era ainda noite quando rodearam a barraca e mataram todos os seus ocupantes. Em seguida puseram-se a procura dos instrumentos supercortantes, tateando tôda a barraca; logo um dêles encontrou um machado que, experimentado ali mesmo mostrou suas qualidades; outros encontraram facões e facas (...). Experimentaram demoradamente, os instrumentos em tôda sorte de madeiras, cada vez mais encantados com sua eficiência. Pareciam dotados de uma fôrça extraordinária e nunca se cansavam de usá-los. Todo aquêle dia os índios passaram cortando, cortando sem cessar.

Dali voltaram a tôda pressa para onde estava o grosso da tribo, levando a grande notícia e as provas de sua façanha. Em breve todos os bandos desciam ao longo dos rios que demandavam o mar, para conhecer o local do encontro e, talvez, conquistar também algumas daquelas maravilhas (...)".

Com o tempo os ataques não se davam apenas para obter alimentos e instrumentos de ferro. Também os tecidos utilizados pelos brancos começaram a ser valorizados pelos indígenas. Eles conheciam rústicos cobertores de urtiga, fiados ponto a ponto pelas mulheres. Essas mantas serviam simultaneamente para cobrir a mulher da cintura para baixo, como uma espécie de saia, e para aquecer a mulher, os filhos e o marido nas noites de frio intenso.

Por último, os ataques tinham ainda como motivo a vendeta. Os Xokleng viviam separados em pequenos bandos, integrados por trinta, quarenta ou cinqüenta indivíduos. Provavelmente, devido à disputa por territórios de caça e coleta esses grupos foram levados à disputa entre si, de maneira que a guerra se tornou uma constante para os componentes da tribo. Segundo Henry (1944: 130): "Nessas vendetas, parentes eram lançados contra parentes e, às vezes, mesmo irmãos contra irmãos. Os acampamentos eram atacados à noite e homens, mulheres e crianças eram impiedosamente trucidados. Não havia clemência: um só sobrevivente podia vingar-se dos assassínios de sua gente (...)".

Ao entrarem em contato belicoso com os civilizados, não é de se estranhar que a instituição da vendeta passasse a ser utilizada para revidar as afrontas recebidas. O branco assim não tiroteava o indígena e ficava totalmente impune. Os indígenas tratavam de devolver os ferimentos ou a morte de um companheiro justiçando os civilizados que estivessem ao seu alcance. Na maioria das vezes, entretanto, a vendeta se dirigia diretamente

aos civilizados que haviam praticado o mal. Isto se depreende de vários depoimentos que obtivemos junto a velhos colonos, e que confirmam a narração de um profundo conhecedor de área: "(...) deparamos constantemente, com a presença de índios, ao longo das picadas. Não nos molestaram, não se mostraram hostís mas nunca se deixaram ver. Perto d'ahi, na estrada, na mesma Serrinha, pessoalmente defrontamos inesperadamente com um índio occulto, atrás de um pinheiro. Não prestou attenção à marcha vagarosa do cavallo, descendo trecho ingreme e pedregoso. Estava attento entanto ao canto de uma inhambú (tinarus noctivagus) que o cavalleiro ia imitando, desferindo o seu pio lastimoso; por sua vez também respondendo ao que ouviu, na sua frente. Interessante, estavam os dois attrahindo enganados. Dando de chofre, com a realidade, esbaforido o índio saltou, em fuga desabalada, rompendo a mattaria (...)" (1).

Os indígenas não costumavam atacar qualquer civilizado. Muitos colonos tinham suas casas rodeadas à noite e não se intimidavam, nem tampouco revidavam com tiros ou palavrões. Outros colonos durante suas fainas diárias se sentiam observados, mas não tomavam atitude beligerante (2). Nesses casos, houve oportunidades em que o índio se aproximou de casas para deixar uma caça ou uma abelheira, ao que o colono astuto e sensato logo tratava de retribuir com um brinde qualquer, deixado ao alcance do indígena. Mas esta não foi a regra. A simples desconfiança de que índios estavam circulando nas matas vizinhas, logo grupos eram organizados para caçá-los. Outros, ao mais leve e estranho rumor, logo passavam a dar tiros para todos os lados. A esses os indígenas acabavam revidando.

Muitas vezes, os ataques acabaram tendo como motivação os fatores arrolados: a fome, a necessidade de instrumentos de ferro e tecidos e a vendeta. Na verdade, era impossível separá-los e é evidente que nem sempre o indígena realizou suas vinganças sobre as pessoas que realmente haviam destruído seu

(1) – Mattos, s/data. Inédito

(2) – O depoimento do informante, Sr. Andréas Hubbe, residente em Araranguá (abril/1963), esclarece essas situações: "seu pai nunca permitiu que alguém da fazenda molestasse os bugres e que êstes por sua vez nunca tiraram nada que lhes pertencia, embora freqüentemente entrassem na sua propriedade. Uma ocasião, narrou, seu pai emprestou uma mula de carga para um amigo fazer uma viagem. Êste foi atacado, deixando no local o animal ferido por uma flecha. Semanas depois, porém a mula apareceu na fazenda completamente curada, mas tendo ainda sinais do ferimento que havia recebido. Isto o levou a crer que os índios haviam reconhecido o animal e o pouparam (...)".

acampamento, morto sua mulher, filhos, parentes enfim. Às vezes, o branco apareceu integralmente ao índio como inimigo e nessa situação ele não escolheu a quem ferir ou matar. Marzano (1) narra que: "(...) Quando, porém, perceberam que numa única noite fileiras inteiras de pés de milho haviam sido arrancadas e pelo chão havia rastro de pés enormes de gente, dissiparam-se suas dúvidas da presença de selvagens. Puseram-se de tocaia (...); durante alguns meses (...) continuaram os pequenos furtos de espigas de milho. Os colonos revidam com um que outro tiro. E isto, parece, levou os selvagens à desforra.

Estamos em 10 de dezembro de 1883 e os quatro irmãos de sobrenome Baldassar, residentes em Rio Deserto, tranqüilos cortavam árvores. Cantavam felizes ao som das machadadas. Um dêles, de nome Giovanni, afastou-se um tanto para observar uma grande árvore e medir-lhe a circunferência. Mal caminhara 25 a 40 metros, quando sem ao menos pressentir o perigo, sente-se atingido por flecha e tomba ao chão com um grito. Acorrem os irmãos, apavorados, e cheios de horror vêem seu irmão numa poça de sangue com o corpo atravessado, lado a lado, por uma flecha. Tomam-no nos braços e carregam-no à casa mais próxima.

O ferido corajosamente arranca do corpo a flecha envenenada; contudo já era tarde. Após vinte e quatro horas de terríveis dores morria. Foi êle a primeira vítima italiana dos índios brasileiros".

O índio reagia às afrontas recebidas e os civilizados sabiam disso. Um informante (2) que foi levado a penetrar na floresta para realizar trabalhos de medição de terras, narrou que: "Em 1924, no município de Pouso Redondo, estava fazendo medições. Os indígenas estavam bastante alterados. Isto se notava porque a noite êles rodeavam a barraca e às vêzes batiam nas cordas que prendiam as estacas, fazendo-as estremecer. Também ficavam fazendo barulho, assobiando, enfim arreliando os civilizados (...). Por prevenção, colocou na barraca três elementos da turma de proteção (bugreiros – SCS). Um dêles, de nome Durvalino, localizou-se na barraca, bem defronte a porta, contra o fundo da mesma. O informante deitou-se contra a porta, que permanecia fechada. Em tôrno, pela madrugada, os índios arreliavam. De vez em quando a barraca estremecia porque um índio batia nas cordas. Certa hora, viu uma cabeça sendo enfiada na abertu-

(1) – Marzano (1904). O texto aqui reproduzido encontra-se Sachet e Curi, 1970: 11, sendo a tradução do original italiano de responsabilidade desses autores.
(2) – Depoimento Sr. Carlos Miguel Koerich, em outubro de 1970.

ra da barraca, junto a porta. Era um índio que naturalmente espiava o que se passava no interior da barraca. Na mesma hora, a arma de Durvalino disparou acertando o índio em cheio, que emborcou para dentro da barraca, caindo sôbre o informante. Logo todos levantaram acampamento, pois ninguém ficaria ali mais um minuto (...)".

Numa outra oportunidade, o mesmo informante viveu os seguintes fatos: "Em Anitápolis, quando media lotes coloniais, percebeu um barulho estranho e ao voltar-se para a orla da floresta (estava numa clareira aberta por trabalhadores-SCS) viu um grupo de índios. Temeu por sua vida e correu. Nessa ocasião um operário da turma, que cortava madeira perto do local em que os índios foram vistos, foi morto. O operário chamava-se Belarmino. Mais tarde soube que Belarmino havia morto um índio, anos antes. Acredita assim que os índios fizeram uma vingança".

Um autor radicado em Blumenau (Deeke, 1970: 114) tentou dar a razão dos assaltos, esclarecendo-as parcialmente: "(...) Neste último assalto, aliás, pôde-se constatar que o principal fito do bugre não é matar. O ódio ao branco e a vingança mortal contra êle jurada pelo índio, não passa de literatura. O que os bugres querem é apoderar-se dos artigos que lhes são necessários, como objetos de ferro, tecidos, etc. Naturalmente, a êles pouco lhes dá matar alguém, mas não é essa a finalidade dos seus assaltos. Assim, por exemplo êles só mataram a menina em Rio Krauel, porque esta saiu a correr em direção à roça para avisar os seus pais, o que, naturalmente os índios quizeram impedir. A um pequenino, que estava deitado no berço, êles não fizeram nenhum mal; só queriam o colchão e, por isso, tomaram a criança e deitaram-na ao chão (...)"

Não se pode saber exatamente o número de vítimas resultante dos ataques que os indígenas realizaram aos civilizados. Nem sempre os fatos ocorridos foram devidamente registrados e, também, às vezes, ocorrendo o registro, não se logrou encontrá-lo. No Vale do Itajaí José Deeke realizou um exaustivo levantamento de informações, conseguindo fazer uma extensa relação dos assaltos que se verificaram no território do antigo município de Blumenau, entre 1852 – quando ocorreu o primeiro assalto – e 1914, ano da pacificação. Ressalta entretanto o autor que o levantamento não é completo pois faltavam alguns números nas coleções de jornais que consultou. Desse levantamento, apresentado no quadro a seguir, conclui-se que ocorreram 61 assaltos, dos quais resultaram 41 brancos mortos e 22 feridos. Um outro autor, ainda em Blumenau, deixou em caderno, 35 registros

distribuídos para os brancos desempenhar durante a conquista de mais esta parcela de território da América do Sul, alguns tiveram como desfecho final, a morte.

QUADRO I

Relação dos assaltos verificados no território do Município de Blumenau, desde a fundação da Colônia, segundo José Deeke (1):

Nº	ANO	MÊS	DIA	LOCAL	BRANCOS Mortos	Feridos
1	1852	Dezembro	28	Barra da Velha	–	–
2	1855	Janeiro	29	Blumenau	2	–
3	1862	Dezembro	1	Blumenau	–	–
4	1866	Janeiro	6	Garcia	–	–
5	1870	Março	16	Alto Rio do Têsto	3	–
6	1872	Fevereiro	19	Rio do Têsto	1	–
7	1872	Julho	23	Garcia	1	–
8	1872	Novembro	19	Benedito	1	–
9	1876	Outubro	14	Rio dos Cedros	1	–
10	1877	Fevereiro	24	Rio dos Cedros	–	–
11	1877	Março	2	Tatutiba	–	–
12	1877	Maio	5	Itoupava Alta	–	–
13	1883	Novembro	?	Neisse	–	–
14	1883	Julho	18	Itoupava-Rega	–	–
15	1884	Abril	21	Tiroler-Strasse	–	–
16	1885	Março	14	Guaricanas	–	–
17	1885	Setembro	?	Lontras	2	–
18	1885	Dezembro	2	Garcia	1	–
19	1889	Janeiro	29	S. Pedrinho	–	–
20	1889	?	?	S. Pedrinho	–	–
21	1889	?	?	S. Pedrinho Novo	–	–
22	1890	Julho	?	Trombudo		–
23	1894	Fevereiro	?	Milaneses	–	–
24	1895	Janeiro	2	Estr. de Curitibanos	5	3
25	1895	Junho	5	" "	–	–
26	1895	Dezembro	25	" "	2	–

(1) Deeke, 1967: 133. As observações e notas integrantes do original, foram eliminadas por não serem essenciais aos nossos propósitos.

sobre ataques realizados por indígenas entre os anos de 1890 e 1913 (1). Desconhecemos outras relações. No sul do Estado e no território do Rio Grande não encontramos referências que indiquem o possível número de vítimas dos ataques efetuados pelos Xokleng. Na área norte do Estado, em território que à época estava sob o controle do Paraná, nas vizinhanças do Rio Negro, há indicações de que 40 pessoas morreram, vítimas dos indígenas (2).

Vimos assim que entre os muitos papéis que haviam sido

(1) – Zittlow, s/data. Inédito. Cf. cópia existente na Biblioteca Fritz Müller de Blumenau. São as seguintes as notas de Zittlow, na página 147: "Vítimas de índios: 1890-15/10 – Campo Ilhéo, Rocco; 1891-1º/1-Timbé, madrinheiro Jacinto; 1892-10/6-Morro Trombudo, 5 pessoas família Corrêa de (ilegível), muitas mulas; 1894-1º/1-Serra das Pedras, 4 pessoas e 39 mulas; 1895-25/12-Beira Rio Pombas, Guilherme Klegin e A. Hahnemann; 1902-3/11-Serra do Pires, flechado a (ilegível), morto alguns bois; 1900-7/6-Pouso da Caixa, morto João Cardoso, ferido José e Lino. Nas páginas 168 a 171 liam-se mais os seguintes: 1890, assalto rancho Carlos Schroeder Rio Sul; 1890-Fritz Holler flechado Rib. Tafona Subida; 1890-Manoel Laurentino flechado morto Subida; 1890-Lontra 2 italianos mortos Jacome Cypriano; 1892-flechado morto no Morro Pelado uma colona italiana; 1892-5 mortos no Morro Trombudo. Tropa da família Corrêa de Campos Novos, muitos animais mortos; 1892, novembro, morto o madrinheiro duma tropa; 1895, flechado Ricardo Ehmke entre Pouso Caixa e Cedro; 1895, flechado (ilegível) serrá Ilhéo; 1895, assalto serram das Pedras Tropa Família Farrapo (ilegível) 5 mortos e 30 animais todos a lança; 1896, Passo Rio Pombas, morto Germano Klegin e Carlos Hahnemann e mais um brasileiro; 1896, Pouso Redondo, morto João Cardoso e ferido o camarada Lino; 1900, morta a mulher de Carlos Rennert no Rio do Sul enterrada no passo do Odebrecht; 1901, assalto casa Schratt, Lontra; 1890, morto Roque de Tal em Campo do Ilheu; 1904, flechado morto Mosquitinho José Magro e um prêto enterrados no Rio do Sul: 1904, Durval Corrêa flechado Timbézinho no pescoço; 1904, João Castanheiro, flechado e morto; 1903, assalto Casa Ferrari, Aquidaban, 2 vacas mortas; 1910, diversos assaltos Rio Sul acima; 1905, Passo Trombudo, morto Bento Caneca; 1905, Vargem Pombinhos flechados mortos Rudolfo Recke e José Dias; 1905, flechado José Salvador margem Pombinhos; 1906, flechado Antônio Lamin no braço, dois animais mortos, arreios, poncho, ferramentas roubadas; 1907, morto Aterrado Torto, João Germano; 1909, assalto casa Carlos Basílio Rio Oeste, mulher flechada, casa saqueada; 1909, Barra do Serro Verde, 7 quilômetros distante casa Westar, família Júlio Ribeiro, 11 pessoas mortas, casa incendiada; 1913, Alta Serra Pombas, Paiol Serafim. Animais mortos, paiol incendiado".

(2) – Wachowicz, 1969: 478, citando Pamietnik Emigrantów, Ameryka Poludniowa, Instetut Gospodarstwa Spolecznego, Warszawa, 1939, p. 296.

27	1897	Maio	?	Estr. de Curitibanos	1	–
28	1902	Fevereiro	13	Subida	1	–
29	1902	Julho	1	Ipiranga	3	–
30	1902	Novembro	3	Nova Bremen	1	1
31	1902	Julho	12	Ribeirão dos Russos	–	1
32	1902	Dezembro	?	Guaricanas	2	–
33	1903	Abril	?	Estr. de Curitibanos	1	–
34	1903	Setembro	?	" "	1	–
35	1904	Março	7	" "	–	1
36	1904	Março	13	Ribeirão Basilio	–	–
37	1904	Abril-Pascoa		Fundos Wamow	–	–
38	1905	Julho	?	Estr. de Curitibanos	–	–
39	1905	Julho	?	Estr. de Curitibanos	1	1
40	1905	Julho	?	Estr. de Curitibanos	1	3
41	1906	Fevereiro	15	" "		2
42	1906	Abril	10	" "	–	1
43	1906	Outubro	23	Scharlach-Hansa	–	1
44	1906	Novembro	29	Índios-Hansa	1	–
45	1908	Outubro	7	Pouso Redondo	–	–
46	1908	Novembro	1	Pinhalsinho	1	–
47	1908	Novembro	17	Braço do Oeste	–	2
48	1910	Dezembro	14	Rafael-Hansa	1	–
49	1911	Fevereiro	4	Pinheiros	3	1
50	1911	Abril	9	Estr. de Rio Preto	–	1
51	1911	Setembro	9	Índios-Hansa	–	–
52	1911	Novembro	3	Rib. dos Russos	–	–
53	1911	Novembro	3	Ipiranga	–	–
54	1912	Junho	1	Pouso Redondo	–	–
55	1913	Fevereiro	26	Braço do Oeste	–	1
56	1913	Maio	8	Braço do Oeste	–	1
57	1913	Julho	15	Caminho Reuter	1	–
58	1913	Agôsto	10	Kraul-Hansa	1	–
59	1913	Outubro	14	Braço do Oeste	–	1
60	1914	Junho	9	Liberdade	–	–
61	1914	Junho	15	Liberdade	1	1

8. O ÍNDIO COMO O TERROR DO SERTÃO

As atitudes que os brancos tomaram frente aos Xokleng sempre tiveram no etnocentrismo uma fonte motivadora básica. O índio era o selvagem desalmado; o índio era o primitivo cruel; o índio era o pagão que necessitava receber socorros urgentes da civilização para salvar sua alma; o índio era um adulto que agia

como criança, irresponsável e indócil. O índio era, afinal, visto segundo os padrões de vida e conduta que os brancos possuíam. E quando alguém perguntava como os indígenas viviam, as respostas que recebia invariavelmente continham clara ou veladamente essas manifestações concretas do egocentrismo. E, além disso, fantasia. Muita fantasia: "(...) êles teriam, nas grandes profundezas da mata, ao pé do Morro Itaiól, um acampamento permanente, onde residia o rei de todos os botocudos. Ali haveria grandes templos, onde existiam enormes ídolos de pedra. Mas, o mais precioso tesouro do rei, seria um enorme pomar onde existia tôda sorte de frutas do Brasil.

Os bandos nômades, seriam, por assim dizer, soldados do rei, que deveriam impedir o avanço dos brancos e, ao mesmo tempo, conseguir os necessários objetos de ferro. Êles estariam, por anos seguidos, longe do paço real e sòmente por breve tempo, poderiam alí aparecer quando tivessem feito prêsa considerável, e de preferência, crianças brancas roubadas (...)" (1).

Na verdade, ninguém sabia explicar quem era o indígena; o por que de sua conduta; a razão de seus costumes. E quando alguém tentava alguma coisa séria, a descrença da coletividade era o quadro de fundo sobre o qual a experiência era relatada e imediatamente rejeitada. O índio ontem, como hoje, era um desconhecido que a maioria da população não desejava conhecer.

As ações deflagradas pelos brancos em relação aos indígenas, evidentemente, tinham sua justificação última no complexo de atitudes colonialistas que desde a descoberta havia se imposto nesta parte da América. Não importava que essas ações fossem de guerra, de catequização, de proteção. Não importava que essas ações deflagradas individualmente, por empresas ou pelo governo. Na verdade, as pessoas responsáveis por essas ações sempre tiveram como limitação os papéis que lhes tinham sido atribuídos dentro de uma estrutura de tipo colonialista. Não se pode pensar assim que as visualizações tentadas sobre a problemática indígena, como também as soluções propostas, estivessem fora desse contexto. Ao contrário, quando se propunha a contratação de bugreiros para afugentar índios ou se apelava para a catequese, realmente os agentes dessas atitudes aparentemente contrárias estavam manipulando mecanismos de uma mesma estrutura sócio-econômica, que de um modo ou outro pretendia submeter os silvícolas.

(1) – Deeke, 1967: 106.

A imagem que se fazia dos índios era fundamental para justificar as ações violentas que sobre eles se deflagravam e que, em seu âmago, eram claramente contrárias a muitos valores básicos da moral e religião aceitas pelos brancos. Por isso era necessário imaginar o índio como selvagem desalmado; como bárbaro pagão; como animal passível de ser tiroteado a qualquer momento. Segundo um informante (1): "naquele tempo havia necessidade de matar os índios, porque êles matavam nossa gente".

A imprensa teve também ampla responsabilidade na divulgação dessa imagem negativa do índio. Na área de colonização, especialmente, os jornais não cansaram de pintar o indígena como o maior dos males que poderia atingir o colono. O Kolonie Zeitung de 16 de outubro de 1875, por exemplo, dizia (2): "O tempo em que os bugres costumam fazer seus ataques, está se aproximando. Por isso é dado conselho de cautela aos moradores dos pontos extremos da colônia. Que cada um delles cuide em ter uma boa espingarda".

No Jornal Novidades de 29 de março de 1908, em artigo sobre os indígenas, lê-se entre outras informações sobre as crianças Xokleng que logravam sobreviver aos assaltos dos bugreiros e eram trazidas para o mundo dos brancos: "(...) É de se esperar que cada qual concorde que a mistura de sangue indiano deverá rebaixar os teuto-brasileiros. Deve-se também ficar entendido a respeito que estes filhos de bugres são em acrescimo de população que não é absolutamente desejável e que não traz vantagem alguma para o Estado (...)".

Em Lages, no Museu Histórico "Thiago de Castro", há uma foto emoldurada de um piquete organizado em 1910 para afugentar indígenas, com a seguinte legenda esclarecedora: "Piquete de civis organizado para afugentar os índios botocudos da Fazenda São Felipe, em Ponte Alta do Sul, Município de Curitibanos. A razão dêsse atropelamento foi causado pelo massacre da família Pires, em 1910, onde foram trucidadas várias pessoas

(1) – Entrevista com o Sr. João Pellestrino, Anitápolis, 1967. Nessa área encontramos vários informantes que ao falar expressavam a dicotomia existente entre os civilizados e os índios. Aquêles são gente; êsses são bugres. Diziam, conforme o que anotamos em nosso diário: "fulano foi ver o que era e viu que não era gente e sim bugres, beltrano foi roubado em seu gado e foi investigar os vestígios para ver se era de gente ou de bugre".

(2) – Dolfgang, 1923:21.

sendo incendiada a dita fazenda, cujo extermínio foi total.

Revoltante acontecimento premeditado e executado numa hora em que não existia na casa um só homem!

Selvagem traição, pois que o genro da Senhora Pires que se achava acamado, doente, foi liquidado a pão, como foram esmigalhados os crâneos das vítimas e retalhados seus corpos (...)".

Em Blumenau, o Pastor Gustav Stuzer assim narra acontecimentos ali ocorridos num domingo de fevereiro, do ano de 1886 (1): "Nesta tarde eu havia reunido uma pequena congregação de pessoas de mais idade, para com elas discutir os planos de colonização (...). De repente vimos um cavaleiro que se aproximava a todo o galope. Meu irmão levantou-se dizendo: aí deve ter acontecido algo! "O cavaleiro o reconheceu e gritou: "É para o Senhor mandar a polícia e o Juiz para o salto da Cana! Os bugres se sublevaram". "Alguém foi morto?" "Sim, dizem que Henrich de tal e tôda sua família fossem (sic) mortos, e a casa saqueada"!

Meu irmão pulou num cavalo que havia ficado amarrado e encilhado perto e disparou com o mensageiro até a praça para dar as ordens necessárias. Das lojas e casas vizinhas já saia correndo gente para saber do que havia, e em breve soava por tôda a parte o grito de "os bugres estão em guerra"!"

As administrações das colônias, por sua vez, tomavam providências como as expressas no documento abaixo, integrantes de volante distribuída pela direção da Colônia Blumenau: Diz o documento (2): "Direção da Colônia Blumenau, 15 de outubro de 1877.

Chamamos a atenção dos habitantes desta Colônia especialmente daquêles dos setores mais avançados, para o fato de aproximação da época do ano na qual os índios nativos (bugres) costumam aparecer nesta região, nas suas andanças costumeiras, realizando, então, onde para tal se ofereça oportunidade, assaltos e saqueamentos. Para evitar tais desastres, o quanto possível, recomendamos aos colonos proporcionarem o máximo cuidado às suas armas e trazê-las sempre consigo.

(1) – Cf. Pastor Flos, Unsere Väter (Nossos Pais), publicado em comemoração ao 50º aniversário do Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná, no ano de 1961.

(2) – Original existente na Biblioteca Fritz Muller em Blumenau; cópia nos arquivos do Autor. Utiliza-se acima a tradução realizada por Victor Lukas, no manuscrito de sua autoria "Olhos Azuis - história de um rio", Rio do Sul, 1965.



Vítimas de Bugreiros II. Reprodução de Gerlach.

Em caso de assaltos, convém atirar apenas com mira seguramente calculada. É aconselhável fazer-se denotações frequentes na direção do mato, como também realizar batidas e patrulhamentos por grupos e dar-lhes, aos bugres, a impressão de encontrar-se o colono alerta e preparado contra os seus assaltos".

O horror quando da presença de índios nas imediações de suas propriedades era comum entre os colonos. Ninguém desejava se expor às flechas e bordunas indígenas; ninguém pretendia admitir a possibilidade de uma aproximação pacífica. Então o índio não era uma fera perigosa, capaz de atacar nos momentos mais imprevisíveis? Os brancos, entretanto, estavam presos aos papéis que lhes haviam sido distribuídos e pouco adiantavam o horror e o medo causados pelo indígena. Era necessário ocupar a terra e nesse escopo não se admitia recuos. Além das opiniões individuais dos colonos e outros interessados na penetração do sertão, havia as decisões e interesses dos administradores das colônias e do governo. Na área do Rio Negro, alguns colonos poloneses deixaram o seguinte relato (1): "Enquanto não iniciamos o corte da mata, os bugres não atrapalhavam, mas quando começamos a derrubá-la, passaram a perturbar-nos, assobiando, batendo com paus nas árvores, sem porém se deixarem avistar (...) Dois dias depois assaltaram uma outra casa e liquidaram com tôda a família. As duas crianças, mataram e jogaram no fôgo. Aos pais, cortaram o ventre e retiraram o coração, colocando-o em cima dos corpos. As cobertas de pena espalharam pela casa inteira. Os mantimentos também despejaram e espalharam pela casa. Pela ocasião 30 famílias estavam estabelecidas, o que levou quase metade a debandar para Rio Negro. Porém, chegavam novas famílias e o govêrno forçou a volta dos colonos, para seus ranchos (...)".

Nesse quadro é que se pode entender plenamente as afirmações do Jornal Der Urwaldbote, de Blumenau (2): "Os bugres atrapalham a colonização e as comunicações entre planalto e litoral. É preciso acabar com essas perturbações de modo total e o mais depressa possível. Pontos de vista sentimentais, que consideram injustas e imorais as caçadas movidas aos bugres, são inoportunos (...)".

Velada ou claramente o senso comum admitia a guerra aos silvícolas. A imagem que deles se pintava não admitia outra

(1) – Wachowicz, 1969: 478, referindo-se a depoimento incluso em Pamietnik Emigrantów, Ameryka Poludniowa, ob cit, p.296.

(2) – Cf. Wachowicz, 1969: 482.

atitude. Quando alguém sugeria qualquer tipo de ação que não tivesse fundamentada no uso da força, praticamente não encontrava quem o quisesse ouvir. O índio já estava caracterizado como indomesticável; como desalmado; como pagão. E para enfrentá-lo somente havia como recurso a arma de fogo.

Pensava-se tanto no indígena como ser destituído de humanidade, que o viajante alemão Karl von Den Stein (1940: 18) narra o seguinte episódio vivido ao visitar Santa Catarina: "No prédio do Govêrno, em Destêrro, encontrei-me com um velho e honrado cidadão da "Serra" que, como eu, tinha qualquer pedido a fazer lá. Aproveitei o ensejo para indagar se êle não me poderia arranjar crâneos de índios. O bom velho, creio que julgando-me alto funcionário, olhou-me desconfiado – o que me consternou – e replicou hesitante: "Eu bem lhe poderia arranjar os crâneos. Mas devo primeiro falar com os meus vizinhos para saber se estão de acôrdo."

O medo aos indígenas chegou também a servir para vizinhos resolverem suas contendas. Schaden (1940–: 15) narra o seguinte episódio: "Na casa do colono Klaumann havia "Musik", como costumavam chamar as domingueiras. Por qualquer motivo não haviam convidado aos filhos do vizinho, que então conceberam um plano de vingança. No mais animado do folguedo, acercaram-se do local, escondendo-se na mata próxima, de onde desencadearam verdadeira chuva de pedras sôbre o telhado da casa. No mesmo momento ouvia-se o grito assustador:"Die buger Kommen! (Aí vem os bugres!), fazendo com que a música parasse imediatamente (...)".

Mas ao mesmo tempo em que se organizavam, incentivavam e financiavam expedições de bugreiros à floresta para aniquilar os silvícolas; em que se declarava ser o índio um bárbaro, um desalmado; em que se reclamavam trabalhos de catequese; em que se armavam colonos; tomavam-se atitudes destinadas a mascarar toda a violência que dominava o sertão. Às crianças e mulheres trazidas pelos bugreiros como troféus de guerra, procurava-se dar amparo em conventos, colégios e, mesmo, junto às famílias de importância na capital ou nas sedes das colônias. Pretendia-se, até certo ponto, que essas mulheres e crianças fornecessem informações sobre o grupo indígena e servissem de intérpretes quando viessem a dominar a língua dos brancos. Pretendia-se também demonstrar que os brancos eram bons e incapazes de fazer mal a quem se comportasse como devia. Pretendia-se, afinal, ter a consciência tranqüila pela salvação de alguns indivíduos. Entretanto, segundo Schaden (1946): "Dêsses pobres alguns poucos conseguiram fugir para o mato, reunindo-se a seus

companheiros de tribo. A maior parte, porém, morreu depois de pouco tempo, em consequência do mêdo, saudade e súbita mudança dos hábitos alimentares. Poucos lograram ajustar-se as novas condições de vida (...)".

No ano de 1905, solenemente alguns desses indígenas foram tornados cristãos pelo batismo, na Catedral Metropolitana, em Florianópolis. No jornal o Pharol, editado em Itajaí, de 4 de fevereiro de 1905, encontramos a seguinte referência: "Do nosso colega "O Dia", transcrevemos a notícia dos cinco silvícolas apreendidos Estado, na ex-Colônia Angelina, e apresentados pela Conferência de São José, Associação de São Vicente de Paula, à qual foram ditos indígenas pelo governador do Estado em exercício, o sr. Coronel Antônio Pereira e Oliveira, confiados para serem educados: 1º Maria Inhataca do Nascimento, de 12 anos presumíveis e da qual foram padrinhos o sr. Cel Antônio Pereira e Oliveira, governador em exercício e sua espôsa, Dona Manuela Rosália de Oliveira. 2º Pedro Andyro Natal, de 8 anos presumíveis e do qual foi padrinho o sr. Cel Vidal Ramos Júnior e sua exmª espôsa Dona Amância de Carvalho Costa. 3º Laura Indiara do Nascimento, de 5 anos presumíveis, da qual foi padrinho o sr. dr. Lauro Müller, Ministro da Viação, representado pelo desembargador Dr. Domingos Pacheco d'Ávila e sua exmª espôsa Dona Maria Leopoldina d'Ávila. 4º Rosa Andyra do Nascimento, de 4 anos presumíveis e da qual foi padrinho o sr. Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente da República representado pelo snr. Coronel Antônio Pereira e Oliveira e Dona Francisca de Souza e Melo. 5º Antônio Undá Natal, de 4 anos presumíveis, do qual foram padrinhos Antônio Lemos Ramagem e sua exmª esposa Dona Maria Carolina Ramagem. Presume-se que são irmãos os batizandos".

No quadro solene que a cerimônia de batismo apresentava, evidentemente não constava qualquer referência a não humanidade dos pais dos novos cristãos. Paternalisticamente, protegia-se as vítimas que haviam sobrevivido às razias dos bugreiros. Paternalisticamente, esperava-se que a oportunidade dada às crianças indígenas fosse plenamente aproveitada para sua integração no mundo dos brancos. Paternalisticamente, ainda, imaginava-se que no futuro essas crianças seriam importantes para colaborar na submissão final de seus pais.

IV. A PACIFICAÇÃO

1. O ÍNDIO COMO PROBLEMA NACIONAL E A CRIAÇÃO DO SPI

As vicissitudes vividas pelos Xokleng no sul do Brasil eram semelhantes as que outras tribos já haviam vivido ou estavam a viver no resto do país. A região sul estava integrada ao resto da Nação e não se poderia imaginar que somente ali o indígena era vilipendiado, combatido, exterminado. Na realidade, desde os meados do século passado, os indígenas eram considerados obstáculos a vencer a fim de que a Nação como um todo ocupasse certos territórios até então inexplorados. A natureza colonialista dessa expansão, entretanto, continha as contradições expressas simultaneamente nos atos de agressão ao indígena e na manutenção dos valores de conduta e moral que respeitavam a integridade da pessoa humana. Por isso se enfatizava tanto a selvageria do indígena, a sua condição de bárbaro e pagão. Era necessário imaginá-lo diferente, com humanidade duvidosa, a fim de ser possível a harmonização emocional do civilizado.

No início deste século vários projetos de expansão estavam sendo colocados em prática pelo governo central da República. Ferrovias e linhas telegráficas eram constituídas, visando facilitar as comunicações entre os vários pontos da Nação. Terras novas eram assim colocadas ao alcance dos civilizados, abrindo perspectivas para a instalação de novas frentes pioneiras. Simultaneamente, resolveu-se uma série de problemas relativos aos limites com países vizinhos e facilitou-se a realização de expedições científicas ao interior do país (1). O território à disposição dos brancos cresceu, assim, por várias formas. Mas a maior parte das terras com viabilidade de ser incorporada economicamente à Nação era ocupada por grupos indígenas.

Nessas condições travou-se em várias partes do País uma luta mesquinha, objetivando a submissão dos indígenas. Na Amazônia, a borracha levou para a floresta milhares de trabalhadores civilizados, os quais se submeteram na maioria das vezes a condições de trabalho indescritíveis. Na sua luta pela sobrevivência, evidentemente, levaram ao indígena parcela do horror a que estavam sujeitos ou, mesmo, vieram a criar situações mais desumanas ainda para impor ao silvícola. No sul e no oeste,

(1) – Veja-se Stauffer, 1959: 77/95.

iniciaram-se grandes plantações de erva mate e continuou a expansão das fazendas de café. Além disso, nos vales litorâneos de Santa Catarina, e no Rio Grande, e na área do planalto que atingia esses estados e parte do Paraná, prosseguiam céleres os trabalhos de fixação de imigrantes estrangeiros à pequena e média propriedade rural. No centro do País, ainda, a criação de gado exigia a expansão das fazendas. Terra, cada vez mais terra, era necessário para atender a esses diversos empreendimentos e a essa sede de expansão e interiorização. E como os indígenas ocupassem largas parcelas dos territórios em questão, havia que se submetê-los de qualquer forma. Os agentes mais eficazes dessa sujeição eram a arma de fogo e o bugreiro profissional (1).

No início deste século, entretanto, vários acontecimentos vieram permitir que as populações urbanas tomassem conhecimento de como se procedia à conquista do interior. A imagem romântica que se fazia do indígena nos setores urbanos do País emergiu vigorosa em oposição à imagem sanguinária e bárbara que aparecia no sertão. Rondon (1946:99), em conferência na cidade de São Paulo, em 1910, exemplifica como essa visão podia ser utilizada para humanizar o indígena e assim criar um clima favorável a sua proteção, por parte do Governo: "Certo seringueiro (...) tinha tão arraigada prevenção contra os indígenas que punha em prática, com inexorável pontualidade, a máxima: "índio visto, índio atirado", apesar de jamais ter recebido de suas pobres vítimas o menor insulto. Cansados de tantos sofrimentos, os índios resolveram "catequisar","amansar", ou, se quizerem, "domesticar" aquêle "civilizado", sôbre o qual, certamente, teriam uma opinião um tanto ou quanto parecida com a que muitas vêzes vemos estender-se a respeito dêles mesmos, isto é, a de ser um bárbaro com instinto de fera. Mas ainda assim não se resolveram a matá-lo; preferiram os meios brandos e eis o que engendraram: o truculento seringueiro atravessava habitualmente certo rio, sôbre uma pinguela. Dois Rama-Rama, puseram-se a esperá-lo, muito bem ocultos, cada qual em uma das cabeçeiras da rústica passagem. Vem o seringueiro, barafusta por ali e quando está todo absorvido com as difilcudades naturais de semelhantes passos, levantam-se os índios, fechando-lhe as saídas. Atônito, o homem perde a presença de espírito e nem mais se lembra da espingarda que traz a tiracolo. Porém mais atônito deveria ter êle ficado, quando viu aqueles "Selva-

(1) – Stauffer, 1960: 435/452.

gens", que o podiam acabar em um instante e com tôda a segurança, estenderem-lhe as mãos desarmadas, oferecendo-lhe frutas: eram os "brindes com que tentavam iniciar o trabalho de "catequese do civilizado" (...)."

As situações que contribuíram para essa humanização pública do indígena evidentemente decorriam da agressividade com que se tentava conquistar o sertão. O fato de que imigrantes estrangeiros, especialmente alemães, estavam desalojando violentamente os indígenas do sul do País, em dado instante permitiu uma reação nacionalista de certos setores lúcidos das áreas urbanas. E por incrível que possa parecer, toda a discussão que se travou e que foi responsável pela organização e instalação do Serviço de Proteção aos Indios, em 1910, teve sua origem numa comunicação que Alberto Vojtech Friç (*) realizou no XVI Congresso Internacional de Americanistas, em Viena, no ano de 1908. Fric demonstrou que no sul do Brasil a colonização se processava sobre os cadáveres de centenas de índios, mortos sem compaixão pelos bugreiros, atendendo aos interesses de companhias de colonização, de comerciantes de terras e do governo (1). E, finalmente, solicitou que o Congresso: "(...) protestasse contra êstes atos de barbárie para que fôsse tirada esta mancha da história da moderna conquista européia na America do Sul e dado um fim, para sempre, a esta caçada humana". (2).

A franqueza dos depoimentos de Fric criou várias controvérsias no Congresso, pois continha implicações, segundo muitos, estritamente morais. Talvez devido a essa conotação, imediatamente houve repercussão na imprensa européia. Na Alemanha, jornais chegaram a levantar hipótese de que Fric estava interessado em deter o fluxo de imigração que se fazia para o sul do Brasil, por motivos políticos (3). No Brasil, houve algumas referências na imprensa sobre os pronunciamentos de Fric. Foi, entretanto, Hermam von Ihering que verdadeiramente abriu o debate em torno das declarações de Fric em nosso País, ao tentar refutar as acusações formuladas aos alemães no Congresso de Viena. Aos 5 de outubro de 1908, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, von Ihering agradecia por ter sido

(*) – Fric é grafado corretamente com um pequeno V invertido sôbre a letra C. Deve-se pronunciar " Fritch". Cf. Stauffer, 1960: 169.

(1) – Stauffer, 1960: 169.

(2) – Stauffer, 1960: 171.

(3) – Stauffer, ob cit, 172.

eleito sócio honorário e prometia falar na sessão seguinte sobre a situação dos indígenas no sul do Brasil. Manifestara von Ihering em outras ocasiões opinião sobre o indígena como um frio objeto de investigação científica. E nesses primeiros dias de outubro, circulou em São Paulo trabalho de sua autoria contendo referências negativas ao indígena, o que imediatamente provocou o protesto de Sílvio de Almeida, publicado a 12 de outubro de 1908 no jornal O Estado de São Paulo. O texto de von Ihering que mais alarmou Almeida foi integralmente transcrito no jornal, conforme segue (1). "Os actuais índios do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e, como os *caingangs* selvagens, são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio".

O debate estava definitivamente iniciado. Jornais, Academias de Ciência, Institutos de História e Geografia simultaneamente começam a discutir sobre a vida e o destino do indígena brasileiro. No auge do debate, sempre alimentado pelas posições germânicas e anti-indígenas de von Ihering, duas situações estavam definidas. A primeira referia-se à participação do governo na proteção ao silvícola; a segunda, identificava o indígena com o nacionalismo embrionário da Velha República.

Para completar esse quadro, Cândido Mariano da Silva Rondon constantemente realizava conferências nos principais centros urbanos do País, trazendo informações amplas e inéditas sobre os indígenas do Brasil Central e da Amazônia, com os quais travara contato durante as tarefas de estender linhas telegráficas. Ao lado do exótico, Rondon esclarecia sobre a realidade do homem indígena, chamando a atenção para o seu drama de sobrevivência. "Se passarmos da terra para os seus habitadores, então só teremos motivos, senhores, para contuplicar muitas vezes a necessidade de primeiro tratar com êles, no seu estado nativo, para depois bem ajuizarmos da sua índole, do seu caráter, da sua sociabilidade e de suas aptidões práticas.

Há vinte anos que trabalho no meio dêles, e até hoje os tenho encontrado por tôda a parte de peito aberto aos nobres sentimentos da humanidade; de inteligência lúcida e pronta a aprender tudo quanto se lhes quer ensinar; invencíveis às fadigas do mais rude labutar; amigos constantes e fiéis dos que os

(1) – Stauffer, 1960: 177, citando Sílvio de Almeida, in O Estado de São Paulo, 12 de outubro de 1908, p.1.

tratam com bondade e justiça. Não preciso repetir o auxílio que êles prestaram (...); para compreender-se quanto é injusta a acusação levantada contra eles de serem indolentes e inúteis, basta lembrar que na zona percorrida pelos expedicionários de 1907, 1908 e 1909, não havia um estabelecimento de seringa, de caucho, depoaia, no qual grande parte, e às vezes todos os trabalhos, não fôssem feitos por índios.

Desrespeitados em suas pessôas e em suas famílias; perseguidos, caluniados, êles vivem em situação misérrima: se aceitam a sociedade do branco ficam reduzidos à pior das escravidões – a de, escravos cuja vida não interessa ao senhor; se se embrenham nas matas, são acossados e exterminados a ferro e fogo. Onde está a nossa justiça de povo culto e civilizado; onde está o nosso sentimento de equidade e de gente crescida à sombra das admiráveis instituições romanas; onde está a nossa bondade de homens formados sob os influxos da cavalaria e do catolicismo, para assim chegarmos a esta monstruosa iniquidade de só negarmos o direito à vida e à propriedade, em terras do Brasil, aos brasileiros de mais lídima naturalidade?! (1)"

Preocupado em defender os interesses dos imigrantes alemães no Brasil, rudemente atacados por Fric quanto às suas relações com os indígenas, von Ihering prestou uma contribuição inestimável à causa indigenista. Foi sua posição anti-indígena; foi sua atitude de apoio irreversivel ao colono – "a vida do sertanejo ou do colono nos vale mais do que a do bugre" (2) –; foi sua preocupação em responder às críticas recebidas, mantendo aceso o debate; que realmente permitiu ser a situação do indígena amplamente discutida, analisada, sentida. Em decorrência de toda essa discussão e pressionado por um grupo de intelectuais de orientação positivista, o governo brasileiro tomou a deliberação de criar um organismo oficial destinado a tratar dos assuntos pertinentes aos silvícolas. Aos 7 de setembro de 1910 instalava-se oficialmente o "Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais".

2. A LIGA DE DEFESA PATRIÓTICA E OS TRABALHOS DE FRIC EM SANTA CATARINA.

O aparecimento do Serviço de Proteção aos Índios em 1910

(1) – Rondon, 1946: 101/102.

(2) – Cf. Stauffer, 1960: 442.

foi decorrente de um longo debate que se travou a respeito do tratamento que se deveria dispensar ao indígena, a partir de sua definição como ser humano. O Serviço de Proteção era a resposta oficial do governo brasileiro às variadas posições defendidas pelos mais diversos interessados ao correr do debate. E essa resposta significava vitória para um grupo de intelectuais que, sob a influência do Positivismo, defendeu a tese de que o indígena deveria ser protegido e assistido em suas necessidades pelo Estado.

Em Santa Catarina houve participação efetiva nas discussões que se travaram. Devido à colonização à que se procedia no Estado, as violências cometidas contra os silvícolas sempre tiveram seus defensores. As próprias administrações das Colônias e o Governo admitiam e estimulavam as ações de extermínio, pois não se poderia admitir que os silvícolas impedissem ou dificultassem as aspirações de progresso. No início do século, entretanto, começaram a aparecer as primeiras manifestações contrárias a essas ações violentas sobre o indígena. Em obra editada em Florianópolis, Vieira da Rosa (1905:309), acusava: "E fallam das barbaridades, das depredações praticadas pelos silvícolas, censuram-n'os e perseguem-n'os e tiros de fuzil, mas não se lembram que assim procedento tornam-se mais ferozes que os próprios índios (...)".

Até então as críticas às violências praticadas contra o indígena, segundo o levantamento bibliográfico que realizamos, parecem ter sido limitadas a reprovação oral ou a manifestação simples e isolada de piedade. Não havia protesto público. Agora, há uma flagrante mudança. A partir de Vieira da Rosa logo outros elementos começam a aparecer, emitindo suas opiniões a respeito dos indígenas e ressaltando seu direito à vida (1). Essa tomada de posição provoca uma reação dos jornais que em língua alemã se editavam no sul do País, ocorrendo séria polêmica. Foi nessa polêmica que Fric obteve boa parte de seus dados para apresentar em Viena, em 1908. Incrivelmente, o que ocorria em Santa Catarina era extremamente importante e decisivo para o futuro indígena do País. À época, entretanto, ninguém percebia isto.

(1) – O Jornal O Pharol, de 24/2 de 1905 apresenta notícia sôbre um ataque realizado pelos bugreiros aos índios, dizendo que "trucidá-los bàrbaramente não é extenuar e nem remediar o mal; é pelo contrário agravá-lo em todas suas circunstâncias (...). Se os membros da expedição levassem consigo o sentimento do dever e o amor pelos seus semelhentes e se ao fogo assassino de suas armas preferissem a prática de nobres exemplos, não se dariam tantos espetáculos horrorosos".

Não foi possível descobrirmos exatamente as pessoas que influíram para a organização, em Florianópolis, de uma "Liga Patriótica para a Catequese dos Silvícolas". Ela entretanto surgiu como beneplácito do governo estadual e logo procurou efetivamente proceder a atração dos silvícolas. No jornal Novidades, de 10 de março de 1907, encontramos o seguinte expediente, que esclarece sobre os objetivos e principais responsáveis pela Liga:

"Florianópolis, 2 de janeiro de 1907.

Exmº. Sr. Redator do Jornal Novidades.

Temos a honra de levar ao conhecimento de V. Excia, que sob os generosos auspícios do Govêrno dêste Estado, instituiu-se nesta cidade uma associação com o título – Liga Patriótica para a Catequese dos Silvícolas – e de que são presidentes de honra os exmºs srs. Governador e Vice-governador do Estado. Em nome desta Liga e mórmente em nome dos princípios de humanidade, apelamos para os generosos sentimentos de V. Excia no sentido de evitar o extermínio dos bugres que habitam as nossas selvas. Se é verdade que por vezes o silvícola, impelido pela necessidade, vem com o furto causar prejuízos ou procura mesmo, pelo assassínio vingar-se da morte de um dos seus, não é isso motivo para que juremos extermínio à sua raça, porque, infelizmente, o furto e o assassínio também se cometem nos centros civilizados sem que por isso se atente contra a sociedade em peso.

Esta Liga não desconhece e nem procura negar o direito que assiste a cada cidadão de defender a sua vida contra quem quer que seja, selvagem ou civilizado, que a elas possa atentar; o que a Liga aspira é que cessem de vez, em nossas matas, essas caçadas humanas, que nos humilham e envergonham perante os povos civilizados; o que a Liga ardentemente deseja é que se estabeleça uma corrente de simpatia em favor do pobre silvícola brasileiro; que, em vez de acossá-lo por tôda parte e obrigá-lo a passar uma vida de miséria no interior das matas, se lhes proporcione meios de catequese e civilização.

Para a realização dessas aspirações da Liga, que são aliás as aspirações que todos os bons brasileiros pedimos o valioso concurso de V. Excia, de quem nos subscrevemos com alta consideração e respeito. O presidente efetivo, Raulino Horn. O 1º Secretário, Leon Eugênio Lapagesse".

Não há certeza da participação de Fric na organização da

Liga (1). Entretanto em março de 1907 ele partia de Florianópolis para Itajaí e Blumenau com o objetivo de incentivar a catequese do gentio. O jornal Novidades de 17 de março de 1907, apresenta a seguinte notícia: "No *Max*, sexta-feira, vindo de Florianópolis, esteve nesta cidade o Sr. Alberto Fric. O Sr. Fric é representante do Museu Real Etnográfico de Berlim e assistente do Museu Etnográfico de "Freie und Haustadt", Hamburgo. Além dêsses títulos que lemos no seu cartão de visita, tem o de pacificador dos índios de Santa Catarina. Nêsse carater o dr. Fric seguiu, no mesmo dia, para Blumenau. Os nossos votos são para que algum bem, em favor dos infelizes aborígenes, resulte do seu empreendimento generoso e que se conserve sobranceiro às amarguras que há de encontrar na sua dura missão. Neste assunto entendemos que, por mais dificultosos que se antolhe a civilização dos autóctones brasileiros, toda tentativa deve merecer acoroçoamento e tôda hostilidade a ela só revela um espírito tão estreito que não comporta um grande sentimento – o da solidariedade humana".

É provável que a essa época em Santa Catarina já estivesse definida uma posição nacionalista e humanista em favor do indígena, contrária à tese defendida pelos contingentes alemães radicados nos vales do Itajaí e Cachoeira, que sugeria o indígena como ser inferior e como obstáculo ao progresso. O fato de que essa tese era especialmente defendida pelos jornais que se editavam em língua alemã, já facilitava uma reação com cores nacionalistas na imprensa genuinamente brasileira. Quando a Liga menciona em seu expediente que seus objetivos devem ser "às aspirações de todos os bons brasileiros" e quando o Novidades, ao falar de Fric, destaca que negar apoio ao esforço de pacificação, seria revelar "um espírito tão estreito que não comporta um grande sentimento – o da solidariedade humana", será que não testemunham essas posições nacionalistas?

(1) – No relatório ao governo de Santa Catarina, em 1907, lê-se o seguinte: "No intuito de tratar da catechese d'esses infelizes, constituio-se nesta capital uma "Liga Patriotica", da qual é presidente o illustre cidadão pharmaceutico Raulino Horn. Esta nobilissima associação promoveu duas conferências publicas n'esta capital, realizadas, uma pelo talentoso sacerdote Padre Manfredo Leite, deputado ao Congresso representativo do Estado e outra pelo cidadão Alberto Fric, com o fim de propagar a catechese, abolindo d'est'arte o deshumanitario processo de batidas aos bugres".

A recepção que Fric teve em Blumenau até certo ponto comprova isto. Como ele se apresentava como "pacificador dos indígenas de Santa Catarina", título que lhe havia sido outorgado pela Liga Patriótica de Florianópolis (1), o tratamento que recebeu foi o menos acolhedor possível. Ninguém desejava discutir suas idéias, levando-o a escrever um artigo, publicado no Novidades de 24 de março, sobre a indiferença com que a população de Blumenau tratava o problema indígena. E logo partiu de Blumenau, seguindo para Palmas, em busca de índios Kaingang para auxiliá-lo numa tentativa prática de atração dos Xokleng. O jornal Vanguarda, que se editava em Campos Novos, diz em seu número de 14 de abril de 1907: "Esteve entre nós o Snr. Dr. Alberto Fric, explorador conhecido, que seguio para Palmas, como encarregado da Liga para a Catechese dos Silvícolas, afim de conseguir algumas famílias de índios mansos para localizal-os na estrada de Curitibanos a Blumenau, para por intermédio do concurso d'eles procurar catequisar os "Botocudos", que infestam os sertões d'aquela estrada".

Não foi possível a Fric obter resultados concretos e imediatos de seus esforços. Tampouco a Liga conseguiu que um outro pacificador, Bernadino Silveira tivesse êxito no aldeamento que tentou fundar em Pombas, no alto vale do Itajaí (2).

O artigo que Fric escreveu criticando as atitudes frias dos habitantes de Blumenau para com os indígenas, já havia sido respondido. Gottlieb Reif, no Novidades de 10 de março de 1907, baseado em sua própria vivência, respondera à Liga sobre seus objetivos e anseios, tentando demonstrar que sua opinião era apoiada por toda a população do vale. Eis o que disse: "Acaba de ser fundada em Florianópolis a "Liga Patriótica para a Catequese dos Silvícolas", que tem por fim evitar o extermínio dos índios que habitam as nossas selvas. O título, na verdade é sonoro

(1) – O título "pacificador de indígenas de Santa Catarina" – foi dado pela Liga também a Bernadino Silveira que neste ano de 1907 tentou um aldeamento no lugar Pombas, no alto vale do Itajaí. Tivemos oportunidade de ver um cartão de Fric com esse título numa oportunidade em que Eduardo Hoerhan, o pacificador real dos Xokleng do Itajaí, criticou severamente Fric "porque êle nunca pacificou um índio".

(2) – Novidades de 10/3/1907 noticia que "O Sr. Augusto Grando, de Tijucas seguiu para Florianópolis, onde se vai apresentar a Liga Patriotica (...) para, de acôrdo com ela, iniciar a catequese dos bugres das matas do sul do Estado". Entretanto, não logramos encontrar qualquer outra referência que permitisse saber se efetivamente foi realizada qualquer tentativa de pacificação da Liga no Sul.

e deslumbrante, mas a honrada "Liga" certo há de concordar que semelhante catequese não será obra de um dia, nem de um ano, e enquanto se não conseguir trazer à civilização estes assassinos e ladrões vermelhos, não será justo que contra êles também se protejam os nossos colonos que, no coração dos sertões, batem o caminho para a nossa futura riqueza e prosperidade?

Fato curioso! Embora a "Liga" o não articule dá a entender, entretanto, que estes bandidos das selvas podem matar e roubar colonos, sem que estes sequer tenham o direito de defender dos seus ataques. Esta gente que passa uma vida do mais duro e rude trabalho, que são verdadeiros pioneiros da cultura, que paga impostos sôbre impostos, têm ainda o desgôsto de ver que o govêrno, ao envez de protegê-los, quase os considera criminosos, e pelo fato de, na defesa de sua vida, e de sua propriedade, matarem um ou mais selvagens que saem das matas para matar e devastar os campos de quem tão pacifica e honradamente trabalha para sustentar sua família.

Achava bom que, primeiramente, um ou dois membros da "Liga" fôssem passar um verão em um dos distritos infestados pelos bugres e então talvez o seu entusiasmo se acalmasse e poderiam melhor avaliar a tarefa que tomaram sôbre si.

Mas se se propõem a fazer catequese, não é só falar, vamos, mãos à obra, porque padres não faltam e estão à mão – em Blumenau existe uma malta dêles, sem ocupação visível. Eu vou falar de experiência própria. Quando morava nos sertões de Blumenau apareciam, em minha fazenda, muitos bugres. Eu sempre evitava e exortava aos meus companheiros a não lhes fazerem mal, deixava muitas vezes comida ao alcance dêles etc. E qual foi minha recompensa? Um dia, sairam do mato, assaltaram minha casa, mataram um trabalhador meu e roubaram trinta rezes e todos os utensílios de casa. Se eu os tivesse tratado com rigor, viveria mais afastado dêsses perigos, e talvez não sucedesse aquela desgraça.

De modo algum sou contra a catequese, mas tenho pouca fé nos seus resultados, as experiências feitas até agora não são animadoras (haja visto Imbituba). Até julgo muito duvidoso encontrar padres que se prestem a isso. Mas, seja como fôr, o objetivo principal deve ser a proteção aos sertanejos, enquanto esta catequese não estiver terminada. (Se ainda depois disto os nossos sertanejos possam viver mais tranquilos, eu duvido muito). A honrada "Liga" deve tomar este assunto bem em consideração, senão todos os seus fins ficam inutilizados, porque não é de supôr que os colonos assistam, de braços cruzados, à matança de suas mulheres e filhos e à destruição de suas proprieda-

des adquiridas com tantos anos de labor insanos e sofrimentos de tôda a espécie.

Para nós que conhecemos estas coisas, que mesmo temos sido vítimas desses selvagens, parece um sonho ouvir, por tôda a parte, vozes levantadas em defesa deles, comiserando-se de sua sorte, etc. e nenhuma voz pública em defesa do sertanejo (excluido o "Der Urwaldsbote") indicando planos e medidas, para tornar sua existência mais segura e tranquila.

Esta é a minha opinião: proteção aos moradores do sertão e os índios estão protegidos. Já estavam escritas estas linhas quando me chegou às mãos o nº 62 do "Der Kompass". Trata da "Liga" e, depois explicando o que aquela Sociedade quer, diz: que até agora a Liga não tem tido grande acontecimento com os seus protegidos. Na Hansa, eles deram sinal de si, e a população teme um assalto a todo momento. As bugras fugiram da companhia de Bernadino Silveira. Os bugres atacaram a casa de Miguel Ilhéo e seus dois genros e deixaram-os completamente limpos".

E agora o que diz a isto a "Liga"? A bugra que estava no convento em Blumenau um ano e três meses e que já podia, portanto, avaliar a vida civilizada preferiu a vida selvagem, fugiu e levou em sua companhia uma rapariga apanhada na última expedição.

Esta é a gente que a "Liga" pretende fazer cristã e domesticada. Oxalá eu me engane, mas creio que a "Liga" vai perder uma bela ilusão.

Em suma: proteção aos habitantes dos sertões contra os bugres, eis a realidade; a catequese, etc. é pura fantasia. Itajaí, março de 1907. (ass) Gottlieb Reif".

Os objetivos que a Liga pretendia alcançar e os quais Fric tentou colocar em prática, tiveram realmente de ser suprimidos a curto prazo e por vias diretas. Aparentemente, a Liga deixou de atuar após esses reveses iniciais e ao regresso de Fric para a Europa. Mas, na realidade, foi a Liga e as rígidas atitudes assumidas pelos colonos alemães que motivaram a agressiva tomada de posição de Fric no XVI Congresso Internacional de Americanistas. O debate em defesa do índio, tomava um novo caráter. Os frutos colhidos eram assim de uma outra ordem e tais que, provavelmente, jamais haviam sido previstos pelos defensores da Liga ou pelo próprio Fric.

3. O SPI EM SANTA CATARINA

Quando foi criado pelo governo federal em 1910, o Serviço de Proteção aos Indios wra a esperança de muitos intelectuais

brasileiros para salvar os indígenas das razias promovidas pelos que tinham interesses em penetrar no sertão. Era também uma resposta humana para a maioria das populações urbanas do país, que tinha se comovido com a situação indígena retratada nas polêmicas que se haviam travado na imprensa.

Dirigido por Candido Mariano da Silva Rondon e tendo nos jovens oficiais do Exército Nacional, influenciados pelo Positivismo, sua principal base de apoio e trabalho, o Serviço de Proteção aos Indios logo tomou conotações nacionalistas. Para as empresas privadas, a maioria influenciada por capitais estrangeiros, o SPI significava uma interferência do governo federal em assuntos internos dos Estados. Para as colônias, e para quase todos os imigrantes, o Serviço promovia a valorização do indígena em detrimento da população que realmente trabalhava e fazia crescer o país. Para todos esses o índio era problema das administrações locais e, por isso, a interferência federal era indevida.

Tendo a situação particular dos Xokleng sido constantemente referida na imprensa, nos anos que antecederam a instalação do SPI, e porque constantemente os governos da Alemanha e da Itália exigiam do Brasil garantias de vida e de propriedade aos imigrantes que se instalavam no sul, logo se criou uma Inspetoria do SPI em Santa Catarina. Foi designado para ser Inspetor o Tenente José Vieira da Rosa, responsável pelos levantamentos destinados à elaboração da Carta Itinerária do Estado. O convite para assumir a Inspetoria partiu de Rondon, a quem Vieira da Rosa dedicava admiração. As atividades da Inspetoria, entretanto, começaram de maneira lastimosa, conforme vemos no seguinte depoimento de Vieira da Rosa (1):

"Serviço de Proteção aos Índios

Convidado pelo notável homem de sciencia e distincto soldado coronel Candido Rondon para o cargo de Inspector do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes, entrei em exercício dous dias depois da nomeação, marchando para o norte do Estado, afim de effectuar o reconhecimento da zona habitada pelos índios, conforme ordem expressa da Directoria Geral. Ao chegar à villa de Tijucas, porém, devido ao desastre succedido aos muares, dos quaes em 24 horas morreram 11, atacados pela epizootia ainda reinante se bem que com-

(1) – Vieira da Rosa (notas do arquivo em poder do Autor). A maior parte das notas integrantes do Arquivo de Vieira da Rosa foi publicada em jornais de Florianópolis, conforme depoimento de seu filho Gen. Vieira da Rosa.

batida, tive de parar alguns dias.

Essa demora fez com que notícia de um assalto de índios no Rio Pequeno, no Braço do Norte, Município de Tubarão, me alcançasse não muito longe do ponto de partida (Estreito), e me fizesse voltar sobre meus passos, com ordem urgente de attender ao ponto atacado.

O serviço de reconhecimento ficava assim alterado e, como se pode ver no correr deste, nunca mais pôde ser levado a effeito.

A Villa de Tijucas está a 50 kilometros ao norte de Florianópolis, e para chegar ao logar do assalto, tinha de percorrer mais 197, fazendo portanto, uma viagem de 247 kilometros, parte da qual seria ou foi em péssimas estradas ou antes, em verdadeiras azinhagas ou carreiros, que só serviam para estragar os pobres animaes que haviam sido sangrados e se achavam, por isso, muitissimo enfraquecidos.

A viagem até Annitapolis foi rapida porque attingiam este ponto estradas carroçaveis, mas dahi por diante, Rio da Prata para a jusante, encontrei somente difficuldades.

Achava-me acampado no Wagner quando, às 11 horas da noite fui alcançado por um portador enviado pelo Sr. Fernando Born, Superintendente da Palhoça, conduzindo telegramas do Sr. Coronel Rondon, ordenando-me que attendesse ao Poiso Redondo, no Município de Blumenau, onde segundo informações do illustre Dr. Pedro Silva, Juiz de Direito daquella bella e importante comarca, haviam sahido das matas muitos índios que se diziam botocudos.

Vê-se, pelo que ahi fica, que o primeiro Serviço da Inspectoria foi prejudicado pelo acontecimento de Rio Pequeno, e que êsse, por sua vez, o fôra pelo de Poiso Redondo, para onde me dirigi imediatamente, sem ter descansado um momento e sem ser possível proporcionar aos meus soldados os confortos de que careciam (...)."

Criar e instalar o Serviço de Proteção aos Índios fora difícil, mas colocá-lo em operação eficaz era tarefa muito mais complexa. Não havia modelo a seguir, a não ser o sistema de comando peculiar às forças armadas. A centralização das decisões, entretanto, praticamente anulava esse esquema como bem claramente aconteceu com Vieira da Rosa. Era impossível travar contato com os Xokleng partindo-se de ordens e contra-ordens saídas da sede do Serviço, no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo constatava-se que muito pouco se sabia a respeito dos indígenas, especialmente daqueles que urgentemente necessitavam ser atraídos ao convívio pacífico com os brancos, pois, caso contrário, acabariam exterminados. Os Xokleng estavam nesse caso.

Não se conhecia sua língua; não se sabia exatamente como viviam no interior da floresta; não se imaginava como poderiam vir a ser pacificados. A base para a ação dos integrantes das inspetorias do Serviço, localizadas em várias partes do país, era a máxima criada pelo seu diretor: "morrer sim, matar nunca". Com isto pretendia-se demonstrar aos indígenas sujeitos a trabalhos de atração que os brancos ligados ao Serviço se comportavam de modo diferente dos regionais. Embora armados, não revidavam aos ataques; não escondiam ou camuflavam sua presença no território indígena; deixavam em lugares estratégicos instrumentos de ferro como testemunhos de suas intenções pacíficas. Além disso, somente havia a boa vontade, a dedicação e o bom senso dos funcionários.

Em Santa Catarina quase nada de concreto se sabia sobre os Xokleng. As crianças e mulheres que haviam sido aprisionadas pelos bugreiros poucas informações prestaram. Por isso tentava-se chegar rapidamente aos locais onde os índios realizavam algum ataque, pois talvez fosse possível colocá-los frente a um grupo de civilizados que ardentemente desejava estabelecer a paz. Por isso, Vieira da Rosa não fez outra coisa senão correr daqui para ali, atendendo aos locais onde os índios fizeram presença.

A situação, entretanto, era grave. A ameaça representada pelos índios às atividades dos colonos, os interesses de empresas e do governo estadual, desilusões e desastres particulares aos civilizados, haviam criado um clima propício para o extermínio indígena. E ninguém aceitava nas áreas coloniais os esforços do Serviço de Proteção aos Indios. Para todos quem merecia proteção era o colono.

Vieira da Rosa, como Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios em Santa Catarina, enfrentou várias críticas e em alguns casos teve de fazer valer a sua qualidade de militar, para obter acatamento às suas decisões. A população das colônias hostilizava as atividades realizadas em favor dos indígenas, embora prometesse recompensas a quem livrasse a região da presença dos indesejaveis silvícolas. Segundo Deeke (1967:120): "O govêrno vendera, entretanto, "o domínio dos silvícolas" e ali estabelecera colonos; e, se, então, o indígena os massacrasse, incendiando-lhes as posses, aqueles não poderiam, nem mesmo, expulsar a horda de assassinos. Êles teriam de suportar tudo, pois os indígenas estavam com a razão (...)".

Nessa situação, ainda em 1910, aparece nos arredores de Blumenau, no Ribeirão da Liberdade, um grupo de 43 indígenas, liderados por José Rodriques, um ex-bugreiro, que se apresentava como o pacificador do grupo. Os indígenas se diziam Botocudos

e pediam proteção aos brancos porque eram perseguidos pelos Kaingang, além de estarem visivelmente premidos pela fome. A situação alarmou todo o vale do Itajaí e logo a Diretoria do Serviço de Proteção aos Indios determinou que Vieira da Rosa se deslocasse para Blumenau, onde na localidade de Pouso Redondo, haviam aparecido os indígenas.

A chegada do Inspetor do SPI em Blumenau suscitou os mais variados comentários e críticas sobre o Serviço. Afirma Deeke (1967: 120) que "Detalhados telegramas foram trocados com as autoridades superiores em Florianópolis e no Rio, e era grande a preocupação pelos "conterrâneos de pele bronzeada" quanto ao acolhimento por parte dos colonos até que, afinal, chegou o tenente Rosa e tomou a si o cuidar dos pobres habitantes das selvas".

E as críticas aumentaram quando se descobriu que os indígenas saídos da floresta não eram integrantes do grupo Xokleng, como diziam ser. Ainda é Deeke que informa: "Pela manhã bem cedinho, antes que a bugrada tivesse feito a sua "toillete matinal", êle (Vieira da Rosa – SCS) penetrou no rancho onde ela passara a noite e descobriu que se tratava de botocudos "falsificados". Verificou-se então, que se tratava de simples guaranís do Paraná os quais, durante o dia, usavam botoques feito de cera colados ao lábio inferior, onde faltava de todo o célebre orifício. E também descobriu-se logo que o cacique falava bem o português. O antigo caçador de bugres, José Rodrigues, havia encontrado, em algum lugar do Paraná aquela gente e tornara-se chefe da representação daquela "Comédia do Ribeirão Liberdade" como mais tarde a mistificação ficou sendo conhecida. Os índios tentavam, por essa forma, passar algum tempo de fartura e José Podriques certamente contava com uma boa gratificação pela pacificação dos botocudos" (...)".

Embora o SPI nada tivesse com a representação feita por José Rodrigues e os Guaraní, seus liderados, a população do Vale do Itajaí aproveitou o acontecimento para criticar o Governo e o Serviço, pois não tinha sentido dispensar cuidados com aqueles pobres e sossegados indígenas. Referiam-se ainda a toda a trama como se o SPI fosse o culpado pela presença do grupo nas vizinhanças de Blumenau. Esqueciam que, na realidade, José Rodrigues deveria ter armado sua trama objetivando obter recompensas da Colônia e não do Serviço de Proteção, pois este mal havia se instalado em Santa Catarina, quando desses acontecimentos. A atenção que dispensou Vieira da Rosa ao grupo de mistificadores, encaminhando-os para postos indígenas do Paraná, afinal tinha seu respaldo em toda a fundamentação do Servi-

ço, que não se preocupava apenas com indígenas arredios e em cujas terras os civilizados pretendiam entrar. Isto entretanto, jamais foi compreendido na área de colonização. Nas discussões havidas quando desse episódio, circulou em Blumenau a seguinte volante (1):

"O Perigo Vermelho

Está na verdade se aproximando o perigo vermelho. Se forem verdadeiras as últimas notícias aqui chegadas, podemos nos preparar para ter que hospedar em nossa colônia uma tribo de mais de 300 pessoas. Pois a tropa que saiu no Ribeirão Liberdade, deve ser somente um piquete. Nestes tempos de escases ainda um acréscimo de população tão perigosa! Certos círculos, estão trabalhando para prepararem aos irmãos vermelhos um ninho quente e o Blumenauer Zeitung, propoz com tôda a seriedade a catequese dos índios. Chegaram diversas notícias pelas quais conhecemos que não temos que tratar com uma tribo de botocudos perseguidos, mais sim, com coroados que vem com tenção a um negocio lucrativo, deixando-se conduzir do Paraná, pelo bugreiro Rodrigues, ao qual a Liga patriótica, ainda a pouco mandou perseguir. No Blumenauer Zeitung, é designado o Sr. Erwin Scheeffer, como participante desta especulação, o qual espalhou aqui puras fábulas indianas. Não creio nem na legitimidade dos botocudos perseguidos nem me parece que a firma Rodrigues e Scheeffer, possa ser portadora de qualquer coisa boa. Deve-se antes de tudo, verificar qual qualidade de peles vermelha, temos na nossa frente. Pessoas que estiveram no acampamento, afirmaram que os botocudos falam português e já esta circunstância nos dá o direito de duvidar de sua legitimidade. Em todo o caso, devemos ter a maior, sic com todo êsse montão de índios. O dever de nossos representantes, é de fazer com que a catequese dos índios, não comece em Blumenau. O aldeamento dos índios, deve ser feito longe de outras colônias, pois a proteção e auxílio, merecem em primeiro lugar, os colonos honrados. Pode-se imaginar, o que a de ser, se os "originais senhores" do País, sejam aqui alimentados pela garrafa de leite da Nação.

(1) – Conforme original anônimo e s/data existente na biblioteca Fritz Muller, Blumenau. Tradução J. Ferreira da Silva.

Pobres dos que tem que dirigir seus trabalhos nas proximidades reservatório dos índios. Êles não colherão uma espiga de milho na roça, nem poderão ter uma galinha no páteo, nem um porco no curral. O seu direito contra os selvagens, procurarão em vão. Com tudo isto, vem ainda o perigo de vida a que estarão continuamente expostos. Em tudo e por tudo, o perigo vermelho é um assunto sério para nossa colônia e não queremos tão levianamente deixa-lo adiantar-se. Primeiro cuidem da proteção dos colonos e seus trabalhos úteis. É a seguinte, a exigência que fazemos:

"Em Terreno Blumenauense Não Queremos Aldeiamento de Índios".

Por essa mesma época, os Xokleng realizaram um ataque em Rio dos Pinheiros, matando a mulher e três filhos de Adão Panoch, colono polonês. E em seguida atacaram na Hansa de Blumenau, matando o colono Pletz e saqueando a casa do colono Dusterhöft (1). O Diretor da Colônia Hansa, José Deeke, imediatamente pediu autorização ao governador do Estado para organizar um grupo de batedores para afugentar os silvícolas. O governador, entretanto, "respondeu-lhe que se pusesse em contato com o Inspetor Rosa, mas que de forma alguma tomasse qualquer medida contra os bugres, pois desta poderiam se originar excessos que o govêrno não mais toleraria e que a afugentação dos bugres poderia prejudicar o nobre e humano propósito com que o govêrno federal desejava trazer os silvícolas ao seio da civilização" (2).

A certeza de que o governo não estava mais disposto a permitir a matança indiscriminada de indígenas descontentou a todos, na área de colonização. Simultaneamente a investigação realizada em torno da morte do colono Pletz concluiu que os assassinos seriam criminosos comuns e não índios, desgastando ainda mais as possibilidades de aceitação do Serviço de Proteção aos Índios. A investigação referida teve sua origem em pressões diplomáticas realizadas pela Alemanha e o governo brasileiro, através do SPI, procurou provar que os responsáveis pelo crime não eram índios. A maioria da população do vale do Itajaí, entretanto, dizia que Vieira da Rosa estava apenas interessado em camuflar a realidade. Nesse conflito, o que se pode reconhecer como verdade é que os dirigentes das colônias pretendiam utilizar a diplomacia de seus países de origem para

(1) – Conforme Vieira da Rosa, (notas do arquivo) e Deeke, 1967: 121.
(2) – Deeke, 1967: 121.

exigir do governo brasileiro segurança de vida, de propriedade e de trabalho nas florestas do sul, o que significava praticamente exigir a liquidação definitiva dos indígenas.

Paralelamente se conseguiu provar que na área muitos assaltos não foram cometidos realmente por indígenas e sim por pessoas civilizadas que dissimulavam sua presença para garantir a impunidade. Seus motivos iam desde o roubo até a elaborados projetos de desvalorização de terras. Vieira da Rosa narra que: "(...) fomos obrigados a voltar para Santa Maria onde, segundo affirmavam, ouvia-se toques de buzina pela calada da noite. Fizemos o acampamento no ponto mais alto e aguardamos os referidos signaes de buzina que na opinião dos moradores, era o meio de correspondência entre os índios de serra para serra.

Num domingo, às onze horas da noite ouvimos bem distinctamente os toques denunciados. Immediatamente fiz seguir a gente necessária, em diversas direções e não tardou que Telemaco trouxesse o bugre que andava assustando uma colônia inteira.

Era um russo de nome Christovam Knecht que, pegado com a bocca na botija, como é costume dizer-se, não procurou negar a sua falta (...).

No Rio Pinheiros, também andavam bugres suspeitos, que penetravam nas casas durante a noite e bebiam o leite deixado pelos moradores que, com o pânico que havia, refugiavam-se todos numa só casa, abandonando suas propriedades aos gatunos (...).

Numa outra passagem, o mesmo autor indica que: "(...) Otto declarou não haver bugres em todas as mattas que vão do Liberdade ao Ipiranga e desse ponto a Hansa (...). Mais tarde, depois que se familiarizaram comigo, não só Otto como outros, disseram que o Luiz Frederico havia inventado o tal apparecimento de bugres porque desejava comprar por preço infimo as colônias que limitavam com a sua (...)" (1).

As críticas e as pressões exercidas em relação à presença indígena na área de colonização obrigavam a que Vieira da Rosa vivesse num constante vai-e-vem, atendendo aos pontos em que os indígenas realizavam seus assaltos ou que simplesmente davam sinais de sua presença. Êsse tipo de ação, não levava a Inspetoria a nenhum êxito concreto. Vieira da Rosa disso se apercebeu e tratou de organizar grupos de sentinelas para prote-

(1) – Vieira da Rosa (notas do arquivo).

ger os locais mais expostos aos assaltos. Ao mesmo tempo realizou a abertura de alguns picadões, objetivando ligar estradas e assim facilitar as comunicações em caso da presença de índios, deixando em locais estratégicos presentes destinados a atraí-los ao contato pacífico. Segundo suas próprias declarações (1): "(...) os jornaes reclamavam contra o nosso serviço porque não conhecia-o; a Directoria dava ordens para que não se podiam cumprir porque desconhecia a topographia do Estado, e assim entre a má vontade de uns e a exigencia de outros, achavamos, como se diz (...) sem saber o que fazer (...)".

E numa outra oportunidade: "Era nosso intento impedir a passagem dos índios procurando attrahil-os com presentes, mas, é preciso que o confessemos, sem esperança de bom resultado, attento ao fracasso de outras tentativas".

Mesmo assim tudo o que Vieira da Rosa fazia, não deixava de merecer reparos e críticas. Deeke (1967: 122) narra que: "(...) essas sentinelas eram de pouco valor, pois, não possuiam armas com que pudessem se defender em caso de necessidade e ainda por cima não eram práticos no mato. O "chefe" era umalfaiate de Blumenau, que não podia viver muito bem do exercício de sua profissão; o "sub-chefe" era um sapateiro, também de lá. Como guarda, não se aproveitou nenhum colono de Hansa, pois, não se confiava muito no seu amor pelos bugres (...). Além disso, ao Inspetor Rosa não sobrava muito tempo para tomar providências de maior profundidade, pois, mal êle chegava a algum lugar onde os bugres recentemente haviam aparecido, êle já era chamado a outro (...)".

Nesse contexto, os bugres em ação no Estado vêm oportunidade de novamente prestar serviço às colônias. O grupo liderado por Martinho bugreiro se oferece para ir às florestas e de lá trazer aprisionados todos os indígenas existentes. A proposta era uma verdadeira afronta ao Serviço de Proteção, mas foi apoiada por um setor do Ministério da Agricultura. Vieira da Rosa, entretanto, não se conformou com a aceitação do oferecimento e pelos jornais de Florianópolis criticou severamente os defensores da proposta de Martinho. Disse Vieira da Rosa que: "(...) só ignorantes na matéria poderão estar de accordo com as propostas de aprisionar índios que, já pela antiga perseguição movida pelo referido indivíduo, já porque de si sejam bravios e desconfiados, não se deixarão pegar e nem tão pouco deixarão de hostilizar o

(1) – Vieira da Rosa (notas do arquivo).

salteador pago antigamente pelo govêrno do estado e actualmente ao soldo do serviço de povoamento do solo, do qual receberá um conto e quinhentos mil réis, se trouxer índios aprisionados (...) (1).

Em Anitápolis, nos documentos do Arquivo do Núcleo Colonial, encontramos correspondência bastante elucidativa desse episódio. O Diretor do núcleo colonial, que utilizava Martinho e seus sequazes em tarefas de segurança, à época dirigia-se ao Ministério da Agricultura propondo solucionar o problema indígena em Santa Catarina. Eis a íntegra da correspondência:

"Anitápolis, 15 de novembro de 1911
Exm.º Am.º Snr. Dr. Lebon Regis

Hoje recebi notícia de meu irmão Guilherme e penso que assim o Luz estará, de acôrdo, pois não é possível conseguir a vinda d'elle antes.

Tenho também em disponibilidade o meu Salv.º Dr. Frederico Dalma para principio de Janeiro, como elle me telegrapha. Da minha parte no Ministério (sic) uma verba de 10.000$000 e eu me obrigo, de captivar sem meios barbaros, a tribu de bugres que está na costa da Serra Geral, trazel-os todos vivos para o núcleo e alojal-os e distribuil-os, de modo conveniente e humanitariamente (40 a 50 bugres e famílias).

A Catechese já gastou tanto dinh.º inutilmente e nada fizerão, de modo que a minha proposta não altera os dispendios, pois mais se gastará futuramente em serviços para proteger os colonos contra a agressão de índios, que ha de se repetir todos os annos até viver o último índio.

Como garantia do bom sucesso, só posso empenhar minha desinteressada boa vontade, meus conhecimentos estratégicos e bellicos já experimentados e o interesse que tenho em contribuir para a resolução desse problema em benefício desta terra.

Sigo amanhã para explorar as terras das quais fallei ao Snr. ultimamente e quando voltar (10 dias) vos enviarei minucioso relatório.

Sempre as ordens de V. Sa. vos sauda respeitosamente o affetuoso Am.º e Admirador
C. Krummel".

(1) – Vieira da Rosa (notas do arquivo). Publicação provável na Fôlha do Commercio, de Florianópolis.

ensejo de observarmos os efeitos da catequese dos índios em Santa Catarina. Víamos que, durante êsse tempo, se gastava muito dinheiro inùltimente. Nem um só índio deixou-se domesticar e converter à civilização. Pelo contrário, parece como se os catequistas cuidadosamente dessem passagem a seus protegidos e evitassem tôda e qualquer ocasião de encontrar-se com êles. As poucas picadas abertas pelos pacificadores dos índios, devoravam quantias fabulosas, sendo que carece de qualquer valor prático ou científico a expedição dos senhores Abbot e Dr. Aldinger para o Morro Taió, apesar dos itinerários palavrosos publicados em alemão e português.

Ora, não podendo a catequese exibir resultados possitivos, tanto maiores são os resultados negativos que consistem em que os assaltos dos selvagens apresentam, em comparação com tempos passados, um algarismo elevado de frequência e que os índios, cientes da sua imunidade, de dia em dia se tornam mais insolentes. As dádivas que receberam, não aplacaram seu furor, mas sim os incitaram a cometer sempre novos crimes.

Se os índios, por cada homicídio, por cada roubo, recebem presentes, é claro que nisso vêem um convite para continuarem sua atividade criminosa, assim recompensada. A alegação dos diretores do Serviço de Proteção aos Índios, de serem igualmente protegidos os silvícolas e os lavradores, fica contestada pelos fatos. O que é verdade é que os colonos, desamparados que são, nem sequer têm o direito de se defenderem a si mesmos, não se lhes dando, por exemplo, licença para estarem armados no mato, a fim de repelir os índios que cercam a sua propriedade; pois tal procedimento poderia PROVOCAR os senhores das florestas. Aos assaltos contra os lavradores acresceram, ùltimamente, as incomodações do Serviço da Comissão dos Estudos e pode-se prever que o prolongamento da linha pela serra tem que contar com bastantes dificuldades, caso que o govêrno não resolva tomar providências enérgicas que diretamente atravessem os intentos da catequese.

É inegável o fiasco da catequese e torna-se cada vez maior a indignação do povo contra os catequistas. Com exceção de poucos indivíduos que tiram proveito da proteção aos índios ou apresentam sintomas de anormalidade mental, tôda a Blumenau está convencida de que a catequese não só é inútil bem como produz maus efeitos. Os catequistas obstinam-se em alegar serem botocudos selvagens os índios que encenam os assaltos. Mas de todos os indícios resulta que são coroados meio civilizados que do Paraná vagueiam para Santa Catarina, bem sabendo que por aqui ninguém os impede de roubar e matar impunes. No in-

Nos meados de 1912, a Diretoria Geral do Serviço de Proteção aos Índios reconhece que a situação no sul do País exigia novas medidas. Trata assim de reorganizar o Serviço e para tanto reúne as inspetorias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, ficando a chefia com o Inspetor desse último estado. Vieira da Rosa, foi promovido a capitão e dispensado de suas funções junto ao Serviço. Com essa mudança, a Diretoria pretendia iniciar um novo plano de pacificação. Com Vieira da Rosa o Serviço se restringiu a correr daqui para ali, atendendo aos locais onde os índios apareciam. As medidas principais haviam sido referentes à proibição das incursões de bugreiro e de proteção aos colonos, através dos grupos de vigilância. Agora o SPI pretendia fixar suas atenções numa área determinada e aí realizar os trabalhos de atração. Para tanto o Inspetor do Rio Grande do Sul, Raul Abbot, deslocou-se para o vale do Itajaí e na colônia Hansa, (Ibirama) instalou sua base de operações. Segundo Deeke – (1967: 123): "Primeiramente, Abbot localizou, na foz do Ribeirão Plate, onde a Sociedade Hanseática de Colonização já havia construido uma pequena estação, um dos chamados "Pôsto de Atração", onde os silvícolas seriam aldeiados segundo o sistema do Chefe da Catequese, Coronel Rondon. Pouco depois, fundou outro pôsto semelhante na região do Krauel".

Para atender aos reclamos de segurança das colônias, quando da presença de indígenas, foi nomeado ajudante da Inspetoria o Capitão Euclides de Castro, da Polícia Estadual de Santa Catarina (1). Enquanto isto, Abbot conseguiu da Sociedade Hanseática de Colonização a desistência de uma área de 30.000 hectares de sua concessão, para a localização dos indígenas que iriam ser pacificados; contratou funcionários para os postos e iniciou o reconhecimento de toda a área. O Inspetor do Estado do Paraná e o Dr. Paulo Aldinger colaboraram intensamente nessa fase do plano, empreendendo reconhecimentos na área e animando os

(1) – Deeke, 1967: 123. Sobre Euclides de Castro, Vieira da Rosa informa que desde 1910 êle vivia tratando de problemas ligados a pacificação, atuando num pôsto de atração que havia sido instalado em Rio Pombas, próximo a colônia de Rio do Sul. Diz Vieira da Rosa. "Euclides de Castro – o Canudinho – (...) colocava todas as noites em uma árvore próxima ao rancho um gramofone, para deleite dos índios que espreitavam do mato o gratuito concerto. Outra originalidade era uma longa vára que saia rancho afóra, conduto de suas necessidades mictórias, feitas assim a coberto de qualquer frechada traiçoeira. Daí lhe veio o apelido, mas quem o poz nunca se viu nos apertos de um cerco de índios pouco compreensivos" (cf. notas do arquivo).

Nos meados de 1912, a Diretoria Geral do Serviço de Proteção aos Indios reconhece que a situação no sul do País exigia novas medidas. Trata assim de reorganizar o Serviço e para tanto reúne as inspetorias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, ficando a chefia com o Inspetor desse último estado. Vieira da Rosa, foi promovido a capitão e dispensado de suas funções junto ao Serviço. Com essa mudança, a Diretoria pretendia iniciar um novo plano de pacificação. Com Vieira da Rosa o Serviço se restringiu a correr daqui para ali, atendendo aos locais onde os índios apareciam. As medidas principais haviam sido referentes à proibição das incursões de bugreiro e de proteção aos colonos, através dos grupos de vigilância. Agora o SPI pretendia fixar suas atenções numa área determinada e aí realizar os trabalhos de atração. Para tanto o Inspetor do Rio Grande do Sul, Raul Abbot, deslocou-se para o vale do Itajaí e na colônia Hansa, (Ibirama) instalou sua base de operações. Segundo Deeke – (1967: 123): "Primeiramente, Abbot localizou, na foz do Ribeirão Plate, onde a Sociedade Hanseática de Colonização já havia construido uma pequena estação, um dos chamados "Pôsto de Atração", onde os silvícolas seriam aldeiados segundo o sistema do Chefe da Catequese, Coronel Rondon. Pouco depois, fundou outro pôsto semelhante na região do Krauel".

Para atender aos reclamos de segurança das colônias, quando da presença de indígenas, foi nomeado ajudante da Inspetoria o Capitão Euclides de Castro, da Polícia Estadual de Santa Catarina (1). Enquanto isto, Abbot conseguiu da Sociedade Hanseática de Colonização a desistência de uma área de 30.000 hectares de sua concessão, para a localização dos indígenas que iriam ser pacificados; contratou funcionários para os postos e iniciou o reconhecimento de toda a área. O Inspetor do Estado do Paraná e o Dr. Paulo Aldinger colaboraram intensamente nessa fase do plano, empreendendo reconhecimentos na área e animando os

(1) – Deeke, 1967: 123. Sobre Euclides de Castro, Vieira da Rosa informa que desde 1910 êle vivia tratando de problemas ligados a pacificação, atuando num pôsto de atração que havia sido instalado em Rio Pombas, próximo a colônia de Rio do Sul. Diz Vieira da Rosa. "Euclides de Castro – o Canudinho – (...) colocava todas as noites em uma árvore próxima ao rancho um gramofone, para deleite dos indios que espreitavam do mato o gratuito concerto. Outra originalidade era uma longa vára que saia rancho afóra, conduto de suas necessidades mictórias, feitas assim a coberto de qualquer frechada traiçoeira. Daí lhe veio o apelido, mas quem o poz nunca se viu nos apertos de um cerco de índios pouco compreensivos" (cf. notas do arquivo).

funcionários encarregados da penosa tarefa de atração dos indígenas. As críticas, entretanto, continuavam em toda a área de colonização sobre as tarefas pouco imediatistas que o SPI vinha cumprindo. A repercussão dessas críticas junto à Diretoria Geral, levou a que o Dr. Manoel Miranda, seu sub-diretor, se deslocasse para Ibirama, a fim de incentivar os trabalhos. Miranda contratou mais alguns funcionários e mandou buscar no Paraná um grupo de trinta índios Kaingang, habituados ao convívio com os civilizados, para colaborarem nos trabalhos de atração. Segundo Deeke (1967: 125): "Em ambas as estações, tanto no Krauel, como no Plate, foram levantados mirantes, de onde gramofones soltavam, em direção às matas, as mais lindas melodias enquanto a bandeira nacional tremulava no alto. Ao anoitecer, a coisa tornava-se de maior cerimônia. Então o gramofone tocava o hino nacional e a bandeira era arriada solenemente, ocasião em que formava todo o pessoal do pôsto. Na opinião do Dr. Miranda, tudo isso havia de fazer, com o tempo, impressão sôbre os silvícolas (...)".

Era evidente que o SPI não tinha modelo a seguir. Imaginava-se que com tempo e calma tudo se haveria de resolver. Os indígenas compreenderiam as intenções pacíficas dos civilizados e a eles chegariam aceitando a paz. Entretanto, a população que vivia nas colônias continuava em permanente sobressalto, especialmente porque as notícias sobre o aparecimento de índios eram amplamente divulgadas. Ao mesmo tempo, o Serviço de Proteção aos Indios, e especialmente os funcionários que atuavam na área, sofriam uma violenta campanha de desmoralização. De todos os documentos que vimos a respeito, apresentamos um que em volante circulava nas colônias. Ele reproduzia um artigo publicado em 9 de novembro de 1913 pelo jornal Urwaldsbote, que se editava em Blumenau, tendo como redator Eugênio Fouquet (1).

"Os Resultados da Catequese dos Índios em Santa Catarina

Estão fazendo exatamente três anos, que se nos oferece o

(1) – A tradução dêsse documento é de responsabilidade de J. Ferreira da Silva, in Cadernos de Blumenau nº 10, tomo IX, pp. 192 e seguintes, out/1968. Um outro artigo bastante significativo foi publicado em 6/5/1913 em Blumenau, com o título "Terrorismo selvagem" e que assim iniciava: "Verdadeiro terrorismo se instalou em tôda a região, desde Rio do Sul até a serra Geral, que está infestada pelo bugre ou peles vermelhos (...)". Cf. Lucas, 1965, inédito. Em Itajaí, em novembro de 1913, o jornal O Novidades apresentava editorial com o título "O problema da Catequese em Santa Catarina".

ensejo de observarmos os efeitos da catequese dos índios em Santa Catarina. Víamos que, durante êsse tempo, se gastava muito dinheiro inùltimente. Nem um só índio deixou-se domesticar e converter à civilização. Pelo contrário, parece como se os catequistas cuidadosamente dessem passagem a seus protegidos e evitassem tôda e qualquer ocasião de encontrar-se com êles. As poucas picadas abertas pelos pacificadores dos índios, devoravam quantias fabulosas, sendo que carece de qualquer valor prático ou científico a expedição dos senhores Abbot e Dr. Aldinger para o Morro Taió, apesar dos itinerários palavrosos publicados em alemão e português.

Ora, não podendo a catequese exibir resultados possitivos, tanto maiores são os resultados negativos que consistem em que os assaltos dos selvagens apresentam, em comparação com tempos passados, um algarismo elevado de frequência e que os índios, cientes da sua imunidade, de dia em dia se tornam mais insolentes. As dádivas que receberam, não aplacaram seu furor, mas sim os incitaram a cometer sempre novos crimes.

Se os índios, por cada homicídio, por cada roubo, recebem presentes, é claro que nisso vêem um convite para continuarem sua atividade criminosa, assim recompensada. A alegação dos diretores do Serviço de Proteção aos Índios, de serem igualmente protegidos os silvícolas e os lavradores, fica contestada pelos fatos. O que é verdade é que os colonos, desamparados que são, nem sequer têm o direito de se defenderem a si mesmos, não se lhes dando, por exemplo, licença para estarem armados no mato, a fim de repelir os índios que cercam a sua propriedade; pois tal procedimento poderia PROVOCAR os senhores das florestas. Aos assaltos contra os lavradores acresceram, ùltimamente, as incomodações do Serviço da Comissão dos Estudos e pode-se prever que o prolongamento da linha pela serra tem que contar com bastantes dificuldades, caso que o govêrno não resolva tomar providências enérgicas que diretamente atravessem os intentos da catequese.

É inegável o fiasco da catequese e torna-se cada vez maior a indignação do povo contra os catequistas. Com exceção de poucos indivíduos que tiram proveito da proteção aos índios ou apresentam sintomas de anormalidade mental, tôda a Blumenau está convencida de que a catequese não só é inútil bem como produz maus efeitos. Os catequistas obstinam-se em alegar serem botocudos selvagens os índios que encenam os assaltos. Mas de todos os indícios resulta que são coroados meio civilizados que do Paraná vagueiam para Santa Catarina, bem sabendo que por aqui ninguém os impede de roubar e matar impunes. No in-

quérito policial, a que em 2 de setembro de 1912 se procedeu no Pouso Redondo, a requerimento do Superintendente de Blumenau, tôdas as testemunhas – entre elas algumas bem familiarizadas com os costumes dos índios – depuzeram unânimes terem sido coroados os matadores do gado, que lá se demoraram por quatro meses, depois contestado pelo Inspetor dos Índios, Abbot, embora êste não tivesse visto índio algum e se tivesse negado a acompanhar aqueles que o quizeram conduzir para o acampamento da horda. Também mais tarde reparou-se, em quase todos os assaltos, que os índios falavam português.

Os catequistas, portanto, procuraram dissimular os fatos, impedindo o govêrno que acredita na veracidade de seus relatórios, de tomar providências unicamente aplicáveis, isto é, pôr em prática rigorosa fiscalização dos aldeamentos dos índios no Estado do Paraná. Tal procedimento custaria menos e faria desnecessária qualquer catequese em Santa Catarina. Dêste modo, porém, é claro, os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios perderiam os seus empregos bem remunerados. HINC ILLAE LACRIMAE!

Uma enumeração completa dos assaltos realizados pelos bugres na parte setentrional de Santa Catarina depois da instalação do Serviço de Proteção aos Indios, será a melhor pedra de toque para avaliar os sucessos ou antes os sucessos negativos da catequese.

1910 – O prólogo da catequese foi uma velhacaria grossa que primeiro foi descoberta pelo "Der Urwaldsbote". Em 11 de novembro de 1910, no Ribeirão Liberdade, apareceu uma horda de índios que, dando-se por botocudos, contaram serem perseguidos pelos coroados. Eis aí que a catequese tinha que fazer o primeiro ensaio prático. Em 18 de Novembro, chegou a Blumenau, para lançar mão do negócio, o representante do Serviço de Proteção aos Indios, o tenente Vieira da Rosa. Mas, mostrou-se em breve que os chamados botocudos eram guaranis domesticados do Paraná que o antigo bugreiro José Rodrigues, à espera de uma boa remuneração, tinha persuadido de apresentarem-se como botocudos apetitosos de civilização. Depois de descoberta a velhacaria, os comediantes vermelhos foram, a expensas da União, de novo transportados para o Paraná, e todo o mundo riu-se do malogro da catequese.

Era um início prometedor. Seguia-se então o desenrolamento das cousas porém sob aspectos muito menos inocentes.

Em 14 de dezembro, os bugres mataram na Hansa o lavrador Pletz, ao derrubar mato, saquearam, no mesmo dia, a casa do lavrador Duesterhöft. O tenente procurou, alterando a verdade,

desresponsabilizar os seus protegidos dêsse crime, mas sem resultado.

1911 – Em 4 de fevereiro os bugres assaltaram a casa do lavrador Adam Pannoch, Pinheiros, durante a ausência dêle. Mataram sua mulher de 26 anos de idade e duas criancinhas praticando ferimentos graves em uma terceira criança e saqueando a casa.

Em 9 de abril foi assaltada uma tropa que, transportando erva mate, chegou a Santa Maria, ficando ferido um dos tropeiros e uma mula.

Em 15 de abril teve lugar um assalto ao acampamento do do Inspetor dos índios, Tenente Rosa, matando os bugres uma mula e roubando numerosos objetos de valor. Em seu relatório o tenente Rosa declarou não ter mandado, EM HONRA A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA atirar nos ESTIMAVEIS PATRICIOS.

Em 10 de maio, na Hansa Joinvillense, foi ferido por uma flecha o trabalhador Lourenço, que morreu do ferimento. Foi saqueada a casa do lavrador Pietsch.

Em 14 de maio os bugres apareceram no Garibaldi, em um dos fundo do Jaraguá, onde mataram todos os animais e aves domésticas do lavrador Burger.

Em 9 de setembro, na Hansa, assaltaram e feriram o lavrador Dörlitz que estava trabalhando no mato.

Em 3 de novembro, os bugres saquearam a casa do colono Schuhmann no Ribeirão dos Russos. No mesmo dia mataram algumas rezes em Ipiranga, fundo separado do Ribeirão dos Russos por uma pequena divisão de águas. Nos meados de novembro, segundo notícia publicada pelo "Volkszeitung", de São Bento, alguns fazenderosi perto de Butiá foram visitados pelos bugres que lá mataram numerosos animais e incineraram alguns ranchos.

1912 – Em 4 de janeiro os bugres apareceram nas imediações do "Spitzkopf", no Ribeirão Caeté, a 3 horas de distância desta cidade e atiraram cacetes e pedras nos lenhadores que lá estavam trabalhando. As incomodações duraram algumas semanas. O Superintendente e o Juiz de Direito deram parte ao Govêrno.

Nos primeiros dias de maio, conforme relata o jornal "O Catarinense" de São Bento, os bugres mataram, na circunvizinhança de Rio Prêto numerosos animais pertencentes aos fazendeiros Cláudio Ribas, Machado Pereira e a família Souza, ficando dois brasileiros feridos por flechadas.

Em 1º de junho, os bugres sairam do mato no Pouso Redondo, onde se deixaram ficar quatro meses completos, e destruiram

quase tôda a criação dos moradores, que requereram instantâneamente a intervenção do govêrno, mas sem resultado algum. O Inspetor dos Índios, Abbot, sucessor do Tenente Rosa, e que nos últimos dias de agôsto se dirigiu ao Pouso Redondo, lançou na cara daqueles homens a injúria insolente de matarem, por motivos de inimizade pessoal, um os animais do outro, sendo inocentado os índios. Quando o queriam acompanhar para dentro do mato, a fim de que pudesse ver os índios, negou-se êle a ir. Em um inquérito polical, a que em 2 de setembro se procedeu no Pouso Redondo, constatou-se que os bugres, em 3 meses, mataram 28 cavalos, 48 rezes e 45 porcos. Em setembro, ainda mataram 7 rezes, 5 ovelhas e alguns porcos, devastando mesmo os milharais.

Em 2 de julho, na Subida, os bugres atacaram de noite a casa de Norberto Sabel, obrigando-o a fugir com sua família.

Nos primeiros dias de dezembro mataram 70 animais de propriedade de Francisco Pires e seus vizinhos, município de Campos Novos, e 50 animais pertencentes ao fazendeiro Sebastião Alves, residente no Campo Pires, Município de Curitibanos.

1913 – Em 18 de fevereiro, comunicaram do Pouso Redondo que os índios outra vez pegaram em armas. Em 26 de fevereiro, apareceram no Rio do Oeste e feriram o lavrador Júlio Almeida.

Em 4 de abril repeliram a turma do Capitão Euclides de Castro, de Pombas e saquearam o acampamento.

Em 20 de abril, na Serra do Pires, assaltaram uma tropa, feriram um homem e mataram alguns animais. Em 27 de abril assaltaram outra tropa. No Pinhalzinho, por êsse tempo, houve repetidas matanças de gado.

Nos primeiros dias de maio, no Mosquitinho, os bugres assaltaram a casa do colono Giacono Finardi. Um dos selvagens procurou roubar uma criança, largando-a quando a mãe o ameaçou com a pistola na mão. Em 8 de maio, assaltaram a casa do lavrador Cenzi que, ferido por uma flechada no antebraço esquerdo, atirou num dos bugres em sua defesa.

Em 26 de junho o trabalhador Juvêncio do Amaral, Ribeirão Areia, Município de Brusque, recebeu uma flechada no peito e morreu poucos dias depois. Em 14 de julho assassinaram, no Mosquito, a José Moser com uma flechada e mataram 38 bois da propriedade do Sr. Francisco Reuter.

Nos meados de julho, os bugres incomodaram os trabalhadores empregados na construção da Estrada Garcia Alto-Encano. Em 10 de agôsto mataram na Hansa o trabalhador Horak, empregado da Comissão dos índios. Pouco depois os bugres incinera-

ram um rancho, em que os catequistas tinham depositado as dádivas. Em 8 de outubro, mataram em Pouso Redondo 11 cavalos e burros pertencentes ao Sr. Augusto Peters.

Em 14 de outubro, os bugres assaltaram no Rio do Oeste a casa do lavrador Felix Leite, incinerando-a e ferindo um filho do assaltado por uma flechada no pescoço. Na noite de 21 para 22 de outubro, os bugres empreenderam um assalto ao acampamento do chefe seccional Dr. Miranda, da Comissão de Estudos da E, de F.S. Catarina, mas foram repelidos por vivo fogo de espingardas. Desta relação, mais ou menos completa, resulta que os bugres justamente durante o último ano se punham em viva atividade. A catequese, portanto, não estava em condições de civilizar os índios nem de diminuir os assaltos, por cujo aumento numérico ela é a única responsável.

No prazo de três anos foram assassinadas 8 pessoas, entre as quais uma mulher e duas crianças e feridas 9, ao passo que êles apenas perderam um homem. Mataram cêrca de 600 a 700 animais, em parte por pura sêde de sangue. Saquearam 7 casas, das quais algumas incineraram. Duas vêzes até assaltaram o acampamento de seus protetores. Pode-se avaliar o prejuízo total por cem (100) contos. Ainda acresce que os lavradores localizados nas regiões infestadas se viriam, às vêzes, durante meses, impedidos de cultivar as suas roças, não se fazendo menção do medo e da inquietação que tinham que sofrer constantemente.

Eis o ajuste de contas dos três anos de atividade da catequese em Santa Catarina.

Todos estão de acôrdo conosco que disso ninguém se pode pavonear. Está palpável o mais completo fiasco, e o govêrno bem fará em tomar outro rumo para domesticar e civilizar os índios. Êsses resultados da catequese apenas podem comprometer a boa fama do país e diminuir a imigração".

Essas severas críticas acabaram por abalar o animo dos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios e ao ocorrer a aproximação dos indígenas em um dos postos de atração, sem demonstração de cordialidade pois mataram um trabalhador, o desânimo tomou conta de todos. Primeiro ocorreu a retirada do pessoal do posto ameaçado, que logo foi destruído pelos indígenas. Depois, o Dr. Miranda foi chamado ao Rio de Janeiro, enquanto Abbot e seus principais auxiliares solicitaram demissão. A Inspetoria foi incorporada à do Paraná e em Hansa permaneceram apenas três jovens funcionários, entre êles Eduardo de Lima e Silva Hoerhan (1).

(1) – Vejam-se: Schaden, 1946; Deeke, 1967; Paula: 1922.

4. EDUARDO DE LIMA E SILVA HOERHAN: PACIFICAÇÃO NO ITAJAÍ

As dificuldades enfrentadas pelo Serviço de Proteção aos Índios para atrair o convívio pacífico os integrantes do grupo Xokleng, que freqüentavam o vale do Itajaí, poderiam ser agrupadas em duas ordens básicas: a primeira englobaria os problemas que se ligavam à necessidade de demonstrar ao indígena as intenções pacíficas do Serviço; segunda incluiria todas as dificuldades criadas pelas populações das colônias que, preocupadas com sua segurança e com seus interesses econômicos, ameaçavam constantemente anular os esforços realizados pelos encarregados de atração. Essa segunda ordem de fatores foi responsável inclusive pela desarticulação quase total do Serviço oficial de proteção em Santa Catarina. Isto porque nas colônias assim se falava a respeito dos índios e do Serviço que pretendia protegê-los: "(...) Com desusado atrevimento agem nos assaltos, pelo que parece, eles sabem da ordem do govêrno de poupá-los, podendo eles assim agir livremente. Mas os moradores da região não estão mais dispostos a permitir que perdure esta situação escandalosa. O povo se levanta em armas: o contra-ataque tem início. A revolta é geral e as leis não serão mais obedecidas. O povo vibra de indignação (...) O Serviço de Proteção ao Índio resulta completamente negativo e ineficiente. Sob o título altisonante "Pacificação", o Govêrno permite esta situação escandalosa (...) (1)

No alto vale do Itajaí, onde se haviam concentrado os trabalhos do SPI, nos finais de 1913, apenas três funcionários tentavam manter os postos de atração instalados nas margens dos rios Plate e Krauel, afluentes do Itajaí do Norte. Esses postos eram formados por alguns ranchos rústicos, instalados ao meio de uma clareira, tendo ao centro uma torre de vigia. Em torno da rancharia, algumas plantações foram feitas para suavizar o dispêndio com a manutenção dos funcionários e trabalhadores e também para garantir alimentos frescos. Além disso as roças poderiam ser um incentivo à aproximação do indígena. Para facilitar os trabalhos nesses postos, o Serviço havia colocado algumas famílias de índios Kaingang, originárias do Paraná. Alguns caboclos e suas famílias foram também ali instalados. Os indígenas e os caboclos deveriam servir nos trabalhos de manutenção dos postos, abertura de picadas e plantação das roças. Os

(1) – Artigo "Terrorismo Selvagem", 6/5/1913, na imprensa de Blumenau, conforme tradução de Victor Lukas, 1965, ob. cit., inédito.

Kaingang especificamente serviriam ainda como interpretes. Desde que o Dr. Hugo Gensh obtivera um pequeno vocabulário através de uma menina Xokleng que adotara, se sabia que o Kaingang tinha certa semelhança com a língua dos indígenas arredios do Vale do Itajaí.

Tudo estava assim preparado para a atração dos índios. Esses, entretanto, relutavam em aparecer. A monotonia dos acontecimentos desesperançava os funcionários e, de vez em quando, alguns deles resolviam permanecer em Hammonia (Ibirama), durante alguns dias. Em setembro de 1914, Eduardo Hoerhan se encontrava na sede desta colônia quando recebeu a notícia de que os índios haviam atacado o posto de atração do Plate. Era domingo, 20 de setembro de 1914. Hoerhan imediatamente se preparou para regressar ao posto e no dia seguinte, 21, chegou ao Plate com um grupo de trabalhadores. José Deeke, que se encontrava nas proximidades do posto de atração, ao saber do acontecido, para lá se dirigiu tornando-se testemunha do que se sucedeu. No Blumenau Zeitung, Deeke assim narrou os fatos que ocorreram no posto do Plate nesses dias de setembro e que culminaram com o primeiro contato amistoso entre Hoerhan e os Xokleng, no dia 22 (1).

"Um sucesso da Catequese Leiga

A Inspetoria de Índios, ou a "Comissão dos Bugres" como aqui se costuma chamar, mantém na região da Hansa, dois chamados "Postos de Atração", um dos quais no Krauel e o outro no fóz do Rio Plate. Êsses postos, que estão cada um dêles, ocupados por um encarregado, alguns trabalhadores e por alguns bugres mansos com família, servirão com as suas plantações e presentes colocados nas imediações, de chamariz aos indígenas, com os quais se entraria em comunicação através dos bugres já mansos. De princípio, porém, as coisas não foram bem sucedidas. Quando os indígenas apareceram, da primeira vez, no Pôsto do rio Krauel, ocasião em que mataram o trabalhador Horak, não foi possível, de forma alguma, entrar em contato com os mesmos e os próprios funcionários, que lá se encontravam, deram-se por felizes de ter livrado o próprio pêlo. Depois, pareceu que os silvícolas haviam abandonado de todo as imediações. Não apare-

(1) — Conforme Deeke, 1967: 126 e seguintes.

ram mais e os postos, mantidos com grandes despesas, pareciam efetivamente ali feitos para recreio os funcionários, de sorte que êstes últimos mesmos, também acabaram perdendo a confiança que, de princípio, os animara. Agora e de repente os bugres surgiram, a 20 dêste mês e sem que se tivesse notado qualquer sinal, puzeram a correr todo o pessoal que se encontrava no Pôsto do Plate e puzeram fôgo em tôda a rancharia. O momento para o ataque fôra bem escolhido, pois, o chefe do Pôsto achava-se justamente, em Hammonia; três homens tinham descido o rio, de canoa, para buscar mantimentos e dois outros haviam subido o rio para caçar e pescar.

"Dêsse modo, só quatro homens, entre êles um índio manso, assim como uma mulher negra, com algumas crianças, se encontravam no Pôsto onde não havia munição alguma para as "Winchesters" existentes e, além disso, também era terminantemente proibido atirar nos bugres, de sorte que tôda essa gente pôs-se em fuga, pela picada que margeia o rio abaixo. O bugre manso procurara entender-se com os seus irmãos de raça; êstes, porém, responderam com flechadas as propostas de entendimento, pois não entendiam patavina do que o outro falava. Assim, o insucesso parecia que também desta vez fôra completo e assim seria certamente, se o guarda do Pôsto, um homem ainda muito jovem de nome Eduardo Hoerhan, com decisão e coragem, não tivesse salvo a situação.

Logo que recebeu a notícia do assalto, Eduardo seguiu, imediatamente, de canoa rio acima, com um grupo de homens convocados e chegou ao local no dia seguinte ao do acontecimento. Depois de esconderem, bem no fundo das canoas, o armamento que traziam, dirigiram-se para o local do Pôsto ainda fumegante de onde o bugre manso Bree começou a gritar para dentro do mato. Os indígenas então responderam imediatamente e viu-se que alguns estavam sentados nos troncos de árvores, havia pouco derrubados para roça, e de que fizeram postos de observação. Êles soltaram uma espécie de grito de guerra e faziam ameaças com suas setas que êles tinham ajustadas aos arcos.

Mas, Eduardo, que havia aprendido o idioma Caingang dos índios mansos, exgotou todo o vocabulário que dominava, e assim também os índios, até que chegaram a trocar palavras conhecidas. Quando notaram a semelhança das línguas, também os indígenas se esforçaram por falar bem claro e devagar, de forma que se chegou a um razoável entendimento.

Mas, com isso pouco ainda se havia conseguido, pois os indígenas tão fàcilmente não se convenceriam de que nada de



"Trovoada", líder da horda à época da pacificação em Ibirama

Aspecto do escritório de Hoerhan, o pacificador.
Reprodução e montagem: Gerlach.



mal lhes aconteceria. Êles acreditavam que o que se queria era atraí-los para depois aniquilá-los e, por isso, continuavam mantendo atitude hostil, ameaçando com as suas armas, impedindo qualquer tentativa de aproximação.

Então Eduardo atirou fora as armas que ainda tinha consigo e de braços levantados seguiu em direção aos índios, acompanhado do bugre Bree, na mesma atitude.

Apesar dos indígenas verificarem que dos dois homens desarmados não poderia vir-lhes perigo algum, continuavam desconfiados e ameaçavam atirar. Quando os dois já se achavam bem próximos, um índio mais assanhado atirou duas flechas, uma das quais passou arranhando ao lado do peito do índio Bree. Vendo êsse gesto de seu companheiro, os outros bugres zangaram-se e afastaram-no e então também jogaram as suas armas no chão.

Com isso, as primeiras dificuldades foram contornadas. Os índios imediatamente apoderaram-se dos presentes que lhes foram oferecidos, embora mostrando-se sempre muito desconfiados. Os objetos deviam ser levados a um determinado ponto e quem os levasse deveria regressar imediatamente. Só então os índios iriam buscar os donativos. De princípio, êles preferiam peças de roupa e objetos de ferro. Mantimentos, como açúcar, farinha, arroz e feijão êles não conheciam ainda. Nos seus assaltos o que êles encontrassem dêsses mantimentos, punham fora e só levavam os sacos. Ao contrário, demonstravam êsses silvícolas um grande amor pelos cães e quando o autor destas linhas, pouco depois do primeiro entendimento, chegou ao local, levando consigo dois cachorros, os índios ficaram como doidos por êles. Não havia necessidade de se compreender o idioma indígena, para se saber o que êles queriam, pois os seus gestos e chamados eram bastante claros. Eles, por exemplo, seguraram uma corda e imitavam o latido do cão; um sujeitinho pequeno e gordo tinha até em si muito de judeu, pois depois de demostrar o seu desejo de ter um dos cachorros, segurou um pequeno espêlho que êle certamente havia furtado antes – gesticulando de modo a dar a entender que estaria disposto a dar o precioso objeto em troca do cão. Quando nós lhes demos um dos animais, a sua alegria foi enorme. Mas, modesta aquela gente não era de modo algum; nunca se monstravam êles sastifeitos e não sossegavam enquanto se lhes não dessem tôdas as peças de roupa de que se poderia dispôr. Primeiramente, vinham do mato sòmente uns cinco ou sete bugres desarmados e êles vestiam, além da própria tanga, todos os paletós de que anteriormente se haviam apropriado, enquanto permaneciam com as pernas nuas. O cacique postava-se, imóvel, à beira do mato e tinha, pelo que se podia notar,



Primeiros anos da pacificação em Ibirama I.
Reprodução de Gerlach.

atrás de si um grupo de índios armados (...)".

Após esse primeiro contato, os Xokleng começaram a diariamente aparecer no posto de atração em busca de presentes. Vinham em pequenos grupos e sempre deixavam na orla da floresta alguns guerreiros prontos a revidar qualquer ataque dos civilizados. As mulheres e crianças pouco apareciam. Não havia dúvidas de que os indígenas desconfiavam das intenções dos brancos e, conhecedores dos efeitos das armas desses, não permitiam que Hoerhan e seus companheiros deles se aproximassem portando-as. Hoerhan ficou assim à mercê dos silvícolas. Segundo Deeke, observador desses primeiros dias de relações pacíficas, "(...) Eduardo Hoerhan ficou mais do que sastifeito com êsse sucesso. Se êle, entretanto, pensou em realizar uma completa e pronta pacificação dos índios, errou redondamente. (...) os bugres tornaram-se logo mais confiados e vieram até o pôsto com mulheres e crianças, mas êles patenteavam, debaixo dessa confiança, uma forte dose de fantasia e de atrevimento. Fantasia por imaginarem que não êles, mas os brancos é que estavam sendo "amansados" e julgavam-se acima dêstes; atrevimento porque êles não admitiam armas nas mãos dos brancos do Pôsto enquanto êles mesmos, seguidamente, apareciam com as suas armas (..). (...) Mal chegava uma remessa de coisas novas, como cobertores, fazendas e objetos de ferro e era distribuida, já êles estavam exigindo outras novidades e se estas não chegassem como êles desejavam, êle tinha que ser castigado; êles o punham a um canto e xingavam-no, cutucando-o com a ponta de suas lanças afiadas de sorte que êle via a cada instante a morte diante dos olhos" (1).

Eduardo de Lima e Silva Hoerhan era um jovem, com pouco mais de 20 anos. No Rio de Janeiro, sua cidade natal, freqüentou o ginásio e se engajou no Serviço de Proteção aos Indios objetivando aventurar-se no sertão e defender o indígena. Havia se informado da situação do silvícola nas discussões que se travaram na imprensa antes da criação do SPI. A sua origem urbana e a sua formação escolar logo lhe oportunizaram situações de liderança. Quando Abbot se afastou de Ibirama é Hoe-

(1) Deeke, 1967: 128/129.

deixaram claro que desejavam o retorno de Hoerhan, chamando-o constantemente pelo nome que lhe deram: Katanghára. Esses fatos praticamente obrigaram a diretoria da colônia a tomar medidas de emergência, garantindo a Hoerhan os recursos mais imediatos e prometendo interceder junto aos governos estadual e federal a fim de obter o suporte financeiro necessário a toda a tarefa que se iniciava. Nessa situação, Hoerhan devolveu para os postos do Paraná os indígenas Kaingang que haviam criado vários problemas no posto de atração e providenciou a vinda de outros, para facilitar as fases iniciais do convívio. E regressou ao posto de atração, reiniciando o contato com os pequenos grupos Xokleng que saíam diariamente da floresta para apanhar presentes, alimentos ou espiar o que faziam os brancos e os índios "mansos".

Mas a situação não mudou. Os recursos oferecidos pela administração da colônia foram consumidos, sem que a diretoria do SPI e o governo estadual oferecessem o que era necessário. As dificuldades enfrentadas por Hoerhan somente aumentavam, pois além de tudo parecia que a diretoria do SPI, como a maior parte da população do vale do Itajaí, não estavam propensas a aceitar que um grupo de índios havia sido atraído no alto vale do Itajaí. O Blumenau Zeitung, de 28 de maio de 1915, apresenta vigoroso artigo, esclarecendo o que se passava (1): "(...) infelizmente para poder aproveitar esta oportunidade favorável à solução do problema do índio, por meios pacíficos, faltam ao Pôsto do Plate todos os recursos, por incúria do Govêrno Federal. Quem dos senhores deputados, superintendentes, juízes e outros homens, a quem está afeto o bem público, auxiliam para que o govêrno forneça subvenção, a fim de resolver a questão da pacificação? Ou deverá ficar diante desses "últimos moicanos", que tão adorosamente se batem pela liberdade, a seu modo, tudo nas palavras tão cruelmente proferidas, no sentido de esta "canalha parda" deve ficar e ser liquidada a bala? Será que alguns dos governantes se lembrará de que a terra pertencente ao índio, a tal terra devoluta, seja vendida, sem que ao menos receba uma indenização justa, em forma de proteção jumana? Será que o Sr. Hercílio Luz, cujo nome traz agora o rio do Norte, onde se desenrola o último capítulo do nosso índio, não fará alguma cousa para que o problema do índio tenha uma solução justa e concetânea? Será que dos 250 contos de réis, pelos quais foi vendido o território de Hansa, não sobrará nada para êstes

(1) – Conforme tradução de Victor Lukas, in Olhos Azuis, ob. cit., 1965, inédito.

rhan que assume efetivamente a chefia dos trabalhos de atração. (1). Aprende a falar o Kaingang com um dos índios que servia de intérprete e baseado no vocabulário do Dr. Gensh tenta dominar algumas palavras do idioma Xokleng. Simultaneamente aparece como irrequieto e impulsivo, fatores necessários para quem precisava se atirar aos braços dos indígenas sem saber se teria tempo de abraçá-los. A pacificação dos Xokleng do Itajaí foi um ato heróico.

A façanha realizada por Eduardo Hoerhan não foi acompanhada pela compreensão do SPI. Este órgão estava preparado para conseguir a pacificação de tribos hostis, utilizando o posto de atração, a proibição de utilizar armas de fogo contra os selvagens e a colocação de presentes nos locais onde os índios freqüentavam, a conhecida "ceva" como as principais técnicas. Mas não havia qualquer esquema fixado para orientar as ações após a pacificação de qualquer grupo. Por isso mesmo, Hoerhan logo começa a enfrentar várias dificuldades. Os indígenas não aceitavam a maioria dos alimentos que o posto tinha condições de lhes oferecer, pois não estavam habituados com feijão, farinha, arroz ou carne-seca. Exigiam carne fresca, caçadores que eram. O Posto logo se viu em dificuldades financeiras e sem condições para adquirir reses, necessárias à alimentação do grupo. Ao mesmo tempo, faliam todos os apelos às autoridades das colônias e do Estado, além de ocorrer a insubordinação quase total dos índios mansos que haviam sido trazidos do Paraná. Hoerhan resolveu então abandonar sua empresa, retirando-se do posto de atração para Hammonia. Os indígenas, entretanto, realizaram um ataque à casa do colono Mais, na localidade de Índios, e se aproximaram de Scharlach, núcleo mais avançado da colônia de Hammonia, colocando em pânico seus moradores. Nessa localidade segundo muitos informantes, os indígenas

(1) Em nossos diários constam referências que após a retirada de Abbott quem ficou a liderar o grupo encarregado da pacificação foi um tal Dr. Straube. Segundo os responsáveis por essas referências, regionais e funcionários do ex-Serviço de Proteção aos Indios e para quem Hoerhan não era pessoa respeitável, foi êste que articulou a morte do Dr. Straube, mas o encarregado da missão acabou liquidando sua mulher. Straube, com o falecimento da espôsa, entregou-se ao vício da bebida e acabou desaparecendo de Ibirama, permitindo que Hoerhan assumisse a chefia dos trabalhos. Êsse episódio não está claro em nossas anotações e sôbre êle apenas encontramos uma ligeira referência em Schaden, 1946: "basta lembrar os casos Straube e "Das Gregorio" que aliás tiveram repercussão na Imprensa". Entretanto, nós nada encontramos para melhor elucidar o ocorrido.

filhos das matas? Sob o ponto de vista moral, seria pouco fidalgo e absolutamente errado, abandonar um homem corajoso e despreendido como é o Sr. Eduardo de Lima e Silva Hoerhan, o pacificador do nosso índio".

Se Eduardo Hoerhan imaginou a pacificação de forma romântica e aventuresca, os fatos que logo se sucederam aos primeiros contatos amistosos lhe foram dando consciência da realidade. O SPI não tinha idéia do que poderia ou deveria acontecer quando um grupo indígena aceitava o contato pacífico com suas turmas de atração. O SPI também não era um órgão que comovia o governo federal, de maneira que este o dotasse com recursos financeiros suficientes. O SPI, na verdade, preocupava-se muito em estabelecer relações com os indígenas hostis objetivando abrir os territórios por esses dominados aos brancos. Pouca preocupação havia com tudo o que ocorria após a pacificação. Por isso mesmo Hoerhan se viu em enormes dificuldades pois ninguém queria saber se os Xokleng aceitavam ou não os produtos agrícolas cultivados nas roças mantidas pelo posto; ninguém se preocupava com a mudança da dieta alimentar e seus efeitos negativos para a saúde dos indígenas; ninguém se preocupava com as conseqüências do convívio com os brancos para os indígenas. E frente a esse quadro que se pode entender o relatório que o Superintendente de Blumenau, Paulo Zimmermann, enviou ao Ministro do Interior, em 26 de julho de 1915, solicitando verbas para Hoerhan ter condições de continuar seus trabalhos. Para elaborar esse relatório, o Superintendente designou Augusto Zittlow e Martin Bichof, respectivamente inspetor do telégrafo e chefe de tráfego da estrada de ferro Santa Catarina, para realizarem uma visita ao posto de atração do Plate e minuciosamente narrarem o que ali ocorria. Isto permitiu o surgimento de um documento valioso sobre o grupo indígena, seus hábitos, características físicas e comportamento perante aos civilizados. Mas, além disso, o documento permite-nos saber que "(...) o fim da viagem era constatar de visu que não se trata de bandoleiros ou índios coroados mansos do aldeamento de Palmas, como muita gente pensa e aos quaes se attribue os assaltos e roubos feitos por diversas vezes em Pouso Redondo etc... (...) mas de verdadeiros incolas da selva, completamente bravios (...)". (1).

O governo federal acabou reconhecendo o feito de Hoerhan e

(1) – Êsse relatório integra o arquivo do SPI, sob nº 127. Êle foi também publicado com o título "Os índios de Santa Catharina", sem o ofício de encaminhamento ao Ministro do Interior, no jornal O Estado, Florianópolis, ano I, nº 64, na data de 27/7/1915.



Primeiros anos da pacificação em Ibirama II. Reprodução de Gerlach.



Primeiros anos da pacificação em Ibirama IV. Reprodução de Gerlach.

regularizou a remessa de recursos, permitindo assim que os indígenas fossem socorridos em alimentos, agasalhos, objetos de ferro e, ao mesmo tempo, fossem construídas casas para abrigar os funcionários, depósitos para a guarda de alimentos e ferramentas, ranchos para abrigar os índios, enfim o necessário para o funcionamento permanente do Posto. Com o tempo foi se tornando cada vez mais claro que o Serviço de Proteção não sabia exatamente o que fazer, pois os esquemas que traçava tinham como fundamento noções bastante superficiais a respeito de todo o processo de mudança que iniciava para os indígenas logo após o estabelecimento de relações com os civilizados. O Dr. Paulo Aldinger, um dos entusiastas da catequese leiga no vale do Itajaí, em 1918 narrou o episódio da pacificação dos Xokleng, dizendo sobre "qual seria a orientação do govêrno, através do Serviço de Proteção ao Índio, a respeito do futuro da catequese leiga, depois que êle superou a fase mais difícil, estabelecendo relações amistosas com os selvagens.

Os principais planos para essa pacificação, são trazer os ainda selvagens para o convívio dos já meio civilizados e dos empregados do Pôsto sem forçá-los por qualquer meio, e muito menos pela violência e, assim, conquistá-los para a civilização e, paulatinamente integrá-los na comunidade brasileira. Uma tribo de tão reduzido número de membros, será fácil de ser inteiramente conquistada (...) (1)."

Quantos eram os indígenas que Hoerhan conseguiu atrair? Segundo ele nos primeiros anos nunca houve oportunidade para um levantamento específico, pois os indígenas não estacionavam permanentemente no posto de atração. Iam e vinham segundo situações imediatas de caça ou busca de presentes. Calcula o pacificador, entretanto, que se tratavam de uns 400 indivíduos. (2).

5. FIORAVANTE ESPERANÇA: HERÓI DA PROTEÇÃO OFICIAL

A pacificação realizada por Hoerhan no Itajaí não significou que todos os Xokleng tivessem sido atraídos. A tribo vivia separada em grupos e Hoerhan conseguiu estabelecer relações com um desses grupos. No norte do estado de Santa Catarina, na região do rio Negro, à época sob jurisdição do Paraná, um outro

(1) — Publicado no Kalender fuer die Deutschen in Brasilien, conforme tradução J. Ferreira da Silva, in Cadernos de Blumenau, T.X, Nº 2, 1969: 36/39.

(2) — Henry, 1941: XV, confirma êste número. Ribeiro, D., 1957: 20 fala em 800 indivíduos.



Primeiros anos da pacificação em Ibirama V.
Reprodução de Gerlach.

grupo Xokleng há muito vinha embaraçando a penetração dos civilizados. Com a fundação do SPI, em 1910, ao mesmo tempo em que se iniciaram os trabalhos no Itajaí, criou-se um grupo para realizar a atração dos temidos "botocudos de Palmas". Liderava esse grupo Fioravante Esperança, funcionário do SPI; gaúcho de origem e experimentado sertanista.

Os indígenas integrantes desse grupo tinham sofrido toda uma série de experiências resultantes da penetração de contingentes imigratórios na região do rio Negro e da presença de uma frente de expansão representada pelos operários construtores da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1). A todo sinal de sua presença, logo tropas de bugreiros eram organizadas para caçá-los e o pessoal da estrada mantinha grupos permanentes para garantir a segurança dos trabalhos. Os índios, por sua vez, não perdiam oportunidade para vingar os reveses sofridos e muitas vezes conseguiram fazer vítimas entre os brancos. "No primeiro domingo de novembro (1908–SCS), caiu sôbre a população (União da Vitória), a notícia que o trem traria alguns operários mortos pelos índios. Quase tôda a população da cidadezinha acorreu à estação ferroviária, à espera da chegada estra do trem (...). Por fim, ouvimos o apito da locomotiva. Num dos vagões a descoberto, forrado de galhos verdes, estavam estirados os corpos dos trabalhadores mortos. Uma senhora, já de certa idade, alemã, lançou-se gritando convulsivamente, sôbre o corpo do filho. Quatro dos mortos eram poloneses, os quais chegaram a procura de sôldo, das colônias afastadas (...). Neste mesmo dia, foram todos enterrados numa vala comum, como é costume aqui, sem nenhuma cerimônia" (2).

(1) – A estrada de ferro S. Paulo – Rio Grande se iniciou em 1906 e em 1908 chegou às margens do Iguaçu, em União da Vitória. Até essa data a concessão pertencia a uma companhia francesa, que a transferiu para a Brasil Railway Company, com sede em Fortland, nos Estados Unidos. Essa companhia tinha vários interêsses no Brasil, seja na rêde ferroviária, seja em armazéns e frigoríficos, indústrias de papel, etc. Era também conhecida como o sindicato Farquhar (Veja-se Queiróz, M.V., 1966: 70). No território catarinense a construção dessa estrada envolveu em alguns momentos mais de 8.000 operários e as concessões realizadas a companhia pelo govêrno brasileiro – 8 km de terras para cada lado da estrada no território catarinense – foram causas imediatas da chamada Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916.

(2) – Wachowicz, R.C. (1969:475), citando o imigrante que trabalhou na estrada e que narra o episódio Marian Hessel, Na Pionierskin SZlaku. Pamietniki Emigrantov, nakladem wydawnictwa "Polonia" Warszawa, 1965: 97/98.

Recebida a missão ainda em 1910, no ano seguinte Fioravante Esperança fundou um posto de atração na região da Fazenda Monte Alegre, denominado Rincão do Tigre (1). Os indígenas atenderam as demonstrações de amizade reveladas pelos funcionários do SPI, submetendo-se especialmente à técnica da "ceva" que lhes garantia o abastecimento de especiarias da civilização, e passaram a freqüentar o posto de atração. Um ano passou. Um dia o posto foi visitado pelos fazendeiros Cândido Mendes e José Pacheco, que haviam tomado parte em batidas contra os índios e eram seus inimigos figadais. O que se sucedeu faz parte dos episódios de maior relevância da história da proteção oficial no Brasil e assim está apresentado por Rondon (1946:342): "Os visitantes chegaram à hora do almôço e tomaram parte na refeição que estava à mesa. Quem come junto é aliado e irmão – Canquê – na regra social dos Botocudos. Portanto, os empregados do Pôsto deviam ser como aquêle fazendeiro (2), inimigos dos índios! E tudo que até então tinham êsses empregados feitos para agradar aos índios e beneficiá-los, deveria ser traição!. Num momento resolveram liquidar o assunto. Ardilosamente desarmaram os visitantes, os quais pelo que sabiam sôbre a pacificação dos seus antigos desafetos, estavam inteiramente tranquilos e não se opuseram ao exame que os índios, com mostras de curiosidade, desejavam fazer de suas armas. Em seguida caíram sôbre os visitantes, massacrando-os e também aos empregados do Pôsto. Fioravante, rudemente atacado, defendia-se das cacetadas com os braços rocustíssimos, sempre de frente, procurando chamar os índios à razão. Foi recuando até o mastro da bandeira brasileira, que diariamente se hasteava no Pôsto; e *aí seu cadáver foi encontrado mais tarde, tendo no cinto o seu revólver com tôdas as balas intatas*. Caiu fiel à divisa do Serviço de Proteção aos Índios:

(1) – Em nosso diário a fundação está registrada duvidosamente, 1911 ou 1912. E evidente que êste pôsto se articulava com os postos de atração do vale do Itajaí, integrando um plano mais amplo, de total pacificação dos Xokleng (cf. Relatório da Diretoria do SPI, referente ao ano de 1914).

(2) – No texto em questão é apenas mencionado o fazendeiro Cândido Mendes. A indicação da presença de José Pacheco foi-nos dada pelo Sr. Deocleciano de Souza (Nenê), funcionário aposentado do ex- SPI, em entrevista realizada em Curitiba, em 23/2/68.

"Morrer se necessário fôr; matar nunca"! (...)" (1).

Somente o cozinheiro escapou ao massacre, pois ao se inteirar do que estava ocorrendo tratou de buscar abrigo na floresta, conseguindo chegar a um acampamento de ervateiros, onde narrou o acontecido (2). Os indígenas, por sua vez, logo abandonaram as imediações do posto de atração, em busca também de refúgio. Sabiam que os civilizados tratariam de vingar os fazendeiros mortos e não pretendiam estar ao alcance das suas armas.

O Serviço de Proteção aos Índios ficou em difícil situação. De um lado necessitava rapidamente atrair os indígenas ao convívio pacífico; de outro, precisava evitar que o alvoroço da vingança levasse para o interior da floresta, bandos armados para liquidar os silvícolas. Segundo o relato de Rondon (ob. cit: 343) os dois objetivos foram atingidos: "(...) os serventuários fizeram frente a ambos; aos civilizados discutindo, ensinando, demonstrando e, como última razão, opondo arma a arma; aos índios, indo novamente ao seu encontro, afrontando, como se deve imaginar, os maiores perigos no imo da mata; a após longos meses de arriscadíssimas aproximações (...), conseguindo pacificá-los de novo; mas afastando-os daqueles sítios de tão tristes recordações e tão perigosos (...)".

O encarregado dessa difícil missão foi João Gomes Pereira, conhecido também como João Serrano. Ele logrou atrair os índios para as margens do rio dos Pardos, onde se instalou com sua família (3). Segundo fontes locais, João Serrano conseguiu atrair

(1) – Embora apresentado por Rondon, segundo nota de sua autoria, êste episódio foi primeiramente publicado na Revista do Serviço Público, vol. II, Nº 1, abril de 1940, integrando artigo com o título: "O Problema da Civilização dos Indios", e depois foi publicado no Boletim do Serviço de Proteção aos Indios, de 31/8/42, ocasião em que se denominava Fioravante Esperança há uma lancha construída em S. Paulo, para atender as necessidades de transporte fluvial da Inspetoria do SPI de Goiás.

(2) – Tivemos contato com um filho desse personagem, em Anitápolis, em 1967, onde atuava como funcionário do INDA, oportunidade em que confirmamos a veracidade do acontecido – SCS.

(3) – O toldo criado neste local é referido também pelos nomes de São João dos Pobres e São João de Cima.

50 indígenas por volta do ano de 1918 (1).

6. SOBREVIVENTES E ARREDIOS NO PRESENTE

Os grupos Xokleng atraídos por Hoerhan, no rio Itajaí do Norte, e João Serrano, no rio dos Pardos, não representavam a totalidade da tribo. No sul de Santa Catarina pelo menos uma outra horda continuou a vagar pelas florestas, sujeitando-se vez ou outra às razias dos bugreiros. Hoerhan em determinado momento chegou a ser solicitado pelo governo do Estado para atrair esses indígenas que estavam freqüentando as imediações dos núcleos de Anitápolis e Esteves Junior, mas segundo ele "Não adiantava tirá-los da floresta para deixá-los morrer pelas doenças que os brancos lhes transmitiam" e "eu não tinha recursos para atender os daqui, que adiantava ir buscar outros" (2).

A contínua penetração de civilizados no território que esses indígenas ocupavam pouco a pouco foi liquidando as suas possibilidades de sobrevivência. A floresta somente permaneceu nos locais de difícil acesso, particularmente nas serras isoladas que se avizinham do litoral e na costa da serra Geral. E foram para esses pontos que recuaram os indígenas, não somente em busca

(1) — O índio Sebastião Pereira dêsse toldo, juntamente com seu pai, Dujavin Kilhitá, que viveu êsses acontecimentos, nos informaram que João Serrano temia muito os indígenas que pacificou. Por isso, tôda vez que alguns índios começavam a demonstrar sinais de insatisfação, convidava-os à sua casa, para uma noitada alegre. Na oportunidade distribuía farta quantidade de bebida aos visitantes e mantinha a casa tôda fechada e aquecida por forte fogo de lareira e pela manhã obrigava aos visitantes sonolentos a tomar um banho na cachoeira que corria à frente da residência. Em conseqüência os silvícolas adquiriam forte resfriado, que em pouco tempo aniquilava definitivamente as possibilidades de revelarem sua insatisfação (depoimento 16-7-64). Hoerhan e Deocleciano Souza, ambos funcionários do SPI à época de João Serrano, classificaram como infundadas tais informações. Entretanto, sabe-se que os episódios vividos por Fioravante Esperança ocorreram por volta de 1911 ou 1912. João Serrano sòmente conseguiu se aproximar dos indígenas por volta de 1918. Segundo o filho do cozinheiro que escapou ao massacre em Ribeirão do Tigre, ao ocorrer a atração, os funcionários do SPI vingaram a morte de Fioravante Esperança, liquidando diversos índios adultos e providenciando, sob o pretexto de uma epidemia de gripe, a transferência de mulheres e crianças para postos de São Paulo. A dúvida reside especialmente no seguinte ponto: o SPI considerou o feito de Hoerhan no vale do Itajaí como a pacificação total dos Xokleng e, no caso particular do trabalho de João Serrano, jamais se preocupou em legalizar as terras que os indígenas ocupavam nas margens do rio dos Pardos e de ali instalar um pôsto indígena. Por que?

(2) — Depoimento do pacificador, em 22/1/64.



Primeiros anos da pacificação em Ibirama III.
Reprodução de Gerlach.



Primeiros anos da pacificação em Ibirama VI. Reprodução de Gerlach.

refúgio, como também à procura de caça, pois a esta também o branco depredava.

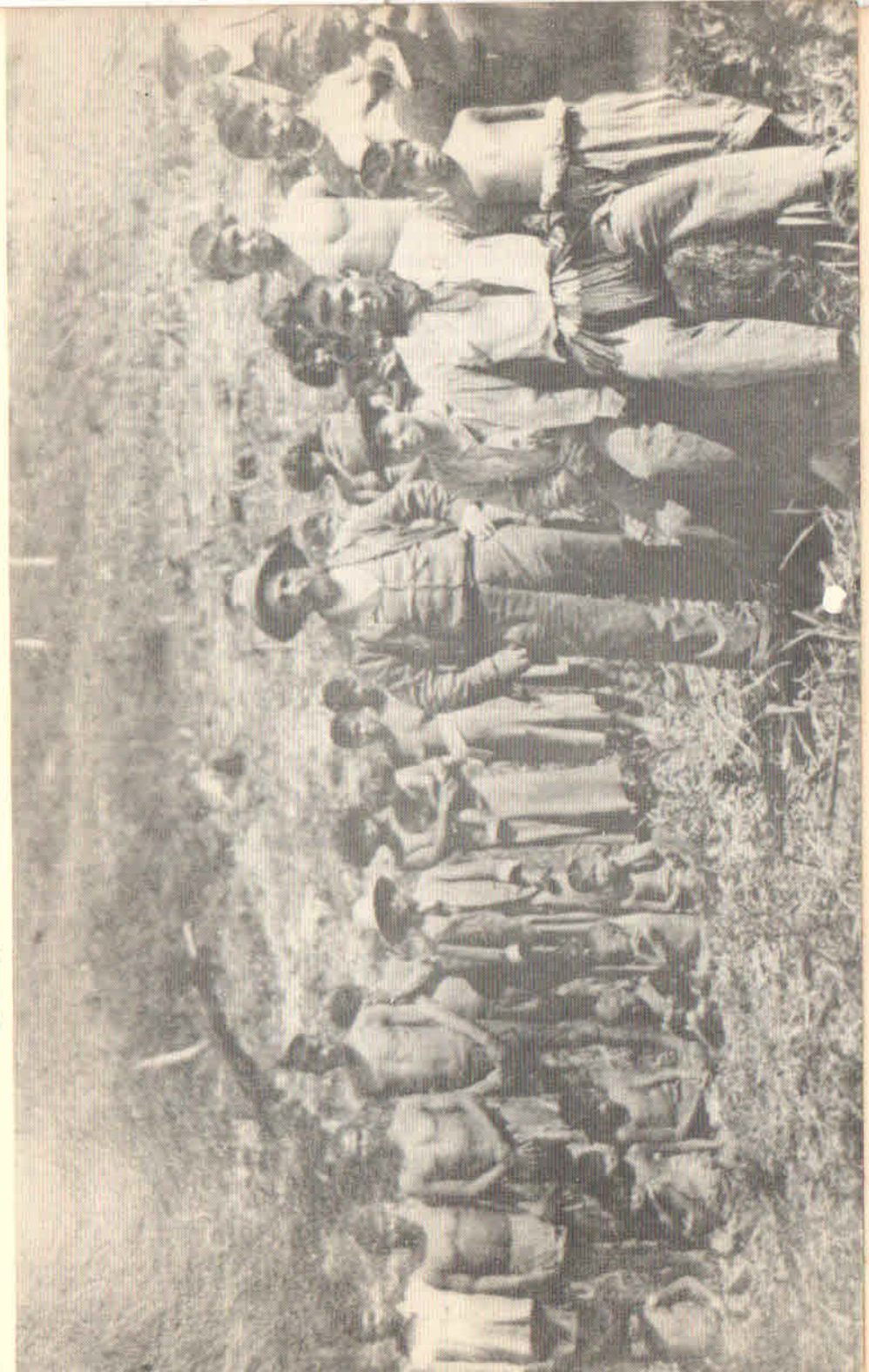
A instalação da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, naturalmente fez diminuir a liberdade de ação dos bugreiros. Não lhes diminuiu porém o ânimo. Dessa forma a presença indígena, particularmente no sul do Estado, continuou a provocar ações mais ou menos cautelosas, mas seguramente eficazes, contra os indígenas que vez ou outra davam sinais de sua presença. Dessa maneira, na década de vinte, Martim bugreiro ainda tinha assegurado clientela permanente, a quem vendia proteção para incursões nas áreas ainda cobertas de floresta.(1). Ao mesmo tempo, várias informações comprovam a presença de bugreiros que, embora menos famosos, não deixaram de vez ou outra realizar suas batidas (2). Mas toda essa área apresenta poucos documentos. Alguns registros foram feitos por Francisco Schaden (3), deixando claro que nas florestas do sul do Estado um grupo Xokleng continuava a sobreviver. As pressões dos civilizados, entretanto, se faziam sentir continuamente através da ação nefasta dos bugreiros ou, mesmo, pela penetração sistemática na floresta em busca de terras para a agricultura. Dessa maneira, os indígenas dia a dia viam diminuir o território à sua disposição, sofrendo graves períodos de penúria alimentar. Por isso, os caçadores, na área de Anitápolis, segundo Francisco Schaden, vez ou outra encontravam vestígios dos indígenas, representados por excrementos repletos de sementes e cocos, revelando a precariedade do regime alimentar dos silvícolas.

Essas informações em tempos recentes começaram a ser enriquecidas com investigações realizadas em abrigos e grutas naturais, utilizados pelos Xokleng, por parte de estudiosos interessados na ocupação pré-histórica da região. Os arqueólogos Pe. João Alfredo Rohr e Walter Piazza, em pesquisas distintas, encontraram nos municípios de Urubici e São Joaquim vestígios testemunhos, representados por dezenas de esqueletos mais ou menos

(1) – Depoimento do Sr. Carlos M. Koerich, em 7/10/70. Martinho foi capataz de mato para o informante, que era agrimensor, no período compreendido entre 1923 e 1928.

(2) – Na área da encosta da serra várias pessoas informaram que "naquela época a gente tinha de matar os índios, senão êles matavam a gente", o que revela ser o indígena apenas mais um obstáculo que a natureza antepunha à penetração dos civilizados e que deveria ser eliminado.

(3) – Schaden, Francisco "Die Schokleng in Süden des Staates – von Santa Catarina", s/d, inédito.



Primeiros anos da pacificação em Ibirama VII. Reprodução de Gerlach.

completos, das razias realizadas pelos bugreiros sobre os Xokleng. Na localidade de Santa Bárbara, município de Urubici, Pe. Rohr encontrou numa só caverna, espalhados no piso da entrada, os restos de 68 esqueletos. A gruta, segundo o arqueólogo, localizava-se no fundo de um precipício de difícil acesso, indicando que os indígenas provavelmente ali procuraram inutilmente um refúgio seguro (1).

Concretamente, os índios foram desaparecendo. Sumiram, segundo a maioria dos informantes, das vizinhanças da fazenda, da localidade e do município. Mas, teriam desaparecido totalmente? Será que foram mortos até o último homem? Ou, será que se refugiaram? Para essas interrogações os informantes não conseguem, em regra, respostas satisfatórias. "Sumiram daqui". "Talvez, foram para a serra". "Talvez se acabaram". "Não sei".

O professor Egon Schaden teve oportunidade de nos informar recentemente que, em 1925, a 40 km. de S. Bonifácio, houve um ataque de bugreiros aos Xokleng. Algum tempo depois, o informante juntamente com seu pai visitou o local do ataque, ocasião em que ajudou a enterrar os restos de um índio, vítima dos atacantes. Segundo Schaden, havia no local, já meio destruído, um paravento, certamente usado para abrigar os indígenas. (2).

Doze anos depois, em 1937, dois caçadores durante a perseguição de uma vara de porcos se viram dentro de um acampamento de índios. O episódio ocorreu no costão da Pedra Branca, entre Treviso e Mãe Luzia, no sul de Santa Catarina. Os caçadores, Jerônimo Souza e Adorinho Lima, surpresos, apanharam aí

(1) – Há evidências nessa área de outra tradição cultural, representada por enterramentos realizados em nichos existentes nas paredes internas das grutas. Não se pode, entretanto, aceitar que os restos ósseos encontrados espalhados no piso das grutas sejam dessa tradição cultural. Nos nichos, os enterramentos eram cuidadosos, havendo evidências do envolvimento do corpo com fibras vegetais. Em cada gruta, pelo que nos foi dado conhecer pessoalmente, eram pouco numerosos os enterramentos. Ao contrário, no caso referido a quantidade de esqueletos e sua disposição indicam a morte chegando rápida e traiçoeiramente num local de pouso. Um recente depoimento do Sr. Walter Kuhns, obtido pela licenciada Neusa Maria Sens em Ituporanga, esclarece que na localidade de Barro Branco, Município de Urubici, foram encontradas dezenas de esqueletos de adultos e crianças à entrada de uma gruta localizada ao fundo de um precipício, testemunhando, segundo o informante, a ação dos bugreiros. Veja-se ainda, Piazza, Walter, 1966.

(2) – Nas notas de Francisco Schaden êste episódio tem como responsáveis os bugreiros José Domingo Gonçalves e Ireno Gonçalves, acrescentado do detalhe que os bugreiros arrancaram as orelhas do índio que mataram (inédito, pp. 9/10).

tramos uma choça de bugres, situada numa pequena clareira da mata, Ao aproximarmos, vimos sair uma índia vestida de gorro, saia e blusa. O rancho era formado por duas abas que iam até ao chão, onde havia sòmente alguns trapos amontoados a um canto; e fora vimos amarrados um macaco, um coatí e um cão muito feroz. O segundo contacto deu-se numa caçada seguinte, com mais cinco companheiros, quando encontrei um casal de índios velhos. A índia quase não podia caminhar e fàcilmente a segurei pelo braço, depois de largar a arma, tentando com isto mostrar-me mais amistoso. O índio velho, porém, subindo num barranco próximo, começou a gritar atirando pedras, não se atemorizando quando um companheiro lhe apontou uma arma. Em vista disso e como não quizesse causar nenhum mal ao casal, decidi afastar-me do local, com os demais companheiros.

O fato foi então comunicado ao chefe do SPI em Curitiba, Sr. Deocleciano Sousa, que dois meses depois chegava com um índio manso, como intérprete. Acompanhei o servidor do SPI na busca pela floresta e no segundo dia de busca entramos em contato com um índio moço, apanhado de surpresa tirando mel no alto de uma árvore.

Abordado pelo intérprete concordou em trazer seus companheiros aquêle local para receber presentes. Voltando no dia seguinte, lá encontramos três índios sentados em tôrno de uma fogueira. O fato ocorreu no lugar Três Barras e como o acesso alí era difícil o chefe do SPI decidiu trazer os índios para a beira da mata, onde foi construída uma choça. Sendo porém freqüentes as visitas de civilizados, meses depois morria o casal de velhos, vitimados por gripe. O índio mais novo foi encaminhado para Calmon, algum tempo depois". (1).

Atraves do intérprete, os indígenas contaram que integravam um grupo maior que havia sido tiroteado alguns anos antes, resultando na morte de 13 pessoas. Essa informação explicava as ações cometidas por fazendeiros e policiais de "serra acima", no então município de São Joaquim, no ano de 1946. Sobre o episódio realizamos entrevistas com um fazendeiro (2), proprietário das terras onde se desenrolaram os acontecimentos, assim registrados em nosso diário: "a fazenda estava tendo uma perda de

(1) – Reportagem "os últimos Botocudos", publicada na "Correio do Povo", Pôrto Alegre, em 27/2/49, confirma os fatos acima narrados.
(2) – Senhor Prudente Cândido, proprietário da fazenda "15 dias". Entrevista em 20/7/64.

alguns cestos e saíram às carreiras do acampamento sob uma saraivada de flechas disparadas pelos indígenas. Calcularam depois que 20 deveria ser o número de indivíduos ali estacionados (1). Outros episódios desse tipo, asseguradores da presença de indígenas, devem ter ocorrido. A literatura, porém, não os registrou. Indícios outros, como o desaparecimento de peças de caça mortas por astutos caçadores; a observação súbita de um vulto, logo desaparecido, num ponto distante da floresta; o parar inexplicável do pio de uma ave que estava sendo atraída pelo assobio matreiro do caboclo; a surpresa causada por súbitas cargas de pedras sobre descuidados viajantes na floresta; devem ter ocorrido muitas vezes, pois constantemente nossos informantes fizeram referências a fatos dessa natureza. Entretanto, nunca há certeza absoluta se tais acontecimentos teriam como explicação real a presença de índios nos locais onde ocorreram. Ao mesmo tempo, tais acontecimentos não podem ser desconsiderados. "Os indígenas são dificílimos de serem vistos na floresta"; "quando a gente pensa que viu, o danado já sumiu". Essas observações são bastante importantes, pois sòmente através do aperfeiçoamento contínuo de técnicas de camuflamento vamos poder explicar a sobrevivência de representantes desse grupo indígena, nas pequenas e bastante freqüentadas pontas de floresta que subsistem nas encostas das serranias (2). E eles estão lá.

No ano de 1949, a presença de índios arredios em Santa Catarina foi definitivamente comprovada. Os Xokleng que ocupavam o sul do Estado haviam logrado sobreviver e naquele ano três indivíduos integrantes do grupo foram atraídos ao convívio com os brancos. Os fatos assim ocorreram, segundo narração de Giocondo Crozetta, residente em Orleães (3): "O primeiro contacto com os índios deu-se durante uma caçada realizada com mais três companheiros, quando seguindo por uma trilha encon-

(1) – Conf. artigo de Hely Gomes Moura, in A Imprensa, Tubarão 6/3/49, narrando detalhadamente o episódio. Publicando artigo em 1938, Schaden confirma essa notícia, ao dizer: "Só no sul do Estado, nos campos e fachinais que se extendem entre Anitápolis e o rio Capivari, acha-se ainda um pequeno grupo dêsses índios em seu estado primitivo, grupo que si muito, conta com 10 ou 12 indivíduos" (1938: 85/86).
(2) – Em suas notas, Francisco Schaden aponta o rapto de uma colona, ocorrido em 1943, por 5 índios no lugar rio dos Indios, em Anitápolis. Mas, o autor informa que se dizia na área serem os índios oriundos de postos do SPI localizados em Palmas, no Paraná.
(3) – Conforme entrevista realizada em 2 de maio de 1963.

mais ou menos 20 rêzes por ano. Seguidamente desapareciam rezes e o informante determinou que seu capataz investigasse, a fim de apurar quais as causas do desaparecimento. O capataz, descendo a encosta do planalto, localizou o lugar onde as rêzes eram abatidas. Comunicando o fato ao informante, êste solicitou ao delegado de polícia de São Joaquim providências. Entretanto, o local de abate das rêzes já pertencia ao município de Orleães e houve necessidade de se solicitar permissão a delegacia daquêle município para fazer a necessária investigação. Ninguém pensava tratar-se de índios e sim de brancos que estavam a roubar gado. Obtida a licença para entrar no município de Orleães, o delegado de São Joaquim, três soldados, além do informante e seu capataz, foram ao local de abate das rêzes. Daí seguiram por uma picada aberta no costão da serra durante quatro horas, mais ou menos. Nessa altura, o informante estava muito cansado e regressou, juntamente com o capataz. Ao chegar ao campo, ouviu o informante uma barulhada infernal. Gritos, berros, palavrões, que o colocaram ao par que os soldados haviam encontrado índios. Soube depois que os soldados seguiram a certa altura por uma picada, que despertava a atenção por não ter sido formada pelo corte de árvores e arbustos e sim pelo afastamento da madeira fina para os lados, e chegaram ao toldo dos índios. Estes foram alertados por um macaco que assobiou. Uma cachorra avançou para os soldados, mas o delegado deu-lhe uma valente coronhada na cabeça. Os índios indignaram-se e fizeram extremo berreiro. Os soldados os chamaram. Tentavam atraí-los. Como não alcançassem êxito, deram uns tiros para assustá-los. Depois pegaram algumas flechas e balaios – que foram remetidos para Florianópolis, – e que visavam provar que eram índios os ladrões de gado. F voltaram. Os índios vieram acompanhando os soldados, sempre gritando. No dia seguinte, uma nova rez foi roubada.

Os policiais apenas encontraram uma casa e eram apenas três índios porque haviam apenas três camas feitas de taquara. O informante solicitou providências a 7ª IP do SPI, em Curitiba e esta enviou o Sr. Deocleciano Sousa, que esteve realizando investigações para saber qual era a tribo e assim providenciar um intérprete que servisse.

Entretanto; sòmente três anos depois, e após outras reclamações junto a 7ª IR, é que o Sr. Deocleciano Sousa veio prender os bugres, que foram tirados por Orleães e eram em número de três. Quando foram pegados, disseram os índios que eram 16 pessoas, formando duas famílias. Como brigaram, uma foi para o

sul, para o Rio Grande, e outra ficou ali. Como êles paravam na serra da Veneza, município de Nova Veneza, êles ali foram perseguidos pelos colonos, morrendo cinco ou seis".

Comprovada a existência de índios arredios até alguns anos atrás, nas pontas de floresta que subsistem nas encostas das serranias ao sul de Santa Catarina, tentamos verificar sua sobrevivência até o presente. A importância do fato reside especialmente no testemunho de um grupo que resiste à aproximação dos brancos de maneira heróica e completa. Sabem evidentemente do domínio do branco; vêem a floresta dia a dia ser invadida por caçadores, madeireiros, extratores de palmito; têm dificuldades diárias e constantes para obter o necessário à sobrevivência. Mas não desejam se aproximar e, para tanto, chegam mesmo a camuflar sua presença. E, é provável, que essa técnica de camuflagem, responsável pela constante dúvida sobre a efetiva presença de indígenas na área em foco, é que tem garantido sua sobrevivência.

Em nossos registros há diversas referências indicadoras da presença ainda hoje de indígenas arredios numa ponta de floresta que cobre a chamada Serra do Taboleiro, localizada entre os municípios de Paulo Lopes, Imaruí, São Bonifácio e Sto. Amaro. A floresta que cobre esta serra se extende, através do município de Anitápolis, e atinge o costão da Serra Geral. A área é agreste, acidentada e muito pouco povoada. A presença do branco no interior dessa floresta tem como motivos a caça e a extração de madeiras e palmito. Muito lentamente, atrás dessas atividades segue a roça cabocla. Todos esses fatores de um modo ou outro contribuíram para a sobrevivência de alguns Xokleng nessa área. Por volta dos anos de 1955 ou 56, dois fatos testemunham a presença de Xokleng arredios. O primeiro deles é a carta de um Prefeito (1) pedindo orientação ao governador a respeito de uma índia "que toda nua andava aparecendo em propriedades do interior do município". O segundo foi o testemunho do hoteleiro de Anitápolis que nesses mesmos anos, na localidade de Maracujá, viu diversos vestígios de bugres num sítio que ali possuía. Afirma que sua mulher viu um bugre apanhando frutas no pomar. Outros episódios, acontecidos ainda na década de cinqüenta, embora relatados ou referidos por terceiros ou por pessoas que

(1) – Infelizmente não foi possível obter essa carta nos arquivos do Palácio do Govêrno. A informação de sua existência e do seu conteúdo nos foi dada pelo então oficial de gabinete do Governador Jorge Lacerda, Dr. Norberto Ungaretti.



Índios e brancos nos primeiros tempos da pacificação. Reprodução de Gerlach.

não conseguiram detalhá-los, foram várias vezes registrados, testemunhando a presença certa de índios na área.

Baseado nesses dados, realizamos em julho de 1969 uma excursão aos municípios que incluíam a serra do Taboleiro em seus limites e ali tratamos de obter dados comprovadores da presença dos Xokleng. Em Imaruí, um dos moradores que melhor conhece a região e que dispõe de amplas amizades no interior, contou-nos que "nas terras do Sr. Carlos Eduardo Faust, proprietário de uma serraria, na divisa dos municípios de Anitápolis e São Bonifácio, no ano de 1968 o gerente Bernardo Faisu viu um índio. E durante a derrubada do mato, os empregados são constantemente alvejados com pedras" (1).

A seqüência de entrevistas feitas nessa oportunidade evidencia a presença de índios na área, pois todas as pessoas que vivem na orla da floresta e que a freqüentam constantemente não tem dúvidas que há pelo menos "um bugrinho" ou "um indinho" nas redondezas. Um dos entrevistados, o velho Custódio, caboclo que passou sua vida caçando nas matas do Taboleiro, disse que "nunca viu um índio, mas que várias vezes sentiu sinal de sua presença". E como fato concreto apontou o velho Honorato, outro caboclo familiarizado com o sertão, residente no alto rio Duna, como responsável, no ano de 1967, pela morte de um índio, que estava tirando caça de suas armadilhas. Conversando com o velho Honorato, juntamente com outros vizinhos, no dia seguinte, sem esperança que ele me contasse seu delito, obtive as seguintes informações (2): "Eu acho que aqui tem um índio, mas êle já tem idade. Não acho futuro para ter mais, porque se tivesse certamente êles faziam algum mal. Ou roubavam; ou mais coragem êles tinham. Mas êsse bugrinho que anda aqui não faz mal a ninguém. Êle parece que tem mêdo. Desconfio muito que êle talvez teje aí com tensão, quem sabe, êle quer se chegar. Êle corre isso tudo aí (...). Mas, sabe, que eu admiro é que êle tá muito ano aí, que é impossível que êle êsse ano todo não tivesse velhice que tivesse morrido. Mas sempre tá. Desconfio que também pode ser mais de um. Desde que me conheço, sempre teve vestígio dêle aqui (...).

(1) – Entrevista com o Sr. Pedro Bittencourt, em 4/7/69

(2) – Conforme depoimento gravado em 7/7/69.

Eu tenho um filho ali, que quando veio de Rio do Sul, êle deixou um feixe de palmito e uma cambona no mato e disparou, veio s'imbora, e deixou tudo lá. Era êle (o índio-SCS) fazendo baderna. Ano passado, na tiração de palmito aqui na Garuva veio uns negrinhos TIRAR PALMITO E FIZERAM UM RANCHO. Veio um que trouxe duas meninas. Duas filhas. Duas negrinhas. Êles não durmiram de noite. Dizem que êles (os índios-SCS) meteram o páu no rancho, foram metendo o páu e arreliaram tanto que êles no dia seguinte os negros foram s'imbora e nunca mais quizeram ficar no mato. Agora, no Laureão Pacheco, ano atrazado (67–SCS), fomo tirar palmito e fizemos um rancho. Um rapaz daqui levou duas bociquirhas. Um filho meu esqueceu no lugar da tiração um feixe de palmito e um chapéu novo. A noite, no rancho, as bocicas pegaram a bater; corriam e ganiam até lá em cima. Aí nós atiçamos. Elas foram e logo voltaram ganindo. Eu disse: meteram o cipó nelas. Êles (os índios–SCS) deram uma tunda nelas. Aí paremo, deitado no rancho. Quando me aprecatei êle veio de lá e atirou no fogo o chapéu do rapaz. Queimou o chapéu dêle no nosso fogo. Aí eu gritei, mas não adiantou. Ninguém viu êle. (...).

É assim, é invisível; é muito difícil topá-lo; êle anda por aí, mas a gente não vê; a gente não pode enxergar o filha da mãe".

Poucos dias antes de nossa visita ao alto rio Duna, uma vizinha do Sr. Honorato havia colocado sob uma galinha choca uma dúzia de ovos. Dois dias depois, todos os ovos apareceram fora do ninho. Preocupada em não perder o choco da galinha, nova dúzia de ovos foi logo arranjada e colocada sob a ave. No dia seguinte, ao alimentar a galinha, a mulher percebeu que estavam no ninho 24 ovos e logo passou a comentar o fato como sendo "mais uma brincadeira do bugre que frequentava a floresta das vizinhanças".

V – CONTATO E INTEGRAÇÃO

1. DE NÔMADES A SEDENTÁRIOS: A EXPERIÊNCIA DE HOERHAN

Realizada a pacificação dos Xokleng no vale do Itajaí do Norte, era necessária a criação de condições que permitissem a sobrevivência dos indígenas. Mas à época o Serviço de Proteção aos Índios não tinha diretrizes seguras sobre o que fazer. O positivismo e os ideais humanitários de Rondon e seus companheiros não eram suficientes para dar resposta imediata ao complexo problema que se estabelecia sempre que um grupo tribal entrava

em contato com representantes da sociedade nacional. Simultaneamente, os interesses imediatistas da sociedade nacional eram prontamente atendidos sempre que o SPI lograva atrair ao contato pacífico qualquer grupo tribal hostil. A pacificação representava a eliminação de um grave obstáculo à ocupação de terras virgens. Nesse sentido, o Serviço de Proteção aos Índios foi um organismo criado para atender os interesses da sociedade nacional e não dos indígenas. Entende-se assim porque Hoerhan enfrentou enormes dificuldades tão logo realizou a atração dos Xokleng. Pacificados, os indígenas deixavam de representar perigo para os civilizados; deixavam de ser motivo para reclamações de embaixadas estrangeiras ao governo do Brasil, sobre as condições de segurança dos imigrantes; deixavam de estarrecer o mundo civilizado e cristão quando das sanguinárias razias dos bugreiros. O problema, agora, "era esperar que os índios se habituassem com a civilização".

Nem Rondon, nem os demais responsáveis pelo SPI, podiam concordar com tal manipulação. Mas a ela tiveram de se sujeitar, embora só muito mais tarde disto vieram – se vieram – a tomar consciência. Não possuíam também idéia clara do complexo problema que estavam enfrentando. Sabiam que era difícil realizar a pacificação de grupos indígenas hostis, mas tinham um esquema de ação. Após as lides da atração, praticamente não havia regras a seguir. Todos os servidores do SPI, entretanto, tiveram que impor a lei em regiões onde ela não existia; tiveram de atenuar formas escandalosas de espoliação humana; tiveram afinal de representar uma face da sociedade nacional que não estava presente no sertão e que por isso não admitia que o índio fosse simplesmente violentado, exterminado. Mas o governo central jamais contemplou o SPI com os recursos necessários. O fundamental sempre foi a pacificação dos grupos indígenas e na medida em que os recursos permitiam neutralizar as ações belicosas desses grupos, o governo estava satisfeito em seu objetivo. Por isso, não se destinavam quase recursos para os trabalhos com os grupos já pacificados.

Vivendo sob uma constante insuficiência de verbas, durante uma visita do governador de Santa Catarina às colônias do Itajaí, Hoerhan vislumbrou a possibilidade de sair desse impasse permanente obtendo um auxílio do governo estadual. Corria o ano de 1918. Hoerhan chegou à sede da colônia (Ibirama) conduzindo aproximadamente duzentos indígenas. Acampando nas vizinhanças da cidade, o exótico grupo ficou à espera da visita governamental. Imediatamente, a curiosidade e a necessidade de



Primeiros momentos da pacificação.

conhecer de perto os tão mal afamados habitantes da selva levaram ao acampamento contínuas levas de visitantes. Trens, vindos de Blumenau, chegaram abarrotados. Era o vale inteiro que corria para ver os indígenas. E os que deveriam chegar, o governador e sua comitiva, jamais chegaram. Os recursos pleiteados também (1). Mas os Xokleng pagaram um alto preço por essa sua primeira visita à cidade dos brancos. No acampamento epidemias de gripe e varíola, juntamente com a desinteria, fizeram muitas vítimas. O entusiasmo do contato foi definitivamente perdido, quando um índio disse a Hoerhan: "nos fizeste descer para junto de ti, só para nos matar com tantas doenças. Antigamente nos matavam à bala, mas nós também matávamos. Agora, tu nos matas com *Kozurro* (gripe), sarampo, malária, coqueluche e outras doenças. Os *zug* (brancos) são culpados da desgraça em que caímos". (2).

Mas as fontes de contágio não se limitaram aos habitantes e visitantes de Ibirama, por ocasião da presença dos Xokleng na sede da colônia. Os próprios funcionários e trabalhadores do posto, além dos índios "mansos", eram contínuos agentes de transmissão de doenças para o grupo recém atraído. A miscigenação logo colocou os Xokleng frente a doenças venéreas, sendo flagrante no caso a utilização da mulher pelos grupos encarregados da pacificação.

O que surpreende, entretanto, é que a agência oficial de proteção não tinha idéia do que se passava. José Maria de Paula, em 1922, apresentou ao XX Congresso Internacional de Americanistas, uma memória sobre os "botocudos do Paraná e Santa Catarina", organizada pelo SPI, dizendo no referente as suas condições de saúde: "Não existem moléstias peculiares aos índios botocudos. Têm sido, porém, muito atacados pela mortífera grippe e suas complicações, como bronchite, pneumonia, etc. Soffrem também de reumatismo articular e muscular. Inteiramente desconhecidas entre elles são as moléstias venéreas, de qualquer espécie" (3).

Mas é evidentemente Eduardo Hoerhan quem melhor esclarece os fatos. Segundo ele ninguém na diretoria aceitava vacinar

(1) – Alguns anos mais tarde, por volta de 1923, é que Hoerhan conseguiu do govêrno catarinense a dotação anual de treis contos de réis - Depoimento de Hoerhan, em 19-7-65.

(2) – Depoimento de Hoerhan a D. Ribeiro Ribeiro, 1970: 316.

(3) – 1922: 119.

os indígenas, nem tampouco nada havia como orientação a respeito de medidas preventivas que se deveriam tomar pelos grupos encarregados dos trabalhos de pacificação. Nessa situação é que pessoalmente decidiu manter o grupo em regime de "contato controlado", evitando a presença de estranhos no posto e impedindo a saída dos índios. Ao mesmo tempo, tentou evitar maiores concentrações de indígenas, que especialmente ocorriam quando se davam os cerimoniais de furação dos lábios dos meninos, para dotá-los de botoques, e a cremação dos mortos. Mas como isto praticamente pouco adiantou, Hoerhan reconhece que "se pudesse prever que iria vê-los morrer tão miseràvelmente, os teria deixado na mata, onde ao menos morriam mais felizes e defendendo-se de armas na mão contra os bugreiros que os assaltavam" (1).

Hoerhan estava sozinho à frente de uma empreitada altamente complexa. O SPI não lhe oferecia orientação e ele tentava, à base de sucessivas experiências, resolver os aspectos mais essenciais que tal problemática apresentava. Os índios aos poucos também iam conhecendo facetas novas da sociedade nacional, na medida em que ampliavam seu círculo de contato interétnico. Segundo Deeke (1967: 130) "(...) êles não tinham noção alguma do que fôsse propriedade, plantações ou criação de animais domésticos; antes, êles acreditavam que tôdas as plantas bonitas como batatas, aipim, etc, cresciam nos campos, naturalmente, como o mato e que os animais domésticos andavam também em grande quantidade à sôlta, selvagens, e que se poderia caçá-los como êles faziam com a caça do mato. Mas, depois que no Scharlach êles abateram os primeiros leitões, foi-lhes mostrado de modo plausível que as coisas eram muitíssimo diferentes da que êles haviam imaginado".

E concluia esse mesmo autor. "Seja como fôr, êles aprenderão, com o tempo, os preceitos do mundo civilizado e o significado exato do meu e do teu, de forma que mais tarde, quando o assunto despertar maior interêsse, se poderá fixá-los em alguma região".

Ao mesmo tempo em que os indígenas eram levados a aprender formas de conduta particulares ao "mundo dos brancos", eles se apresentavam cada vez mais dependentes dos civilizados. Habituados à vida nômade e tendo como base de alimentação a caça, eles se viram confinados num território relativamente re-

(1) – Depoimento a D. Ribeiro. Ribeiro 1956: 32 ou 1970: 316.

duzido para mantê-los segundo seu sistema adaptativo tradicional. O posto indígena oferecia alimentos, especialmente oriundos das roças, cultivadas na periferia de sua sede, que em nada se aproximavam dos produtos obtidos diretamente na natureza. A fome, entretanto, não oferecia alternativa e os indígenas acabaram sendo submetidos a uma nova dieta alimentar. Isto deve ter provocado graves problemas quanto à manutenção dos padrões de desenvolvimento físico e de saúde, além de favorecer enormemente a contaminação de doenças desconhecidas até então pelo grupo. Paralelamente, a essa mudança de regime alimentar, o grupo se viu frente a facilidades até então inimaginadas para obter certos sucedâneos civilizados para especiarias raras tradicionais, como o mel e uma bebida fermentada, resultante da mistura de mel, água e Xaxim. O açúcar e a aguardente logo passaram a ser apelos irresistíveis para todos.

No ano de 1928, Hoerhan em seu relatório anual à Diretoria do SPI denunciava os estímulos que os civilizados das vizinhanças da reserva indígena davam aos silvícolas para que esses se afogassem no álcool. Dizia o chefe do posto: "Como já vem sendo notado desde annos anteriores, os índios botocudos deste Posto, sempre que sahem em suas excursões ou para caçar ou para colher pinhões nos pinheirais do alto da serra, na região dos campos, entram em contato com péssimos elementos localizados naquellas zonas coloniaes, quase sempre antigos bugreiros e inimigos do Serviço, que agora, fingindo amizade aos mesmos lhes incutem a prática dos vícios de que se acham corroidos e insinuam que não devem seguir as prescrições e conselhos do pessoal do nosso serviço" (1).

É evidente que essas mudanças ocorriam em todos os aspectos da cultura tradicional. Verdadeiramente, o conjunto de crenças, valores e tecnologia dos Xokleng entrara em colapso final. Antes da pacificação, o estado de guerra permanente em que viviam esses indígenas havia provocado sérias mudanças na cultura tradicional. Agora, ao enfrentar diretamente o aparato tecnológico e indivíduos integrantes da "enorme tribo dos brancos", os Xokleng somente podem se entregar, se render. E a valorização do branco como ser "civilizado", ser "normal", foi de tal ordem que os Xokleng em dias do presente dizem ao se

(1) – Relatório Anual referente ao exercício de 1928 do PI Duque de Caxias, in Relatório do Serviço de Proteção aos Índios, nº 564, Rio de Janeiro.

referir ao período da atração e pacificação como a "época em que Eduardo amansou nós".

Darcy Ribeiro (1970: 313/14) obteve depoimento do pacificador, referente a mudanças no comportamento da mulher, especialmente no que se refere ao parto e ao número de filhos. Diz esse autor: "Até mesmo o parto, que constituia um ato fisiológico normal, ocupando apenas o casal interessado ou alguns parentes que cuidavam do nascituro, enquanto a mãe se lavava, tornou-se um acontecimento dramático. Ouvimos do pacificador dêsses índios o relato de partos antigos e atuais; e a distância que vai de uns a outros é espantosa. Aqui aparecem dois fenômenos: um cultural, pois a mulher Xokleng aprendeu a sofrer as dores do parto e aguardá-lo com provação; outro, fisiológico, constituído pelas complicações que sobrevêm freqüentemente, como a febre puerperal que agora a ameaça, não obstante vários cuidados higiênicos antigamente desconhecidos e impossíveis (...)

Outra mudança da mesma ordem afetou profundamente os Xokleng. As jovens da tribo, embora mantivessem relações sexuais livremente, desde muito antes da menarca, prosseguiam, depois até o casamento, sem que resultasse em fecundação (...). Alguns anos após a pacificação, essas relações pré-maritais tornaram-se fecundas e a tribo viu com verdadeiro escândalo meninas de doze e treze anos engravidarem e terem filhos. Suas novas condições de vida afetavam também a intermitência dos partos. Enquanto viviam em bandos nômades pela mata, as mulheres só voltavam a engravidar quando a última cria já tinha três ou quatro anos; hoje, o intervalo se abreviou para dois e até mesmo um ano apenas".

As relações sexuais livres e a agressividade sexual da mulher Xokleng, tradicionais ao grupo, ao correr a pacificação, facilitaram a miscigenação. No caso, os recursos utilizados pelos brancos interessados nos favores da mulher indígena, representados especialmente por presentes, chegaram a permitir a formação de um estereótipo entre a população feminina referente às dimensões do aparelho sexual dos civilizados. Judite Nunfôro, nossa informante, disse que "andar com o civilizado era mais gostoso, porque tudo nele era maior". Em decorrência o grupo inteiro praticamente foi prostituído, disseminando-se entre seus componentes toda a sorte de doenças venéreas. Sobre esse assunto Hoerhan nos afirmou (1): "Houve aventuras entre brancos

(1) – Depoimento de Eduardo Hoerhan, em 29/1/64.

e índias devido a frouxidão sexual, mas delas foram poucos os nascimentos. Entretanto, as doenças venéreas ainda hoje são responsáveis pelas doenças que atacam os ovários e aparelho urinário das mulheres".

Uma outra alteração de importância ocorreu quanto ao contingente demográfico do grupo. O convívio com os brancos trouxe para os Xokleng toda uma série de moléstias infecto-contagiosas. Moléstias, em regra, corriqueiras entre os brancos, mas para as quais os indígenas não têm qualquer resistência, visto que não as conheciam. O organismo indígena não possuía assim defesas, representadas por anti-corpos capazes de fazerem frente aos agentes invasores. Já vimos que as primeiras epidemias, ocorreram logo após a permanência da maior parte do grupo nas vizinhanças de Ibirama, à época apenas sede de uma colônia. E elas continuaram a freqüentar o território tribal. Mas, aos poucos, os Xokleng foram também adquirindo resistência, fazendo diminuir a virulência com que todos os anos certas doenças, como a gripe, o sarampo, a coqueluche, se apresentavam no posto. Entre as primeiras epidemias e o desenvolvimento de resistências, muitos Xokleng perderam a vida. Não podemos exatamente precisar o número dos que pereceram. Mas é possível se fazer idéia. Em 1914, segundo Hoerhan, aproximadamente 400 indivíduos integravam o grupo atraído no Plate. E, em 1932, havia no posto apenas 106 indivíduos. Esse último número é exato, pois foi apresentado por Jules Henry, antropólogo que naquele ano iniciou uma permanência entre os Xokleng que durou 14 meses (1). A morte de tão elevado número de pessoas, no curto espaço de 18 anos, naturalmente marcou definitivamente o comportamento indígena perante os brancos. Segundo Ribeiro (1970: 313) os mais importantes cerimoniais do grupo, a furação dos lábios dos meninos e a cremação dos mortos, foram abolidos logo após a primeira epidemia de gripe. Isto, por dois motivos: primeiro, devido o abatimento em que todos caíram ficando sem ânimo para festanças; segundo, porque eram tantos os mortos que se tornara impossível fazer grandes piras fúnebres. E por

(1) – 1941: XV. Na obra "25 anos de colonização de Terras devolutas no vale do rio Hercílio, Município de Blumenau – 1897-1922 – informações Históricas", de responsabilidade da Cia Hanseática de Colonização, consta a referência de que em 1º de setembro de 1920 haviam no Posto Duque de Caxias 475 índios, sendo 240 do sexo masculino e 235 do sexo feminino. Não há entretanto referência a qualquer censo que tivesse sido procedido. Junto ao pacificador, Eduardo Hoerhan, não obtivemos dados que confirmassem esses números. Daí a dúvida em aceitá-los como exatos.





Primeiros momentos da pacificação.

parte do pacificador, ainda, que preocupado com a propagação das doenças logo tratou de desestimular ajuntamentos.

A morte de tanta gente, entre outros problemas, trouxe para o posto um grupo de órfãos que a tribo em si não tinha condições e motivação para criar. Ainda segundo Ribeiro (1970: 313) "O pôsto foi obrigado a organizar um orfanato para criar e educar essas crianças, cujo número alcançava duas dezenas. Assim, ao lado da tribo, em íntima associação com ela, constituiu-se um grupo que viria a representar um papel capital em seu destino, porque teria oportunidade de assimilar mais profundamente os modos de fazer, de pensar e de sentir da sociedade em que a tribo era chamada a integrar-se".

Mas foi no seu sistema adaptativo que o grupo indígena sofreu o impacto mais violento. Hoerhan logo ao efetivar a atração dos Xokleng começou a ter problemas de verbas para manter o posto. Isto quer dizer dificuldades para adquirir e oferecer aos indígenas aquilo que durante toda a fase de "namoro", de "ceva", os grupos encarregados da atração dos Xokleng, numa repetição do que acontecia e acontece no resto do país, vinham dispondo. E, além das facas, machados, fazendas – deixados nos pontos de freqüência dos indígenas arredios –, agora Hoerhan necessitava também atender aos reclamos do estômago tribal. Eram necessários, portanto, alimentos para manter as quatro centenas de Xokleng na periferia do posto. E como os recursos eram escassos, a solução era oferecer ao indígena produtos oriundos das roças que o posto, desde sua instalação, costumava cultivar.

Inicialmente, os Xokleng tinham à sua disposição os produtos cultivados nas roças do posto pelos funcionários, trabalhadores e índios Kaingang trazidos do Paraná. Depois, eles começaram a participar coletivamente das lides agrícolas, numa atividade quase de recreio, pois ocorria em termos de imitação jocosa do que faziam os civilizados. De recreio, na verdade aprendizado, essas ações se transformaram em meio de sobrevivência, na medida em que os indígenas passaram a ser diretamente responsáveis por extensas roças coletivas. Hoerhan, arguto observador, utilizara em termos práticos todos os conhecimentos que possuía sobre o grupo, especialmente o que se referia ao trabalho, à propriedade e posse, aos amigos formais de caça e à noção prevalente do grupo sobre o indivíduo. O índio Aipom Kamlém assim narrou essa fase vivida pelo grupo (1):

(1) – Entrevista em 30/01/64.

"Eu era menino quando se deu a pacificação. Muitos índio ficaram doente e morreram. Minha mãe tinha dois maridos. Um morreu de gripe. Nos primeiro ano Eduardo amansava os índios. Ajudava os índio. Matava gado. Dava comida. Nos primeiro ano ninguém trabalhava. Depois, viam os trabalhador do Eduardo fazer roças e queriam imitar. Arreliavam. Eduardo um dia perguntou: "vocês são capazes de fazer aquilo?", e apontou para uma derrubada que os empregados do pôsto haviam feito. Os índio disseram que sim e daí começaram a trabalhá. Mas os índio saiam prá caçar; prá ir apanhá pinhão. Não estranhavam nada. Nós tudo trabalhava junto. Mas depois alguns índio quizeram fazer roça sòzinho. Aí correu a notícia que o Eduardo queria matar todos os índio. Daí a indiada não quiz mas trabalhá pro pôsto".

Não era possível, entretanto, impedir que os silvícolas entrassem em contato com representantes da sociedade regional, residentes nas vizinhanças da reserva. E quando isto ocorria, os Xokleng se viam frente ao sistema econômico peculiar à sociedade nacional, que enfatizava o trabalho individual e a propriedade privada. Nessa altura é que os indígenas devem ter sentido de modo concreto as diferenças que existiam entre o seu modo de usufruir bens e serviços, daquele peculiar aos civilizados. E como não encontravam nada em sua cultura que pudesse fazer frente ao "mundo" que os brancos estavam a lhes descortinar, acabaram achando que o trabalho coletivo não era bom, não era decente, não era civilizado. E se Eduardo incentivava esse tipo de trabalho era porque "ele queria ficar com tudo". A pressão do sistema econômico regional sobre os Xokleng foi de tal ordem que Hoerhan nos disse: "pretendi evitar que êles se acostumassem com dinheiro (...), mas não adiantou. Depois de certa época, êles procuravam as escondidas as vendas (...) e se submetiam a tudo para obter alguns trocados" (1).

Por volta do ano de 1925, o posto começou a mudar de orientação no controle das atividades econômicas mantidas pelos Xokleng. Passou a disciplinar apenas a comercialização dos excedentes produzidos pelas diversas famílias, em termos individuais. Dessa forma, os Xokleng não comercializavam seus produtos diretamente. Eles entregavam sua produção ao posto, que articulava a sua colocação no mercado regional. Com os

(1) – Depoimento de Eduardo Hoerhan, em 22/01/64.

recursos assim obtidos, o posto oferecia aos indígenas, quando necessário, assistência e auxílios, especialmente representados por medicamentos, alimentos e vestuário. Conforme já dissemos, em outro lugar (1970: 55/56), "No interior do grupo tribal, entretanto, essa mudança de orientação do PI significou o colapso da organização econômica tradicional. É que os Xokleng, como nômades-caçadores, baseavam sua economia no trabalho do grupo e não na atividade do indivíduo. O "grupo de caça" e o "chamado companheiro de caça" eram instituições que forneciam ao indivíduo maior segurança e enfatizavam a solidariedade grupal. Assim o produto de uma caçada não era do caçador. Êle o entregava a seu "companheiro de caça" que dividia primeiro com os integrantes de sua família, e, depois, se houvesse sobra, distribuia aos componentes da família do caçador. A propriedade individual era limitada à posse de bens enquanto êles tivessem utilização. No mais, os bens circulavam no grupo como propriedade coletiva (1). Agora, quando o pôsto passa a controlar a comercialização dos excedentes produzidos isoladamente pelas várias famílias e a fornecer assistência segundo as necessidades individuais, o modêlo econômico da sociedade regional começa efetivamente a atingir o grupo tribal (...). Êste era o único que permitia a aquisição de roupas, instrumentos de ferro, sal, armas de fogo. Não é de estranhar pois que os índios tenham feito sua opção e com ela tenham passado a repudiar as formas coletivas de trabalho que, de certo modo inteligente o PI desejou manter". Frente aos limites que o posto apresentava para realmente oferecer aos indígenas oportunidades de sobrevivência e aquisição dos bens que eles desejavam, e ao fato da reserva territorial não permitir a manutenção dos padrões adaptativos tradicionais, não poderia haver outra opção. Os indígenas agiram segundo um quadro de referências que somente lhes poderia levar ao engajamento no sistema econômico praticado pelos civilizados. Nessa situação, é importante a explicação de Hoerhan sobre essas mudanças, especialmente aquelas que caracterizavam, a sua derrota, e que demonstravam a sua impotência para controlar todo o processo de interação entre índios e brancos. Disse-nos o pacificador: "o primeiro responsável por não ter podido realizar o que eu desejava foi o SPI. O órgão estava sempre sem verbas e não havia organização suficiente para entender e atender a meus apêlos. Ao ocorrer a pacificação, a

(1) – Veja-se Henry, J. ob cit., 98.

falta de verbas já era um fato. E Rondon, ao elaborar mensagem ao congresso no ano de 1915, dizia que "apesar do serviço viver em extrema miséria, logrou pacificar os terríveis botocudos de Santa Catarina".

Os civilizados da região também foram responsáveis. Êles foram especialmente beneficiados com a pacificação, particularmente a Cia Hanseática de colonização, que era a proprietária de tôda a área. Nenhum dêsses civilizados ajudou quando eu estava sofrendo problemas decorrentes da falta de dinheiro. Uma vez, necessitando ir ao Rio de Janeiro, em busca de recursos para o PI, tive de pedir emprestado quinhentos mil réis ao diretor da Cia. Hanseática. E tive o pedido negado.

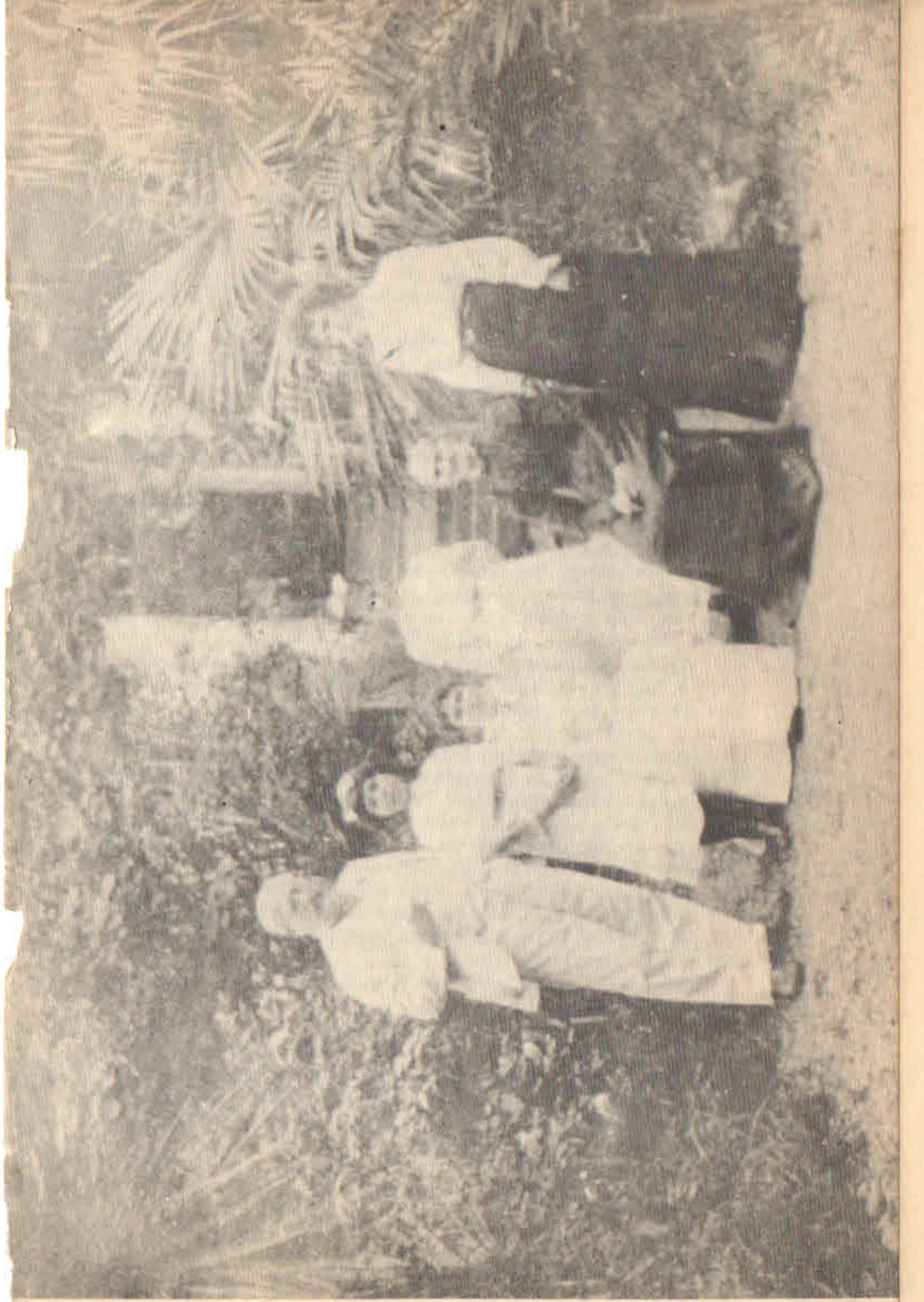
Por último, aponto os índios como refratários a conselhos bons e tendentes a procurar péssimo ambiente entre os civilizados. Por isso, apontavam-me como mentiroso e ladrão, porque às vêzes não tinha recursos para lhes atender e êles sempre ouviam mais os civilizados das vizinhanças da reserva, eternos fornecedores de cachaça aos índios (...)". (1).

Ao mesmo tempo em que ocorria a integração dos Xokleng na sociedade regional, Hoerhan ia tomando consciência de todo o complexo processo que é essa mudança. Os indígenas não somente o chamaram de mentiroso e ladrão. Chegaram a tê-lo na conta de inimigo. Simultaneamente, os integrantes da sociedade regional que de um modo ou outro tinham interesses sobre a reserva indígena e seu potencial natural e humano fizeram de Hoerhan o culpado de tudo que ocorria de mal no posto. Dessa maneira, o pacificador ficou marginalizado em todos os dois grupos, a que tanto procurara servir. Entende-se aí a frustração do pacificador. Frustração que o levou no ano de 1954 a ter participação na morte de um índio. Nesse ano, Hoerhan completou 40 anos de atividades junto aos Xokleng, à frente da administração do Posto indígena. Nesse ano e por aquele fato, Hoerhan foi destituído de suas funções e acabou marginalizado integralmente dentro do Serviço de Proteção aos Índios. A essa época, os Xokleng haviam definitivamente se tornado habitantes sedentários da reserva, no alto vale do Itajaí do Norte.

2. VÍTIMAS DE BUGREIROS E SEU DESTINO

Antes de se dar a pacificação dos Xokleng no Itajaí, alguns indígenas foram trazidos à força da floresta para testemunhar o

(1) – Depoimento de Eduardo Hoerhan, em 19/07/1965.



Maria Korikrã e a família Gensch. Reprodução de Gerlach.

sucesso das razias dos bugreiros. A maioria desses eram crianças. Depois de apresentadas pelos bugreiros como curiosidade às autoridades das colônias e ao povo, essas crianças foram distribuídas entre instituições de caridade e, ou, pessoas interessadas. Poucas conseguiram sobreviver e se acomodar aos padrões de cultura dos civilizados. Entre as que sobreviveram, algumas tiveram oportunidade de obter instrução e viver experiências particulares no "mundo dos brancos". Outras, passaram pela vida anonimamente, sendo lembradas apenas pelos moradores contemporâneos da fazenda ou vila onde viveram. Sobre os primeiros, existem alguns relatos interessantes e permitidores de uma visão do problema da integração individual de indígenas na sociedade nacional. Nas várias situações podemos verificar que a marca de origem, a vinculação genética a um grupo indígena, devia constantemente servir para humilhar, submeter e "gozar" o indivíduo. Assim ele passava a esconder sua origem, renegando os seus ancestrais que continuavam na floresta, ou se convencia de que sua origem diferente era um estigma que o fazia ruim, mau, bêbado, mentiroso e malandro. Nas duas situações era sempre um marginal.

Um dos casos melhor conhecidos e sobre os quais existe boa documentação é o referente à índia Korikrã, que foi entregue ao Dr. Hugo Gensch, médico de Blumenau. Korikrã, recebeu o nome de Maria Gensch e seu pai adotivo publicou monografia (1) a respeito de sua educação, incluindo alguns vocábulos da língua Xokleng por ela relatados, que ao ser aprisionada tinha mais ou menos 12 anos. Em depoimento a Darcy Ribeiro (1970: 398/99), Hoerhan contou que Maria Korikrã morreu aos 42 anos de tuberculose. Falava alemão e francês e, quando o pacificador tentava obter elementos para facilitar a atração dos Xokleng, ela negou-se a falar de tudo que se relacionava com os indígenas, seus ancestrais, pais e parentes. No ano de 1918, surgiu a oportunidade de Korikrã entrar em contato com seus pais: contato desejado por seu pai adotivo. Hoerhan levou parte do grupo a Ibirama, para um encontro com o governador do Estado, e o Dr. Hugo Gensch deslocou-se com sua mulher e filha adotiva de Blumenau para a sede daquela colônia. Ribeiro, (1970: 399/400), baseado no depoimento de Hoerhan assim narra o episódio: "Depois de muita espera chegou a manhã do encontro. Eduardo dis-

(1) – Gensch, Hugo, Die Erziehrung eines Indianerkindes, Praktischer Beitrag zur Lösung der südamerikanischen Indianerfrage 1908, Berlim.

pôs os índios, colocando à frente o pai de Korikrã, o mais prestigioso líder Xokleng, uma tia, irmã de sua mãe, e três irmãos, recomendando que tratassem bem os visitantes e, sobretudo, que não os rodeassem o tempo todo. Depois, foi buscar o Dr. Gensch, sua ilustre espôsa e Maria, trazendo-os morro acima ao encontro dos índios. Logo que viram o grupo que subiam, correram a seu encontro, estacaram a pequena distância perguntando quem eram aquêles.

Eduardo explicou que o velho era o pai adotivo de Maria, que a criara com o carinho que já contara. E Maria, perguntaram, chamando-a naturalmente Korikrã, seu nome tribal, pois não a reconheciam naquela figura esguia, vestida numa blusa elegante, saia bem talhada e com a cabeleira elegantemente arranjada num chapéu. Eduardo a indicou. Os índios observaram-na um instante e avançaram para ela, apalpando-a, incrédulos. Logo alguém se lembrou de procurar a marca tribal, cicatriz de duas incisões feitas na perna esquerda das mulheres, logo abaixo da rótula. Levantaram a saia da moça para procurá-la. Enquanto isto, outros lhe arrancavam a blusa, o pai tirava o chapéu e desmanchava o penteado, tentando refazer a imagem da filha tão cedo arrancada de seu convívio, naquela mocinha estranha e apavorada.

Alguém encontrou a marca tribal e todos se agacharam para ver: kó, kó, – aqui, aqui está. E riscavam os botoques nos joelhos da moça ao examinar-lhe mais detidamente a sigla. Outra cicatriz produzida por ferimento numa queda, quando criança, foi encontrada no braço, e, então, já não havia dúvidas, era ela. O pai tomou entre as manoplas a cabeça de Maria, para obrigá-la a encará-lo e perguntou: "Você não me reconhece? Eu sou seu pai". Maria não era só pavor, era mais asco que mêdo. Beiços pregados não dizia palavra, e o velho implorava e ordenava: "fala, você me entende? Fala, fala se me reconhece". Dr. Gensch, transido de mêdo, tanto temia pela própria sorte como pela da pupila. A mãe adotiva esgueirava-se horrorizada. Aí o velho cacique larga a cabeça de Maria com um safanão, afasta-se, olha a filha com ódio e diz:

–"Eu estou vendo, você tem nojo de mim, tem nojo de tôda a sua gente".

Exibe as manoplas enormes e diz:

"estas mãos a carregaram muitas vêzes; estas mãos levantaram êste corpo, pinheiro acima, para colhêr pinhões que você comeu. Estas minhas mãos me alçaram a muitas árvores para tirar o mel que você comeu; o mel, você entende, mel, mel, que desceu por sua garganta adentro, aqui" –

e passava violentamente a mão pelo pescoço de Maria, sempre enojada.

O velho segura a tia de Maria, toma um seio dela nas mãos e diz: – "vê, êstes seios te alimentaram, êstes braços te sustentaram". E o ódio e o asco sobem também no velho; Aproxima-se da filha, empurra-a violentamente e voltando-se para Eduardo, diz: – "Ela não vale mais nada para nós. Mas para você ela serve ainda. Toma-a, leve-a para sua casa branca (a sede do Pôsto) e emprenhe-a muitas vêzes. Ela não presta para nós, mas para você ainda presta".

Mesmo que se admita o romantismo relativamente exagerado do pacificador, o drama vivido por Maria Korikrã foi bastante doloroso. Mas não foi o único. O historiador José Ferreira da Silva, responsável pela organização e divulgação de farta documentação referente ao vale do Itajaí, há pouco obteve elementos a respeito da vida de uma outra índia. Elementos de tal maneira trágicos que ele preferiu esconder certos detalhes dos documentos que consultou, especialmente os nomes dos personagens diretamente envolvidos. Narra José Ferreira da Silva sobre a índia "Wat": (1). "O casal FF. adotou uma das bugrinhas que foram apanhadas em uma batida, dada por Martinho Bugreiro, em 1900 e tantos.

Essa menina, que era filha do cacique Kam-Rem, foi tratada com todo o carinho. Deram-lhe instrução e educação esmeradas. Chamavam-na Wat. Isso porque, em casa dos FF. só se falava alemão e à menina também foi ensinado êsse idioma. Mas, nem sempre, ou quase sempre, não entendendo bem o que lhe diziam, a menina perguntava, pronunciando mal a palavra alemã, por um natural defeito de dicção. "Was? (que quer dizer: Que?, o que?).

Wat cresceu como se fôra da família, cercada dos mesmos cuidados que o casal dispensava aos próprios filhos, que eram muitos.

Quando ela já estava mocinha os FF. mandaram ensinar-lhe corte e costura, completando-lhe, assim, o ensino de prendas domésticas.

Para tanto, arranjaram-lhe uma professôra que residia em Itoupava Sêca. Para que ela fôsse, nos dias das lições, até Itoupava, distante alguns quilômetros da residência dos FF., êsses mandavam-na de carro de mola.

Tudo foi bem, até que um dia, em que havia chovido muito,

(1) – 1970: 231/32

deixando a estrada para Itoupava em mau estado, lamacenta e escorregadia. Wat não regressou na hora prevista. Da expectativa, a família passou ao sobressalto. Imaginaram-se mil coisas que poderiam ter sucedido à pupila índia. Esperaram até a noite, até o dia e os dias seguintes. Sairam à procura da bugrinha, mandaram emissários, fizeram indagações e nada! Passaram-se semanas e meses e perdurava o mistério.

Até que um dia FF. recebem notícias de que a pupila encontrava-se em Joinville, hospedada em uma casa de prostituição entregue à degradante profissão.

FF. dispuzeram-se a ir buscá-la, fazê-la retornar a Blumenau, mas amigos mais experimentados e mais prudentes dissuadiram-os disso. Prostituída, Wat encheu-se de moléstias venéreas, reduzida a um estado lamentável que, os que ali, a exploravam, viram-se na contingência de expulsá-la do bordel.

Aconteceu que um médico alemão, que se encontrava em Joinville, apiedou-se dela e assentou de tratá-la; no que pôs todo empenho e tôda a sua experiência. Cuidou dela, medicou-a, curou-a depois de vários meses de tratamento.

Depois, entregou-a aos cuidados da família do Cônsul Inglês em São Francisco do Sul, em casa de quem ela encontrou, igualmente, muito afeto e compreensão.

Aconteceu, entretanto, que aportou a São Francisco, pouco depois um navio da marinha de guerra brasileira, com uma equipagem de mais de uma centena de marinheiros. Numa de suas idas à terra, um sub-oficial, passando pela rua em que morava o Cônsul, viu a índia à janela. Voltou uma, duas, três vêzes. Impressionou-se com a figura da moça. Depois de algumas tentativas fracassadas conseguiu, afinal, falar com ela e concertaram amaziar-se. A belonave seguiria ainda para o sul, mas por ocasião do seu regresso, o apaixonado sub-oficial deixaria passagem para que a índia seguisse para o Rio de Janeiro, num dos navios do Loide Brasileiro.

Assim aconteceu e, na então capital da República, os dois passaram a viver juntos.

Depois de meses de vida em comum, o sub-oficial foi forçado, pela própria condição de marinheiro, a participar da viagem do seu navio ao exterior. Antes que o navio deixasse o Rio, o apaixonado marujo encarregou três amigos de vigiarem o comportamento da amante e partiu cheio de saudades.

Ao ver-se de regresso ao Rio, ansioso por estreitar nos braços a companheira, o marujo procurou, antes saber dos seus amigos o resultado a que haviam chegado no acompanhar os passos da amante índia.

De princípio, os amigos procuraram contornar a situação com evasivas e informações dúbias, que não afirmavam nada, mas também nada negavam. Um dêles, porém, mais positivo, resolveu pôr as coisas em pratos limpos e disse, francamente, ao marujo, que o comportamento da índia, durante sua ausência, fôra o pior possível e que ela o enganava sempre que encontrava oportunidade.

Furioso, o amante ludibriado, armado de uma peixeira, partiu para a casa da índia, disposto a lavar com o sangue da perversa o vexame a que o submetera. Prevendo isso entretanto, os amigos conseguiram, a muito custo, tirar da cabeça do marinheiro os seus trágicos desígnios.

Mas êle nunca mais voltou à casa da amásia, abandonando-a.

E ela voltou para a zona do meretrício.

Anos depois a família FF. recebeu uma carta, que alguém ainda tem em seu poder, cedida que lhe foi pelos destinatários.

Nessa carta escrita em alemão, comovente, profundamente triste a moça índia comunica que está num leito da quarta enfermaria da Santa Casa de Misericórdia à espera de que a morte a livre dos sofrimentos por quê as moléstias, com que se contaminara, a faziam passar. Agradecia, comovidamente, o bem que FF. lhe fizeram, criando-a e educando-a e pedindo-lhes perdão pelos desgostos e amarguras que as suas loucuras lhes haviam causado.

Wat morreu miseràvelmente, naquele nosocômio e foi sepultada como indigente".

Uma terceira índia teve destino bastante diverso. Essa personagem viveu em Blumenau com marido, filhos e netos. Chamava-se Benedita Inglat. Benedita foi entregue por bugreiros ao Dr. Wiegand Engelke, médico residente em Joinville, que mais tarde transferiu residência para Blumenau. Segundo Ferreira da Silva (1960: 229/30) quando a menina completou 7 anos, o Dr. Engelke e sua esposa deram-lhe um missal, em cujas páginas finais escreveram a história de sua vinda para a sua companhia. O documento diz o seguinte (1):

"À nossa querida filha Benta.

A 18 de agôsto de 1883, apareceram muitos índios selvagens, da raça dos botocudos (também denominados "bugres"), a quinze quilômetros a noroeste de São Bento, em uma roça situa-

(1) – Cf. tradução de Ferreira da Silva, do original em alemão.

da entre os rios São Bento e Negrinho, de propriedade do brasileiro Manoel dos Santos Siqueira e começaram a apanhar milho verde. O dono da roça, acompanhado dos seus empregados e vizinhos, atacou os selvagens, tendo, ao que consta, matado 28 e pegaram três crianças botocudas, um menino de, mais ou menos, 8 anos, uma menina de 6 e uma outra de 2 anos. Foi o próprio Manoel dos Santos Siqueira quem pegou a mais nova, quando esta, ao fugir, tropeçou e caiu. Na mesma ocasião, êle arrecadara um arco e uma flecha.

Êsses três pequenos índios, foram entregues ao sub-delegado do distrito, Francisco Antônio Maximiano, que os mandou vestir e dar-lhes agasalho.

Pouco depois, o presidente da província determinou que as três crianças fôssem mandadas para Destêrro. Elas já haviam sido trazidas em carroça, até Joinville, pelo oficial de Justiça, quando o juiz de órfãos, Primitivo Gomes de Souza Miranda conseguiu, em virtude de uma calorosa representação nossa, fôsse revogada a decisão do presidente.

O rapaz, que no batismo, recebera o nome de Antônio, foi entregue ao sr. Antônio Sinke, (em casa de quem, em Campo Alegre, morreu a 24 de junho de 1887). A menina mais velha, Estefânia, foi entregue a Von Lasperg e a mais nova foi confiada à nossa guarda.

Era o dia 31 de agôsto de 1883, antes do meio dia, quando o referido juiz de órfãos, mandou-nos a criança por intermédio do já falecido Frederico Jordan.

Ela tinha então, 68 centímetros de altura, magra, com os cabelos cortados curto e 19 dentes; estava com uma forte diarréia. Calculamos a sua idade em dois anos e cinco meses e fixamos, como data do seu nascimento, o dia 31 de março de 1881.

Quando mamãe (a espôsa do médico) tomou a criança, pela primeira vez nos braços, esta mostrou-se muito irritada e inquieta; gritava e debatia-se terrìvelmente. Mamãe, porém, entrou com ela em casa e pô-la diante de um grande espêlho, o que a sossegou, quase que repentinamente. Naturalmente a criança não possuia noção do uso de colher, de escova de dentes, de pente, de banho; gostava, porém da limpeza e tinha o instinto da ordem.

Nos dias seguintes ela aprendeu a dizer "papa" e "mama" e não tinham, ainda decorrido quatro semanas e ela já conseguia expressar alguns pensamentos em língua alemã; no idioma dos botocudos, porém, ela então e até agora não deixou escapar uma única sílaba, embora, segundo tôdas as probabilidades, já sou-

besse falar.

A 13 de dezembro de 1883, às 8 horas da manhã, depois da santa missa, a menina foi batizada pelo nosso amigo, o vigário Padre Carlos Boegershausen, na nossa matriz, em festiva solenidade. Eu e a querida espôsa Sofia fomos os seus padrinhos e recebeu, na ocasião, o nome de "Benedita", ou, abreviadamente "Benta".

A 18 de dezembro de 1885, Benta foi crismada pelo reverendo Padre João Maria Cybeo, sendo-lhe madrinha de Crisma a tia Helena.

O que falta para completar esta história, a querida Benta poderá contar pessoalmente.

Para que a nossa querida filha Benedita permaneça, por tôda a sua vida, tão gentil, tão boa, tão aplicada e tão piedosa, como até aqui, são os nosso votos no seu aniversário, pois, festejamos, hoje, o seu 7º ano de vida.

Dos seus sinceros pais
Dr. Wiegand Engelke e
Sofia Engelke, nata Graf.

Joinville, 31 de março de 1888, no sábado de Páscoa"

Entre os rapazes aprisionados, dois deles tiveram registros detalhados sobre sua educação e encaminhamento na sociedade envolvente. Francisco Cogogn Topp foi tutelado do Monsenhor Francisco Topp. Recebeu educação dos jesuítas de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, e destinava-se à carreira eclesiástica. Narra Francisco Schaden (1946), entretanto que "durante uma viágem à Europa, em companhia do Monsenhor Topp, Cogogn, que já chegara à idade adulta, apaixonou-se, no vapor, pela filha dum rico fazendeiro gaucho. Mais tarde, se casou com a jovem e tornou-se escrivão distrital no Rio Grande do Sul (...) (1).

O outro rapaz chamava-se Pedro Andiro Nuclé. Foi aluno do Colégio Catarinense e dele vários informantes se lembram. Oswaldo Cabral recorda que Nuclé era temido pela força de seus punhos. No Colégio Catarinense logramos levantar a sua ficha escolar, de onde extraímos os seguintes dados: "1906, primeiro curso preliminar – média final 5;

(1) – Schaden esclarece que deve "esta informação a Dona Dina, a velha cozinheira do Monsenhor, que aliás, se mostrava profundamente revoltada pelo fato de Cogogn não ter correspondido à expectativa do Monsenhor".

1907, frequência a curso preliminar, secção superior (não há média na ficha).
1908, frequência ao segundo curso preliminar;
1909, frequência ao 1º ginasial;
1910, 2º ginasial;
1911, repete o 2º ginasial;
1912, frequência ao 3º ginasial;
1913, 4º ginasial;
1914, 5º ginasial."

Com base em relatos feitos por esse índio, o Pe. Joaquim da Silva Tavares publicou um ligeiro ensaio sobre "Os Botocudos de Sta. Catharina" (1). Nele se esclarece que Pedro foi apanhado nas imediações de Angelina, com mais ou menos 8 anos de idade. Isto ocorreu no ano de 1905. Pedro foi solenemente batizado na Catedral Metropolitana, em Florianópolis, tendo como padrinhos o Cel. Vidal Ramos Jr. e sua esposa, durante uma cerimônia em que outras quatro crianças Xokleng eram incorporadas ritualmente à civilização cristã. (2). Não logramos, entretanto, obter indicações sobre o destino desse índio, a não ser que em determinado instante e ainda sob orientação dos jesuítas ele se mudou para o Rio Grande do Sul.

Levantamos dados sobre outros Xokleng. No Colégio Sagrada Família, em Blumenau, encontramos em julho de 1963 a índia Ana Waldheim. Mulher com mais ou menos 65 anos, sempre sofreu de um distúrbio psíquico, responsável por sua identificação entre as alunas do Colégio como a "Ana tôla". Segundo relato constante dos arquivos do estabelecimento, em "novembro de 1905 foram recebidos pelo Colégio 14 índios – 12 crianças e 2 mulheres, apreendidos pelos bugreiros num de seus ataques. Havia constantes tentativas de fuga por parte dos índios e por sua vez as irmãs providenciaram o imediato batismo das crianças, que mais tarde foram levadas por seus padrinhos.

Em 29 de dezembro de 1906 chegaram 2 mulheres e 8 crianças, dos quais a única a ficar no Colégio foi Ana. As mulheres lograram fugir (...)".

Ana ficou no Colégio porque nenhuma família a quis receber. Ela já apresentava um comportamento excepcional. Perma-

(1) – In Brotéria, série de Vulgarização Scientifica, Vol. X., Fasc. IV, Braga, 1912: 227/86.
(2) – Veja-se o "Pharol", Itajaí, 4/2/1905.

neceu ali colaborando em serviços domésticos e rindo bastante quando alguém lhe dirigia algumas palavras, mesmo que essas fossem destinadas a ridicularizá-la.

No município de Araranguá, no sul do Estado, obtivemos informações (1) a respeito da índia Anita Brasileira. Ela foi criada na casa do coronel Apolinário Pereira, primeiro chefe político da região. Tornou-se professora e atuava numa escola isolada das vizinhanças da cidade. Conversava muito bem e todos a tinham na conta de boa professora. Morreu na década de cinqüenta.

As demais informações atingem em regra índios que viveram em fazendas e pequenas vilas. Elas, entretanto, são precárias. Indicam a presença de "um bugre no alto da serra (São Joaquim-SCS) que para laçar e campear era exímio"; falam de um índio no Araranguá "que morreu moço, gostava de trabalhar, era forte, mas um tanto abrutalhado, desconfiado e viciado na bebida"; referem-se a índios criados por fazendeiros nos campos de Lages e por agricultores na região do Imaruí (2).

Como se vê, poucas foram as crianças Xokleng que lograram chegar à idade adulta e deixar alguma referência sobre suas vidas e acomodação à sociedade nacional. É compreensível isto. Além de todos os problemas decorrentes da falta de resistência para as doenças comuns dos brancos; das dificuldades imediatas de aceitar os padrões de alimentação e de vida sedentária dos civilizados; da superação dos traumas psicológicos causados durante a bárbara razia cometida pelos bugreiros e da qual os personagens em questão sobreviveram; há a considerar todos os problemas decorrentes da vinculação a um grupo odiado, um grupo inimigo. Isto fez de muitos desses infelizes personagens eternos bodes expiatórios e permanentes alvos de chacota e "gozação" para adultos e crianças civilizados.

Os jornais da época trataram do assunto, emitindo opiniões

(1) – Depoimento de Sr. Andreas Hubbe, Araranguá, 29/4/63.

(2) – O caso de "Das Gregório", índio que foi aprisionado por bugreiros e educado por padres em Blumenau e que morreu em Ibirama, no PI Duque de Caxias, é bastante referido. Contudo, tanto a bibliografia, como informações obtidas diretamente, apontam "Das Gregório" como guarani. O fato é que ao tornar-se adulto, "Das Gregório" não se adaptou a vida na Cidade de Blumenau. Hoerhan o abrigou no PI, mas êle era viciado na bebida. Morreu após ter sido surrado por índios do PI por haver insultado a mulher de Hoerhan. Segundo as informações disponíveis, a morte foi acidental, uma vez que o índio sofria do coração (Veja-se, Schaden, Francisco, 1946).

e levantando problemas a respeito da aceitação e educação de crianças Xokleng entre os civilizados. O Novidades, editado em Itajaí, de 23/6/1907, diz "Àquelles que criam filhos de bugres como se fôssem seus próprios, deve se fazer uma vez a pergunta se casariam suas filhas com os rapazes botocudos ou consentiriam ligar seus filhos com moças de origem de coroados. Aqui devia-se em tempo levantar uma barreira insuperável. É de se esperar que cada qual concorde que a mistura de sangue indiano deverá rebaixar os teuto-brazileiros. Deve-se também ficar entendido a respeito que estes filhos de bugres são um acrescimo de população que não é absolutamente desejável e que não traz vantagem alguma para o Estado (...)".

No ano de 1908, no seu número 200, o Novidades volta a abordar o assunto, dizendo "(...) Nas correrias contra os bugres foram apanhadas muitas crianças, das quaes o govêrno deu para crear e educar, parte a congregações religiosas, parte a famílias alemães e brazileiras. A maior parte d'estas famílias, porém, parece que não comprehenderam como e para que os filhos dos índios devem ser criados. Evidentemente só para uma posição de servente a qual corresponde ao caráter subalterno da raça a que elles pertencem (...)

Não falta occasião em Blumenau de ver-se como as crianças aprisionadas de bugres, rapazes e raparigas, são educadas e tratadas com mimo. Enfeitam-os como se fossem filhos de senhores, e os deixam até tomar parte em festas de crianças.

Um filho de botocudo ou coroado que ostenta meias e sapatos não se persuadirá que é alguma cousa melhor do que um filho de colono que anda descalço? (...)".

Dessa forma, compreende-se definitivamente que no "mundo dos brancos" não havia lugar para índios. E mesmo o esforço, a dedicação e o carinho dados por algumas famílias para assegurar condições de sobrevivência e educação para umas poucas crianças indígenas, foram insuficientes para mudar essa verdade.

3. TERRAS PARA OS ÍNDIOS SOBREVIVENTES

Efetivada a pacificação dos Xokleng no alto vale do Itajaí do Norte e no rio dos Pardos, necessária se tornou a fixação de áreas territoriais onde os indígenas pudessem se estabelecer. Essas áreas permitiriam simultâneamente o confinamento e o "amansamento" dos silvícolas, de maneira que os civilizados das vizinhanças logo se libertavam da insegurança em que viviam. Os indígenas, depois de atraídos, tinham que se sujeitar a viver limitados ao território sob controle do Posto e dele não

podiam afastar-se sem autorização expressa dos funcionários.

A tranqüilidade que os brancos desejavam obter, efetivada a pacificação no Itajaí, obrigava a cessão de um território para o aldeamento dos indígenas. Isto, entretanto, não foi fácil obter. Ao tempo ainda dos serviços de atração, a Companhia Hanseática havia cedido 3.000 hectares de terras de sua concessão para fixação dos silvícolas. Essas terras estavam localizadas na região do Taió, onde a empresa pretendia instalar uma colônia integrada por brasileiros. Segundo Deeke (1967: 125) "ela doara as terras com o intuito de que nelas fôsse fundada uma colônia nacional nas partes mais longínquas da concessão para acabar com o perigo que o indígena representava. Ela não tinha o mínimo interêsse em trazer êsses indígenas mais para perto".

A pacificação realizada por Hoerhan, entretanto, ocorreu às margens do Plate, quase junto à sua confluência com o Itajaí do Norte. Ali o SPI instalara um posto de atração. E foi ali que os indígenas começaram a ser "amansados". Como esse local situava-se ao fundo do Vale do Itajaí, quando este esbarra com as escarpas da serra Geral, que forma a borda do planalto, e porque a frente pioneira estava preocupada em desbravar as terras próximas ao núcleo de Ibirama, não houve interesse imediato de liberar essa área. O local tinha como acesso apenas o rio Itajaí do Norte. Os indígenas foram dessa forma se habituando ao território que integrava a concessão da empresa colonizadora.

Com o passar dos anos, o posto de atração transformou-se em posto indígena. Tornou-se imperiosa a fixação do território que deveria garantir condições de sobrevivência aos silvícolas. O Serviço de Proteção aos Índios, especialmente através de Eduardo Hoerhan, várias vezes fez sentir ao governo estadual a necessidade de estabelecer em definitivo tal território. Entretanto, somente em 1926 o governo do Estado de Santa Catarina decidiu que os Xokleng ficariam definitivamente aldeados na área do Plate/Itajaí do Norte. A companhia Hanseática de Colonização teve de abrir mão de parte de sua concessão, quando o governo assinou o Decreto nº 15, de 3 de abril de 1926. Dizia o documento: "O Coronel Doutor Antônio Vicente Bulcão Vianna, Presidente do Congresso Representativo no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista a necessidade de salvaguardar os interêsses dos indígenas aldeiados no valle do Rio Plate, Distrito de Hammonia, Município de Blumenau,

DECRETA

Art. 1 – Fica reservado para usofruto dos indígenas aldeia-

dos no valle do Rio Plate, Distrito de Hammonia, Município de Blumenau, o território comprehendido dentro do perímetro abaixo descrito:

"Partindo do marco da medição das terras sob n. 1701, na linha colonial rio Itajahy Hercílio, collocado no travessão dos lótes do rio Dollmann, pelo mesmo travessão até o marco de canto entre os lótes 1713 e 1714, pelo travessão dos fundos da linha colonial acima referida até o último marco do canto do lóte n. 1725, dahi, com o mesmo rumo anterior até encontrar o rio da Prata e pelo curso dêste rio até sua confluência com o rio Itajahy Hercílio, por êste rio abaixo até a sua barra com o rio Deneke, dêste ponto, com rumo leste verdadeiro, até encontrar a linha do perímetro da medição da Empreza Colonizadora Bona e Cia. e, pelas divisas das terras medidas para esta Empreza, até encontrar o travessão, dos lotes da linha colonial do rio Weigand, e por êste travessão até o marco do lóte 1201, colocado a margem esquerda do rio Itajahy Hercílio, pela linha lateral Norte dêste lóte até encontrar novamente o rio Itajahy Hercílio e, por êste rio acima, até o marco do lóte medido sob número 1701, na margem direita do dito rio e dahi, pela linha divisória do mesmo lóte até o marco já descripto como ponto de partida.

Art. 2 – O Govêrno do Estado, entrará opportunamente em acôrdo com os proprietários de terras, por ventura, ficarem encravadas dentro perímetro descripto no artigo anterior.

Art. 3 – Nenhuma medição poderá ser efetuada no valle do Alto Itajahy Hercílio, antes de ser concluída definitivamente a medição das terras a que se refere o presente Decreto.

Art. 4 – Os processos das medições já effetuadas, mas ainda não legalizadas e que se refiram a concessões feitas dentro da área reservada pelo presente Decreto não podendo ter andamento sem o "Visto" da Inspetoria Geral do Patrimônio do Estado.

Palácio do Govêrno em Florianópolis, 3 de abril de 1926.

(a) Antônio Vicente Bulcão Vianna"

Estabelecida a área que os Xokleng do Itajaí deveriam usufruir, eram necessários procedimentos práticos a fim de estabelecer a sua delimitação definitiva. O Serviço de Proteção aos Índios, entretanto, andava sempre escasso de recursos financeiros. Na área do governo estadual interesses vários também desmotivaram qualquer iniciativa. Dessa maneira, a área fixada pelo Decreto de 1926 jamais foi delimitada.

O seguinte expediente da sociedade colonizadora Hanseá-

tica é bastante elucidativo:

"Hamonia, em 24 de julho de 1935.

Exmo. Sr. Governador do Estado de Santa Catarina

A SOCIEDADE COLONIZADORA HANSEÁTICA LTDA, em Hamburgo, com séde na vila de Hamonia, no município do mesmo nome, pôr seu diretor infra-assinado, vem respeitosamente perante V. Excia, expôr e solicitar o seguinte:

Pôr decreto de 3 de abril de 1926, sob nº. 15, foi desapropriada a esta Sociedade, pôr utilidade pública, para usofruto dos indígenas aldeiados no vale do Rio Plate, uma área de terras com 4.143 hectares ou sejam 41.430,000 m2, com as confrontações indicadas no art. 1º do supra mencionado decreto, ficando, como é obvio, o Govêrno do Estado de entrar oportunamente em acôrdo com a Sociedade, quanto á indenização a que têm direito. Quando pouco depois de publicado o decreto de desapropriação, em 23 de junho e 12 de agosto de 1926, se realizaram respectivamente em Hamonia e Itaiopolis, as audiências a que presidio o então Inspetor Geral do Patrimônio do Estado, para entendimento sôbre a medição da área desapropriada, entrou o então procurador desta Sociedade com um memorandum em que, expostos os fatos, pedia uma indenização justa, que satisfizesse a ambas as partes, assegurando-se a Sociedade, que as razões pôr ela apresentadas, seriam tomadas em consideração, para uma solução equitativa do pedido.

Durante dois anos, aguardou-se solução que não veio, não obstante haver no relatório de 10 de fevereiro de 1927, o então diretor desta Sociedade Sr. José Deeke, apelado para o então Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, no sentido de se pronunciar a respeito de seu anterior requerimento.

Assim em 3 de março de 1928, encaminhou o Snr. José Deeke, ao Dr. Henrique Fontes, naquela época Secretário da Fazenda, novo pedido reforçado pôr um requerimento dirigido ao Diretor de Terras e Colonização, Snr. Caetano Deeke, solicitando providências no sentido de ser resolvida a pretenção desta Sociedade. Infelismente ambos os requerimentos tiveram o destino dos já anteriormente enviados.

Sem desanimar, persistente no seu proposito, porque a Sociedade que ora vem ante V.Excia, não reclama um favor, senão um direito que lhe é segurado, oficiou o signatario da presente, em 18 de fevereiro de 1931 ao Interventor Federal neste Estado,

General Ptolomeu de Assis Brasil, historiando minuciosamente os passos até então dados e pedindo os seus ofícios, para uma solução pronta e justa do caso.

Em 12 de maio de 1932, foi esta Sociedade informada pôr ofício da Diretoria de Terras e Colonização, que a questão sobre que pleiteava, estava em mãos do Procurador Geral do Estado, afim de que este imitisse o seu parecer a respeito. Esse ofício, foi a última nota oficial a respeito.

Como vê V.Excia., não obstante os contínuos esforços desta Sociedade, não lhe foi possivel até hoje resolver o seu caso. A bôa vontade dos Govêrnos, não passava das promessas e nestas morria.

No entanto, nada mais se pede que um direito, assegurado pela Constituição Federal de 16 de julho do ano p. passado, em seu art. 133 nº 17, transplantação da disposição identica da Constituição de 91 e regulado pelas leis adjetivas brasileiras.

Mais uma vês pois, torna a Sociedade Colonizadora Hanseática Ltda., á presença do Govêrno de Santa Catarina, solicitando a sua atenção para o direito que lhe assiste quanto á indenização da área que lhe foi desapropriada; pronta a enviar á esse Govêrno a sua proposta quando esta lhe fôr solicitada, está certa, agora de obter do espirito juridico e esclarecido de V.Excia., dentro das normas da equidade e da justiça, uma solução definitiva desta questão, que se vêm arrastando penosamente atravez os anos.

Aproveitando o ensejo para reiterar a V.Excia. os meus protestos de estima e consideração, subscreve

SOCIEDADE COLONIZADORA HANSEÁTICA"

A região do Vale do Itajaí foi colonizada por uma frente pioneira que fundamentava sua atividade econômica na exploração da pequena propriedade agrícola. Dessa maneira, a frente avançava lentamente sobre as áreas inexploradas na medida em que de uma geração para outra novos lotes fossem requeridos para a instalação das famílias que se formavam. O movimento da frente era lento, mas contínuo. Não é de se estranhar, pois, que ao passar do tempo, a frente foi se aproximando da área indígena. De Ibirama, subindo o rio Itajaí do Norte, os lotes coloniais foram se distribuindo, originando alguns povoados e forçando a abertura de caminhos vicinais. Esses caminhos na década de cinqüenta atingiam a entrada do Posto Indígena. Simultaneamente, da borda do planalto e cabeceiras do rio Negro, onde se estabeleceram principalmente núcleos coloniais formados por polo-

neses e alemães, houve um movimento de descida para as cabeceiras do Itajaí do Norte, e portanto em direção da reserva indígena. A reserva passou a ser assim pressionada por duas faces do mesmo movimento pioneiro. A face que subia o rio Itajaí do Norte teve pela frente a sede do posto indígena e especialmente o dinamismo de Eduardo Hoerhan, de maneira que ao chegar aos limites do posto passou a contorná-lo. A face que descia o Itajaí ao Norte, atingindo a área indígena pelos fundos, não encontrou obstáculo. A região era apenas visitada pelos indígenas durante excursões de caça. Uma empresa interessada em negócios de madeira abriu uma estrada ligando Itaiópolis, sede municipal, ao rio da Prata, na altura de sua confluência com o Itajaí do Norte. Atrás da estrada e dos madeireiros, seguiram os colonos faltos de terras da região. E foram se instalando. A floresta virgem permitia algumas rendas com a derrubada de madeiras de lei e a roça de coivara garantia, juntamente com a caça, a refeição diária. Na década de cinqüenta boa parte da reserva indígena estava intrusada e como havia interesses significativos sobre os recursos florestais aí existentes, o governo de Santa Catarina provoçou um acordo com a 7ª Inspetoria do Serviço de Proteção aos Indios, sediada em Curitiba, para regularizar em definitivo o território indígena.

Em correspondência que recebemos do Inspetor, Sr. Dival José de Souza, entre outros constam os seguintes esclarecimentos (1): "Em 1952, em virtude de entendimentos levados a efeito pelo SPI, representado pelo Inspetor Deocleciano de Souza (...) e a Diretoria de Terras e Colonização dêsse Estado, ficou acordado que revertesse ao Estado a área assinalada (...), na aludida planta primitiva, o que foi feito com a finalidade de resolver a situação de intrusos nela existentes, ficando, então, para os índios, a outra restante. Como corolário dêsses entendimentos, foi expedido o ofício nº 141, de 5/11/52 pelo Sr. Diretor de Terras e Colonização, através do qual ficaram assentadas as bases definitivas das delimitações da área indígena. (...)

Após uma série de dificuldades burocráticas, falta de recursos, entraves outros de elementos que ambicionavam avançar nas terras dos botocudos, conseguiu-se, enfim, no ano de 1956, concretizar a medição e demarcação da área do PI Duque de Caxias" que acusou o total de 141.565.866 m2.

A medição da área em aprêço, foi efetuada, também, de co-

(1) – Carta datada de 19/10/1963. Arquivo do Autor.

mum acôrdo com a Diretoria de Terras e Colonização (...).

Vencida esta fase de obstáculos, sòmente, em 1959, houve possibilidade de organizar e encaminhar ao Senhor Governador do Estado os processos de medição dos dois Postos Indígenas – "Dr. Selistre de Campos" e "Duque de Caxias", – acompanhados dos respectivos requerimentos de expedição dos títulos definitivos (...).

Não fossem as artimanhas e as injunções sabotadoras dos que não perdem as esperanças de espoliarem nossos índios, tentando, solerte e sub-repticiamente, subverterem o direito, estariam aquêles indígenas usufruindo, tranquilamente, daquelas terras dos quais são os primários e naturais donos.

O SPI, cumpriu os compromissos assumidos com o Govêrno de Santa Catarina, não havendo, portanto, qualquer dúvida sôbre a legitimidade dessas áreas" (...)"

Essas informações nos foram prestadas quando a reserva indígena foi invadida por aproximadamente 300 colonos. Estávamos no ano de 1963. No Brasil inteiro falava-se de reforma agrária. Uma autoridade de Ibirama costumava dizer aos colonos faltos de terras: "vocês querem trabalhar e não têm terras; os índios não gostam de trabalhar e têm terras; agora o govêrno vai fazer reforma agrária e quem tem muita terra, dá prá quem não tem. Portanto, o certo é pegar a terra dos índios que é muita e que também é do govêrno" (1).

Em nome da reforma agrária e pretensamente interessados nos problemas da escassez de terras que muitos colonos viviam, autoridades e empresários haviam armado toda uma trama. Por ela, eles teriam assegurado a imediata exploração dos recursos florestais que existiam nas terras que viessem a ser tomadas pelos invasores da reserva indígena. E tal não ocorreu porque os Xokleng foram orientados para reagir à presença indevida dos civilizados na reserva pelos funcionários da 7ª Inspetoria do SPI. Entre os mecanismos que utilizaram nessa reação, os indígenas apelaram para uma greve, paralisando todas as atividades que vinham normalmente desenvolvendo; para uma visita em comitiva ao governo do Estado de Santa Catarina; e para a divulgação na imprensa e no rádio de suas apreensões quanto aos objetivos dos civilizados invasores. À vista de tudo isto, o governo estadual enviou um esquadrão da Polícia Militar a fim de

(1) – Segundo declarações de um informante. Essa autoridade era e é diretor presidente da maior empresa madeireira da região.

obrigar a saída dos invasores da área indígena (1).

Todos esses fatos ocorreram porque a reserva indígena não tinha ainda sido legalizada. O título definitivo de propriedade não havia sido expedido pelo governo estadual. Por isso, não faltava quem pretendesse avançar sobre o território que estava apenas "reservado" e ocupado pelos silvícolas. A situação somente se resolveu em 1965, quando foi inscrito no Registro de Imóveis de Ibirama a área em questão, conforme o documento seguinte: "Luiz Isolani, oficial privativo do Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei, etc...

Certifico que se acha inscrito no Registro de Imoveis desta Comarca de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no livro competente nº 3– I, e fôlhas 159, sob nº 21.150, na data de 26 de outubro de 1965, a seguinte transmissão:– uma área de terras com cento e quarenta e um milhões e quinhentos e sessenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e seis metros e oito decimetros quadrados (141.565.866,08 m2), com o perimetro total de cincoenta e quatro mil e oitocentos e cinco metros lineares (54.805,00 metros lineares), situada no local denominado Posto Indígena Duque de Caxias, Distrito de José Boiteux, Município e Comarca de Ibirama, confrontando ao norte com o rio Deneke, Wiegando Reichart, Pedro Romão de Castilho, Ayr S.E.Santos, Serafim e Aristides Miranda e terras devolutas; ao sul, com Eduardo Hoerhan, Rio Itajai-Hercílio, Sociedade Colonizadora Hanseática Ltda; ao Leste, com Irmãos Berri e Sociedade Colonizadora Hanseática Ltda; e ao oeste, com a Industria e Comercio de Madeiras S.A. e Sociedade Colonizadora Hanseática Ltda, pelo valor de quinhentos cruzeiros (Cr$ 500). Sendo Adquirinte Serviço de Proteção aos Indios, representando a tribo botocudos, e transmitentes Estados de Sta. Catarina (Instituto de Reforma Agrária do Estado de Sta. Catarina), tudo conforme o Titulo Definitivo, expedido aos 2 de outubro de 1965, e assinado pelo Presidente do Instituto de Reforma Agrária do Estado de Sta. Catarina. Registro anterior não consta. O referido é verdade e doi fé. Ibirama, em 26 de outubro de 1965 (..)"

É importante se compreender que através do título definitivo expedido pelo Governo de Santa Catarina, as terras eram ou-

(1) – Os detalhes desses fatos encontram-se nos seguintes artigos do autor: 1963, "A situação atual da reserva indígena Duque de Caxias", e 1966 (a). "Sôbre mudança cultural entre os índios Xokleng do vale do Itajaí".

torgadas à tribo. O SPI apenas servia como seu representante legal. Isto entretanto jamais fundamentou qualquer ação prática. O SPI, enquanto existiu, usou a reserva como quis. No entender da maioria dos funcionários do organismo, a terra era do Serviço e não dos índios. E através de preceito constitucional fixado na Carta de 1967, as terras ocupadas pelos silvícolas passaram a incluir os bens da União (1).

As terras que integram a reserva indígena de Ibirama situam-se no alto vale do Itajaí. O rio Itajaí do Norte corta a reserva, formando um estreito vale. O Plate, afluente do Itajaí do Norte, forma no interior da reserva um vale secundário. Nas margens desses rios situam-se as casas dos índios, dos funcionários e dos civilizados que por uma razão ou outra vivem na reserva. A área é bastante acidentada, com pontos onde as montanhas quase estrangulam o curso dos rios. A floresta sub-tropical domina tôda a área. O clima é quente e úmido no verão. No inverno as temperaturas caem bastante. Entretanto, o frio não chega nunca aos extremos comuns na "serra acima", no planalto. Raramente ocorre uma geada. O potencial natural da reserva, representado especialmente pela flora, tem enorme valor. As madeiras de lei, o palmito e o sossafrás são alguns itens deste potencial que há muito os integrantes da sociedade regional vêm tentando explorar. A área favorece também à agricultura. As terras do vale do Itajaí são consideradas como as melhores do Estado para a prática da agricultura.

No Rio dos Pardos, no toldo S. João dos Pobres, município de Matos Costa, onde João Serrano atraiu e aldeou os Xokleng arredios que perambulavam por toda a região do rio Negro e Palmas, a situação referente às terras necessárias à subsistência dos indígenas foi bastante pior. O local onde João Serrano instalou a sua sede de trabalhos foi por ele requerido ao governo de Santa Catarina, como terras devolutas. Ali Serrano instalou uma fazenda que, na década de cinqüenta, foi vendida para o

(1) — Art. 4º IV. No art. 198 da mesma Carta Constitucional se diz: "As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos têrmos que a lei federal determinar, a êles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de tôdas as utilidades nelas existentes. 1º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas. 2º A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio".

Sr. Alex Feigel, comerciante residente em Blumenau.

Sob o domínio do novo proprietário a fazenda tomou o nome de "Marianne". Segundo informações obtidas no local, os indígenas deveriam ocupar a margem esquerda do rio dos Pardos, defronte à sede da fazenda que se situava na margem direita. Mas todas essas terras bem como uma parte da margem direita, foram requeridas ao governo estadual pela Empresa Colonizadora H. Hacker e Cia., que procedeu a divisão em lotes coloniais e iniciou a sua venda. Os índios passaram então a ocupar os lotes números 231 e 232, com a área de 268.000 m2, localizados na margem direita do rio dos Pardos e fazendo extrema com a fazenda Marianne. A empresa deixou-os ali, mas não regularizou a propriedade que reconhecia. Os indígenas, liderados por Sebastião Pereira, tentaram legalizar as terras. Contrataram um agrimensor para efetuar as medições, mas não chegaram a requerer a área pretendida. Foram dissuadidos pela informação de que "índio não pode requerer nada ao govêrno".

A 7ª Inspetoria do SPI em Curitiba foi instada a intervir na questão, sem nada efetivar. Pessoalmente, quando em 1964 realizamos pesquisa de campo nesse toldo, tivemos oportunidade de dirigir à Inspetoria expediente solicitando providências para a legalização dessas terras (1). Nada de positivo, entretanto, ocorreu.

As terras ocupadas pelos índios nas margens do rio dos Pardos têm características bem diversas daquelas do vale do Itajaí. Aqui a área é típica de planalto. O terreno é mais ou menos ondulado. O pinheiro do Paraná e a imbuia predominam na paisagem. No inverno, as geadas são constantes e, algumas vezes, ocorrem nevascas. Os lotes ocupados pelos índios estavam cobertos por extenso pinheiral, quando ali estivemos. E ao falarmos sobre os interesses dos regionais sobre os pinheiros e sobre a terra que ocupavam, um deles nos disse: "êles tem razão; êles tem dinheiro; são grandes; nós somos pequeninhos".

Os Xokleng que lograram sobreviver nas imediações da serra do Taboleiro, entre os municípios de Paulo Lopes, Imaruí, São Bonifácio e Sto. Amaro, também necessitam de terras. Para esses o problema é mais grave ainda. Continuam arredios e por isso necessitam que se resguarde o seu ambiente natural, para que possam continuar a viver. Nunca se pensou que nesse caso os indígenas necessitam de largas extensões territoriais, pois

(1) — Correspondência dirigida ao Inspetor da 7ª IR, em 10/8/64.

somente assim poderão ter condições de praticar a caça e a coleta, seus meios tradicionais de subsistência. No âmbito estadual também jamais se imaginou que a natureza deve ser preservada e por isso o governo costuma distribuir a quem interessar as terras que, sob o rótulo de devolutas, formam seu patrimônio (1).

Quando obtivemos os informes relativos à presença ainda de Xokleng arredios no Taboleiro, tratamos de solicitar ao governo providências quanto à reserva de toda a área que compreende a serra. E procuramos esclarecer a interligação dos fatores equilíbrio ecológico e resguardo das condições indispensáveis à sobrevivência do grupo arredio. Dizíamos em nossa exposição (2):

"Senhor Governador

Dirijo-me a Vossa Excelência na qualidade de Professor do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina e como responsável pelo desenvolvimento de um projeto de pesquisa sôbre "Os grupos indígenas de Santa Catarina", a fim de solicitar sua intervenção em favor da criação de *um parque florestal na área da serra do Taboleiro* (municípios de Santo Amaro, São Bonifácio, Imaruí, e Paulo Lopes).

As razões desta solicitação, prendem-se aos seguintes fatos:

1. na região da Grande Florianópolis não existe outra área florestal e faunística importante com condições de ser preservada, frente ao objetivo de manutenção do equilíbrio ecológico da região e também frente à necessidade paisagística do centro metropolitano que é a capital;

2. a destruição que hoje se efetiva na área em foco é promovida por caçadores, agricultores e madeireiros. As atividades econômicas dos últimos são de pequena envergadura, o que facilita qualquer processo de indenização, como também assegura que as práticas depredativas causam muito mais prejuízos ao patrimônio estadual do que lucros. Os primeiros, que exercem suas práticas por esporte, já tiveram suas atividades suspensas – por recente Portaria do Instituto Brasileiro de Desenvolvimen-

(1) – Na década de cinquenta o Govêrno Federal pretendeu criar um parque na encosta da Serra Geral, que forma a borda do Planalto, em todo o Município de São Joaquim (antigo). A notícia de tal parque logo originou um movimento de madeireiros, de maneira que em pouco tôda a área foi explorada em seus recursos florestais. E até hoje tal parque não se efetivou.

(2) Carta ao Dr. Ivo Silveira, Governador do Estado de Santa Catarina, em 14-8-1968.

to Florestal;

3. na área em causa sobrevivem alguns índios Xokleng (Botocudo) arredios, pertencentes a um grupo que desde 1926 vem sendo pouco a pouco dizimado, seja pela escassez de alimentos, seja mesmo pela ação armada de civilizados;

4. a idéia de se atrair êsses índios para uma pequena parte da área em questão, deve ser colocada de lado, visto as várias experiências feitas no país terem revelado que os índios atraídos e aldeados foram contaminados por doenças que desconhecem (gripe, pneumonia, sarampo, etc...) e os que sobreviveram não lograram, até o momento, se integrar na sociedade "civilizada" envolvente.

Acreditamos, pois, que Vossa Excelencia, representante legítimo do pensamento humanista que norteia a sociedade brasileira, não deixará de tomar as providências cabíveis ao caso. Sabemos, também, que Vossa Excelência é originário do município que outrora englobava tôda a área em questão e não seríamos estranhos se por outras fontes Vossa Excelência tivesse já obtido informações sôbre a existência dêsses silvícolas.

Por isso mesmo, tomamos a liberdade de adiantar que o Escritório de Planejamento da Grande Florianópolis (Esplan), através de seu Diretor, Dr. Luiz Felipe da Gama D'Eça, já incluiu a região em causa como reserva florestal. Também o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, associado ao Departamento Estadual de Caça e Pesca, já suspendeu as atividades de caça na região. É necessário contudo, que o Govêrno de Santa Catarina, através de seus órgãos (Departamento de Caça e Pesca e Instituto de Reforma Agrária) e em associação com o Instituto de Desenvolvimento Florestal, proceda a efetivação do Parque Florestal da Serra do Taboleiro.

Creia Vossa Excelência que em assim fazendo estará o Govêrno do Estado de Santa Catarina resguardando os interêsses de um grupo de silvícolas e ao mesmo tempo oferecendo uma solução humana e científica ao problema indígena em nosso País. Além disso, estará o Govêrno garantindo à região da Grande Florianópolis uma reserva florestal e faunística de grande importância, seja sob o aspecto ecológico, seja sob o paisagístico ou turístico.

Colocando-me ao dispor de Vossa Excelencia para os esclarecimentos que se fizerem necessários, aproveito a oportunidade para apresentar protestos de consideração e aprêço.

Firma-se atenciosamente,

Sílvio Coelho dos Santos"

Até a época em que estávamos a elaborar a presente obra, nenhuma palavra oficial havia sido dada a respeito do problema. O governo foi substituído e para o novo governador preparamos e enviamos toda uma documentação relativa ao assunto, inclusive o expediente acima transcrito. E estamos aguardando. Se os indígenas que sobrevivem na área em questão não chegam a comover, é provável que as discussões em torno de ecologia, poluição e turismo venham provocar alguma ação governamental. E se isto ocorrer rapidamente, garantindo o resguardo das florestas que cobrem toda a área do Taboleiro, é possível se prever que os Xokleng ali existentes continuarão sobrevivendo. (1)

4. ASPECTOS DA CULTURA TRADICIONAL

Os Xokleng eram nômades. Viviam nas florestas que cobriam os vales e as serranias, entre o litoral e o planalto, no sul do país. Separados em grupos, dedicavam-se à caça e à coleta. Ao serem atraídos ao contato pacífico com os brancos, os Xokleng se apresentavam como integrantes de uma tribo que vivia acuada. Considerando a memória tribal, os últimos duzentos anos foram vividos sob constantes lutas. Lutas com outros povos tribais, particularmente os Kaingang; com os brancos integrantes das frentes pioneiras que avançavam sobre seu território tradicional; com os próprios componentes da tribo, numa provável disputa fratricida dos campos de caça disponíveis. Devido a isto e porque a tribo respondeu às várias vicissitudes que teve de enfrentar com sucessivos arranjos, as informações que dispomos sobre sua cultura tradicional são muito precárias. A maioria dos informantes que tivemos durante as permanências em Duque de Caxias e S. João dos Pobres costumava dizer que "ouviu contar que era assim ou assado", ao se referir a qualquer item da cultura tradicional. Isto queria dizer que pessoalmente não havia vivido tal experiência. Numa outra situação, os mesmos informantes tinham dificuldades em detalhar aspectos do fato narrado. Tudo porque em dias do presente somente sobrevivem algumas pessoas que ainda nasceram na floresta, mas que à época da atração eram bastante jovens para terem cumprido a maior parte do processo de socialização, em termos tradicionais. Depois, tanto em Duque de Caxias, como em S. João

(1) Em abril de 1972, a imprensa nacional baseada em nota da FUNAI abordou superficialmente a questão da existência de Xokleng arredios em S C.

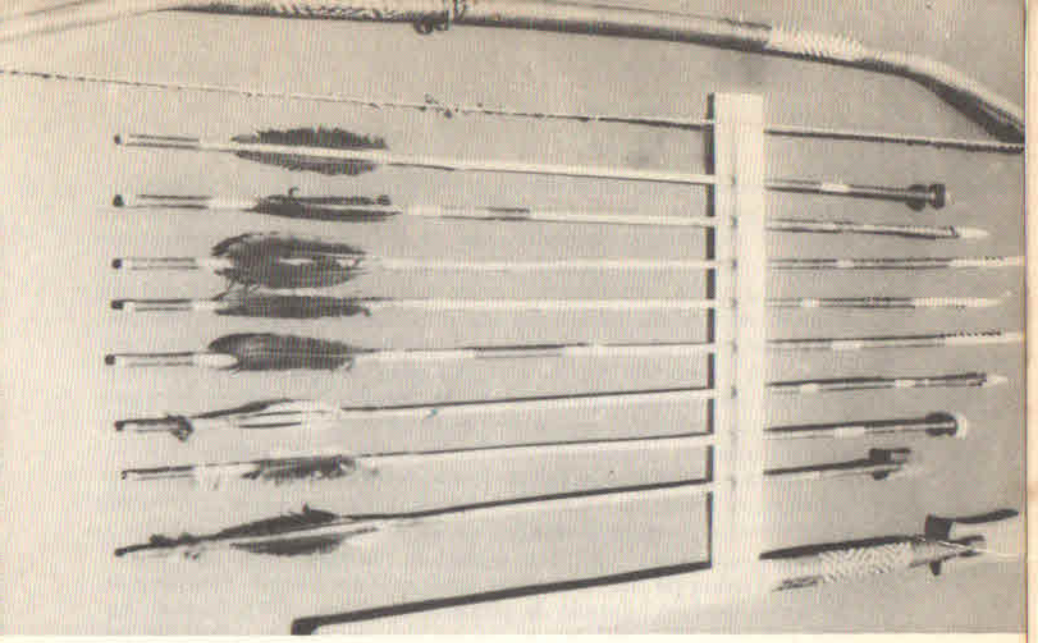
dos Pobres, houve contínuos desestímulos às práticas tradicionais. "Acho que ninguém queria permanecer brabo e por isso não ensinaram direito prá gente", diz um informante para se justificar da falta de conhecimento dos antigos costumes. Mas, a nosso ver, o principal foi a "situação de acuados" que tiveram de enfrentar os integrantes dos vários grupos Xokleng. Através dela, no suceder dos anos, os grupos mantiveram apenas o mínimo indispensável, preocupados apenas com a sobrevivência.

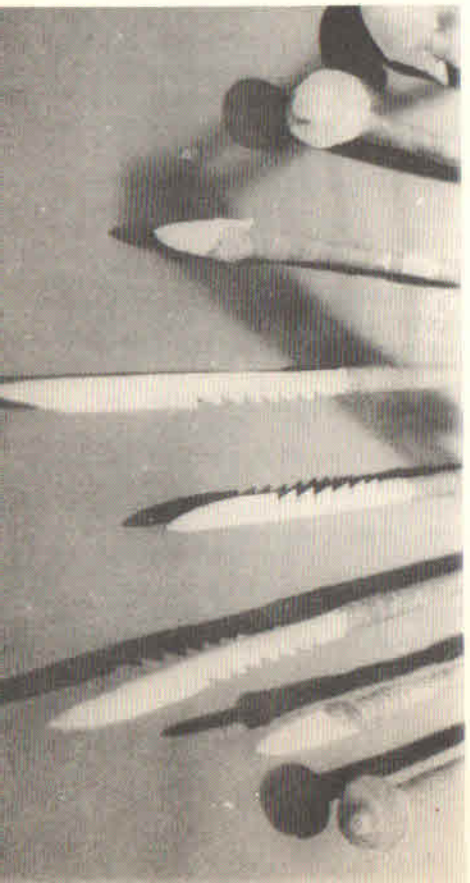
Embora o projeto de pesquisa que desenvolvemos não destacasse a cultura tradicional, e nesse aspecto demos relativamente pouco tempo ao tema, torna-se conveniente dar uma idéia de como os Xokleng viviam antes da pacificação. Para tanto utilizaremos, além das notas obtidas junto aos informantes, os dados anotados na bibliografia especialmente em Paula (1922) e Henry (1941).

Os Xokleng viviam separados em grupos. Grupos formados por 50 a 300 indivíduos. Segundo Henry (1941:50) esses grupos eram compostos por famílias extensas. Como nômades, viviam perambulando continuamente pela floresta, em busca de alimentos. Na maior parte do ano, acampavam ao relento, sob as copas das árvores. O lugar onde a mulher arriava a tralha doméstica, imediatamente transformava-se em local de descanso e de alimentação. Era o acampamento. Aí os integrantes do grupo podiam ficar uma única noite ou toda a semana. Algumas vezes se faziam ranchos, destinados a abrigar o grupo em dias de mau tempo. Paula (1922:121/22) narra que os Xokleng construíam "os ranchos com varas finas, umas fincadas ao lado das outras, a pouca distância, que são vergadas em forma de arco e presas suas pontas em uma pesada vara horizontal, geralmente fixa em duas árvores na altura de um homem. A forma do tecto é o de abóbada, sendo coberto com fôlhas de coqueiro, cahetê ou xaxim (...)

Quando ha circunstancias que os obrigam a permanecer em determinado ponto por maior espaço de tempo (colheita de pinhões, festas, etc) constroem seus ranchos com mais perfeição e capricho, em maior tamanho, ligando as coberturas de dois ranchos fronteiros, de modo que as varas arcadas de cada rancho não fiquem ligadas a uma vara horizontal, mas umas às outras, formando então uma abóboda perfeita (...)".

Em duas oportunidades, tivemos ocasião de obter documentação original sobre as técnicas de construção dos Xokleng. Numa, obtivemos documentação fotográfica de um paravento que fora construído pelos indígenas encontrados e atraídos em Orleães, no ano de 1949. Noutra, conseguimos visitar e documentar







Artefatos de guerra. Coleção MA/UFSC. Fotos e montagem de Gerlach.

um acampamento utilizado pelos Xokleng, durante tarefas de extração de palmitos na floresta. A rusticidade dos ranchos era extrema, lembrando de modo significativo o nomadismo tradicional do grupo (1).

Nas atividades diárias de caça e de defesa contra inimigos, os Xokleng utilizavam o arco, a flecha, a lança e a borduna. A flecha apresentava vários tipos de ponta, destinados a alvos diversos. Em época relativamente recente, no período da colonização, os Xokleng aprenderam a adaptar o ferro em suas pontas de flechas e lanças. Procuravam dar, entretanto, às lâminas de ferro e aço, obtidas nos assaltos que faziam às casas dos colonos, a mesma forma dada às tradicionais pontas de osso e madeira. Tal tarefa era pacientemente feita com o auxílio de pedras e, às vezes, de outros pedaços de aço ou limas. A arma de guerra mais utilizada era a borduna (2).

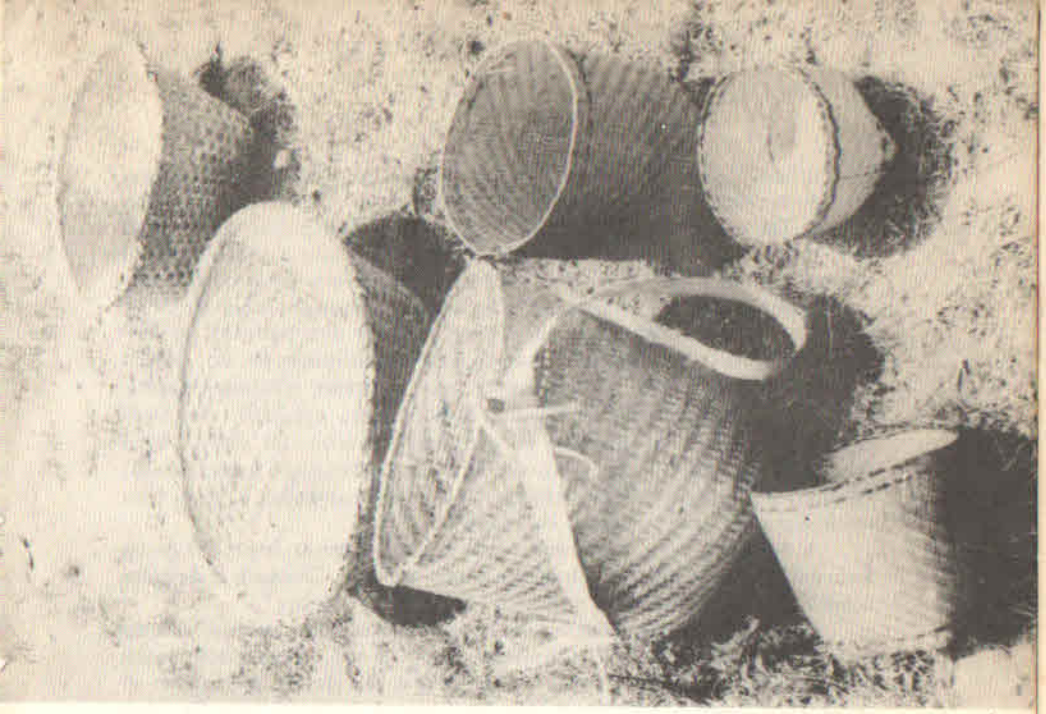
A caça era praticada pelos homens. Ela era a principal atividade dos Xokleng e era responsável pela manutenção do grupo. Segundo Henry (1941: 97) "os pequenos grupos de caçadores são feitos com homens que são parentes, como irmãos, como pais e filhos, como afins (...)".

Esses grupos viviam percorrendo a floresta em busca de alimentos. Mas quando um homem regressava ao acampamento sem ter logrado obter alguma caça, ele se beneficiava, juntamente com sua família, do que os demais integrantes do grupo obtiveram. Não havia, assim, consumo individual dos bens produzidos. A produção e o consumo eram baseados em princípios de ampla cooperação, de maneira a assegurar participação e benefícios para todos. Segundo um informante "naquela época todos usavam tudo que era de todos". Henry (1941: 98) refere-se ao costume de que "quando um homem mata um animal êle raramente fica com êle (...); ele dá para um outro membro do bando (...). Sua caça é propriedade de todos. O homem para quem êle dá sua caça recebe a parte do leão (...); ele caçador contenta-se com uma pequena parte".

Mas se somente existe para dividir um único animal, este é equitativamente distribuído entre todo o grupo. Isto porque em época de penúria todo o grupo divide o pouco alimento que consegue.

(1) – O índio Aipon Pathé, em 11-7-63 contou-me como os Xokleng fizeram uma casa "para Julio (Jules Henry – SCS) aprender como era". Tinha apenas uma agua e coincidia com a descrição acima. Veja-se Henry (1941), PRANCHA I e pp. 164/66.

(2) – Veja-se Henry: 1941:166 e seguintes.





Artefatos tradicionais.
Ibirama.
Fotos do autor e de Gerlach.

Além da caça, os Xokleng praticavam a coleta de alimentos. Frutas, pinhões, mel e larvas eram a forma de complementar sua dieta. E nisto todos se dedicavam. Num ligeiro deslocamento que fizemos com alguns índios na floresta da reserva localizada no Itajaí do Norte, observamos como todo alimento disponível era aproveitado. Toda indicação era atentamente explorada, de maneira que numa tarde, e durante o trajeto que fazíamos, foram encontrados cinco abelheiras e alguns troncos apodrecidos que forneceram uma quantidade razoável de "coró". As mulheres e crianças, particularmente, nunca deixavam de estar atentas para obter algum alimento, ou seja de realizar atividades de coleta.

Para os Xokleng a fartura em alimentos somente ocorria entre abril e junho, época em que o pinhão estava maduro. A coleta então era farta. Com o auxílio de cipós ou taquaras flexíveis o Xokleng subia ao alto dos pinheiros, fazendo cair as pinhas. Como técnica de armazenagem, costumavam encher balaios com pinhões, tendo o cuidado de primeiro forrá-los com folhas de xaxim e depois amarrá-los com cipós. Com pedras servindo de âncoras, esses balaios eram mergulhados em pequenos córregos. Os pinhões, assim guardados, durante dois ou três meses, conservavam suas propriedades alimentícias.

Os Xokleng costumavam fazer uma bebida fermentada, com base no mel, água e xaxim. Em troncos previamente escavados, os ingredientes eram misturados e sujeitos a vários procedimentos, dos quais se destacava o colocar pedras aquecidas no interior dos cochos para acelerar a fermentação. Segundo Deeke (1922: 128) essa bebida somente era preparada por ocasião da festa de furação dos lábios dos meninos. Alguns informantes nos disseram, entretanto, que após o ritual de cremação, os índios faziam uma festa, durante a qual cortavam o cabelo da viúva. Para haver a festa era necessário preparar a bebida. Não conseguimos, entretanto, detalhes a respeito de toda a preparação da bebida, pois não logramos êxito em tentar estimular alguns informantes para fabricá-la.

Além do tronco escavado, usado em forma de cocho, os Xokleng conheciam outras duas formas de obter vasilhames. Uma, através da cestaria. Outra, pela cerâmica. A cestaria era uma atividade essencialmente masculina. Balaios de vários tamanhos eram construídos para variados fins. Destacava-se entre eles, o balaio forrado com cera de abelha, de modo a torná-lo impermeável. Ainda referente a cestaria havia uma faixa trançada, destinada a servir de alça para a mulher voltear o balaio e assim colocá-lo às suas costas, apoiando o outro extremo da alça em sua testa. Essa mesma faixa poderia servir, nas mesmas

Jovem casal no presente.



Cerâmica reavivada para comércio. Ibirama. Fotos de Gerlach e do autor.



condições, para suportar uma criança às costas da mulher.

A cerâmica Xokleng era produzida pelas mulheres. Ela era pobre. De cor preta, os objetos tinham consistência e tamanho reduzidos. Seu acabamento era precário (1). Tudo a indicar que o constante vai e vem pela floresta não permitiu o desenvolvimento de técnicas mais refinadas. Ocorrendo o contato com os civilizados, os Xokleng logo descobriam o valor das panelas de ferro. Com isto, a cerâmica praticamente desapareceu do grupo. À base de estímulos, conseguimos que algumas mulheres fizessem algumas peças de cerâmica. Isto ocorreu em 1967. Na ocasião obtivemos os seguintes esclarecimentos da índia Iocô Aiú (2). "as panelas são feitas com barro, misturado com carvão. O barro é bem amassado e limpo. Depois de moldada, a peça fica secando uma semana, mais ou menos.

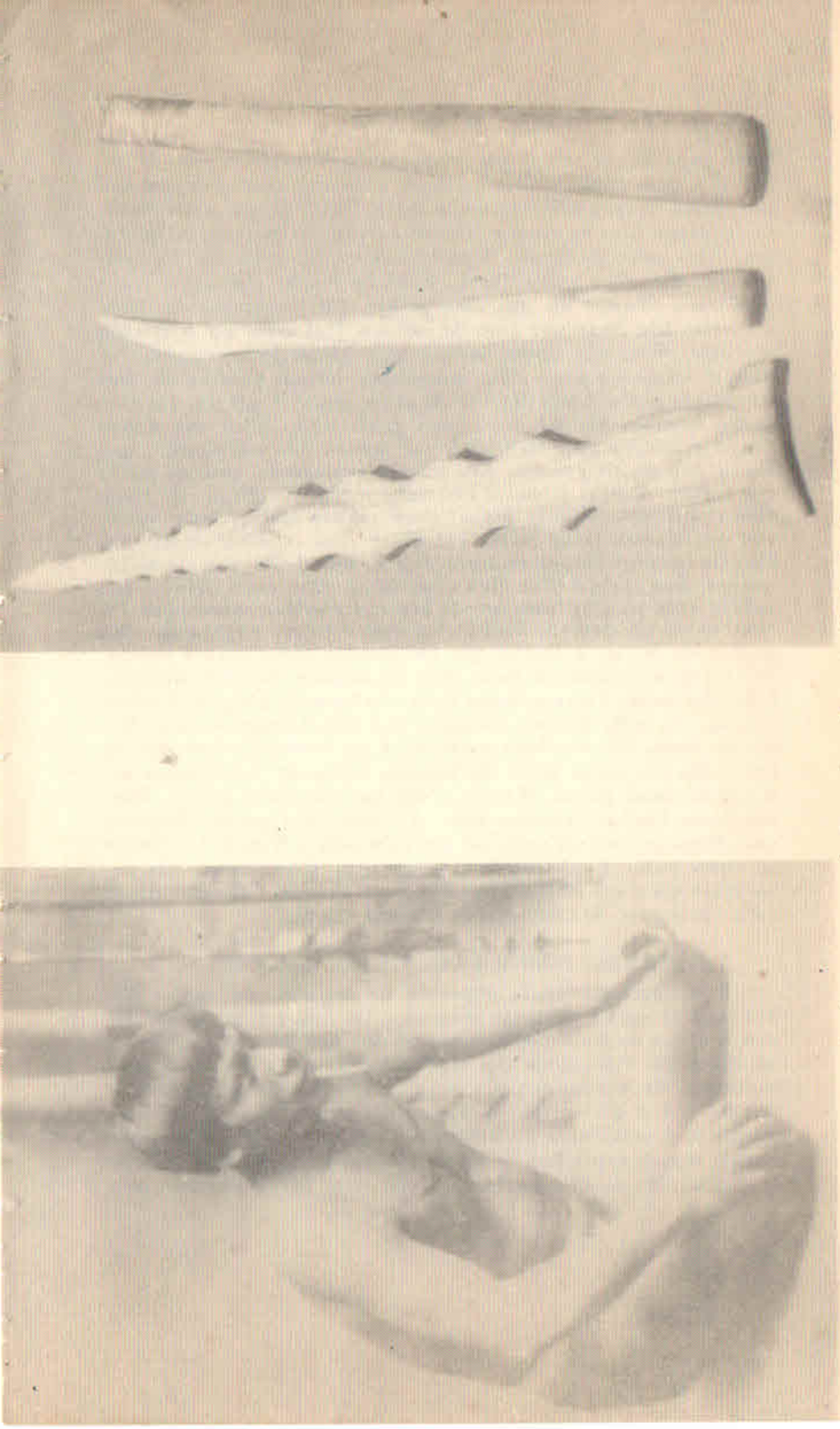
A seguir, faz-se a queima numa fogueira ao ar livre. A peça é envolvida num musgo, chamado barba de pau. Durante a queima a mulher "reza" pedindo que a panela não se quebre".

A mulher Xokleng usava como vestuário uma enorme manta enrolada na cintura, cobrindo seu corpo desde abaixo dos seios até os joelhos. Essa manta é tecida em fio de urtiga brava. A tecitura é manual, trançando-se um a um os grossos fios da fibra de urtiga, dispostos em sentido horizontal e vertical. Nas noites muito frias, essa tanga transformava-se em cobertor, abrigando filhos e marido. A mulher costumava usar também colares, feitos de sementes ou dentes de animais. O homem, por sua vez, usava apenas um pequeno feixe de fios em torno da cintura. Os fios eram cuidadosamente preparados de embira-açu, e, às vezes eram enfeitados com pequenas plumas coloridas de aves. Dessa forma, quando em feixe, o conjunto apresentava tonalidades diferentes. Nesse feixe, o portador prendia a glande. Os homens usavam também um botoque no lábio inferior. As mulheres, ainda quando meninas, recebiam duas incisões abaixo da rótula, na perna esquerda. "Era para ter perna forte para caminhar", disseram alguns informantes.

O botoque para os Xokleng era uma espécie de emblema tribal, usado pelas pessoas do sexo masculino. Quando criança

(1) – Veja-se Piazza e Eble, ob, cit.

(2) – Cf. Depoimento gravado. Na ocasião e numa mistura de português e Xokleng a informante realizou uma reza aprendida na Igreja Assembléia de Deus pedindo a Deus e a Jesus que as panelas que nos foram entregues não se quebrassem durante a viagem de regresso a Florianópolis.



Artefatos característicos da cultura tradicional. Montagem e reprodução de Gerlach.

em cerimônia festiva, o menino tinha seu lábio inferior furado, para permitir a introdução de um pequeno tembetá. Com o passar dos anos, o tembetá ia sendo substituído por outro maior, até o infante atingir a idade adulta. A festa realizada para a perfuração dos lábios das crianças reunia toda a tribo ou pelo menos algumas das hordas. Segundo as informações obtidas, confirmadas pelas fontes bibliográficas, tal cerimonial era o único que conseguia reunir a maior parte da tribo.

Os Xokleng costumavam cremar seus mortos. Paula (1922: 126) informa que "o mesmo fazem com as creanças de ambos os sexos quando púberes; quando pequenas, porém, são enterradas.

Conjuntamente com o guerreiro são queimados todas as suas armas e demais utensílios do seu uso pessoal. Incinerado o corpo, recolhem, no sol seguinte, as cinzas, que depositam em um buraco redondo, prèviamente forrado com cascas e folhas de árvores, sendo então tampado com terra e sobre a qual collocam rachões de madeira, construindo, por cima de tudo, um rancho (...).

O fogo era obtido pela fricção de dois pedaços de madeira. De preferência, na ida de um acampamento para outro, os indígenas transportavam alguns tições para facilitar o acender as novas fogueiras. No fogo costumavam assar a carne das caças abatidas ou pinhões. Às vezes, preparavam o moqueado. Este seguia a técnica de cavar um buraco e acender uma fogueira em seu interior. Depois da terra estar bem aquecida, a lenha que estava a arder era retirada do buraco. Em seguida, com folhas, toda a cova era revestida. Colocava-se a seguir em seu interior a carne a cobria-se novamente com folhas e terra. A carne moqueava-se lentamente no calor da terra aquecida, sendo somente retirada do buraco um dia depois. Segundo alguns informantes, o sabor era ótimo e toda carne ficava bem cozida e macia.

Todos esses fatos são hoje lembrados como sendo "coisas da época em que êles viviam no mato". Ou "que era coisa dos velhos, quando êles eram brabo". Isto é justificativa para que a totalidade dos indígenas hoje não saiba esclarecer vários aspectos da vida na floresta e especialmente desconheça detalhes sobre o pouco que consegue lembrar. O aparecimento dos brancos na floresta e a seqüência de guerras a que vivia submetida a tribo, foram assim narrados por um informante (1): "Waneki saiu e foi pelo mato. Abriu picadão. Descobriu plano bonito, cheio de pinheiro. Aí voltou e disse prá Chuvai. Convidaram gente e abriram picadão e foram lá. Veio urubú e êle matou. Waneki matou.

(1) – Índio Juvei Mulá, entrevistado em 15/7/65.

Tirou pena dêle e trouxe para o pessoal. Acharam bonita. E foram tudo para cima. Chamaram gente e fizeram uma casa para morar. Gente chegou e êle aprontou festa. Daí começou a dar pintura. Tocaram fogo na casa e fizeram carvão. Aí pintaram as pinturas. Êles acharam bonito. Waneki mandou fazer flecha. Fez outro picadão. Fez outra festa. Fizeram festa; churrasco. Veio civilizado. Tempo em que eram amigo. Daí perguntou de onde êle veio. Ele disse que veio da estrada. Daí dizia que a estrada era dêle. Bom, nós somos amigo, pode viajar pela estrada. Daí Waneki mandou a gente dêle fazer outra estrada para frente. Daí outros chegando. Cada dia vai chegando gente. Cada dia vai chegando branco. Waneki dizia para gente dêle. Êles são nosso amigo e andava com êles. Até que branco deu espingarda, que êle achou muito pesado. Êle trocou espingarda com as armas dos índios. Waneki primeiro não tinha roupa. Aí chegou um índio com roupa. Daí Waneki disse: você grande amigo, pode viajar comigo. Vamos viver junto, êle disse. Daí o índio viajou com êle. Os brancos chegou de novo. Daí Waneki dizia para ele Kaké: (amigo, meu amigo). Daí êles convidaram para festa dêle, e deu bebida dêle para os brancos. Os brancos não quizeram beber. Os brancos foram embora. Waneki foi com a turma e festaram. Até acabar de festar, a flecha que êle mandou fazer estava pronta. El- foi mais adiante. A turma dêle foi adiante, fazendo estrada. E êle foi atrás. Fizeram outra festa. Os brancos chegou. E foram embora. Os índio ficaram festando. Daí Waneki mandou fazer flecha de novo. Êle resolveu guerrear. E os brancos achou que os índio não era amigo dêle. Os brancos voltaram. Convidaram outros para fazer guerra. Waneki soube que vai haver guerra. Mandou fazer flecha. Preparou tudo. Aí começou a guerra. Guerrearam. Mataram tudo. O resto se partiram tudo e Waneki foi embora. Outro índio, Kozá, resolveu guerrear de novo, porque não sabia mais quem era amigo dêle. Fêz festa grande. Convidou gente e êles brigaram. Aí continuaram a brigar sempre".

5. DISCUSSÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Focalizaremos agora aspectos da organização social dos Xokleng. O tema é bastante complexo. Os Xokleng se apresentavam à época da pacificação como um dos únicos povos referidos na literatura etnológica que admitiam praticar todas as formas possíveis de matrimônio. Ou seja, praticavam a monogamia, a poliginia e a poliandria. E apresentavam dados que tornavam plausível a ocorrência de casamento conjunto. Além disso, não tinham regras explícitas quanto à fixação de residência ou claros princípios de descendência. Tudo isto, evidentemente, por-

que o grupo estava vivendo sob condições excepcionais. E na luta pela sobrevivência física parece que somente o indispensável era mantido em termos culturais. Por isso mesmo procuramos abordar a temática organização social, justapondo dados referentes ao período anterior à atração do grupo tribal e à época presente. E usamos fartamente os elementos disponíveis na bibliografia, especialmente os apresentados pelo antropólogo Jules Henry, que conviveu com o grupo durante 14 meses. Pretendemos dessa forma compensar as limitações apresentadas por nossos informantes, pois Henry teve à sua disposição alguns índios idosos que tinham largo conhecimento da vida tradicional, na floresta.

Ao abordar a organização social dos Xokleng em sua obra, Henry deixou explicitado:

– que os Xokleng dividiam-se em famílias extensas, formadas de 50 a 300 indivíduos (1941: 50);

– que êles não têm nenhum sistema de clãs ou metades que lhes imponham obrigações sociais (...) e são um povo sem senso de formação social (1941: 33/36);

– que êles possuem um sistema de parentesco que não é a cristalização de obrigações inevitáveis... mas um plano para agrupar pessoas em grandes classes de idade (...) e que a formulação dêsse sistema é puramente teórica (1941: 36 e 177);

– que êles apresentam uma tradição mítica que relaciona certo herói cultural com o sistema exógamo de matrimônio, à base do que a tribo estava dividida em cinco grupos, cada um dêles associado a uma série de nomes pessoais e um desenho que seus membros usavam para pintar seus corpos. Mas na prática a função das pinturas corporais era exclusivamente mágica (1941: 88);

– que êles praticavam casamentos e casos amorosos entre tôdas as classes de parentes, exceto entre os pais e filhos ocorrendo a monogamia, a poliginia, a poliandria e o casamento conjunto (1941: 19,29 e 33);

– que êles não têm um sistema fixo por que se dê nomes às crianças, pois em geral os parentes próximos dão os nomes de seus próprios parentes próximos à criança recém-nascida (1941: 176).

É evidente que Henry não logrou formular um modelo da organização social Xokleng. Embora os dados que apresenta sejam reais, não há a consideração explícita de que o grupo sobreviveu graças a uma série de arranjos organizatórios. Nesse sentido, Murdock (1949: 62/63), considerando os dados disponíveis na bibliografia, sugere que os Xokleng estão organizados em

unidades de parentesco do tipo Deme – o que naturalmente substitui a noção de "família extensa" empregada por Henry (1).

De outra parte, evidencia-se que Henry percebeu as incongruências apresentadas pela atividade social dos Xokleng. Ele afirma (1941: 59) que "Em sua ociosa teoria social e curioso sistema de pinturas corporais a sociedade Kaingang (Xokleng-SCS) traça algo que mostra ter havido um sistema social mais complexo".

Mas não houve tentativa desse autor em explicar o que observou entre o grupo, frente a um modelo que envolvesse a "ociosa teoria social" e explicasse o "sistema sociaí mais complexo". Pois no seu interior ainda funcionavam certos mecanismos estruturais que eram capazes de operar determinadas esferas da sociedade Xokleng.

A terminologia de parentesco apresentada por Henry (1941: 177/78), integralmente confirmada por nossos informantes, é a seguinte (2).

"1) plu: (n) – espôsa; mulher com quem um homem teve relações sexuais; mulher com marcas diferentes de um homem, e com quem, porisso, tais relações são "permissíveis".

(1) – A caracterização de Murdock (1949:62/63) para Deme é a seguinte: 'his group is most cleary observable in the endogamous local comunity wich is not segmented by unilinear consanguineal groupings of kinsmen. By virtue of the rule or strong preference for local endogamy, the inhabitants are necessarily related to one another through intermarriage, although they cannot always trace their exact kinship connections. They are consenquently bound to one another not only by common residence but also by consanguinity, as is, in fact, usually specifically recognized. Within such a group the only social structuring is commonly into families, wich may be of either nuclear, polygamous, or extended type. Except for family ties, the strongest sense of identification is usually with the community as a whole, wich is viewed as a consanguineal unit in relation to other communities in a manner quite comparable to the attitude towards one's own sib in a unilinear society".

(2) – Graças à colaboração de Yone Leite, do Museu Nacional, e de Paulino Vandresen, do Depto. Letras da UFSC, adotamos na transcrição dos têrmos de parentesco e referentes aos grupos de pintura os sinais fonéticos sugeridos por Mattoso Câmara Junior, em "Manual de Transcrição Fonética", Museu Nacional, série A, nº 2,1957. As vogais têm as seguintes conotações: a como no português em pato; e como no português em pé; e: como no português em veja; e(n) como no português em pente (com "e" mais aberto); i como no português em riso; io é semelhante ao "u" de tu, sem arredondamento dos lábios; o como no português em pote; o(n) como no português em ponta; u: como no português em luto; u:(n) como no português em comum. As consoantes seguem aproximadamente os mesmos valores que no português. Os nomes próprios foram registrados tomando-se por base o português e de acôrdo com os registros usuais no PI e na escola indígena.

2) mbedn – marido, homens com quem uma mulher teve relações sexuais; homens com marcas diferentes de uma mulher, e com quem, porisso, tais relações são "permissíveis".

3) yu:gn – Pai; avô; todos os homens mais velhos que Ego; homens que tiveram relações com a mãe de Ego;

4) nyo (n) – Mãe; avó; tôdas mulheres mais velhas que Ego; mulheres que tiveram relações com o pai de Ego;

5) nyu:ngnye.n – todos parentes consanguíneos, exceto os pais reais e avós e irmãos dos pais e os próprios filhos. Todos membros da mesma família extensa. É frequentemente usado, especìficamente para os irmãos de Ego, irmãs, e primos primeiros, e para alguém da idade idêntica a de Ego. Nêste caso o têrmo torna-se recíproco. Pode ser também usado para alguém pouco mais velho que Ego. Todos indivíduos que têm a mesma marca de Ego.

6) $yavi_o$ – tôdas as pessoas muito mais jovens que Ego.

7) yi_o – crianças; tôdas as pessoas muito mais jovens que Ego e as crianças de tôdas as pessoas com quem Ego teve relações sexuais.

8) Kle (n) – prole. Antas e cães possuem (Kle (n), mas falar de yi de animais provoca risos

9) yomble – (plural) ya gnmble, todos parentes consanguíneos de nº 1 e nº 2. Num sentido mais limitado, todos os nº 5 de nº 2 e nº 1 com exceção dos primos segundos e seus descendentes e primos primeiros desde que tenham sido removidos e seus descendentes;

10) lengle – cônjuge;

11) Kake: – relação. Êste têrmo não é tão restrito em sua aplicação quanto o nº 5, sentido de que seu uso pode extender-se para fora da família extensa. E usado regularmente entre primos de tôdas classes, raramente para tia, nunca para irmão ou irmã. É um têrmo de cortesia para pessoas não consanguíneas. (1)."

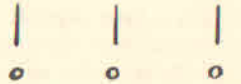
(1) – Baldus (1952:77/79) estudando a terminologia de parentesco dos Kaingang do Rio Grande do Sul afirma que êsse grupo difere dos Xokleng e estabelece comparações entre os têrmos por êle obtidos e os apresentados por Jules Henry, a fim de contribuir para o estudo do problema da classificação dos Xokleng. Êsse autor afirma haver obtido dez têrmos – "ainda que com ligeira variação de pronúncia" – dos onze enumerados por Henry. Segundo Baldus, faltam na nomenclatura colhida por Henry, além do têrmo ve: (irmã), os têrmos by (sogra e sogros potenciais) e Kakré (sogro e sogros potenciais) bem como qualquer têrmo com o significado expressamente indicado de genro e nora – pois "no sistema familiar dos Kaingang matrilocais... há necessidade absoluta daquêles têrmos".

A memória tribal guarda também elementos que indicam ter havido pelo menos cinco grupos exógamos dentro da sociedade Xokleng. Esses grupos até hoje são relacionados a uma série de nomes pessoais e de desenhos corporais. Assim os indivíduos se apresentavam nas festas cerimoniais ostentando no rosto, no peito, nas costas e nas coxas pinturas negras, feitas com carvão moído, indicativas do seu grupo. As denominações dos vários grupos e respectivas pinturas são as seguintes: (1)

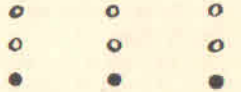
Me $vi_{o}dn$ (pintura em pontos cheios)



Kale:bn (pintura em traços verticais)



$Ku:i_{o}ke.n$ (pintura em pequenos círculos)



Me:to:papa (pintura em pequenos círculos cheios)



($Kane_{o}m$ – segundo Henry)

Zo:zi (pintura em traços horizontais associados a traços verticais)



(Kak:te.ng Ku Kale:bn – segundo Henry)

Na atualidade, pouca coisa da organização social tradicional persistiu entre os Xokleng. A tendência do grupo é comportar-se à maneira dos brasileiros da área e, nesse sentido, o casamento monogâmico, a residência neolocal, o compadrio e o uso da terminologia de parentesco da sociedade regional, são situações comuns e, pode-se dizer, desejadas pelos membros do grupo. Contudo, poucos são os Xokleng que possuem nomes em português – pois o comum e desejado é nomear as crianças através dos caminhos tradicionais. Por que isto ocorre? Por que os componentes do grupo tribal tanto se esforçam para se comportar como brancos e ao mesmo tempo enfatizam a necessidade de nomear as crianças recém-nascidas com os nomes tradicionais?

Henry (1941: 176), considerando os cinco grupos de pintura que a tradição Xokleng guarda, diz que "até mesmo há duzentos

(1) – Henry. 1941:175.

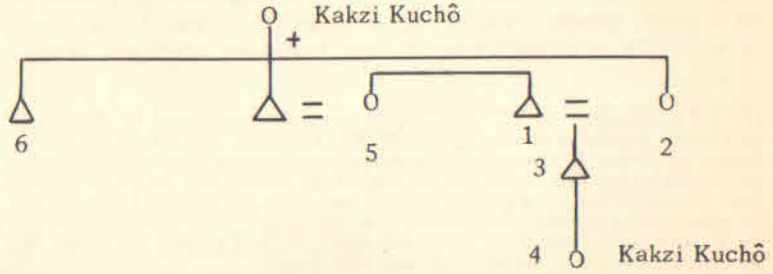
anos atrás um grande número de pessoas tinha nomes de pelo menos dois grupos e um número considerável tinha nome de três. Assim, os grupos não são separados. Dentro dos limites óbvios da investigação histórica não formavam a base para qualquer organização sistemática. As marcas não são passadas sistematicamente dos pais ou de qualquer outro parente para a geração mais jovem e não há um sistema fixo por que se dê os nomes às crianças. Em geral, os parentes próximos dão os nomes de seus próprios parentes próximos à criança recém-nascida... que pode ter de 1 a 8 anos".

Esses dados também confirmamos. Mas parece que Henry não percebeu que o sistema de nominação é a estrutura básica da sociedade Xokleng, pois através dele é que o indivíduo ingressa no grupo e obtém uma posição social determinada.

Assim, a criança recém nascida ao receber seus nomes de um parente – ou de qualquer membro do grupo –, nomes esses que já pertenceram a um indivíduo falecido, obtém ingresso no mundo tribal através da identificação e da posição social que lhe é conferida com os nomes. Sua posição é a mesma que a do indivíduo falecido e como ele será tratada. Pertencera ao mesmo grupo de pintura que o indivíduo falecido pertencia. Será designada, através da terminologia de parentesco eparticularmente pela pessoa que a nominou, da mesma maneira que se designava o sujeito desaparecido – numa evidente quebra de princípio de geração.

Essa, por exemplo, é a situação que ocorre na família da menina Kakzi Kuchô, que possui o mesmo nome que a mãe da mãe de seu pai (mmP). Seu nome foi escolhido pelo irmão da mãe de seu pai (ImP) e todos os componentes da família tratam-na da mesma maneira que tratavam a velha Kakzi Kuchô há muito desaparecida.

As relações que mais nos interessam, podem ser assim esquematizadas:



Ego deu o nome de sua mãe para 4 (fFi) e trata-a pelo mesmo termo que tratava sua mãe, ou seja nyo: (n). O mesmo acontece com o irmão e a irmã de ego, nº 6 e nº 2, respectivamente.

O termo "nome", na língua Xokleng, corresponde a "az'iz' ii" e qualquer indivíduo pode ter de um até oito "az'iz'ii" (1). Assim, ao enunciar seu nome – ou sua série de nomes – o indivíduo mostra ao interlocutor que está identificado com o grupo tribal e fornece, também, o grupo de pintura a que está vinculado, pois todos os componentes da tribo deveriam conhecer – embora isto não ocorra atualmente – a relação entre os nomes e os grupos de pintura, além das relações desses com o sistema exógamo de matrimônio – que, segundo a tradição, existia entre os Xokleng.

Embora entre os Xokleng a formulação dessa organização seja "puramente teórica" – como enfatizou Henry –, há uma série de situações atuais que esclarecem nosso raciocínio e mostram que, pelo menos, o mecanismo básico de operação da organização social tradicional continua sendo utilizado. O civilizado Lindolfo da Silva, p. ex., é casado com a Xokleng Telê Popô. Os cinco filhos do casal têm nomes Xokleng, o que permite sua identificação como membros do grupo tribal. Ao discutir o problema com alguns dos meus informantes, obtive a seguinte informação: "quem tem nome índio é índio". Paralelamente, o chefe do PI informou que a família de Lindolfo da Silva é considerada "civilizada" pelos moradores brancos da reserva. Embora aqui seja subjacente o problema de auto-identificação frente à ação do P.I. –que somente deve atuar junto ao contingente tribal –, acreditamos na significação desses dados para explicar os mecanismos pelos quais os Xokleng apontam os que são ou não do seu grupo.

De outro lado, o indivíduo Adolfo Simas, filho de Eduardo Hoerhan (o pacificador) e da índia Nandjá Kangô, sofreu diversas ameaças dos Xokleng quando dos acontecimentos que determinaram a substituição de Hoerhan na chefia do P.I. (1954) e, mais tarde, quando ocorreu um movimento de ocupação da reserva por parte de civilizados da área. Nas duas ocasiões, Adolfo

(1) – Wiessemann, U, (1960:177/184) observou que entre os Kaingang do Paraná a palavra nome significa YiYi - o nome o que seria correspondente ao têrmo Xokleng, pois informa essa autora que "a child born into a Kaingang family has to be named the same day, so "he will not feel unwanted and go away, that is to say die..." Some old person has to name him, someone who "knows the old ways". The child will receive all the yiyi of some ancestor belonging to, his moiety, and with the yiyi he also inherits the wiyi the ancestor had".

Brasil Simas – que vive na reserva com sua família e que frente à chefia do P.I. é considerado índio e como tal recebe assistência – foi acusado pelos Xokleng de atuar contrariamente aos interesses do grupo. "Ele é mestiço, não anda conosco, não vem à nossa igreja, não gostamos dêle" – disseram-me diversos informantes. Tudo isto por que Adolfo B. Simas não possui nomes tradicionais (1).

Considerando a nominação como meio de identificação tribal, verificamos que na reserva existem 204 indivíduos que possuem nomes tradicionais (Censo realizado em 1964).

Paralelamente, observou-se que a distribuição desses indivíduos segundo os grupos de pintura é a seguinte:

103 pertencem ao grupo Me.vi$_{o}$dn (têrmo que designa a pintura em pontos);

82 pertencem ao grupo Kale:bn (têrmo que designa a pintura em traços verticais);

5 pertencem ao grupo Ku:i$_{o}$ke.n (têrmo que designa a pintura em pequenos círculos).

7 pertencem ao grupo me:To:papa – Kane$_{o}$m segundo Henry (têrmos que designam a pintura em pequenos círculos cheios);

7 pertencem a mais de um grupo, na seguinte distribuição: 2 aos grupos Kale:bn/Me.vi$_{o}$dn; 2 aos grupos Kale:bn/Ku:i$_{o}$ke.n; 2 aos grupos Kale:bn/Me:To:papa; 1 aos grupos Me:To:papa / Ku:i$_{o}$ke:n (2).

(1) – Adolfo B. Simas, na verdade, tem consciência de sua situação de mestiço e esforça-se – talvez para contrabalançar a posição de marginal que lhe oferecem os Xokleng – para identificar-se como branco. Confessou-me que quando surge algum problema no P.I. sôbre relações entre índios e brancos não toma partido, porque está no meio dos dois grupos. Com isto pretendia esclarecer-me a respeito do seu problema de lealdade para com o grupo tribal e para com o "mundo dos brancos". Contudo, ao enviar seus filhos à escola fora da reserva, porque "ali tem doutrina católica", ao desenvolver uma agricultura à base do cultivo do fumo, obtendo financiamento de certa emprêsa, ao isolar-se de tudo que ocorre com o grupo indígena, êle revela uma atuação muito mais próxima das espectativas do "mundo dos brancos" do que do tribal.

(2) – Dados fornecidos por Eduardo de Lima e Silva Hoerhan à Curt de Numuendajú e divulgados por Metraux (1947:148:151), mostram que a "tribo está dividida em três grupos que são exogâmicos, patrilineares e não localizados... e os nomes reais destes clãs parece ter sido me-to-paa-pa (mevidn clã) Zôo-zi (Me-calebn clã) e cúi-kent (me Kui Ken clã) ...e cada clã tem uma classe especial caracterizada por uma variação na pintura do corpo".

de meus informantes utilizaram-no para nomear seus antepassados, desaparecidos antes ou nos primeiros anos da pacificação.

A bilateralidade da organização social tradicional, entretanto, encontra meios de verificação quando os Xokleng relacionam suas genealogias. Eles nomeiam com a mesma ênfase seus ascendentes patri e matrilineares e, em regra, chegam à terceira geração ascendente. Paralelamente, não há ênfase em qualquer das linhas de descendência no processo de socialização das crianças – o que, aliás, foi explicitado por Henry –, e a bilocalidade é subjacente na decisão para determinar a residência dos jovens casais. Finalmente, cabem algumas considerações sobre a operacionalidade da terminologia de parentesco - que hoje cede lugar para os termos comuns à sociedade regional. Os termos relacionados por Henry são classificatórios e descritivos. O filho do cunhado, p. ex., chama-se yomble yi_o o filho da irmã da mãe chama-se nyo (n) nyu:ngye.n yi_o.

Numa perspectiva descritiva do sistema, também é comum o Xokleng usar o nome da pessoa dando sua relação de parentesco imediata, quando necessário se faz diferenciar. O filho de Wakô (Ffim), p. ex., foi chamado por Ego de Wako.yi_o. Além disto, os sufixos ti e zi indicam o masculino e o feminino, respectivamente.

Ao discutirmos os seus aspectos ainda operativos, ressaltamos que Henry não logrou formular um modelo explicativo dessa organização social. Esse autor surpreendeu o grupo num momento em que suas atividades sociais fundamentavam-se em arranjos. Também não logramos descrever como operava a sociedade Xokleng em termos das idealizações que ainda hoje são mantidas pela tribo. Os dados nesse particular são vagos, imprecisos e, em regra, desconexados com a vida diária do grupo. Contudo o uso do sistema de nominação como meio de identificar os componentes do grupo e a quase indiferença com que os cônjuges recém-casados se localizam na casa dos pais do esposo ou da esposa, revelam a operatividade de certos mecanismos da organização tradicional (1). Paralelamente, ao surpreendermos os

(1) – Estudos recentes desenvolvidos entre os grupos Jê do Brasil Central, pelos antropólogos David Maubury-Lewis, Terence Turner, Roberto da Matta, Júlio Cesar Mellati e outros, integrantes do projeto Jê que está sendo realizado sob o patrocínio da Universidade de Harvard e do Museu Nacional do Rio de Janeiro, estão abrindo novas perspectivas teóricas para o entendimento da organização social dos Jê. É provável que essas novas possibilidades venham a permitir retomarmos o tema para uma análise mais frutífera.

Vê-se, dessa forma, que há nomes que "pertencem" a mais de um grupo de pintura – conforme, aliás, apontou Henry. Contudo, acreditamos que essa vinculação a mais de um grupo de pintura ocorre em razão de arranjos, que permitiram ao indivíduo nominar uma criança não com os nomes de um ancestral desaparecido, mas com os nomes de dois ou mais ancestrais.

Embora nossas investigações fossem infrutíferas para obter dados comprobatórios dessa hipótese, verificamos que os Xokleng apelam constantemente para "arranjos" que permitem colocar em operação mecanismos totalmente estranhos à sua tradicional organização social. É fato que o sistema de nominação é justificado como um meio "de não esquecer os nomes dos velhos". Paralelamente, as pinturas relacionadas dos nomes perderam toda a significação, pois somente os homens idosos conhecem a relação entre elas e os nomes. Contudo, afirmam que as pinturas serviam apenas para afastar os espíritos (Kuple.ng) – e que "eram usadas pelos índios que viviam no mato e jamais por êles". Assim, os grupos de pintura, que deveriam ter sido o meio de exteriorizar distinções entre o grupo tribal durante certos cerimoniais, há muito perderam sua funcionalidade (1).

Mas, é na tentativa de dar sobrenome (2) às crianças que os Xokleng revelam um arranjo esclarecedor da inoperância de sua organização tradicional, que era bilateral – ou seja, o indivíduo era vinculado tanto aos parentes de seu pai, como os de sua mãe. O fato de perceberem que entre os brancos a criança recebe, via de regra, o sobrenome de seu pai, levou-os à dar sobrenome a seus filhos, anexando a série de nomes tradicionais da criança o nome de seu pai. Hoje, em três distintas gerações, ocorre esse arranjo patrilineal de descendência explícito através da constante: o sobrenome de uma criança e o nome de seu pai e o sobrenome deste é o nome do avô da criança. E os Xokleng seguem com tal convicção o sistema, que muitos

(1) – Henry apontou que os Xokleng dizem que não é permitido o casamento com pessoas do mesmo grupo de pintura. Contudo, na prática isto não ocorria e não havia vergonha conectada com o casamento dentro do mesmo grupo de pintura (1941:176). Atualmente, entre 33 casais Xokleng, encontramos 15 casais em que os cônjuges pertencem ao mesmo grupo de pintura, enquanto nos demais 18 os cônjuges pertencem a grupos de pintura distintos.

(2) – O têrmo "sobrenome" tem aqui conotação com o que ocorre em nossa sociedade, onde os filhos recebem como sobrenome o sobrenome do pai, numa tentativa de permanência do "nome de família". No caso dos Xokleng o sobrenome é o nome do pai da criança que é incorporado à série de nomes tradicionais que a criança recebeu.

Xokleng utilizar um mecanismo patrilineal para, em termos de arranjo, dar sobrenome às suas crianças, compreendemos como o grupo logrou encontrar meios para anular os efeitos dos mecanismos sociais que, impossibilitados de funcionar, ameaçavam a sobrevivência do grupo como sociedade. Hoje, o grupo se esforça para se comportar como os componentes da sociedade regional envolvente. Entretanto, o sistema de nominação tradicional torna manifesto a identificação tribal. E frente à consideração de que o grupo tribal sofreu, e continuará a sofrer, uma série de compulsões em seu contáto com a sociedade regional, o sistema de nominação é o mecanismo pelo qual o grupo fundamenta sua sobrevivência e identificação enquanto sociedade.

6. O POSTO INDÍGENA E A INTEGRAÇÃO

Na realização da política indigenista desenvolvida pelos órgãos da proteção oficial no Brasil, o posto indígena tem papel de destaque. É ele que teoricamente traduz em ações concretas as idealizações e determinações dos corpos dirigentes, localizados nas áreas regionais e no centro administrativo do país. Na prática, entretanto, sempre houve carência de orientação e de controle. As Inspetorias Regionais do Serviço de Proteção aos Índios sempre funcionaram precariamente. O Serviço também. Faltavam cronicamente recursos financeiros e humanos. E a Fundação Nacional do Índio, órgão que substituiu o SPI, não conseguiu até o momento modificar essa situação.

É frente a esse quadro, que se pode entender o papel exercido por Eduardo Hoerhan à frente do Posto Indígena Duque de Caxias. Ele sempre atuou limitado por penúrias orçamentárias e dificultado pela falta de orientação. Resolvia seus problemas sozinho e com o passar dos anos toda a motivação que o levou a atrair os Xokleng acabou por desaparecer. No ano de 1939, ao publicar artigo sobre a reação dos Xokleng ao ver o primeiro avião cruzar os céus da reserva, Hoerhan revela todo o seu desespero de homem (1939: 524): "Tudo passa...1938 também entrou definitivamente para o ról das coisas... "passadas". Conquanto em o rápido decorrer dessas doze luas absolutamente nenhuma melhoria se verificasse em o crônico lamentabilíssimo estado de penúria e de desamparo em que, há longo tempo, se debate o Posto Indígena Duque de Caxias (...)"

A essa altura Hoerhan já estava totalmente desiludido com sua obra e essa desilusão ele nos traduziu ao dizer "que é um crime pacificar índios; tirá-los de seu habitat. Êsses índios da-



Entrevista de um velho índio com o autor. Ibirama.

mente aceitar tudo aquilo que considerava negativo entre os civilizados: o uso do álcool e do fumo; a maledicência; a submissão. Atuando contra os interesses dos civilizados regionais, adquiriu a fama de atrabiliário, prepotente, impulsivo. E ainda hoje em todo o vale do Itajaí narram-se episódios que sempre o caracterizam negativamente: "Hoerhan se intitulava o chefe absoluto da Nação"; "Eduardo entrava nos bares de Ibirama montado a cavalo"; "Uma vez êle obrigou o sôgro a servir de montaria para êle, durante um baile"; "Êle experimentava as armas novas que adquiria atirando nos índios", "Era sempre o primeiro a experimentar sexualmente as índias"; "Era ele que dava as ordens por aqui, era chefe absoluto". É evidente que a complexidade do processo de mudança cultural não foi entendida pelo pacificador. E, por isso, ele sempre teve atitudes ambíguas e jamais conseguiu um esquema que o permitisse entender o quadro em que estava atuando.

Frente a essa trama de relações, típica de toda uma estrutura sócio-econômica de dominação, Hoerhan acabou se sentindo falido em seus objetivos. E nessa altura viu que gastara sua vida em vão. Passou então a solucionar emocionalmente os problemas diários, ao mesmo tempo em que se dedicava ao estudo de ciências sociais e de línguas. Refugiava-se. A falta total de orientação do Serviço de Proteção aos Índios havia deixado o pacificador inteiramente sozinho. E, como agora os índios não ameaçavam os projetos regionais de colonização, somente havia críticas a fazer. Não era o SPI que falia. Era Hoerhan.

Ao se envolver na morte do índio Lili Priprá (1), Hoerhan demonstrou não somente as condições psíquicas e conjeturais em que vivia e atuava, como revelou aspectos referentes à ação do posto junto aos silvícolas. Seus depoimentos e alguns documentos, integrantes do processo crime (2) que se instaurou para apurar a morte de Lili Priprá, são esclarecedores. Os acontecimentos que antecederam a morte do índio, foram assim narrados pelo pacificador: "por volta das 18 horas, no domingo, dia 22 de agôsto de 1954, êle declarante, foi aqui procurado pelo agente do Serviço de Proteção aos Indios, neste posto, sr. José de Almeida, o qual visivelmente apreensivo, lhe apresentou um

(1) – Lili Priprá era um índio Kaingang, descendente dos Kaingang que foram trazidos do Paraná para colaborar no "amansamento" dos Xokleng. Era casado e tinha três filhos. Foi assassinado nas imediações da casa de Hoerhan, no dia 24 de agosto de 1954.

(2) – Autos da apelação criminal nº 8.816, da Comarca de Ibirama, aos 11/12/1956.

qui eram homens puros; sãos. Hoje estão, como o senhor está vendo, degradados"(1).

O posto indígena no que se refere à sua estrutura e maneira de ação, nunca deixou de ser um prolongamento da sociedade nacional. Dessa maneira, era impossível que Hoerhan tivesse possibilidade de efetivamente realizar o que sonhou. Ou seja, ser o ponto de convergência do contato entre índios e brancos, de maneira que se tornasse possível apenas dar aos índios o que ele considerava válido na sociedade nacional. O posto em si, com uma estrutura que obrigava a presença de um número razoável de funcionários e trabalhadores, já liquidava com essa aspiração do pacificador. Além disso, o posto de um modo ou outro deveria obter a integração dos indígenas aos objetivos da sociedade nacional. Não é de se estranhar, pois, que muitas ações efetivamente deflagradas fossem inteiramente contrárias à sociedade tribal. Estariam nesse caso, por exemplo, as relações sexuais mantidas entre os funcionários e as mulheres indígenas.

Mas, ao mesmo tempo, o posto indígena tinha de desenvolver ações destinadas a proteger o grupo tribal da agressividade com que o segmento regional da sociedade envolvente pretendia atingir o grupo. Coibir ações de represália sobre os indígenas; impedir a espoliação da mão de obra indígena; evitar o aviltamento do valor da produção indígena; resguardar as terras reservadas para os indígenas e defender seu patrimônio florestal e faunístico, foram constantes atribuições do posto. Parece assim que o posto tinha objetivos contraditórios. Mas não. O posto apenas atuava representando os interesses da sociedade nacional como um todo e utilizando mecanismos decorrentes de uma estrutura sócio-econômica que já não admitia formas altamente aviltantes de exploração e espoliação humanas. Nesse sentido, e porque a nível regional a agressividade econômica ainda se inspirava em modelos já ultrapassados nos meios urbanos da Nação, é que se deve compreender o papel efetivo do posto indígena nas mais variadas partes do País.

Esse foi o quadro em que Hoerhan atuou. Pretendendo fazer do posto um instrumento de seleção de complexos culturais, para garantir aos indígenas o recebimento apenas dos valores positivos da nossa sociedade, Hoerhan acabou adquirindo vários inimigos entre os integrantes do grupo tribal. E viu o grupo rapida-

(1) – Entrevista com o pacificador em 10/7/63.

sim que, na saída do Pôsto, José de Almeida, defrontasse a casa de Carlos Del'Agnollo, um grupo de índios sairia ao seu encontro; falando animadamente, o rodearia, enquanto um dêles lhe faria entrega de uma carta que diria ser "muito urgente e importante" e, que por isso, deveria ser lida ali mesmo; assim que, distraidamente, o agente do SPI se puzesse a ler, seria atacado e morto a pauladas; que o plano dos índios era, uma vez morto o agente, atacar, ato contínuo, a família de Carlos Del'Agnollo, do qual há muito, tem ogeriza, por nada lhes vender fiado ou seja para nunca mais receber (...)"

No dia seguinte, a tensão entre funcionários do posto e os indígenas chegou ao auge quando ao se avizinhar da residência de Hoerhan para, segundo uns, entregar uma correspondência enviada pelo Diretor do SPI; segundo outros, assassinar o pacificador; o índio Lili Priprá foi morto. E Hoerhan de uma forma ou outra estava envolvido. Por isso ele se manifestou a respeito desse índio de um modo que revelava toda sua impotência perante o processo de integração que o grupo, e em particular esse índio, vivia. Lili várias vezes havia abandonado o posto indígena e tudo indica ter sido um índio que tentou sair da reserva para viver entre os brancos e não conseguiu. Rejeitado no "mundo dos brancos" regressou à reserva, mas aí também não se adaptou. Tornou-se, então, um índio profissional. Um explorador de sua condição. Para tanto, vez ou outra saía da reserva e percorria as repartições do SPI em busca de auxílios. Contava histórias mil; humilhava-se; implorava. Descobriu a maneira de amolecer os brancos e assim vivia. Numa dessas saídas, a chefia da 7ª Inspetoria Regional do SPI, dirigiu telegrama a Hoerhan pedindo referências de Lili Priprá. Hoerhan entre outras coisas disse: "Posto Indígena Duque de Caxias, em 26 de maio de 1951.

Sr. Chefe da 7ª IR

A fim de plenamente satisfazer a solicitação contida em vosso telegrama nº 39 e completar as informações (...) passo a vos referir o seguinte: Brasilio Priprá é aqui, sòmente conhecido pelo cognome *Lili*, desvirilizante apelido, que, desde a mais tenra idade, lhe foi pôsto pela ternura da mãe (...) *O que é bom já nasce feito*. Lombrosianamente mau, desde seus primeiros anos de existência, Lili para tôda e qualquer aprendizagem ou trabalho, sempre e invareavelmente, mostrou-se super-apático, desinteressado, preguiçosossímo (sic), arquidesbriado, *insubmisso* e *ultradesobediente*. Taludo, jamais procurou acatar, respeitar e muito menos se submeter ao regime de ordem, de disciplina e de trabalho dêsse pôsto. Lili primou em ser *sempre, sempre* e sob todo e qualquer ponto de vista, elemento *negativo*, corrompendo



Acampamento na floresta de "índios palmiteiros". Foto do autor.

com seu péssimo exemplo, com seus maus conselhos e suas parpalatonices, todos os demais (...). Mentiroso emérito e grande parlapatão, cada vez que Lili aqui aparece, por todos os meios e modos, instiga e incita os índios *contra* a vida regular estabelecida nêste Pôsto, e a todo o transe, os procura *desencaminhar* e *corromper* com a sua "sabedoria" e "experiência" (...) protótipo do *nulo*, do vadião descarado, Lili aqui nunca trabalhou (...) Brasilio Priprá, o inefável Lili – éssa má, éssa péssima vasílha – agóra mais do que nunca, criara, aqui, as maiores dificuldades. Nos trara enormes decepções, inúmeras contrariedades, dissabôres, lutas e trabalhos, graças ao pleno sucesso – que obteve com éssa sua aventurosa e descarada "viagem" ao Rio de Janeiro (...)".

O paternalismo e o desespero de Hoerhan está todo à mostra. O pacificador procurou também insinuar o quanto era prejudicial a chamada "assistência de asfalto". Por ela, burocratas sem maior intimidade com o problema, epiedavam-se dos miseráveis indígenas que chegavam aos centros urbanos. Prometiam-lhes enviar mil e uma utilidades, davam-lhes alguns trocados e os devolviam para as reservas. Depois, o chefe do posto que se justificasse com os índios quando o prometido caía no esquecimento.

Na verdade, a situação do posto não era boa. Há muito Hoerhan desanimara. Pouco saía de sua casa. Controlava o que se passava na reserva através de alguns funcionários. Os índios sobreviviam à custa de pequenas roças e da prática ainda da caça e da coleta. Como não havia estrada que permitisse chegar ao centro da reserva, o contato com os civilizados ainda era reduzido. Mas, é claro, os próprios índios ansiavam por estreitar os eles com a civilização. Queriam casas, como as dos brancos; queriam ferramentas; queriam vestuário; queriam estradas. Queriam tudo aquilo que lhes era sugerido pelos regionais e como esses somente lhes apresentassem coisas boas, eles logo aceitavam as sugestões. Entretanto, havia Hoerhan. Era necessário sua anuência. Era necessário seu apoio. Os regionais interessados em utilizar o potencial de mão de obra e de capacidade de consumo dos indígenas, além de toda riqueza representada pelos recursos florestais, desejavam abrir a reserva. Para tanto Hoerhan era obstáculo. Ele nunca permitira que a área indígena fosse cortada por estradas; não deixara jamais que os índios explorassem recursos florestais; dificultava ao máximo a saída de índios para servir de mão de obra em iniciativas dos civilizados. Nesse instante, o pacificador é rejeitado tanto por índios, como por brancos. Ele é obstáculo ao alcance de objetivos ou de promes-

bilhete escrito a lápis, assinado pelo auxiliar de ensino deste Posto sr. José de Andrada, no qual o mesmo, a José de Almeida, comunicava ter falado à larga com Brasílio Priprá, mais conhecido por "Lili", indivíduo de péssima conduta, que, sem permissão, havia induzido o botocudo de nome Cundagn Leschá, a acompanhá-lo em viagem que fez ao Rio de Janeiro e a capital do Paraná, a fim de fazer queixas e pedinchar auxílios; que, dizia o referido bilhete, haver "Lili" declarado a José de Andrade que "trouxeram ordem para tudo, inclusive para matar o declarante"; que, dizia ainda o bilhete, que "Lili" usando só de maledicência, revelara coisas incríveis, e que, na tarde daquele mesmo domingo, "Lili" reuniria os índios já préviamente avisados, para, a páu e faca, hostilizarem e eliminarem os brancos aqui residentes; que, diante disso, depois de estudar a situação sob todos os aspectos, sabendo ser "Lili" capaz dos maiores crimes, e, por outro lado, bem conhecendo o caráter dos índios, sempre refratário a todo e qualquer conselho que se lhes dê para o bem, mas prontíssimos para prazeirosamente aceitar toda e qualquer insinuação para o mal, por mais disparatada e estúpida que seja – êle, declarante, como medida de segurança, mandou um aviso ao inspetor de quarteirão, Francisco Riscarolli, a fim de que, em companhia do ex-expedicionário Manoel Silva, para cá se dirigisse; que a mesma ocasião, mandou avizar também a Pedro de Souza para que também aqui comparecesse; que, todos, muito pronta e solicitamente, atenderam ao chamado, aqui se apresentando poucas horas depois; que, além destes homens, aqui permaneceram revesando-se na guarda, durante a noite José de Andrade e Gervário Fiamoncini, sem que absolutamente nada de anormal fôsse notado; que no dia seguinte, 23 de agôsto, pouco antes das 10 horas, aqui apareceu o índio botocudo de nome Cóovi, vulgo "mata-pombo" e "caga igreja", que logo se dirigiu a José de Almeida, dizendo-lhe: "Mandado pelos outros índios eu vim aqui chamar você, para você ir lá em cima no Posto, a fim de, com êles, fazer arrumação das roças; êles lá estão a tua espera"; ao que José de Almeida, respondeu: "Hoje não posso ir. Tenho que fazer aqui"; que Cóovi, insistiu dizendo: "Então amanhã cêdo, bem cedo, você vá que nós ficamos a tua espera. Não deixe de ir"; ao que José de Almeida objetou:"se puder ir, vou"; que, Cóovi, a moda botocuda, insistiu, exigindo: "não, você tem que ir, precisa ir, sem falta! Ficaremos lá a tua espera, *não falte!*"; que, êle declarante, sem o saber, salvou a vida de José de Almeida, ordenando-lhe que permanecesse nesta residência; que, os índios, haviam urdido, bem combinado e preparado enganoso ardil, que executariam da seguinte maneira, as-

sas. Hoerhan age envolvido em toda essa trama e tendo reações emocionais decorrentes de todas as desilusões sofridas durante sua experiência. O índio Lili morre. O SPI muito sabiamente abre paralelo ao processo crime, um inquérito administrativo. Hoerhan é enquadrado em artigos do Estatuto dos Funcionários Públicos da União e tem sua demissão, a bem do serviço público, proposta pelo presidente da Comissão de Inquérito. Esta comissão de Inquérito. Esta comissão, entre outras coisas, concluiu que "a luta entre o chefe do Posto e o índio Priprá há muito empolgava ambos. Dum lado, a luta pelo mando e pelo domínio; de outra parte, pelas reinvidicações presumíveis de um direito e pelo bem estar geral da clã (sic). Um, certo da impunidade, certeza esta que se vinha confirmando há 40 anos!... O outro, certo de que perderia a vida, mas a causa viveria. O choque inevitável deu-se a 24 de agosto de 1954".

Na verdade, Hoerhan e Lili Priprá foram vítimas de um mesmo processo. Processo pelo qual a sociedade nacional envolve e domina as sociedades tribais. Tanto um, como o outro, a seu modo quiseram efetivamente trazer algum benefício para os indígenas. Nenhum dos dois teve êxito. E no caso de Hoerhan, tudo ficou mais dramático quando depois de ser inocentado do processo crime a que respondeu não logrou ser readmitido no serviço público, nem tampouco obteve qualquer aposentadoria ou pensão que lhe garantisse condições dignas de sobrevivência. Fora efetivamente 40 anos chefe do posto indígena. E estava agora marginalizado no grupo indígena; na sociedade regional; e no próprio Serviço de Proteção aos Índios. (1).

A partir de 1954, o posto indígena começou a sofrer mudanças. Novos encarregados chegaram e partiram. A reserva foi logo rasgada por uma estrada que, seguindo o curso do Itajaí do Norte, atingia povoações e serrarias localizadas além do seu limite. Aos indígenas foi permitido começar a exploração de recursos naturais, especialmente madeiras e palmito (Euterp edulis Mart). Terras da reserva foram arrendadas para civilizados explorarem; contratos foram efetivados entre o órgão oficial de proteção, representado no caso pela 7ª Inspetoria, e empresários regionais para a exploração de madeiras; roças foram feitas com a mão de obra indígena. Os índios adquiriram, nesse ínterim, possibilidades novas de sair da reserva; de comercializar seus produtos; de

(1) Êste trabalho estava em seu final quando tivemos a notícia de que a Fundação Nacional do Índio havia regularizado a situação funcional do pacificador.

consumirem bens. Entraram definitivamente na faixa de produtores e consumidores. Integraram-se à economia regional.

Os encarregados que a partir de 1954 sucessivamente foram designados para dirigir o posto indígena Duque de Caxias (1), modificaram a fisionomia da reserva. Todos esses personagens estavam desvinculados dos compromissos, da formação e da ideologia que haviam norteado as ações de Hoerhan. A questão para eles resumia-se em assumir um cargo público. Não interessava saber de problemas teóricos ou práticos. E como o Serviço de Proteção aos Índios continuava mergulhado nos crônicos problemas orçamentários, os encarregados não têm em suas atividades nenhum apoio financeiro ou técnico. O problema do chefe do posto resumia-se praticamente em sobreviver. E para tanto era imprescindível uma aliança estreita com os detentores do poder na sociedade regional. Como isto foi plenamente feito, a reserva logo foi aberta. Essa abertura atendia, evidentemente, aos interesses regionais.

Devido ao continuo desprestigiamento do órgão oficial de proteção, os novos encarregados do posto eram pessoas portadoras de precária formação intelectual. Poucas pessoas desejavam aceitar encargos e se sujeitar às duras condições de vida do sertão, em troca de salários irrisórios. E que, às vezes, ficavam meses atrasados. As limitações quanto à formação intelectual e à falta de apoio financeiro e técnico por parte do órgão central de proteção, seriam responsáveis pelo nivelamento das ações dos vários encarregados. E isto não mudou quando o Serviço de Proteção aos Índios foi substituído pela Fundação Nacional do Índio. Ao contrário. Até então, pelo menos, o SPI tinha se valido de pessoas habituadas à vida do sertão e por isso mesmo conhecedores de várias práticas rotineiras, referentes à agricultura, à caça, à pesca, à saúde, etc. Agora, ao enviar o primeiro chefe para o posto Duque de Caxias, a Funai utiliza um cidadão ligado ao ambiente urbano e totalmente alheio aos problemas dos índios e do sertão. Foi um desastre. A Delegacia da Funai voltou, depois dessa experiência, a utilizar um homem habituado à vida

(1) – Estiveram na chefia do PI, desde 1954, os seguintes encarregados: Antão de Tal (1954); José Mota Cabral (1955/66); Isaac Antônio Bavareso (66/68), Ten. Isidoro Oliveira (68/69) e Francisco Tavares (69/71). A partir de 1969, o PI Duque de Caxias passou a ser denominado PI Ibirama.

do interior, para dirigir o posto (1).

As influências exercidas sobre os indígenas diretamente pelo posto foram muito pequenas a partir de 1954. As rápidas mudanças que ocorreram no interior da reserva foram decorrentes de ações deflagradas pelos integrantes da sociedade regional. O posto apenas concordou com essas ações. Lastimavelmente, o posto se colocou numa posição que pouco podia fazer para controlar a mudança. E como os chefes de posto eram pessoas dependentes e incapazes do exercício de uma liderança plena, muitas vezes os indígenas colocaram em dúvida o papel e a autoridade que desempenhavam e exerciam. O posto flagrantemente aparecia assim como uma unidade de defesa dos interesses da sociedade envolvente.

Para atuar, o posto indígena sempre manteve um esquema organizacional mais ou menos rígido. Além do encarregado, um agente, um motorista, um enfermeiro, um professor e dois ou três trabalhadores braçais integravam o quadro permanente do posto Esse número, às vezes variava, para mais ou para menos. Em Duque de Caxias, depois que Hoerhan deixou a direção do posto o pessoal disponível sempre teve seu número fixado entre um máximo de 9 e um mínimo de 5 funcionários. Cada um desses personagens atuava sob as ordens do chefe do posto. Não havia, entretanto, orientação para a integração das ações dos diversos personagens. O chefe do posto é que verbalmente distribuía as tarefas. Ninguém, no posto, na inspetoria ou delegacia regional, na diretoria do SPI ou da Funai, se preocupou em coordenar as ações do posto, de maneira a tomá-lo efetivamente uma agência harmônica de mudança. Tudo dependia da capacidade pessoal e do interesse particular de cada um dos servidores.

Como meio de dominar os indígenas aldeados, o chefe do posto se valia dos funcionários e dos próprios índios. A técnica é antiga. Atraído o grupo tribal, os responsáveis pela pacificação tratavam de estimular algumas lideranças entre os silvícolas. Com o tempo, os líderes assim surgidos se tornavam verdadeiras marionetes nas mãos hábeis dos servidores da proteção. Em Duque de Caxias, Hoerhan conquistou a amizade e o respeito do chefe do grupo, o velho Trovoada. "Um índio corajoso, ar-

(1) – Recentemente a Funai acabou de realizar a primeira experiência quanto à realização de curso de seleção e treinamento para encarregado de postos indígenas, em convênio com Universidade de Brasília. Veja-se "O Estado de S. Paulo", de 1º/8/71, Artigo "Funai quer pessoal de nível adequado".

rojado e muito inteligente," no dizer do pacificador. Depois, quando este morreu, na década de trinta, a chefia passou a ser exercida pelo índio Kaingang João Priprá. Evidentemente, não foram os Xokleng que o escolheram. Hoerhan simplesmente chamou Priprá e disse que daquele dia em diante ele seria o "capitão dos índios". E cada chefe que aparece no posto, alguns dias depois de tomar conhecimento da situação, trata logo de cassar o mandato do "capitão" que se encontra no poder, nomeando outro de sua confiança.

Para manter o prestígio do "capitão", e ao mesmo tempo dar força às suas decisões, o posto costuma manter uma polícia indígena. Essa tem o papel de controlar as atividades dos silvícolas aldeados, no que se refere à manutenção da ordem. Mas essa ordem sempre é uma abstração, permitindo interpretações convenientes. Veja-se, por exemplo, o teor de uma portaria de nomeação de um índio para a polícia indígena: "Pôsto Indígena "Duque de Caxias", em 15 de março de 1966.

Portaria nº 22/66

Isaac Antônio Bavaresco, Encarregado do Pôsto Indígena "Duque de Caxias", no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, Resolve:

Nomear o índio Candagn Patê para exercer as funções de soldado da Polícia da Tribo Indígena dos Botocudos, dêste Pôsto Duque de Caxias, no que deverá ser respeitado e acatado por todos os índios sediados nesta área, no exercício das funções que lhe são atribuidas. O que se cumpre, comunicando-se ao interessado."

E como essa distribuição de poder poderia ser contestada pelos próprios indígenas, o chefe do posto criou toda uma infra-estrutura de apoio, criando uma hierarquia policial e distribuindo funções da seguinte maneira: cinco de soldados; duas de cabos; duas de sargentos; uma de tenente; uma de major; uma de capitão; uma de coronel. E para supervisionar essa polícia, o encarregado ainda instalou um conselho de polícia, criando nove funções de coronel-conselheiro. Com isto, o encarregado do posto tinha condições de anular qualquer resistência que se esboçasse no interior da reserva e que pretendesse colocar em dúvida o poder de suas decisões.

Efetivamente, o destino diário dos indígenas está submetido em grande parte ao chefe do posto. A sua autoridade é enorme e os indígenas dele dependem para as mínimas coisas, como fazer uma nova "coivara" ou obter algum medicamento. E quando os encarregados não têm condições intelectuais, nem sensibilidade, para entender toda a problemática vivida pelos silvícolas, o pre-

juízo é eminente para todos. No ano de 1968, o chefe do posto determinou que os indígenas fizessem uma roça coletiva nas terras imediatamente vizinhas à sede. Todos os funcionários e os próprios índios disseram que ali não se colheria nada, pois as terras eram fracas e há muito tempo tinham sido desmatadas. O encarregado, entretanto, teimou. Dizia que ali seria realizada a roça porque "êle poderia fiscalizar os trabalhos". E assim foi feito. Aproximadamente quatorze mil cruzeiros foram gastos, e a colheita não deu para cobrir tal despesa. Então, sabiamente, o encarregado resolveu não entregar a cota parte dos índios que haviam entrado com sua força de trabalho, para ter condições de recuperar maior parte do capital. Numa outra ocasião e nesse mesmo ano de 1968, esse mesmo encarregado propôs e obteve autorização da Delegacia da Funai em Curitiba para "transferir" alguns índios que "estavam criando problemas para sua administração". A "transferência" foi feita para postos do Paraná. Entretanto, não saíram de Duque de Caxias apenas os cinco "indesejáveis", – no dizer do chefe do posto. Saíram quase 40 pessoas, integrantes das famílias de cada um dos índios atingidos. E quando foi por nós criticado pela prática de uma punição absurda, o encarregado ainda se justificou dizendo que "os que sairam não eram boa coisa, pois foram atrás de uns malandros" (1).

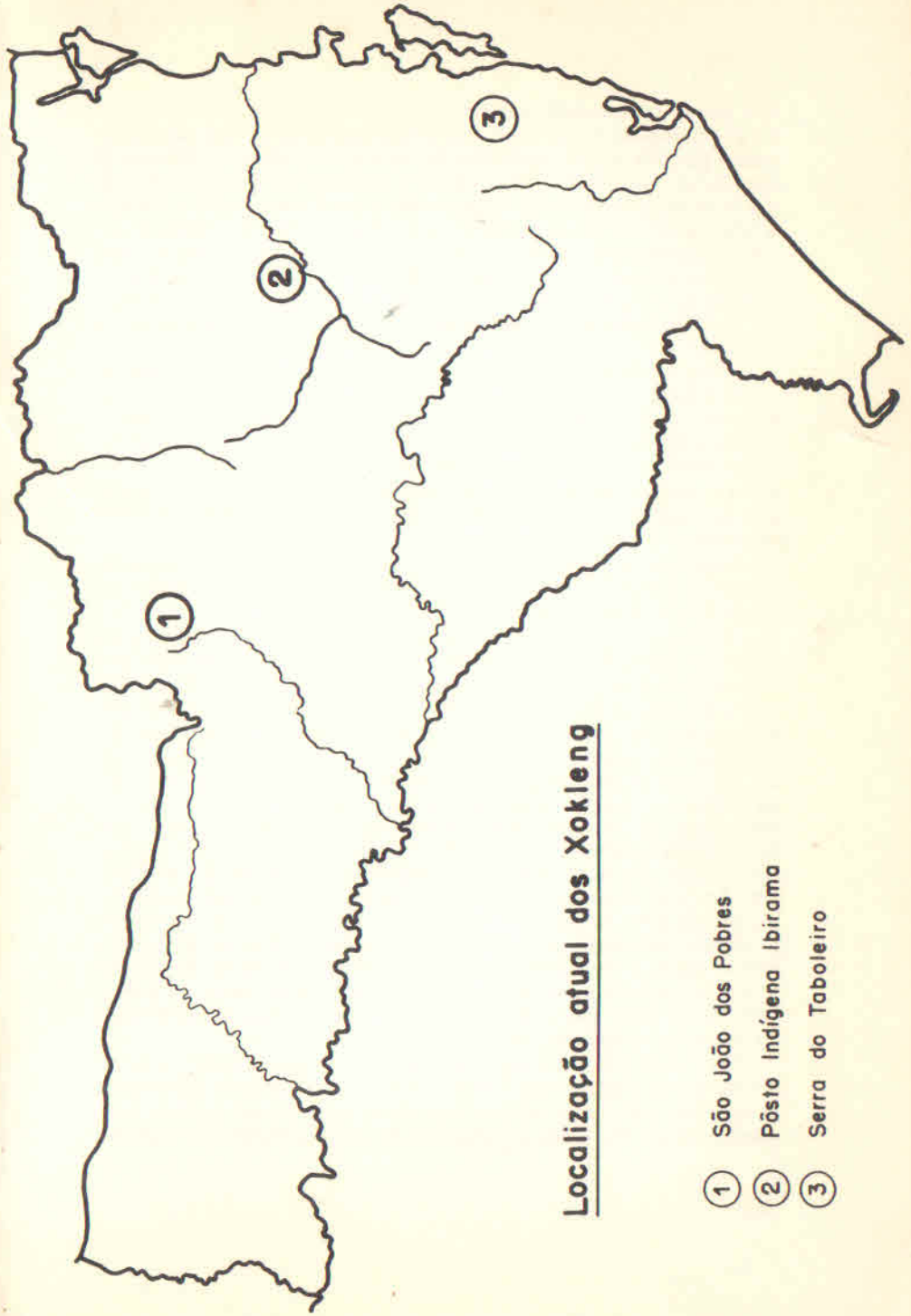
No oferecer ou impor situações, os chefes do posto contribuíam para facilitar a submissão dos indígenas à sociedade envolvente. A própria imagem dessa sociedade era colocada como modelo, como algo a atingir. Na festa comemorativa do "Dia do Índio", no ano de 1967, o encarregado Isaac Antônio Bavaresco assim se expressou "(...) faz um ano hoje que neste local comemoramos esta data; aonde tivemos por assim dizer a primeira união, o primeiro contato entre o nosso povo humilde com a civilização verdadeira (...).

Não quero menosprezar os antepassados, mas deveria êsse contato ter sido mantido há muitos anos. Contato que eu digo e comemorarmos a data de hoje juntos, irmanados com a sociedade, com aquela sociedade digna, uma sociedade que merece todo o nosso respeito, a qual nós e meus irmãos índios, a minha turma, o meu caboclo, devemos seguir; embora, nós não temos cultura, mas devemos copiar os exemplos dêsses homens que vêm nos visitar, que vem nos trazer confôrto (2)".

(1) – Entrevista com o Ten. Isidoro Oliveira, em 1º/8/69.

(2) – Em 19/4/67. Gravação integral no arquivo do autor.

Compreende-se dessa forma que o posto desempenhou um papel particular no processo de integração dos Xokleng. O grupo hoje está inteiramente dependente da sociedade regional, seja como produtor; seja como consumidor. Nesse sentido, pode-se dizer que o grupo está integrado à economia regional. Oposto, portanto, cumpriu suas finalidades. Embora Hoerhan tivesse lutado para evitar que a submissão dos indígenas aos regionais fosse rápida e direta, e por isso o pacificador arrumou inimigos numa e noutra área, o processo não deixou de ocorrer. Ao se acelerar esse mesmo processo, com a substituição de Hoerhan por novos encarregados, deve-se notar que o posto se apresentava desorganizado, desorientado e incapaz de um trabalho efetivo em benefício dos índios. Isto, entretanto, parece que era condição para mais facilmente o posto responder aos interesses da sociedade envolvente. E nesse aspecto evidentemente o posto realizou uma contribuição efetiva.



VI – ÍNDIOS E BRANCOS NUMA SOCIEDADE COMPETITIVA

1. CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DA SOCIEDADE ENVOLVENTE.

Na região que estamos focalizando predominam condições sócio-econômicas compatíveis com as áreas mais desenvolvidas do Brasil. Uma associação estreita ocorre entre a atividade agrícola e a indústria, de maneira que o nível de vida da população é bastante elevado. Entretanto, por força da própria estrutura do sistema, uma análise mais detalhada da economia dessa área logo revela que existem acentuadas diferenças quanto à participação da população na distribuição dos bens e serviços.

Ao ocorrer a colonização no sul do Brasil, transplantou-se juntamente com os imigrantes o modelo econômico que dominava a Europa, particularmente à Alemanha e à Itália, no século passado. Embora o sistema que predominava no Brasil e na Europa fosse o mesmo – o sistema capitalista –, havia diferenças significativas no que se refere à agressividade e à tecnologia com que nos dois continentes se exploravam recursos naturais e humanos. No Brasil predominavam formas de combinação de bens e serviços que caracterizavam um modelo voltado para o mercado europeu e altamente dependente da exploração da força de trabalho escravo. Dessa forma a empresa que desenvolvia atividades econômicas nesta parte da América se organizava a partir desse fato. E como seu mercado de consumo se localizava na Europa,

não havia preocupações quanto ao nível de vida econômico de seus trabalhadores. A mudança dessa situação se deu especialmente por alterações ocorridas na área de consumo, na Europa. A revolução industrial, que permitiu o aumento da produção e exigiu a ampliação da faixa do mercado consumidor, levou a Europa a pressionar as áreas fornecedoras de produtos *in natura* e assim dependentes. Surgiram assim condições na América para estabelecimento de mudanças nas formas de produção, utilização da mão de obra e uso de bens. Essa, a razão básica por exemplo da atitude inglesa a respeito do tráfico e do trabalho escravos no Brasil.

Num contexto mais amplo, o mesmo processo que exigia a ampliação do mercado de consumidores para os manufaturados europeus foi responsável pela liberação de uma parcela ponderável da mão de obra disponível na Europa. E havia que se aproveitar esse potencial de um modo ou outro. A imigração, no caso, foi a resposta que de forma ampla atendia aos interesses econômicos vigentes. A Europa eliminava o perigo representado pela existência de parcelas de sua população sem atividade produtiva adequada; a Europa obrigava a reorientação dos tradicionais sistemas de produção nas áreas coloniais; a Europa ampliava a faixa de consumo de produtos manufaturados.

Frente a esse quadro é que se pode compreender todo o processo de colonização do sul do país. A região era dominada por formas bastante precárias de exploração da natureza. No litoral e no interior, as práticas econômicas eram voltadas para o sistema interno da colônia e, depois, do império. A capacidade de consumo das populações aí instaladas era mínima. Vivia-se, como em todo o resto do país, um modesto modelo capitalista. Ao se iniciar a colonização, entretanto, logo se verifica que as empresas, ao se envolverem diretamente na questão, organizam seus empreendimentos nos melhores padrões do sistema capitalista. E os próprios imigrantes chegam a esta parte da América também com essa mentalidade. A pequena propriedade agrícola, explorada pelo imigrante e sua família elementar, logo se tornou o módulo adequado para garantir êxito das colônias. E a partir dessa base, a tecnologia peculiar ao mundo europeu do século XIX veio garantir sucesso a várias iniciativas no setor da indústria. Nessa área, pois, desde o início, a agricultura e a indústria se tornaram interdependentes.

Por tudo isto, o imigrante europeu chegou a esta parte da América vinculado a um sistema econômico bastante agressivo. E baseado nele, logo iniciou uma mudança séria no modelo econômico local. De saída o imigrante obteve condições de trabalho

que o privilegiavam frente aos habitantes do país: terras adequadas à produção agrícola, ricas em madeiras e entregues sob financiamento; frentes de trabalho criadas especialmente para ocupá-lo e remunerá-lo logo após sua chegada e enquanto sua terra não produzia, ou, na entressafra; apoio na comercialização da produção. E como ele saiu da Europa para dentro do sistema econômico vigente melhorar sua situação financeira particular, tratou de aproveitar a oportunidade. Da agricultura, partiu para a exploração dos recursos florestais e logo chegou à indústria. Ou, se já possuía algum capital, ingressou diretamente na atividade industrial

Dessa maneira surgiram alguns dos núcleos mais importantes dessa área, como: Curitiba, Joinville, Blumenau, Tubarão, São Leopoldo, Caxias do Sul. E uma centena de pequenas cidades e vilas. A economia se diversificou e hoje concentram-se aí os melhores níveis de produção do sul do país. Indústrias ligadas à produção de tecidos, auto-peças, siderurgia, alimentos e madeiras são comuns; a agricultura e a pecuária se fazem presentes de maneira acentuada; os serviços, ligados desde a administração pública até ao ensino das universidades regionais, também são explorados. Estradas asfaltadas, energia elétrica, estações de rádio e televisão, jornais, teatros, jardins zoológicos e museus estão presentes nas principais áreas urbanas da região e em muitos casos atingem as pequenas cidades e mesmo as zonas rurais.

No Vale do Itajaí, em Santa Catarina, a atividade industrial representou no ano de 1968, 50% da produção total da região, enquanto as atividades ligadas aos setores primário e terciário atingiram 20% e 30%, respectivamente. Essa produção, em termos globais, em 1950 representava 44% do total do Estado. Nos anos de 1960 e 1965, com o incremento de outras regiões, o vale ainda continuou a deter respectivamente 38% e 35% da produção estadual. (1).

Nas proximidades da reserva indígena, localizada no alto vale do Itajaí do norte, as atividades econômicas básicas se fundamentam na exploração da agricultura e de recursos florestais, especialmente as madeiras de lei. A agricultura ainda tem por módulo a pequena propriedade, enquanto a exploração dos recursos florestais levou as empresas a adquirir áreas de porte médio ou grande. Nesse último caso, a maior parte das terras foram obtidas através de concessões junto ao governo estadual.

(1) – Fundação Universidade Regional de Blumenau, 1969;

Em dois momentos essas duas atividades fundamentais se entrosam: uma, quando o colono negocia as madeiras existentes no lote de terras que adquiriu; outra, quando a empresa madeireira se confunde com a própria empresa de colonização, de maneira que retirados os espécimes florestais de valor, a terra é comercializada com os colonos-agricultores. Tendo em vista que o empreendimento madeireiro exige capital elevado, não é de se estranhar que nas mãos dos proprietários das serrarias concentra-se o poder econômico e político da área.

Numa resposta lógica ao sistema capitalista implantado na área, o poder político sempre se concentrou junto a quem detinha a maior parcela de recursos econômicos. A época da instalação da colônia Hammonia, 1897, era a empresa colonizadora hanseática que praticamente decidia sobre o que fazer. Depois, o prestígio da empresa foi cedendo oportunidades de mando para os colonos que logravam sucesso econômico. E houve lugar também para Eduardo Hoerhan, pois este afinal representava o governo federal naquele distante sertão, o que lhe garantia diretamente poder político. Mas, excetuado esse caso, o poder na área que diretamente envolve a reserva indígena se concentrou em mãos de indivíduos que estavam ligados aos negócios da exploração de madeiras. É verdade que, na área, ninguém se dedicava apenas a uma atividade econômica e os madeireiros tinham também interesses na agricultura, e às vezes, na pecuária. Mas essas atividades eram secundárias. A exploração em torno das terras do núcleo colonial de Hammonia foi sendo feita, assim, através das atividades das serrarias.

Em dias do presente, a área vizinha à reserva indígena continua a manter uma estrutura econômica baseada na exploração da pequena propriedade agrícola e na extração de produtos florestais. Nos municípios de Ibirama, Presidente Getúlio, Witmarsum, Benedito Novo, Dona Emma e Itaiópolis não existem estabelecimentos industriais de porte que não sejam ligados à extração de produtos florestais ou agrícolas. Mas esses últimos são poucos, representados por algumas fecularias. Aqueles que realmente aparecem na balança de produção da área são os que se dedicam à extração e beneficiamento de madeiras. A pequena propriedade agrícola está decadente. Suas dimensões não resistiram às contínuas partilhas entre herdeiros e ao empobrecimento dos solos. Por isso existe preocupação por parte de diversos técnicos agrícolas quanto ao futuro do vale e há uma contínua evasão da população rural para os pólos urbanos regionais ou, mesmo, para outras áreas do país. A produção agrícola, entretanto, não chegou a declinar. Melhores técnicas de traba-

lho, sementes selecionadas e aproveitamento das terras liberadas pelas empresas madeireiras têm garantido pelo menos a manutenção do volume de produção.

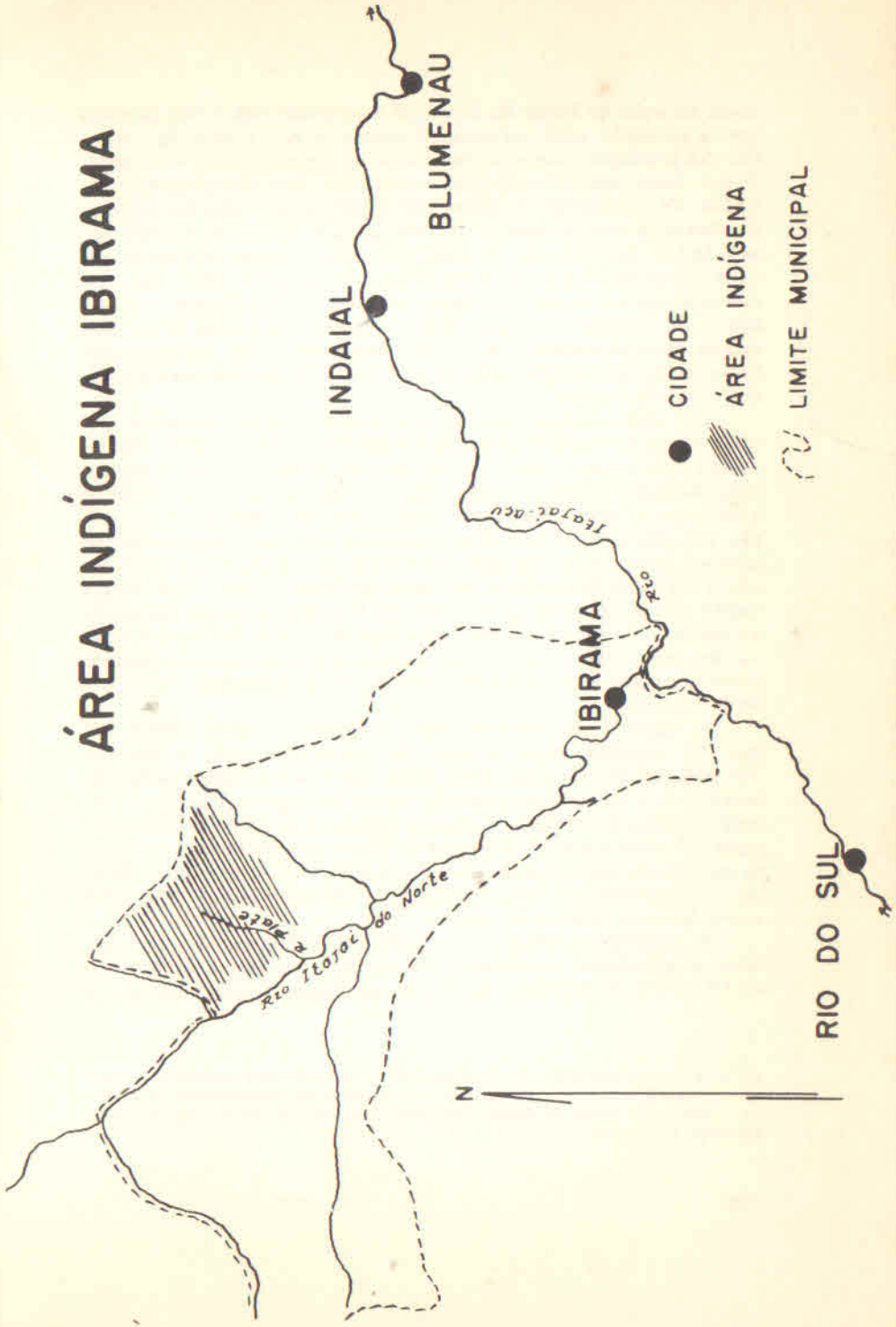
Como 64% da população do vale do Itajaí se localiza na zona rural (1), numa aparente contradição com a sua produção industrial que está concentrada em algumas cidades-pólos de atração, os problemas da posse e uso de terra e de exploração dos recursos vegetais são importantíssimos nessa área. Basicamente, as opiniões dos civilizados sobre os indígenas aldeados em Ibirama estão influenciadas pelos interesses na terra. Ela é necessária para atender aos projetos de estabelecimento da família de um jovem colono. Ela é imprescindível para garantir os planos de implantação ou expansão da atividade madeireira. E como as necessidades extravasam os apertados limites do vale, a reserva indígena aí localizada é constantemente referida para atender às solicitações desses projetos dos regionais.

A interdependência de interesses entre a agricultura e a atividade madeireira, juntamente com a detenção de maior ou menor quantidade de terras, fundamentou a estratificação social da área. Na base da pirâmide estão localizados colonos e caboclos brasileiros, não proprietários, que sobrevivem pela venda de sua força de trabalho. À parte desses, e abaixo, situam-se os indígenas e os mestiços que residem na reserva. Acima, em direção do vértice, em estratos diferentes, situam-se desde os pequenos proprietários até os detentores de largas extensões de terra e proprietários de empresas madeireiras.

Enquanto no vale do Itajaí a agricultura associa-se intimamente ao empreendimento madeireiro, no planalto, onde se localiza o toldo de São João dos Pobres, predomina a extração de madeira associada à criação de gado.

Devido às facilidades apresentadas pelo terreno e pela própria floresta dominada pelo pinheiro, além de uma estruturação diversa da propriedade, aqui não há destaque na atividade agrícola. Predominam as grandes propriedades submetidas ao domínio de um proprietário, simultaneamente criador de gado e madeireiro. Apenas, num ponto ou noutro alguma colônia de pequeno porte, onde duas ou três famílias de imigrantes se localizaram há tempos passados e aí labutam na agricultura. E, embora o valor maior da produção madeireira, a área é marcadamente influenciada pela atividade pastoril.

(1) – Fundação Universidade Regional de Blumenau 1969. A população do vale do Itajaí, em 1969, era estimada em 570.000 habitantes resultando numa densidade demográfica de 43 habitantes por km2. A taxa de incremento da população é de 3,2% ao ano.



2. A RESERVA INDÍGENA

O vale do Itajaí do Norte é um estreito e último prolongamento para noroeste do vale do Itajaí. Serpeando entre as serranias, nas proximidades da encosta da serra Geral, que forma a borda do planalto, o rio Itajaí do Norte corre em busca do Itajaí-Açú e da planície do litoral. Os dois rios se encontram um pouco abaixo da sede do município de Ibirama, onde verdàdeiramente ocorre uma bifurcação, um seguindo o rumo norte e outro, o principal, o rumo sul. No rumo norte, ainda no século passado, foi que a Companhia Hanseática de Colonização instalou a sede da Colônia Hammonia. Dessa primeira unidade, surgiram vários municípios dos quais se destaca, por suas dimensões territoriais e localização estratégica em relação aos demais, o de Ibirama. É nesse município que se localiza a reserva indígena.

A área do município de Ibirama atinge a 1082Km2, com uma população estimada em 1967 da ordem de 21.452 pessoas. (1).

O município divide-se em distritos, com suas respectivas sedes localizadas em povoados que outrora eram núcleos avançados da colônia. As cidades mais importantes do vale do Itajaí para a população de Ibirama são Blumenau e Rio do Sul, que se situam respectivamente a 85 e 15 Km da sede do município. Atualmente uma estrada asfaltada, denominada BR 470, liga Ibirama e essas cidades e ao resto do Estado, pois essa rodovia articula a BR 116 – que atravessa o planalto no rumo sul norte – com a BR 111 que, pelo litoral, também liga Porto Alegre aos campos de Curitiba. Mas o núcleo sede do município de Ibirama está afastado dois quilômetros do curso principal da estrada e por isso só o viajante que tem interesses específicos realiza visita à cidade. Nesse sentido Ibirama continua a sofrer do mal de se localizar no fundo de um vale, como já ocorria ao ser uma simples colônia. Antes era o ponto mais avançado do sertão, para onde se deslocava somente quem necessitava de terras. Agora é o núcleo mais importante do vale do Itajaí do Norte, mas sua influência como pólo de atração se reduz à localização ali de alguns bancos e certas repartições oficiais que não se fazem presentes nos municípios vizinhos de Presidente Getúlio, Witmarsum, Dona Emma, Benedito Novo e Itaiópolis. A produção desses municípios, com o cessar das atividades da estrada de ferro Paraná-Santa Catarina, deixou de ser concentrada em Ibirama, ponto terminal da es-

(1) – Fundação Universidade Regional de Blumenau, 1969, mim.

trada no vale do Itajaí do Norte. O transporte rodoviário permite que a produção seja colocada diretamente nos locais de consumo. As principais compras que fazem os comerciantes e os moradores mais abastados desses municípios, com a implantação de linhas de transporte coletivo que ligam suas sedes municipais diretamente com Blumenau ou Rio do Sul, deixaram também de ser feitas em Ibirama. O município ficou assim diminuído em suas possibilidades de expansão e influência. Por isso, as administrações locais procuram explorar as condições climáticas e os contrastes formados pelo estreito vale e as altas serranias que caracterizam a cidade, chamando-a, em cartazes que foram estrategicamente colocados às margens da rodovia BR-470, de "suiça brasileira".

Do núcleo urbano de Ibirama partem várias estradas que atravessam o território municipal ligando-o a outras sedes municipais ou, mesmo, servindo as muitas linhas de colonização. Uma dessas estradas, acompanha o curso do Itajaí do Norte e atravessa a reserva indígena. Até o ano de 1969, essa estrada era precaríssima e nos dias chuvosos não dava condições de tráfego. Nesse ano o governo do Estado promoveu a sua retificação e britagem de maneira que hoje qualquer veículo pode facilmente atingir a reserva. Da sede de Ibirama ao posto indígena, na reserva, há uma distância de cerca de 52 Km. Uma linha regular de transporte coletivo diariamente cruza a reserva, ligando povoações que estão além de seus limites e a própria, com a sede do município.

A reserva de Ibirama tem, segundo o título definitivo que foi expedido pelo governo de Santa Catarina, a área de 141.565.866,08 m2. Essa área ainda está na sua maior parte coberta pela floresta sub-tropical, típica da região. Espécies vegetais como a canela, o cedro, a peroba e o sassafrás são comuns. O vale apertado do Itajaí do Norte contrasta com as altas serranias, de onde correm vários e pequenos cursos d'água. Desses, se destaca o Plate, responsável pela formação de um vale secundário no interior da reserva.

A população residente na reserva, indígena ou não, tem suas propriedades localizadas às margens do Itajaí do Norte e do Plate (1). A distribuição das casas segue o módulo fixado à

(1) – Algumas famílias de Guaraní, não consideradas especificamente neste trabalho porque somente há poucos anos se localizaram na reserva, vindos do oeste de Santa Catarina, residem no interior da reserva, em meio à floresta.

época da colonização do vale do Itajaí, ou seja as casas se localizam em lotes coloniais (25.000 m2) e se distanciam uma das outras entre 200 a 500 metros, aproximadamente. Dessa maneira, nos doze quilômetros por onde segue a estrada que acompanha o Itajaí do Norte, atravessando a reserva, se localiza a maior parte das casas dos Xokleng. Mas as casas não só se distribuem nas duas margens da estrada, como também do rio. Isto obriga a que muitos tenham de usar pequenas embarcações para cruzar o Itajaí do Norte e assim atingir a estrada. Para os Xokleng, a vida sedentária trouxe vários problemas. Os hábitos de limpeza e asseio da casa e arredores, necessários para evitar doenças, jamais foram plenamente adquiridos. A defecação também não é praticada em fossas sanitárias o que facilita a contaminação de doenças, especialmente a verminose.

A reserva abriga 336 indivíduos que diretamente dependem da assistência do posto indígena (1). Esses indivíduos se auto-identificam como se segue: 160 são Xokleng; 33 são Guaraní; 11 são Kaingang; 82 são mestiços; 50 são civilizados. Desses últimos, 38 têm antecedentes indígenas, o que os coloca realmente na situação de mestiços. Os demais 12 indivíduos, são civilizados que vivem como cônjuges de índios (2). Considerando esses dados, e excetuando os Guaraní, podemos estabelecer o seguinte quadro:

(1) – Realizamos um censo na reserva no ano de 1964. Depois verificamos que outras famílias indígenas saíram ou regressaram à reserva. Em relação a uma publicação anterior, de nossa autoria, os dados apresentados agora mostram diferença. No caso, o fato deveu-se a um êrro involuntário de computação. Entretanto, destacamos que os dados acima não são compatíveis com os elementos fornecidos pelo Pôsto ou pela 4- Delegacia da FUNAI. Êsse detalhe, a nosso ver, em nada prejudica a interpretação dada aqui.

(2) – Levamos em conta o grupo de vizinhança para confirmar ou não a auto-identificação dos informantes. Como mestiço, incluímos os indivíduos resultantes da união Xokleng/Kaingang; Xokleng/civilizado; Kaingang/civilizado.

QUADRO II

Distribuição por sexo e idade dos Xokleng e Mestiços aldeados no P I Ibirama (1)

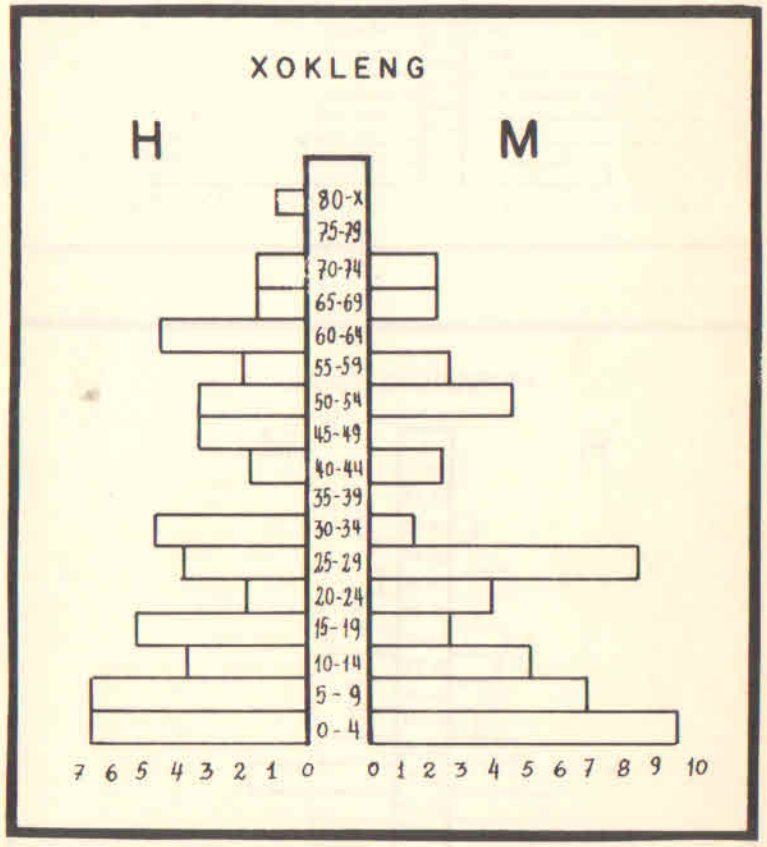
CLASSES DE IDADE	XOKLENG		MESTIÇOS		TOTAIS		
	M	F	M	F	M	F	T
+ – 80	1	–	–	–	1	–	1
75 – 79	–	–	–	–	–	–	–
70 – 74	2	3	1	1	3	4	7
65 – 69	2	3	–	–	2	3	5
60 – 64	7	2	–	–	7	2	9
55 – 59	3	4	–	–	3	4	7
50 – 54	5	7	1	1	6	8	14
45 – 49	5	–	–	–	5	–	5
40 – 44	3	4	2	2	5	6	11
35 – 39	–	–	3	3	3	3	6
30 – 34	7	2	–	6	7	8	15
25 – 29	6	13	3	4	9	17	26
20 – 24	3	6	8	4	11	10	21
15 – 19	8	4	9	6	17	10	27
10 – 14	6	8	15	16	21	24	45
05 – 09	10	11	7	22	17	33	50
0 – 04	10	15	10	19	20	34	54
TOTAIS	78	82	59	84	137	166	303

Os dados acima foram obtidos através de entrevistas, anotando-se informações relativas ao sexo, idade e auto-identificação do informante e seus familiares. A idade foi anotada por aproximação, uma vez que não havia condições para se determinar com precisão o ano de nascimento dos informantes, especialmente os adultos. Nota-se facilmente os graves problemas demográficos vividos pelo grupo. Mas se levarmos em conta os dados referidos por Hoerhan e Henry, sobre o número de Xokleng existentes à época da pacificação e durante a pesquisa realizada entre 1932 e 34 pelo antropólogo americano, verificamos que se obteve um reequilíbrio populacional. E esse reequilíbrio fica melhor compreendido quando se focalizam os dados referentes

(1) – Os 11 índios identificados como Kaingang e os 12 indivíduos civilizados foram incorporados nesse quadro ao grupo de mestiços.

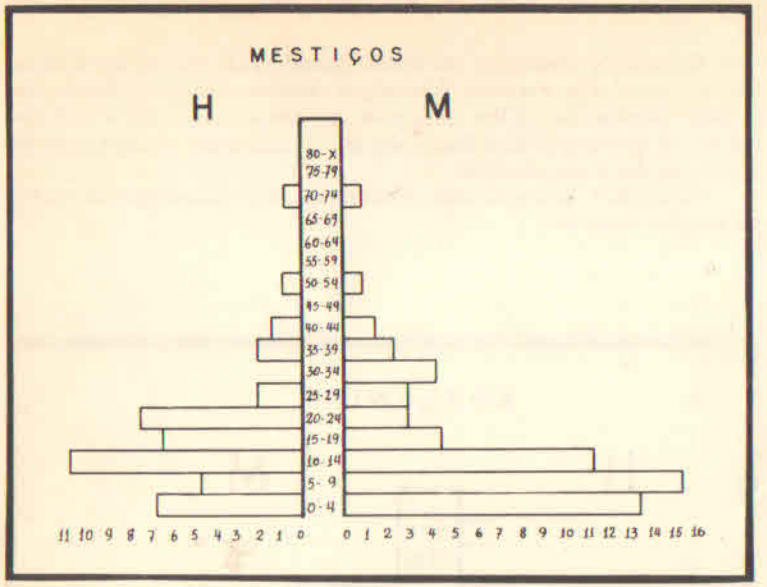
aos Xokleng e mestiços de forma global, pois na verdade entre uns e outros não existem diferenças acentuadas que justifiquem a sua separação. Eles integram o mesmo universo. Por isso mesmo é que nas pirâmides a seguir, destacamos aquela que engloba as duas populações.

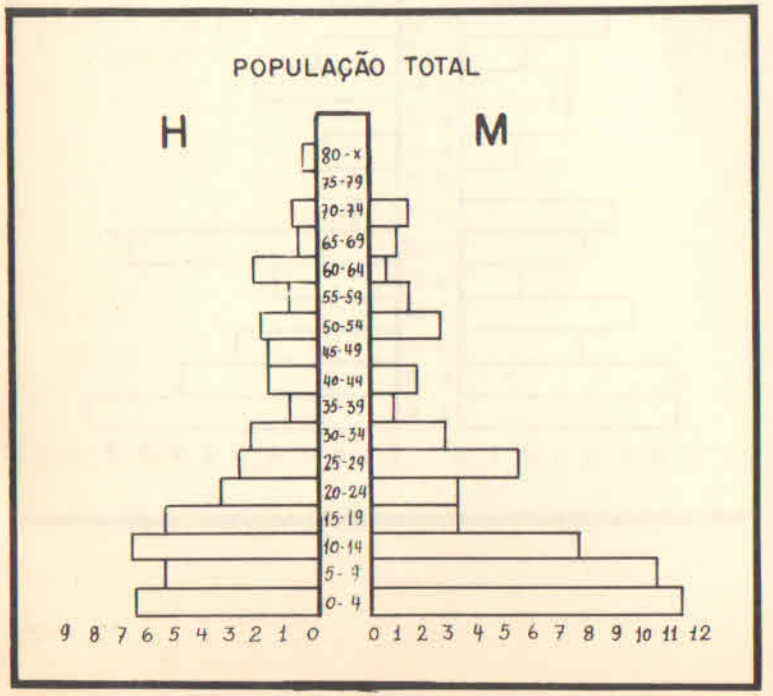
Pirâmides demográficas referentes aos dados apresentados no quadro anterior:



Os dados a respeito da fertilidade da mulher indígena, se revelaram parcialmente prejudicados, porque não obtivemos de todos os informantes femininos, em idade adulta, indicações relativas ao número de filhos, vivos e mortos, que tiveram. Fácil é compreender, entretanto, que o grupo conseguiu superar a fase de depopulação. Isto foi resultante não só da obtenção de resistência aos agentes causadores das moléstias que o grupo desconhecia e que recebeu através do contato com os brancos, como também decorrente de dois outros importantes fatores. O primeiro relaciona-se com as medidas médico-sanitárias que vieram a ser colocadas à disposição do grupo e que são representadas especialmente pelas campanhas de vacinação periódica, pelo uso de antibióticos e atendimento médico-hospitalar, em casos graves. O segundo prende-se aos conceitos ideais referentes ao tamanho da família que os índios e os integrantes da sociedade nacional envolvente mantêm. Já vimos que na floresta os Xokleng mantinham uma descendência relativamente reduzida. A mulher somente tinha nova criança quando a primeira já estava em condições de andar e se alimentar por si. Isto provavelmente era decorrente das condições de vida a que o grupo estava submetido. Agora, na reserva, esse padrão mudou. A gravidez se repete com espaços bem mais curtos. E como o tamanho ideal da família para o colono-agricultor era bem maior do que o ideal indígena, é provável que a mudança tenha sido decorrente do contato interétnico e da modificação do sistema adaptativo dos indígenas. Nessa perspectiva, não seria possível aceitar a hipótese de Ribeiro (1970:315), referente a prováveis alterações fisiológicas ocorridas com a mulher Xokleng e que seriam responsáveis pela maior incidência da gravidez (1).

(1) – Barros Lima e Camargo, 1971:8, lembram Davis e Blake para classificar as variáveis intermediárias responsáveis diretamente pela fertilidade de uma população, apontando os seguintes fatores: "1. fatores relativos à formação e à dissolução de uniões; 2. fatores relativos à relação sexual na união; 3. fatôres relativos à exposição à concepção; 4. fatores relativos à gestação e ao parto".





Ainda sobre a situação demográfica da reserva, são elucidativos alguns dados referentes ao problema da miscigenação. Embora na reserva coexistam também um grupo Guarani e um grupo de caboclos brasileiros, não há caso de relacionamento sexual declarado entre esses e os Xokleng. A incidência da miscigenação ocorre entre os Xokleng e os brancos e entre os Xokleng e os Kaingang. Nesse sentido, os Xokleng idealizaram uma série de atributos para os brancos e, às vezes, os estendem aos Kaingang. Tudo isto em decorrência da situação histórica em que ocorreu a pacificação. Os Kaingang que auxiliaram nesses trabalhos logo se colocaram numa posição hierárquica intermediária entre os Xokleng e os civilizados. Assim a mulher Xokleng prefere um parceiro branco para o relacionamento sexual e, na falta deste, aceita mais facilmente um Kaingang. "O índio – isto é, o Xokleng, SCS – não sabe fazer carinho", explica uma informante. "O índio não sabe trabalhá direito", justifica outra. Essa segunda explicação tem maior aceitabilidade, pois no fundo está havendo um processo de integração num novo sistema econômico e somente obtém prestígio nessa nova ordem quem tiver condições para responder objetivamente a realidade. No momento em que uma índia casa com um civilizado ela está procurando reforçar as possibilidades de sobreviver e competir no novo sistema. E o mesmo ocorre com os indivíduos do sexo masculino. Em regra todos idealizam relações sexuais com mulheres civilizadas. Muitos chegam a realizar experiências com tais parceiras em bórdeis das vizinhanças e outros conseguiram alguma mulher branca para conviver. Um de nossos informantes, Juvei Mulá, vivia com uma velha colona que tinha mais de sessenta anos. Ao perguntar-lhe porque ele não casava com uma mulher mais moça, se havia tantas na reserva, ele respondeu-me: "sim, elas são moças, mas não sabem fazer roça e comida; não gostam muito de trabalhar. A mulher que tenho faz tudo. Ela é civilizada; ela sabe fazer as coisas". Esse mesmo índio, antes de 1932, quando Henry iniciou sua pesquisa, fora casado com uma índia. Mas essa mulher o traiu e ele segredou para o antropólogo, numa oportunidade, que as mulheres Xokleng dormiam com outros homens sempre que seus maridos estavam ausentes e por isso ele só voltaria a casar com uma mulher brasileira (1). Mas, na verdade, Juvei Mulá era referido na reserva com certa deferência. E ele

(1) – Henry, 1941:25/26.

se apresentava diariamente melhor vestido que os demais índios de sua faixa de idade. Tinha atitudes para com os demais que também reafirmavam seu prestígio: "vamos em casa tomar um café"; "minha mulher pode escrever a carta"; "leva a fazenda que ela faz a camisa".

Parece-nos que os Xokleng foram levados a criar uma espécie de "ideal de branqueamento", como sôe ocorrer entre as populações negras do Brasil (2). Esse branquear teria uma certa conotação com a idéia que os indígenas fixaram a respeito da fase da pacificação, como sendo "época de amansamento". O branquear poderia assim ser tomado como "civilizar". O mestiço, resultante da união branco com índio, seria dessa forma melhor que o índio puro porque "era mais civilizado". Essa idéia se fundamenta na premissa de que os padrões culturais seriam decorrentes de transmissão hereditária. Essas noções rudimentares e falsas de eugenia são bastante comuns no interior de Santa Catarina e não é de se estranhar que os indígenas a elas fossem submetidos. E como o branco era melhor em tudo, ter um filho com ele seria uma boa maneira de passar para o descendente qualidades que o indígena não possuia. Seria uma forma de "melhorar a raça". E foi por isso que em certos momentos de nossa pesquisa registramos o interesse de diversos informantes em destacar entre seus ascendentes um civilizado ou mesmo um índio Kaingang.

Continuando a prevalecer essas idéias entre os componentes da sociedade tribal, há uma tendência ao desaparecimento gradativo do biótipo Xokleng. Mais de uma vez, aliás, os encarregados do posto de Ibirama nos disseram, com ares de crítica, que os Xokleng já não queriam mais casar entre si.

A população da reserva Ibirama se apresenta ao estranho de modo mais ou menos homogêneo. Brancos, mestiços e índios pouco diferem no modo de dispor bens e serviços. Excetuados os funcionários do posto, os brancos que vivem na reserva são pobres caboclos ou colonos que, faltos de terras e outros recursos, ali lutam precariamente pela sobrevivência. Mas quando observa-

(2) – "A côr age, pois, de duas maneiras, seja como estigma racial, seja como símbolo de um estatuto social inferior. Se assim é, quanto mais o negro se aproxima do branco, pela tez, pelos traços do rosto, nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, maiores as suas possibilidades de ser aceito" (Bastide e Fernandes, 1955:140). "Analisar o ideal de branqueamento é focalizar um dos padrões fundamentais envolvidos na constituição das famílias de negros e mulatos. "Branquear" é uma aspiração "Universal". Negros, mulatos escuros e mulatos claros – todos querem branquear" (Cardoso e Ianni, 1960:183).

ções sistemáticas começam a ser feitas pelo investigador, a aparente homogeneidade cede lugar para vários níveis de estratificação social e de participação na sociedade envolvente. Há índios que sabem ler e escrever; que prestam o serviço militar; que possuem título de eleitor; que têm profissão definida, como carpinteiro, professor, costureira, etc. Há outros que tiveram experiências de vida particulares, conhecendo o funcionamento de outros postos do sul do país, cidades ou prostíbulos. Há índios membros atuantes da Igreja Assembléia de Deus. E há ainda os que pouco sabem falar português e que vivem submetidos à cultura tradicional, naquilo que ela tem de básico. Há, portanto, um verdadeiro gradiente que permite a localização dos vários integrantes do grupo, conforme suas expectativas e modo de ação diários. Num sentido amplo, pode-se admitir que as gerações mais jovens estão mais envolvidas pela sociedade nacional do que as gerações mais velhas. E enquanto os primeiros se preocupam com futebol, bailes, festas de igreja ou música, os últimos vez ou outra ainda manifestam participar de parcelas da cultura tradicional.

3. O XOKLENG COMO PRODUTOR

Ao saltarem da condição de nômades-caçadores para a de sedentários, os Xokleng tiveram de sofrer uma mudança fundamental em seu sistema adaptativo, tornando-se agricultores. É evidente que isto não ocorreu nos dias imediatos que se seguiram à pacificação. O processo de mudança, embora brusco, realmente levou anos para ser aceito pelos indígenas. Schaden (1946) destaca que "O exemplo dos Xokleng mostrou mais uma vez que o abandono dos antigos costumes não é coisa fácil. Os velhos se aproximavam do pôsto sòmente até certa distância, conservando o seu próprio acampamento no interior da floresta".

Foi nesse quadro que os indígenas tiveram de aceitar primeiramente a mudança de seu regime alimentar. O posto não podia mantê-los à base de carne, devido às suas limitações orçamentárias. Os produtos originários das raças cultivadas foram assim sendo utilizados para dieta indígena. E, logo depois, os indígenas de meros consumidores de produtos agrícolas, se tornaram seus produtores. O posto atuava como orientador das novas atividades econômicas desenvolvidas pelos silvícolas e na organização da empreitada agrícola, incentivando o trabalho do grupo em termos coletivos. Extensas roças foram assim cultivadas e os indígenas acabaram por se habituar a esse tipo de atividade, embora tivessem deixado de aceitar a orientação coletiva

dos trabalhos que o posto procurara desenvolver. A tudo isto já nos referimos em páginas anteriores. Mas é a partir dessas noções que podemos entender como o Xokleng se apresenta como produtor em dias do presente.

Ao ocorrer a saída de Eduardo Hoerhan da direção do posto, imediatamente os indígenas foram estimulados a explorar os recursos florestais existentes na reserva. Inicialmente, foi o palmito (Euterpe edulis Mart) o recurso mais valorizado pelos regionais. Na área do vale do Itajaí haviam se localizado diversas empresas dedicadas à fabricação de conservas e o palmito estava assim sendo industrializado e comercializado para os grandes centros urbanos do país e, mesmo, do exterior (1). Algumas dessas empresas tinham suas sedes localizadas em São Paulo ou Rio de Janeiro e dispunham até de cinco ou mais fábricas de conservas instaladas nos mais diferentes lugares do interior do país, onde predominassem facilidades para a exploração do Euterpe edulis. Isto é decorrente do fato de ser razoavelmente fácil a instalação da pouca maquinaria que a indústria requer e, ao mesmo tempo, atender ao processamento quase imediato que a matéria prima exige, depois de apanhada na floresta. Nesse sentido são esclarecedores alguns dados referentes a uma indústria de conservas, localizada em Timbó (2), fornecidos por seu gerente em 23 de julho de 1965 e assim registrados em nosso diário: A firma tem sede em São Paulo e possui cinco filiais no sul do Brasil, inclusive esta de Timbó. A fábrica trabalha com 15 operários e está em final de produção por falta de matéria prima na área. A produção quando no auge atingia a média de 150.000 quilos mensais. A matéria prima é obtida na área. A firma costuma adquirir propriedades para extrair o palmito ou compra o palmito de terceiros (...) A fábrica tem um funcionário que é encarregado de adquirir a matéria prima. Para tanto, tem ordenado específico e usa o caminhão da fábrica para o transporte. Bruno (nome do funcionário–SCS) tem a obrigação contratual de entregar o palmito na fábrica a razão de Cr$ 115,00 (cruzeiros velhos – SCS) por quilo. Assim, êle tem oportunidade de comprar por menos e entregar na fábrica pelo prêço estabelecido, auferindo lucro (...). A fábrica evita dessa forma quaisquer compro-

(1) – O Estado de São Paulo de 15/10/70 apresenta ampla reportagem sob o título "Chegam ao fim as reservas de palmito", tecendo considerações sobre a exploração e comercialização dessa espécie vegetal.

(1) "Fábrica de conservas Caiçara" de propriedade da empresa, Oarde Correa.



Confecção de tanga em urtiga brava. Foto de Vladimir Kozak.

missos com a mão de obra necessária à obtenção da matéria prima" (1).

A competição existente entre as diversas empresas interessadas no palmito levou para o interior da reserva indígena vários prepostos, todos interessados em engajar os indígenas na exploração desse recurso natural. Esses prepostos, no caso, tinham dois tipos de interesses. Primeiro, utilizar a mão de obra indígena para um tipo de tarefa relativamente fácil, mas de difícil aceitação entre os civilizados, porque exigia um trabalho árduo para o transporte das peças coletadas e interiorização do indivíduo no sertão. Segundo, aproveitar o potencial natural da reserva de modo gratuito, pois esses prepostos pagavam aos indígenas o trabalho para tirar o palmito da floresta mas não os remuneravam com qualquer parcela destinada a compensar a exploração de um recurso do qual eles eram os legítimos senhores. E foi devido a isso que a mão de obra em si não foi de todo aviltada. Os prepostos ofereciam por exemplar de Euterpe edulis colhido, uma remuneração razoavelmente compensatória, segundo os salários a que os índios estavam habituados e frente à relativa facilidade, nos primeiros anos de exploração, de se obter uma quantidade razoável de espécimes durante um dia de trabalho.

Estimulados pela anuência dos encarregados do posto, facilitados pela estrada que foi aberta no interior da reserva e sistematicamente solicitados por prepostos de empresas, os indígenas rapidamente se envolveram na nova atividade econômica. Abandonaram suas roças e começaram a se internar na floresta em busca da Euterpe edulis, na medida em que os espécimes localizados nas margens dos rios Itajaí do Norte e Plate, e na orla da floresta que rodeava as roças foram sendo colhidos. No início, regressavam para suas casas à noite, trazendo às costas

(1) – Para ser colhido o palmito, faz-se necessário cortar a palmeira. Esta cresce nativa em locais ecologicamente favoráveis, de clima tropical. No Brasil sòmente em tempos recentes se começaram a fazer experiências com o cultivo das palmeiras produtoras de palmito, respectivamente Euterpe edulis Mart e Euterpe Olereacea, havendo o risco de desaparecimento dessas espécies devido a devastação praticada pelos palmiteiros. Citando boletins da Cacex, o Jornal Estado de São Paulo de 15/10/70 aborda o problema e diz que "O Brasil exportou em 1968, 2.092.840 quilos de palmito, no valor de Cr$ 3.683.593,00. Já no ano de 1969, a exportação elevou-se a 3.155.569 quilos, no valor de Cr$ 7.149.976,00 (...)".

um feixe formado pelos exemplares colhidos (1). Reunidos em casa, e depois juntados ao coletado pelos demais vizinhos, os feixes de palmito eram recolhidos pelo caminhão da empresa interessada ao final da semana. Depois, na medida que as distâncias iam aumentando, os indígenas começaram a estabelecer acampamentos na floresta. Primeiro eram acampamentos para ficar a semana e, depois, se transformaram em ambientes para se passar meses seguidos, enquanto se explorava totalmente os palmitais vizinhos.

A dedicação à exploração do palmito levou os Xokleng a uma total dependência das empresas compradoras. Isto porque as roças deixaram de ser cultivadas, bem como foram abandonadas as escassas atividades criatórias. O grupo, baseado nos rendimentos auferidos com o palmito e correspondendo a estímulos dados pelos regionais, passou a se abastecer de tudo que necessitava para sobreviver nas "bodegas" vizinhas ao posto ou junto ao próprio comprador de palmitos.

E como os rendimentos auferidos, nos primeiros anos da exploração, eram relativamente altos, logo os indígenas foram levados a dispor de um máximo de bens de consumo. Espingardas, roupas, bijouterias e mesmo artigos como rádios e bicicletas foram vendidos largamente pelos comerciantes da área aos indígenas, ao mesmo tempo que toda a alimentação era também adquirida diretamente aos regionais.

Os trabalhos de extração do palmito obedeciam a um esquema razoavelmente rígido. Um civilizado residente na reserva, casado com uma índia, um mestiço ou mesmo um índio se articulava com o preposto da empresa interessada e dele se tornava representante. No interior da reserva esse representante do preposto formava um grupo, com seus parentes, vizinhos e outros indivíduos que pudesse envolver. Em seguida escolhia o local onde se iniciaria a exploração do Euterpe edulis e lá fixava um rústico acampamento. Os integrantes do grupo se deslocavam com suas famílias. E durante semanas inteiras ficavam a esquadrinhar a floresta em torno do acampamento depredando-a de todos os exemplares da palmeira Euterpe edulis.

Ao final de cada semana, ou em qualquer outro dia previamente escolhido, o preposto da empresa interessada chegava às

(1) – O palmito do alto vale do Itajaí em regra é de tamanho pequeno e médio, pesando entre 500 e 1.200 gramas. Os Xokleng fàcilmente transportavam 50 a 70 palmitos por feixe.

proximidades do acampamento, ou até o ponto em que as precárias estradas dessem acesso, com um caminhão para recolher a produção. A pedido do representante do preposto, o caminhão já trazia alimentos e outros artigos indispensáveis à sobrevivência do grupo. Ao chegar o "caminhão palmiteiro" o preposto juntamente com seu lugar tenente, efetuavam a classificação da produção que, de acordo com o diâmetro de cada exemplar de Euterpe edulis, podia receber o rótulo de palmito de primeira; de segunda ou terceira. A partir dessa classificação e à base de preços previamente estabelecidos, cada integrante do grupo recebia a parcela a que fazia jus. E, logo em seguida, começava a adquirir as mercadorias e utilidades de que necessitava.

O preposto não assumia suas funções apenas para organizar o trabalho indígena. Ele, na verdade, recebia da empresa interessada por toda a produção preços superiores aos que remunerava os integrantes do grupo. E também classificava os exemplares colhidos de tal maneira que a maior parte dos palmitos, adquiridos dos integrantes do grupo como sendo de segunda, eram entregues à fábrica de conservas como sendo de primeira. E os de terceira, como de segunda. Em janeiro de 1967, testemunhamos o indivíduo Arnoldo Morló, civilizado casado com uma índia, tornar-se preposto de uma empresa e diretamente organizar um grupo para extrair palmitos. A essa época a produção era escassa, devido à depredação intensa. Contudo Arnoldo reuniu 15 interessados e muitas vezes saía da reserva para explorar palmitais particulares, alguns localizados em municípios distantes. A empresa interessada garantia para Arnoldo Morló transporte para os integrantes do seu grupo, além de crédito em mercadorias para ele poder fornecer aos indígenas. E pagava por exemplar de palmito entregue ao "caminhão palmiteiro", as seguintes importâncias, de acordo com a classificação: primeira Cr$ 0,28; segunda Cr$ 0,12; terceira Cr$ 0,6. Arnoldo Morló, entretanto, pagava para os integrantes do seu grupo, por exemplar apresentado junto ao local onde o caminhão faria o recolhimento, as importâncias respectivas de Cr$ 0,12; Cr$ 0,6; e Cr$ 0,3. Isto garantia ao organizador do grupo, lucros que atingiam 100%, afora o que era ainda gravado em seu benefício nas mercadorias que a fábrica enviava para ele redistribuir, e assim fornecer, aos indígenas.

Os lucros de Arnoldo Morló, bem como de outros prepostos, não chegavam entretanto a permitir um distanciamento efetivo entre ele e os demais integrantes do grupo tribal. A atividade de um grupo de extratores e a sua própria organização interna eram muito precárias. De maneira que os grupos se faziam e desfaziam com uma rapidez incrível, além de muitos indígenas pre-

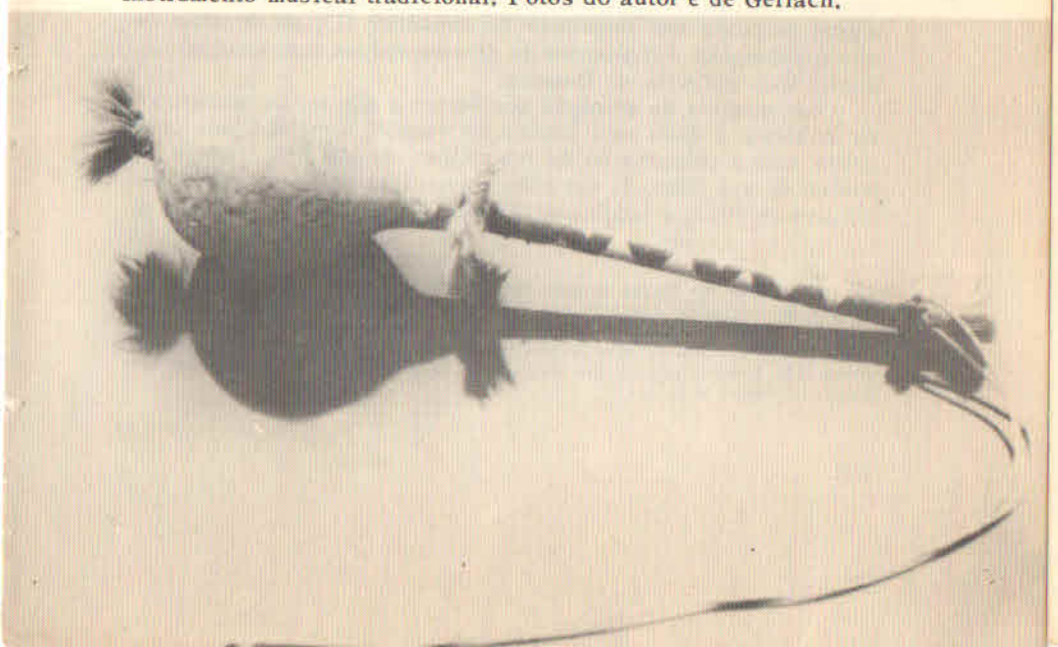
Sobrevivente e descendentes "mestiços" em São João dos Pobres





Índia atravessando o Itajaí do Norte

Instrumento musical tradicional. Fotos do autor e de Gerlach.



ferirem executar os trabalhos somente com os integrantes de sua família elementar. Isto garantia aos encarregados do fornecimento da matéria prima às fábricas de conservas, oportunidades para aproveitar em benefício próprio o que deveria tocar ao preposto no interior da reserva.

A extração de palmito levou os Xokleng a novas e inesperadas situações, no contexto do sistema econômico regional. Uma das mais interessantes dessas situações foi o arranjo que os Xokleng estabeleceram para permitir que as pessoas que não eram reconhecidas como do grupo, tivessem possibilidade de participar da extração de palmito. Os Xokleng sempre se consideraram donos da reserva. Por isso, acharam-se com o direito de "dar concessão" para quem quisesse explorar o palmito e que não fosse reconhecido como índio. Alguns civilizados estavam isentos dessa regra porque eram casados com indígenas. Essa decisão baseava-se na orientação do posto indígena de somente permitir a exploração dos recursos naturais da reserva pelos índios. E como havia no interior da reserva um grupo de caboclos, que vivia em condições precaríssimas de vida, os indígenas criaram um modo particular para lhes permitir auferir algum lucro explorando o palmito. Um caboclo fazia sentir a um índio que desejava ser "palmiteiro". O índio dizia que estava bem e combinavam ir para a floresta. Ao final da semana, o caboclo entregava sua produção ao índio e este a passava para o "caminhão palmiteiro", recebendo por seu valor e como se toda produção fosse sua. Depois, em particular, pagava ao caboclo, valorizando sua produção sempre de modo inferior ao que fora atribuído pelo encarregado de compra, no "caminhão palmiteiro". Essa diferença funcionava como espécie de taxa de concessão e todos os índios dela faziam questão, quando havia oportunidade de engajar um caboclo na exploração do palmito.

A reserva indígena tinha limites para permitir a exploração descontrolada e constante de Euterpe edulis. Dessa maneira, passados 10 anos de contínua atividade dos "palmiteiros", os recursos naturais se esgotaram. Os sintomas desse esgotamento não foram percebidos pelos indígenas, nem pelos funcionários do posto. Nem tampouco as conseqüências. Todos sabiam que estava cada vez mais difícil obter um feixe de palmitos; todos comentavam sobre os esforços que eram necessários para chegar a locais de difícil acesso e de lá trazer, às costas, uma carga de Euterpe edulis; todos recordavam saudosos os enormes palmitos que eram colhidos quando "os caminhões palmiteiros começaram a aparecer por aqui". Mas ninguém previa as funestas conseqüências que o desaparecer do palmito traria para os indígenas. É

que nesses 10 anos de exploração eles haviam abandonado suas roças e criações; haviam se habituado ao recebimento semanal referente ao pagamento de sua produção; haviam se acostumado à aquisição semanal de produtos alimentares e outros bens junto aos regionais. Agora, além de faltar o palmito, os indígenas não tinham reservas, nem estímulos, para regressar aos trabalhos agrícolas. Dessa maneira a penúria econômica se instalou na reserva, obrigando ao Serviço de Proteção aos Índios tomar algumas providências. Estas incluíram a substituição do encarregado do posto.

O novo chefe do posto indígena teve a imediata sensibilidade de abrir frentes de trabalho, assalariando índios para fazer roças para o posto; articulando a exploração de madeiras e palanques com empresários regionais com a utilização de mão de obra indígena; estimulando a elaboração de roças individuais entre os indígenas, pela distribuição de sementes e pelo favorecimento da execução de tarefas pelo sistema de ajuda mútua entre vizinhos, o conhecido mutirão.

A volta à agricultura se deu, entretanto, num quadro inteiramente novo, e, até certo ponto, desestimulante. O retardo com que os resultados da atividade eram alcançados; a relativa dificuldade em colocar no mercado regional os excedentes disponíveis; e, até mesmo, o processamento que a maioria dos produtos exige antes de estar em condições para ser levado ao mercado, desesperou muitos dos indígenas. De maneira que a maior parte da produção agrícola praticamente se reduziu ao necessário rio para o consumo interno do grupo doméstico. E todos trataram de valorizar as oportunidades de sair da reserva para trabalhar num palmital particular, atendendo solicitação de mão-de-obra de algum preposto das empresas de conserva (1); ou de tirar lenha e palanques nos troncos de árvores caídas nas coivaras ou, ainda, tirar madeiras na floresta.

Um exemplo de situação econômica a que estão submetidos os Xokleng, é dado pela família de Waenkü Kopakã. Esse índio conta com a colaboração de sua mulher, de seu filho casado; da mulher de seu filho; de um filho e uma filha solteiros e adultos. No ano de 1967, a família de Waenkü Kopakã plantou: 40 Kg de

(1) – No vale do Itajaí a mão de obra é bastante valorizada, sendo difícil se encontrar civilizados disponíveis para os trabalhos de "tiração de palmitos", por ser tarefa que exige acampar na floresta e hábitos frugais. Os índios são requisitados para êsse trabalho porque relativamente exigem pouco das emprêsas, seja em salários, seja em responsabilidades legais.

sementes de milho híbrido, esperando colher 220 sacos, de 60 Kg cada; 10 Kg de feijão, esperando colher 14 sacos, de 50 Kg cada. Simultaneamente, entre dezembro de 66 e fevereiro de 67, essa família havia cortado 10 m3 de madeiras de lei, ao preço de Cr$ 1,50 o m3 e cortou 50 m3 de lenha no valor de Cr$ 1,00, por m3. Assim a família teve a disponível de Cr$ 65,00, para enfrentar suas necessidades durante 90 dias.

É fato que a pesca, a caça, restos de alguma antiga roça, auxílios esporádicos do posto indígena, frutos silvestres e cultivados, a comercialização de algum artefato tradicional, puderam oferecer no período algum complemento àquela renda. Mas, se considerarmos que a situação apresentada é a melhor que encontramos no posto durante o ano de 1967, teremos idéia da penúria vivida pelos demais componentes do grupo.

Além dessa precariedade visível do processo de produção, outros dois aspectos puderam ser anotados. O primeiro deles refere-se à comercialização dos excedentes produzidos. Os comerciantes localizados na periferia da reserva sabem que o índio tem necessidade de vender sua produção, para imediatamente adquirir outros bens. Por isso, desvalorizam os produtos que lhes são oferecidos pelos silvícolas. Quando os aceitam, em regra, costumam adotar o regime de "troca", pelo qual os indígenas recebem por preços bastante superiores à média regional, as mercadorias de que necessitam (1). O segundo liga-se diretamente ao uso da mão de obra indígena por parte do posto, pelo seu assalariamento diário. Isto levou muitos índios a praticamente não realizar qualquer roça, pois o salário diário, à primeira vista, era algo compensador pelo seu uso imediato. Passado o período em que o posto realizava suas roças, os indígenas assim engajados viam-se sem trabalho e também sem roças.

Na reserva indígena, em 1967, vigoravam os seguintes regimes de trabalho e respectivos valores: empreitada – quando o indivíduo realizava determinada tarefa (limpeza de uma roça, por exemplo) a preço previamente combinado; diarista à base de Cr$ 1,50, sem alimentação, e entre Cr$ 0,80 e Cr$ 1,00, com alimentação (almoço e jantar). A jornada de trabalho é de sol a sol,

(1) – A área é essencialmente monetária em suas relações mercantis que envolvem civilizados. Contudo, os comerciantes costumam "vender o máximo" para quem tem mercadorias para lhes oferecer e às quais êles estão interessados. No caso dos indígenas, essas relações se tornam mais espoliativas porque o comerciante sabe que difìlcimente o índio poderá ir mais adiante à procura de quem melhor valorize sua produção. Daí a troca.

6. Abóbora	Fevereiro a maio	Junho a setembro

II. FRUTAS

a) Plantas cultivadas		Época de colheita
1. Banana		Janeiro a dezembro
2. Laranja		Abril a junho
3. Mamão		Janeiro a dezembro

b) Plantas silvestres		Época de colheita
4. Figo		dezembro
5. Guaramirim		dezembro
6. Sacupari		Janeiro a fevereiro
7. Mamão		abril
8. Goiaba		Janeiro a abril

III. PESCA

Espécies	Técnica de apanha	Período de Pesca
1. Cascudo	tarrafa ou covo	dezembro e janeiro (*)
2. Cará	tarrafa ou anzol	dezembro e janeiro
3. Piaba	tarrafa ou anzol	dezembro e janeiro
4. Jabicu	tarrafa ou anzol	dezembro e janeiro
5. Traíra	tarrafa ou anzol	dezembro e janeiro
6. Jundiá	tarrafa ou anzol	dezembro e janeiro
7. Mandi	tarrafa ou anzol	dezembro e janeiro
8. Carpa	anzol	dezembro e janeiro
9. Peixe aipim		

(*) – Este é o período de maior produtividade

isto é das 6 às 18 horas, com uma hora para o almoço. Os Guarani e os caboclos são os que mais aceitavam esse tipo de atividade, atuando junto aos civilizados que são arrendatários na reserva ou a seus vizinhos e, às vezes, aceitando os trabalhos oferecidos nas roças particulares desenvolvidas pelos funcionários do posto ou pelos próprios Xokleng. Esses últimos, somente aceitavam assalariamento junto ao posto indígena, dedicando a maior parte de suas energias à exploração de recursos florestais e, ou, ao cultivo de roças. Os Xokleng também não costumavam aceitar empreitadas oferecidas pelos regionais, a não ser aquelas ligadas à exploração do palmito, e não costumavam sair da reserva para oferecer sua força de trabalho.

A produção e o consumo entre os Xokleng, hoje, se apresenta semelhantemente ao que ocorre na sociedade regional. Cada família produz e consome isoladamente. Não há intercâmbio institucionalizado entre uma família e outra, a não ser o mutirão que algumas vezes é praticado para o cumprimento das atividades mais pesadas do cultivo. Mesmo parentes próximos não se auxiliam mutualmente. Por isso, os casais velhos, em regra, adotam crianças, pois essas podem vir a ser seus arrimos, quando a velhice se tornar mais acentuada. Em muitos casos, testemunhamos velhos invadindo às escondidas roças alheias para obter algum alimento, pois nenhum de seus parentes os auxiliava.

Para melhor elucidar a situação dos Xokleng como produtores, apresentamos a seguir dados referentes à agricultura, à caça e à pesca.

QUADRO III

Relação de produtos agrícolas, frutos, peixes e caça explorados pelos integrantes da reserva indígena Ibirama.

I. AGRICULTURA

Plantas cultivadas	Época de plantio	Época de colheita
1. Milho	Fevereiro a maio	Julho a dezembro
2. Aipim	Janeiro a setembro	Janeiro a dezembro
3. Batata	Janeiro a setembro	Janeiro a dezembro
4. Arroz	Junho a dezembro	Setembro a abril
5. Feijão	Agosto a fevereiro	Outubro a abril

IV. CAÇA

a) Aves	Período de Caça	
1. Macuco	Maio e agosto	(período de caça permitido pela legislação brasileira que é imposto aos índios pelo PI-como técnica de apanha utiliza-se apenas arma de fogo)
2. Jacutinga	maio a agosto	
3. Inhambu	maio a agosto	
4. Uru	maio a agosto	
5. Jacu	maio a agosto	
6. Jacupema	maio a agosto	
7. Tucano	maio a agosto	
8. Pavão	maio a agosto	
9. Pomba	maio a agosto	
10. Tucaniço	maio a agosto	

b) Animais	Período de Caça
1. bugio	Janeiro a dezembro
2. macaco	Janeiro a dezembro
3. porco	Janeiro a dezembro
4. tateto	Janeiro a dezembro
5. anta	Janeiro a dezembro
6. veado	Janeiro a dezembro
7. quati	Janeiro a dezembro
8. tatu	Janeiro a dezembro
9. sararepe	Janeiro a dezembro
10. cotia	Janeiro a dezembro
11. paca	Janeiro a dezembro

4. AÇÃO DE IGREJAS E ESCOLAS NA RESERVA

Logo após a atração dos Xokleng às margens do Plate, o posto foi visitado pelo padre João Komineck C.M., responsável pela paróquia polonesa de Alto Paraguaçú, que envolvia as colônias localizadas nas proximidades da borda do planalto, numa extensão da colonização efetuada pelo Paraná nas margens do rio Negro. Ruy Wachowicz (1969: 485) indica que o padre organizou a expedição com 12 ou 13 pessoas, partindo da colônia Bom Sucesso em direção ao rio da Prata, afluente do Itajaí do Norte. A documentação polonesa utilizada por esse autor demonstra que

os primeiros contatos do padre e seus companheiros com Hoerhan e os indígenas foram bastante frios. O padre foi informado pelo pacificador que, devido ao regulamento do Serviço de Proteção aos Índios, não podia favorecer a conversão dos indígenas para esta ou aquela religião. Mas o Kaingang Preié, que acompanhara Hoerhan nos primeiros anos de contato, foi indicado para colaborar com o padre Komineck. Devido a isto, algum tempo depois o padre organizava uma segunda expedição ao Posto. Durante essa estada o padre realizou o batismo de 98 índios. Segundo tradução de Ruy Wachowicz, o padre Kamineck assim narrou esse acontecimento (1): "Dirigi-me logo ao "cacique" Eduardo para cumprimentá-lo. Recebeu-me de coração e logo de início desculpou-se pela sua falta de hospitalidade por ocasião de minha primeira visita ao pôsto (...). Convidou-nos para tomarmos nossas refeições com êle, durante nossa estadia ali. Apesar de termos trazido conosco muitas provisões, não era possível recusar o convite (...). Por ocasião do desjejum, perguntou-me se seria possível que eu batizasse algumas famílias dos botocudos, as quais haviam solicitado o santo batismo (...). Após a refeição, conduziu-me a uma outra habitação, onde com grande admiração encontrei um altar preparado. Como depois cheguei a saber, viera da localidade de Ascurra, um italiano que era sacristão, para a colocação do altar (...) pelas 9 horas, Eduardo mandou chamar todos os trabalhadores do pôsto, e disse-lhes, que naquele dia e no seguinte, seria proibido trabalhar, em memória do fato de alguns botocudos receberem o santo batismo. Seria no pôsto dia santificado"(...). Pouco após, no caminho que conduzia ao mato, apareceram os índios. Marchavam em fila. Na frente vinha um velho grisalho o qual contava 126 anos. Andava com passos firmes e na mão direita segurava um arco; o braço esquerdo não possuía (...). Apesar dos argumentos e das persuasões do Eduardo, o velho não aceitava, em hipótese alguma vestir-se, nem quando vinha ao pôsto. Em seu meio, os botocudos, tanto homens como mulheres andam nús, mas vestiam-se quando iam ao pôsto. A maioria concordava com esta determinação (...); atrás do velho vinham os homens guerreiros, regularmente vestidos, cada um com suas armas: arcos, flechas, lanças e tacapes. Atrás vinham as mulheres, carregando nas costas os utensílios. Na cabeça era colocado um arco largo, ao qual amarrava-se uma

(1) – Wachowicz, 1969:486, apresentando texto traduzido da Roczniki Obydwoch Zgromadzem SW. Wincentego a Paulo. Wydawnictwo naklad Kziezy Misjonary rok XXI, Kraków, 1924, nº 1, págs. 70/72.

grande cesta, feita de bambú ou de saco. Nêste recipiente, a mulher carregava tudo o que possuía, inclusive uma, duas ou três crianças, as quais, para não cairem, seguravam-se aos cabelos da mãe. Apesar de sobrecarregadas com êste pêso, não demonstravam qualquer cansaço. Ao lado dos adultos, estavam as crianças nuas (...). Alguns homens, com o cacique à frente, aproximaram-se de mim e cercaram-me em círculo. Depois de muito confabularem, abriram-me a batina no peito e olharam-no uma e outra vez; examinaram-me os olhos e moviam a cabeça. Finalmente bateram-me nas costas e notificaram-me de que eu era "Kakén", isto é, irmão e amigo. Em seguida examinaram as minhas vestes: batina, cinto, tudo lhes interessava e os admirava. Reviraram os bolsos. Examinaram-me tôdas as frentes e lados. Por semelhante revisão passaram todos os meus acompanhantes (...) Pelas 15 horas, mandou Eduardo reunir todos os bugres e os presentes na sala onde estava o altar. Acenderam as velas e foram colocados em círculo aquêles que iriam se batizar; de um lado, os homens e rapazes e de outro as mulheres e as meninas (...). Pensei que fariam barulho e confusão, mas apesar de a cerimônia do batismo haver se prolongado por cêrca de duas horas, o silêncio e a compenetração aparecia em tôdas as faces. Até as crianças comportavam-se como as mais quietas e obedientes. Pessoalmente estava emocionado quando comecei a cerimônia, e profunda emoção e alegria apoderou-se dos presentes. Foi o mais belo dia da minha vida sacerdotal. A maioria dos neófitos receberam o santo batismo nos seus nomes anteriores: Pôpô, Vaicüri, Cavacâ, Crendô, Ndiri, Van hecú, Jácfá, Coricran, Coingan-cô, Cuvêinh, Cássü, Culúng, Tungdü, Laiongdá, Scgátágn, Mongconan, Cungconan, Cunhánipau, Caniáhêe, Cusúgn etc (...). Após o batismo, Eduardo aproximou-se de mim e com visível emoção cumprimentou-me (...); disse que êstes eram os primeiros, mas não os últimos. Sòmente a sexta parte dos botocudos foram hoje batisados, seu exemplo atrairá o restante dos índios. Foi um grande passo para a frente".

Depois desse episódio os indígenas passaram a freqüentar as colônias Moema e Alto Paraguaçú, onde o padre Komíneck os batizava e brindava com presentes, estadia e alimentos. No início essas visitas baseavam-se numa reciprocidade de atenções, pois que os colonos tinham curiosidade e, também, medo dos silvícolas. Para os indígenas o interesse que despertavam permitia-lhes obter tudo o que desejavam. Mas ao se repetirem as visitas, as atenções dos colonos foram diminuindo e os indígenas começaram a estacionar nas "bodegas", onde por qualquer "gole de cachaça" se submetiam aos maiores vexames. Em rela-

tório à direção do Serviço de Proteção aos Índios, no ano de 1928, Hoerhan reclamava dos habitantes dessas colônias do alto da serra, pelos vícios que haviam incutido nos silvícolas.

A experiência católica dos Xokleng foi praticamente reduzida à ação do padre Komíneck. Os padres católicos que vieram atender aos núcleos coloniais instalados nas vizinhanças do posto, jamais tiveram tempo suficiente para atender aos silvícolas. Por isso entre os anos trinta e 1953, os Xokleng ficaram sem assistência religiosa. Nesse último ano alguns índios foram convidados a participar de uma festa organizada na periferia da reserva, por adeptos da Igreja Assembléia de Deus. Como gostaram do que viram, foram convidados a participar do culto no domingo seguinte. Num prolongamento desse primeiro convite, nos meses imediatos um número regular de indígenas começou a se fazer presente às atividades da igreja Assembléia de Deus, realizadas nas vizinhanças da reserva. Algum tempo depois, o colono João Hoegen, que exercia o papel de pastor, foi convidado por Hoerhan para atuar no interior da reserva. Hoegen fixou ali sua residência e começou a realizar cultos semanais junto aos indígenas.

Conforme já escrevemos em outro lugar, (1970: 97), "Essa igreja condena o uso de bebidas alcoólicas e do fumo e pretende dar ao crente condições de chegar ao paraíso pela interpretação e seguimento dos preceitos bíblicos. Como variação do protestantismo, a igreja Assembléia de Deus iniciou suas atividades no Brasil e em Santa Catarina tendo por base a pregação de pastores norte-americanos. Na região do vale do Itajaí, a Assembléia de Deus estabeleceu um núcleo básico na cidade de Rio do Sul e daí passou a disseminar locais de culto e templos. Como meio de penetração popular, costuma estimular aos crentes batizados que em suas casas organizem escolas-bíblicas e cultos, iniciando parentes, amigos e vizinhos "no cumprimento dos ensinamentos de Deus".

Êsse tipo de organização facilitou a afirmação da Assembléia de Deus entre a população aldeada em Duque de Caxias. Eduardo Hoerhan viu na Igreja um meio de diminuir os problemas decorrentes da utilização do alcóol pelos índios. Êstes, por sua vez, encontraram uma organização religiosa onde o orientador do culto era um colono conhecido, vizinho ou morador de reserva. Além disso, os primeiros índios que se tornaram crentes logo se viram promovidos a pregadores, com prestígio entre os civilizados e com condições de envolver seus companheiros de tribo".

A igreja Assembléia de Deus ergueu um templo no interior da reserva e passou a oferecer cultos às quarta-feiras, sábados e domingos. Além do pregador efetivo, dois auxiliares permanentemente estão em atividade. Um desses é um mestiço, Xokleng/civilizado, que também exerce as funções de professor. A afirmação da igreja Assembléia de Deus entre os Xokleng foi simultânea à exploração do palmito na reserva. E, pode-se dizer, que essa igreja realmente logrou impedir que seus adeptos continuassem a encontrar no álcool um veículo de fuga e de devaneios. Um rigoroso controle social exortava os faltosos a confissões públicas de arrependimento e a promessas de não voltarem a fraquejar.

Embora nem todos os indígenas residentes na reserva tivessem sido convertidos (1), a maioria estava diretamente submetida aos padrões estabelecidos pela igreja. Esta havia logrado proibir a realização de bailes, festas e jogos de futebol no interior da reserva. Para tanto, a igreja contava entre seus adeptos com a maioria dos funcionários do posto e com a simpatia dos encarregados.

Dessa maneira se estabeleceu na reserva uma dicotomia que num lado incluía os índios crentes, ou simpatizantes, os funcionários do posto indígena e os arrendatários. E de outro lado, ficavam os mestiços que se diziam civilizados, os Guarani e os caboclos, todos adeptos pelo menos nominalmente da igreja Católica. Esses últimos estavam em posição minoritária e nada manifestavam sobre a ação da Assembléia de Deus.

A partir do ano de 1968, quando assumiu a chefia do posto o encarregado Isidoro Oliveira, a situação da assistência religiosa na reserva indígena começou a mudar. O novo encarregado era católico fervoroso e achou absurdo permitir que os indígenas rotulados como católicos, e outros habitantes, ficassem sem assistência religiosa específica. Por isso, o encarregado articulou-se com o padre da paróquia de José Boiteux e convenceu a este prestar assistência religiosa na reserva. A essa época, no sul do Brasil, as autoridades religiosas se preocupavam entre outras coisas com o problema de assistência aos indígenas (1). De maneira que o pároco se sentiu estimulado e iniciou suas atividades. Em dois domingos de cada mês, o padre começou a rea-

(1) – Os Guarani e os mestiços que se identificavam como civilizados, sempre se disseram católicos. Os caboclos residentes na reserva, também.

(1) – A CNBB promoveu no Rio Grande do Sul pesquisa sôbre os índios Kaingang. Veja-se Schwade, Pe. Egidio e outros, 1969.

lizar missas na sala de aulas existente na sede do posto. E, nessas visitas, passou a estimular os presentes ao erguimento de uma capela. O terreno foi escolhido, preparado e os adeptos convocados a colaborar num fundo para a construção.

Paralelamente, o padre criou um time de futebol na reserva e com isso começou a atrair integrantes da Assembléia de Deus. Normalmente os índios não jogavam futebol porque a Assembléia de Deus proibira. Mas, agora, no conflito de orientação que começava a se delinear entre as duas igrejas, os índios acorriam para aquela que melhor atendesse a seus objetivos momentâneos. E o futebol era uma tentação irresistível para muitos. Os adeptos da igreja Católica também podiam dançar e o chefe do posto começou a permitir a realização de bailes. Novamente se estabelecia uma área de conflito e os dirigentes da Assembléia começaram a tomar as simpatias do chefe do posto pela igreja Católica como provocação.

Mesmo ocorrendo nova mudança de encarregado, a situação continuou a se agravar. No ano de 1970, o padre organizou uma festa para obtenção de fundos para a construção da capela. E embora a festa não se efetivasse devido a fortes chuvas que caíram no dia aprazado, as tendências de muitos indígenas para aceitar o catolicismo e os ares de dominação desenvolvidos por alguns indivíduos filiados à Igreja Católica, provocaram a abertura da luta entre os adeptos mais vinculados à Assembléia de Deus e o Chefe do Posto Indígena.

No ano de 1971, novamente a festa foi programada. Na ocasião o padre fez circular a seguinte volante:

"FESTA
Pôsto Indígena Ibirama
25-4-71

A festa programada desde o ano passado está aí. Ibirama é o único lugar onde se encontram reunidos os índios que há anos atrás estavam espalhados pelo litoral de Santa Catarina.

Venham conhecê-los no dia de sua festa. A primeira festa dêste tipo em todo o Estado de Santa Catarina.

Não perca.

PROGRAMA
8,30 horas – função religiosa
10,30 horas – corrida de canoas pelos índios
14,00 horas – dança típica indígena – pelos botocudos
– música típica indígena – pelos Guarani
– Oração típica dos Botocudos
– Torneio de arco e flecha – pelos índios mais

atiradores.

Além dêstes, os índios proporcionarão ainda outros divertimentos para você no correr do dia.

Haverá completo serviço de bar e cozinha – Bom churrasco etc.

Procure o encarregado da lotação em seu lugar. Pelo comparecimento agradece.

A Comissão".

E realmente ocorreu a sua efetivação, envolvendo-se os Xokleng de tal modo que em certo sentido a dissensão religiosa desapareceu, ficando apenas o espetáculo circense. Perto de 5.000 pessoas haviam sido atraídas pelo astuto pároco. E a Assembléia de Deus viu perder seu controle sobre um grande número de adeptos e sobre a totalidade dos simpatizantes. Pois todos esses acharam interessante participar da festa que levava um rótulo indireto de festa em benefício de toda a população indígena.

A Capela Católica ainda não foi construída, mas a confusão dos indígenas quanto à sua orientação religiosa já se efetivou. Não que os indígenas tenham realmente optado pela igreja Católica. Mas, porque eles se encontram como massa seguindo esta ou aquela orientação, sem convicção e sem mecanismo de autocontrole (1). Acreditamos, inclusive, que por isso o uso de bebidas alcoólicas entre a população aldeada voltou a se incrementar.

Paralelamente à ação das igrejas Católica e Assembléia de Deus, temos a considerar o funcionamento de classes escolares na reserva do alto vale do Itajaí. Nesse sentido, foi instalada junto à sede do posto, no ano de 1940, uma escola, denominada Getúlio Vargas. No ano de 1967, a escola atendia a 57 alunos, 27 de sexo masculino e 30 do feminino. Desses escolares, 38 estavam matriculados na 1ª série; 12 encontravam-se na 2ª série; e 7 freqüentavam a 3- série. Alguns desses alunos eram civiliza-

(1) – A obediência dos indígenas aos padrões fixados pela Assembléia de Deus era flagrante. Em 1965, encontrei em Florianópolis dois índios que estavam a comercializar artefatos tradicionais. Preocupado em alojá-los, encaminhei-os para um albergue mantido pela Loja Maçônica 14 de Julho. Dois dias depois reencontrei os indígenas e os interroguei sôbre o tratamento que estavam recebendo. Waikukrão, o mais experiente, logo respondeu-me que não estavam no albergue "porque nós não ficá em lugar assim de gente inconformada". E continuou, quando eu quis explicar como funcionava o albergue, "é que aquilo, a gente inconformada, era de Maçon" e que "crente não ficava ali".

dos e mestiços. A maioria, entretanto, descendia de Xokleng.

A escola contava com dois professores. Um deles era um índio mestiço, Xokleng/civilizado. O outro era, à época, a esposa do encarregado. A escola funcionara até 1966 segundo o modelo brasileiro de escola isolada. Um professor se responsabilizava pelo ensino para todos os alunos matriculados e integrantes da mesma sala de aulas. O professor Lino Nunfôro desde 1955 exercia sua atividade. Sua instrução era primária, obtida com o professor fundador da escola do posto. Seus métodos e técnicas de ensino eram tradicionais e superados. Mas ele conhecia a língua indígena e era um curioso das tradições tribais, além de ser membro ativo da igreja Assembléia de Deus. Esses requisitos permitiram-lhe obter resultados razoáveis na tarefa de encaminhar os alunos – índios nos passos iniciais de domínio da leitura, da escrita e de operações aritméticas fundamentais.

Deve-se considerar que o professor atuava sozinho. Não havia, e não há, nos organismos oficiais responsáveis pela proteção, qualquer orientação para o exercício do magistério entre populações tribais (1). Tampouco houve interesse dos organismos locais e regionais que fazem operar o sistema de ensino estadual para favorecer essa escola. Por tudo isso, o bom senso é que norteava o professor em suas atividades diárias.

A partir de 1966, a escola foi desdobrada. O professor Lino Nunforo passou a lecionar no período matutino somente para os alunos matriculados nas 2ª e 3ª séries, enquanto a esposa do novo encarregado do posto assumia as funções de professora de 1-série, no período vespertino. A partir desse momento, a escola começou a perder unidade de ensino, pois que a nova professora não tinha experiência com o trato de escolares – índios e somente podiam seguir, devido sua precária formação intelectual, os padrões vigentes nas escolas destinadas a atender às crianças do interior do país. A professora não tinha idéia das tradições tribais, nem sensibilidade para entendê-las.

Mas é a partir de 1968, quando nova mudança de encarregado provoca o início de uma dimensão entre este e a Igreja Assembléia de Deus, que a escola passa a ser um simples setor do posto, destinado a permitir o assalariamento de alguns personagens estratégicos. O novo chefe do posto necessitava oportunizar emprego para uma de suas filhas. Por isso estimulou a que o professor Lino Nunfôro criasse uma nova escola, junto à sua

(1) – No Rio Grande do Sul, a Funai instalou um curso normal para preparar jovens indígenas para o exercício do magistério. A iniciativa teve a orientação da lingüista Ursula Wiessemann, do Summer Institut.

casa, distante 6 Km da sede do posto. Justificava-se o chefe do posto dizendo que isto facilitaria a freqüência à escola das crianças que residiam num dos extremos da área indígena. Mas ao aceitar essa decisão, Lino Nunfôro perdeu a oportunidade de influenciar não somente na alfabetização, mas no comportamento religioso da maior parcela das crianças da área. E como a decisão do chefe do posto tinha, em última análise, que ser sancionada pelos pais das crianças, ocorreram vários casos de alunos que não quiseram aceitar a transferência do professor. Muitos desses alunos acabaram abandonando os estudos por que não tinham condições para freqüentar a nova escola instalada pelo professor Nunfôro.

No presente, o professor-índio Lino Nunfôro está se beneficiando de legislação federal, que lhe permitiu afastar-se do trabalho por dois anos. Segundo ele, não há condições para prosseguir como professor porque não há apoio da chefia do posto. Na escola da sede, duas professoras continuaram a lecionar, sendo uma delas – que substituiu a filha do penúltimo encarregado-uma índia mestiça. A outra, é a professora que iniciou em 1966, quando seu esposo foi designado para ser encarregado do posto indígena.

Quando se fala de escola que atua junto a populações tribais, logo se pode imaginar uma escola que tem um regime particular de trabalho, além de metodologia específica. Nada disso ocorre, entretanto. O material didático utilizado pela escola no posto indígena Ibirama, no ano de 1970, era obtido especialmente junto à Secretaria de Educação do Estado do Paraná e, mais recentemente, junto à coordenadoria local do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O objetivo da escola era simplesmente alfabetizar, desconsiderando toda a problemática subjacente à educação de um aluno vinculado a uma minoria étnica. Na prática, não há nada que possa lembrar preocupação em utilizar a escola como uma agência de mudança cultural. Nem tampouco como uma unidade estratégica para dotar o aluno-índio como um instrumental mais eficiente para atender suas relações com os integrantes da sociedade envolvente.

A escola funciona em termos de setor burocrático do posto, onde alguns personagens se preocupam, em horas determinadas do dia e durante meses certos do ano, em transmitir rudimentos de leitura, escrita e operações aritméticas para as crianças consideradas em idade escolar. Terminado o tempo diário – burocràticamente fixado – de trabalho, o professor dá por encerrada a sua missão, para recomeçá-la no dia seguinte. Parece-nos que essa escola parte do pressuposto que as atividades humanas

são estanques e realizadas de modo desconexo. Por isso, chega-se a tais absurdos.

Imaginamos que uma escola para atender populações tribais, que vivem em condições semelhantes a que estamos focalizando, deva se considerar uma agência básica no processo de socialização das gerações jovens. A partir daí, ela deverá pretender atuar dentro e fora da sala de aulas, envolvendo toda a população. E para tanto, a leitura e a escrita são apenas etapas de um processo. Etapas, aliás, que devem ser as últimas a serem alcançadas e não primeiras, como até agora se vem pretendendo. Até o momento, entretanto, nada indica que a escola no posto indígena Ibirama poderá vir a ser a agência de mudança que estamos delineando.

5. COMPETIÇÃO E ESPOLIAÇÃO

Competindo com indígenas, os brancos acabaram por conquistar todas as terras do sul. Sobraram apenas em alguns refúgios poucas centenas de indígenas. Mas a competição não terminou e os integrantes da sociedade nacional continuam a pretender o pouco que restou aos silvícolas. O potencial natural das terras que ocupam, sua força de trabalho e sua capacidade de consumo são assim vez ou outra pretendidas e utilizadas pelos brancos.

Na reserva indígena Ibirama, a existência de uma rica cobertura florestal há anos vem provocando cobiça nos regionais. Tentativas de acordos com os órgãos oficiais responsáveis pela proteção foram efetivadas para a exploração regular desses recursos. Também ocorreram tentativas de domínio direto da área ou a sua exploração por expedientes ilícitos, programados em parte por funcionários governamentais. Alguns aspectos desse processo competitivo, onde o mais forte procura tudo obter do mais fraco, é o que trataremos agora.

Quando em 1963, a reserva indígena Ibirama foi invadida por trezentos colonos, esses obedeciam a estímulos recebidos de empresários locais que pretendiam explorar em seu benefício os recursos florestais da reserva indígena. Foram as discussões que se efetuavam no país sobre a reforma agrária, que serviram de pretexto. Mas o Serviço de Proteção aos Índios compreendeu a manobra e orientou os índios para reagir à invasão. Todos os indígenas deixaram de trabalhar; a estrada de acesso ao interior da reserva foi bloqueada; um grupo de índios deslocou-se para Florianópolis e obteve do governo apoio policial para remover os invasores; a imprensa foi utilizada largamente e os silvícolas



Índio com vestígio do antigo "tembetá". São João dos Pobres.
Foto do autor.

obtiveram solidariedade de muitos setores de população.

Esse episódio tornou-se importante, porque os indígenas em acontecimentos posteriores vieram a tomar atitudes decorrentes dessa primeira experiência. Em 1966, a 7ª Inspetoria do SPI, localizada em Curitiba, realizou um contrato com um empresário sediado em Ibirama para explorar regularmente madeiras de lei e sassafrás na reserva indígena. Por esse contrato, o empresário não se obrigava a utilizar a mão de obra indígena, nem tampouco a inspetoria programou qualquer benefício para a reserva. Outros empresários regionais, que estavam interessados também no patrimônio tribal, insinuaram para os silvícolas que o contrato era prejudicial e que eles tinham direito a algumas vantagens. Os índios, então, partiram para uma atitude nova e inesperada. Abandonaram suas atividades rotineiras, reuniram-se em torno da sede do posto, bloquearam a estrada de acesso à reserva e enviaram emissários a Ibirama, Blumenau e Curitiba para relatar os fatos e ressaltar o descontentamento do grupo. Os acontecimentos que decorreram dessa atitude, associados a outros fatores que ,então se fizeram presentes, provocaram a anulação do contrato e levaram para o posto um novo encarregado. Além disso, os indígenas viram ser reforçados os elos de solidariedade tribal, ao mesmo tempo que descobriram uma fórmula nova de participar das decisões no interior da reserva. Segundo alguns informantes, a reação "era uma greve; ninguém trabalhava, ninguém ia para casa; tava tudo reunido perto do pôsto para ver o que acontecia (...)".

E este tipo de reação já se fez presente, pelo menos em parte, em outras oportunidades, demonstrando que os indígenas têm de apelar para atitudes próprias à sociedade envolvente a fim de obterem atenção para seus apelos e reivindicações. Em 1966, para obrigar um empresário, que havia acertado com a 7ª Inspetoria do SPI a exploração de recursos florestais na reserva, a utilizar a mão de obra indígena, um grupo de índios bloqueou uma estrada secundária no interior da reserva e durante uma semana manteve seqüestrado um caminhão e um trator da empresa madeireira. A interferência, no caso, da 7ª Inspetoria do SPI acabou por anular os esforços dos índios.

Em entrevista, o juiz de direito de Ibirama, à época, explicou-nos pormenores dessa ação dos indígenas, assim registrados em nosso diário (1): "Sabendo da miséria em que viviam os índios

(1) Dr. Erani Ribeiro. Entrevista em 28/01/1966.

o juiz foi a Curitiba reclamar junto a 7ª I.R. Lá apresentou os fatos e obteve a promessa de que viria um advogado ao pôsto indígena, procurador da Inspetoria, investigar os acontecimentos. Tudo isto havia sido motivado, porque os índios do pôsto indígena haviam "prendido" um caminhão e um trator e não queriam devolvê-los, enquanto não fôsse solucionado o problema da construção de suas casas. O juiz regressou a Ibirama e soube que o encarregado do pôsto havia sido chamado a Curitiba. Alguns dias depois, chegou o tal procurador. Disse o juiz que o alertou no sentido de tratar bem os índios. Contudo, o procurador chegando ao pôsto chamou os índios e os mandou de imediato devolver o caminhão e o trator. Os índios, liderados por Ali Krire, perguntaram se êle não queria fazer um acôrdo para resolver definitivamente o problema de construção das casas. O procurador disse que sim, mas que primeiro devolvessem o caminhão e o trator. Os índios não obedeceram e acamparam em tôrno da sede do pôsto e, em pouco tempo, a mulher do procurador começou a dar chiliques. O juiz foi avisado e enviou soldados para garantir a vida do procurador e sua espôsa – embora sabendo que os índios não queriam fazer mal a ninguém e, sim, sensibilizar as autoridades para seu problema de melhores moradias".

No caso das atividades das empresas madeireiras no interior da reserva, a resistência em utilizar a mão de obra indígena deve-se às tarefas semi-especializadas que a atividade requer e, para a qual, alega-se, o indígena não está habilitado. Mas, a nosso ver, a razão do desinteresse dos madeireiros em utilizar os indígenas, pelo menos nas fases de derrubada e "estaleiramento" das toras, deve-se ao fato que essas empresas já têm suas turmas de mato e não vão dispensá-las para engajar indígenas quando os trabalhos vão se desenvolver na reserva. Trata-se, pois, de ato de deliberada escolha de mão de obra e os fatores motivadores da decisão não se encontram diretamente ligados às questões de produção ou experiência na atividade. Isto porque o empresário madeireiro tem vários interesses que o orientam para favorecer qualquer civilizado como seu empregado, em preferência ao indígena. Estamos frente a uma situação de competição, onde a maior espoliação ocorre sobre o grupo que além de estar hierarquicamente abaixo de todos os demais, ainda recebe o rótulo de minoria étnica.

É nesse mesmo contexto que se pode entender as atitudes dos comerciantes regionais, que tudo fazem para desvalorizar os produtos oferecidos pelos silvícolas e a imposição do "regime de troca" no comércio desses mesmos produtos. Ou, ainda, as posições assumidas pelos encarregados do posto que invariavel-

mente indicam aos indígenas que em futuro próximo tudo haverá de melhorar. Procurando deixar os indígenas sem condições de tomar preocupação com seu futuro, porque alguém, em qualquer parte, está preocupado com eles e um dia esse alguém tomará as providências cabíveis.

Por isso, falar com os indígenas sobre seus problemas e reivindicações é ter uma série de respostas que de um lado indicam que o grupo realmente aspira alguns bens particulares à nossa sociedade, como, por exemplo, casas decentes para residir ou auxílios para elaborar roças. De outro lado, é sentir que eles estão cansados de promessas e de atos de espera e que por isso constantemente revelam dificuldades em entender os civilizados. Um depoimento obtido do índio Kaingang Ali Krire, que atuava como coronel da polícia indígena, quando ocorreu a greve em 1966, indica perfeitamente que a população da reserva tem efetivamente condições para avaliar muitas das atitudes tomadas pelos civilizados. Disse Ali Krire: "é difícil entender o pessoal da inspetoria porque êles falam, falam, falam, um do outro, dizendo que os outros não prestam. Como é que a gente vai acreditar nêles?"

A sociedade regional pretende que os índios de um modo ou outro sejam envolvidos e passem a atuar de acordo com suas normas. Isto é o que se depreende do discurso com que o prefeito municipal de Ibirama, em 1967, homenageou os indígenas, por ocasião da festa do "Dia do índio". "Senhor Chefe do Pôsto Indígena Duque de Caxias, demais presentes

Caros Indígenas.

Na qualidade de Prefeito Municipal quero associar-me as festividades e trazer a vós, caros indígenas, minhas mais efusivas saudações pela passagem de vosso dia, de vossa maior festa. Extendo também os votos de congratulações ao vosso digno Chefe, Sr. Isaac, que em tão boa hora foi designado para dirigir os destinos dêste Pôsto. É que com sua coragem, inteligência, dedicação e despreendimento colocou o pôsto indígena Duque de Caxias no seu devido lugar, onde há muitos anos já deveria estar. Isto é, integrado às demais zonas de produção agrícola do nosso município. Aparece agora por todos os recantos do pôsto, plantações de milho e outras culturas que bem demonstram que nosso indígena tendo orientação sadia é elemento altamente valioso e trabalhador e que muito poderá contribuir a transformar o nosso querido Brasil em uma nação líder nas Américas e no mundo. Termino assegurando ao Sr. Isaac e aos indígenas a ajuda do Executivo Municipal em tudo que se refere com o aumento da produtividade dêste e do bem estar de seus habitantes".



O índio e o oratório caboclo



Desfile em Ibirama. Fotos do autor.

Um outro depoimento, que leva à conclusão semelhante, nos foi dado pelo índio Vechá Priprá, ao relatar os acontecimentos ocorridos na reserva e ligados a toda trama existente a respeito da exploração da madeira. (1) "Os índios tão revoltados com o chefe do pôsto, porque estão a tirar madeiras e nada toca aos índios. Nessa semana, terça feira, os índios Mokanan, Kamlém, Yukan Co ovi e Kandag Juvei e Aipon Womblé foram a presença do chefe do pôsto Francisco Tavares para saber a respeito da exploração de madeiras na reserva e paralelamente saber o que os índios ganhariam com a exploração. O Chefe do PI alegou que a exploração de madeiras era autorizada pelo Dr. Brasileiro, da Inspetoria Regional de Curitiba e que não adiantava reclamar. O dinheiro recebido das madeiras seria depositado no Banco pela firma exploradora, Marchetti e Cia., diretamente em favor da Inspetoria de Curitiba".

"Os índios retrucaram dizendo que iriam trancar a estrada de acesso ao mato, para impedir a saída de madeiras, porque não adianta nada a exploração". "O índio não espera mais casa, assim é melhor deixar a madeira lá, para o filho do índio".

"O Chefe prometeu no ano passado 60 casas para os índios. Fêz projeto e tirou madeira a vontade. Sairam apenas 6 casas. Agora fêz novo projeto, com 50 casas. Madeira tá saindo e nada de casas. No ano passado saiu uns 1800m3".

"Não deixam o índio derrubar mato para fazer roça. Como estão a derrubar madeiras? Devassando todo o mato? Lá tá tudo furado de estrada de puxar madeira".

"Como o chefe não resolveu nada, os índios resolveram cercar a estrada. Ninguém passa. Derrubaram uns paus em cima, da estrada do mato, de maneira que ninguém passa".

"Viemos procurar o Sr. como amigo da gente para ver se orienta a gente. "O índio hoje está esclarecido e sabe que tem de procurar seu direito". O que queremos é que seja tirada a madeira e com sua venda seja feita casas para os índios. Ou então que se deixe a madeira em pé".

Dentro desse quadro de aproveitamento do patrimônio indígena, de sua capacidade de produção e consumo e de si próprios como indivíduos aparecem situações particulares. No ano de 1968, quando Ibirama completou 70 anos de fundação, estrategicamente colocados às margens da estrada que liga a cidade de

(1) — Depoimento obtido em 12/11/1970.

de Blumenau a Rio do Sul, estavam painéis com os seguintes dizeres: "Visite Ibirama – 28 de julho

70 anos de Fundação

35 Carros Alegóricos e Dezenas de índios Botocudos desfilarão no dia pela Cidade. Atrações curiosas e inéditas".

Ao correr da festa programada, um grupo de Xokleng foi levado a desfilar na cidade, enfeitados com cocares e tangas, feitas com penas de galinha. O vexame sofrido ficou plenamente estampado na documentação fotográfica obtida. Além de ser humilhado, o grupo de indígenas pouco ou nenhum interesse despertou entre os civilizados presentes. Mas, assim mesmo, no ano seguinte o município de Rio do Sul solicitou outro grupo de índios para animar um desfile comemorativo. E o encarregado do posto indígena autorizou a participação dos índios, pois dessa forma pretendia manter boas relações com as autoridades locais. No corrente ano aparece, como já vimos, a festa organizada pela Igreja Católica na própria reserva, destacando, em volantes, possíveis aspectos inéditos e próprios para apresentar espetáculos circenses. O uso do indígena em favor de certos objetivos pode, assim, assumir formas as mais variadas e "refinadas".

Nesse aspecto destacamos um último caso, ocorrido em 1968, em Ibirama. Apareceram na reserva dois indivíduos que se propunham a fazer "um corte de cabelo com permanente" nas índias, gratuitamente. Diziam que o cabelo comprido usado pelas mulheres devido à pregação da Igreja Assembléia de Deus era inadequado e anti-higiênico. E que eles estavam ali para favorecê-las. Insinuavam, no caso, ser funcionários do governo. O chefe do posto, Isaac Bavaresco era, entretanto, um homem vivido. E tão logo foi avisado, procurou os forasteiros interrogando-os e logo mandando-os "ir tosquiar as mulheres de suas famílias". Os espertos pretendiam gratuitamente obter o vistoso e valorizado cabelo negro das mulheres índias para com eles confeccionar perucas. Obteriam, no caso, lucro espoliando os indígenas de um bem que até então ninguém havia imaginado.

No Rio dos Pardos, os poucos indígenas que ali sobrevivem estão submetidos a situações semelhantes. Embora algumas diferenças se façam presentes no sistema econômico local e na forma pela qual se organiza a sociedade dos brancos, em linhas gerais não se modificam as maneiras de exploração dos indígenas e do seu patrimônio. Os pinheiros que cresciam nos lotes coloniais ocupados por esses indígenas foram inteiramente aproveitados pelos civilizados. A pequena produção agrícola que os índios conseguem levar ao mercado regional também é desvalori-

zada, da mesma maneira que o valor do trabalho que os índios têm condição de realizar.

De outra parte, na área da serra do Taboleiro onde a presença de índios Xokleng arredios ainda é constatada, ocorre uma acelerada extinção da flora e da fauna. A área da serra é freqüentada especialmente por caçadores, oriundos de Florianópolis e de cidades vizinhas que ali exercitam sua vocação no esporte da caça. Simultaneamente, pessoas interessadas na exploração de palmito recortaram toda a floresta com rústicos caminhos para a extração daquele recurso. E empresas madeireiras também exercem ali atividades. Dessa forma, ano a ano, a área de floresta diminui e, com o seu desaparecimento, definitivamente se extingue a fauna. A depredação da natureza exercida pelo branco, no caso, é altamente negativa para a sobrevivência desses heróicos e teimosos sobreviventes indígenas.

Ao realizarmos a pesquisa de campo, sempre tivemos em conta observar a fisionomia dos informantes índios, sua maneira de falar, sua tristeza, sua falta de perspectiva de vida, reveladores em muitos casos dos dramas que estão a viver e para os quais têm dificuldades de entendimento. E isto é plenamente observado nas declarações do índio Vechá Priprá. Ele havia nos procurado em Florianópolis para nos colocar a par dos problemas que os índios do posto estavam a viver, e a partir de certa altura nos disse (1): "Veja Sílvio, o branco diz pro índio se civilizá. Mas como chegá a isto se o índio não tem direito a nada; o índio não é nada; não pode fazê nada em sua terra? Assim é melhor o índio se documentá. Deixá de se índio. Eu não entendo: a terra é do índio, mas o índio não pode fazê nada. Não pode nem derrubá mato prá fazê roça. Mas o pôsto pode. Eu já pensei que é melhó nóis deixá de se índio. Uns cinquenta índio se documenta e depois a gente consegue que o govêrno dê aquela terra prá gente. A gente fica com o que é seu. A gente então vende um pau ou outro, faz um cercado, um curral, tem prá se desapertá. Pode vendê. É senhor de sí. Esse negócio de índio já desacorçoa a gente. Às vezes penso que o melhó é sair de lá. Arrumá documento. Deixá de se índio. Ganhá um salário por meis. Como tá não dá. Não adianta tê pôsto. Não adianta tê chefe de índio. Êle não fais nada. Não dá nada. Só promete. Só promete. Eu penso, mais prá que promete? Prá que diz que fais casa? Fais roça? Ajuda o índio? Se êle não tem, não pode, prá que promete? Eu

(1) Depoimento obtido em 21/11/70.

não entendo, isso. Melhor seria dizer que não dá. Que não tem. Que vende. Aí o índio sabia o que fazer. Mas, não. Promete, promete. E nada. O índio fica esperando. Esperando. Não se sabe mais se vale acreditar. Eu já não acredito mais"...

VII – O FUTURO

1. SER ÍNDIO OU SER POBRE: UM DILEMA

A área em que se encontram localizados os remanescentes Xokleng no sul do Brasil apresenta condições médias de vida e trabalho que a colocam em lugar privilegiado no contexto do país. Mas, entremeando a população urbana ou rural que usufrui condições de vida dignas, aparece um setor bastante desconhecido, mas razoavelmente amplo, que somente detém como seu a força de trabalho. E trata-se de força bruta, pois os componentes desse setor têm suas origens nas camadas que sempre estiveram marginalizadas dos benefícios de nossa sociedade. Por isso eles se apresentam tão precariamente no contexto geral. A existência desse setor marginalizado permite idéia sobre o grau de competição existente na sociedade nacional. Competição decorrente do sistema econômico vigente nessa sociedade e altamente enfatizada em dias do presente pela implantação no país do chamado "consumo de massas". É particularmente na passagem do homem da área rural para as cidades que a capacidade individual de competir emerge em toda sua fragilidade. Isto porque no campo ocorre uma hierarquia social onde as diferenças entre os componentes da camada mais baixa e os integrantes da camada mais alta não são altamente flagrantes, no que se refere aos hábitos e maneiras de ser. Além disso, instituições sociais, como o compadrio por exemplo, permitem, pelo menos, uma aproximação entre os integrantes de uma camada e outra. Por fim, uns e outros se aproximam ao conviver e participar de um mesmo ambiente ecológico. No mundo urbano tudo aparece diferenciado, ficando despersonalizados os pontos de contato entre os integrantes das diversas camadas da sociedade.

Na área que estamos a focalizar, a quase totalidade dos habitantes tem suas origens nos contingentes migratórios que se fixaram na região, no século passado. Todas as condições históricas que cercaram a imigração permitiram a implantação na área em foco de um modelo econômico capitalista bastante agressivo, em íntima decorrência do que predominava na Europa. Foi exatamente a partir das perspectivas etnocêntricas do grupo

imigrante e do modelo econômico dinamizado nas colônias que pequenos contingentes de brasileiros, previamente localizados no interior das áreas que se estavam a colonizar, foram prontamente marginalizados. Nada havia, entre esses e os imigrantes, para facilitar a integração. Os brasileiros se apresentavam como pobres caboclos ocupantes do sertão, aí sobrevidendo à base de uma precária roça, da caça e da coleta. Suas necessidades eram mínimas e por isso pouco pretendiam tirar da natureza e acumular. Também não tinham condições para tal pretender. Eram analfabetos e desconhecedores de quaisquer confortos do mundo civilizado. Viviam mal de saúde e a alta taxa de natalidade que suas mulheres apresentavam tinha como contrapartida uma enorme taxa de mortalidade. Entretanto, eram exímios conhecedores do sertão e por isso, desde logo, foram colocados a serviço das companhias de colonização. Sob todos os aspectos esses segmentos da população brasileira foram marginalizados das áreas coloniais, mas não deixaram de dar sua parcela de contribuição à penetração do interior. Se outra coisa não fizeram, foram desbravadores de extensas áreas de sertão. Foram guias. Foram afugentadores de índios. Foram bugreiros.

Em dias do presente, na área em foco ainda se encontram alguns segmentos marginais (1). A situação de vida e trabalho desses segmentos é extremamente precária. Tão precária que, às vezes, as condições usufruídas pelos Xokleng aldeados em Ibirama são muito superiores se comparadas com situações semelhantes a que os integrantes desses segmentos marginais estão submetidos. Na reserva indígena de Ibirama, por exemplo, residem vinte e oito indivíduos que formam um desses segmentos. Todos são conhecidos na região como "os caboclos do Plate". Vivem a favor na reserva indígena. Eles não podem deixar de receber a parca assistência que o posto oferece aos índios, sob pena de sofrer conseqüências imprevisíveis (2). É por isso que

(1) – Especialmente ao término da chamada "Guerra Sertaneja do Contestado", ocorrida entre 1912 a 1916, muitos caboclos desceram o planalto e se localizaram pelas cabeceiras do Itajaí.

(2) – A vinda dêsse grupo de caboclos para o interior da reserva indígena é significativa para se entender o que estamos a explicar como marginalização. O grupo, segundo os informantes idosos, era liderado pelo velho Machado e desceu do planalto em busca de refúgio pelo término da Guerra do Contestado. Por volta da década de 40, as terras que o grupo ocupava na serra do Mirador foram pretendidas por uma companhia madeireira. A resistência dos integrantes do grupo ao contato com os agrimensores da companhia, levou esta a solicitar a Eduardo Hoerhan que intercedesse e promovesse a remoção do grupo. Os informantes

os índios se consideram superiores aos caboclos, utilizando-os inclusive como mão de obra em suas roças ou na exploração do palmito.

A presença desses segmentos marginais na reserva indígena e na sua periferia, é importante para entendermos qual a perspectiva que é oferecida ao índio junto à sociedade regional. Verdadeiramente, os integrantes desses contingentes marginais, na sua penúria diária, lembram ao índio que a sua situação será semelhante se pretender abandonar sua vinculação étnica e sua tradição cultural. Isto porque a sociedade regional não oferece abertura suficiente para permitir que o índio participe com sucesso do processo competitivo por ela estabelecido. Não há assim exploração e submissão do índio por preconceito. O que realmente existe é um agressivo sistema econômico que se fundamenta na competição. Por isso, as atitudes tomadas pelos brancos em relação aos índios se repetem entre os próprios brancos quando, por exemplo, analisamos as relações mantidas entre os integrantes da sociedade regional e os componentes dos grupos marginais que estamos a focalizar.

Até certo ponto, essa situação contribui para a manutenção do contingente tribal no interior da reserva. Ou, em outros termos, favorece a sobrevivência da tribo como tal. Isto porque, mais de uma vez, grupos de indígenas saíram da reserva "para tentar a vida como civilizados". E pouco conseguiram, além da certeza que jamais melhorariam suas condições de vida. A essa altura o regresso à reserva se tornava natural. Ao ocorrer isto, a experiência vivida servia para reforçar e exemplificar o valor da solidariedade tribal.

É nesse contexto que se pode entender as atitudes francas

narraram que Hoerhan mandou um convite para o velho Machado visitá-lo e que ao se efetivar a visita, Hoerhan disse que o Dr. Getúlio estava muito preocupado com Machado e seus apaniguados e que pretendia ter uma conversa com êle, Machado, quando houvesse oportunidade. Vivamente impressionado, Machado regressou a seus pagos, à espera do chamado do Dr. Getúlio. Semanas depois, Hoerhan mandou um recado dizendo para o velho Machado estar em sua casa no domingo seguinte, pela manhã, para conversar com o Dr. Getúlio. No dia aprazado, o velho Machado chegou e "ouviu o Dr. Getúlio dizer que era para sair da serra e vir morar perto do Eduardo, junto com os índios". Hoerhan, segundo os informantes, colocara um funcionário dentro de uma caixa, sôbre a qual havia um rádio. E batendo na caixa, ao chegar o velho Machado, dizia: "fala Dr. Getúlio". Ao se colocar em dúvida a veracidade dêsse episódio, deve-se entretanto, levar em conta que realmente os caboclos mudaram para a reserva, ao mesmo tempo em que uma emprêsa madeireira obtinha concessão sôbre as terras que êles ocupavam.

e, até certo ponto, orgulhosas dos Xokleng quando enfatizam sua condição de índios; quando destacam que a reserva lhes pertence; quando refugam auxílios que têm o caráter de donativo; quando comentam orgulhosamente atitudes tomadas por alguns índios perante os brancos, tratando-os de igual para igual. Sim, os indígenas sabem que entre os brancos existem ricos e pobres, bons e maus. Sabem que a maioria dos brancos viverão como pobres a vida toda. Sabem que saindo da reserva somente serão mais alguns pobres. E não desejam isto. Preferem ficar como índios, esperando, segundo o velho Klendô, "que o govêrno olhe por nós. Que o govêrno lembre que nós morava aqui. Que a terra era nossa. Que nós era os primeiro brasileiro. Que nós somo índio. Que precisamo trabalhá e viver. Que precisamos criá filhos" (1).

Os Xokleng continuarão a existir identificados a uma minoria étnica no estado de Santa Catarina. O processo de mudança cultural que estão a viver, em especial os indígenas aldeados, continuará a manter suas características particulares, de acordo com as variáveis enfatizadas nesse ou naquele momento histórico. Mas os índios continuarão índios, pois nada no processo de mudança indica a assimilação desse grupo tribal. Esse é um aspecto que reafirma uma série de outros estudos realizados junto a populações tribais do Brasil. A assimilação, até o momento, foi algo inatingível para os grupos tribais. Aliás, como jávimos, deixar de ser índio para ser um pobre e miserável civilizado é uma troca muito pouco atrativa.

A distância que atualmente separa os Xokleng dos civilizados, no que se refere às condições de vida visíveis, tende a aumentar. Os integrantes da sociedade envolvente estão melhor preparados para aproveitar as diversas oportunidades econômicas que surgem e por isso tendem sempre a se distanciar dos indígenas. Isto, aliás, pudemos testemunhar durante os anos em que a pesquisa foi realizada. A melhoria da estrada que dá acesso à reserva e à instalação de energia elétrica foram prontamente aproveitados pelos residentes civilizados. Os agricultores adquiriram pequenas máquinas para beneficiar seus produtos, movidas a energia elétrica. Outros adquiriram veículos para mais facilmente atingir o mercado. Outros, ainda, deram-se ao luxo de adquirir geladeira, televisão ou automóvel. Os indígenas, como benefício decorrente dessas medidas governamentais na re-

(1) – Depoimento colhido em 25/7/66.

gião, nada alcançaram diretamente. Suas vantagens resumiram-se no usufruir melhores condições de transporte ou a oportunidade de ver uma programação de televisão numa das "bodegas" da vizinhança do posto. E essas mudanças estão promovendo o distanciamento entre o indígena e o branco.

Quando se trata dos problemas vividos por uma minoria étnica, tem-se oportunidade de visualizar as contradições próprias do sistema que fundamenta nossa sociedade. A dramática experiência dos Xokleng nos leva claramente a reconhecer que os interesses das sociedades tribal e nacional são contrários. Entretanto, por incrível que possa parecer, os indígenas não têm condições de sobrevivência em dias do presente sem uma vinculação com a sociedade nacional. Ou seja, os índios não podem voltar, a depender de sua cultura tradicional, pois, essa não mais responde às suas necessidades.

Mas ao mesmo tempo que tomamos consciência de interdependência existente entre essas sociedades, temos de reconhecer que os setores competentes da sociedade nacional para assistir e proteger o silvícola são deficientes para tal fazer. O posto indígena mostra-se altamente débil para solucionar os problemas. A delegacia regional da Funai, sediada em Curitiba, também carece da agressividade requerida para o equacionamento e promoção das soluções exigidas. A própria Fundação Nacional do índio parece ainda não ter se conscientizado de toda a problemática que está a tratar, continuando a estimular soluções etnologicamente duvidosas e humanamente negativas para os silvícolas. Em decorrência, aliás, dessa fragilidade de ação e simultânea minimização da problemática a que se dedica, a Fundação Nacional do Indio provoca a própria diminuição de sua importância no esquema administrativo do governo. Concretamente, isto se torna realidade porque se imagina que a ação civilizatória iniciada pelos portugueses no século XVI ainda não terminou. Imagina-se, também, que o progresso é algo que algum dia haverá de atingir a todos e, provavelmente, também, aos índios.

O futuro dos Xokleng está assim condicionado a uma série de decisões, onde se incluem desde conceitos e maneiras de ver o mundo, até atitudes concretas de resguardo das terras que ocupam – caso dos Xokleng do rio dos Pardos; de criação de um parque florestal e faunístico – caso dos Xokleng da serra do Taboleiro; de reorganização do posto indígena e promoção de sua atuação – caso dos Xokleng de Ibirama. Há que decidir ainda se temos o direito de transformar índios em "índios civilizados"?; ou se podemos decidir o destino de um povo étnica e

culturalmente distinto do nosso?

No nosso caso, a dramática experiência vivida pelos Xokleng somente permite remediar. O desfecho final dessa experiência é algo sobre o que pouco podemos interferir. Contudo, acreditamos ser possível tomar uma série de medidas que permita pelo menos minorar as situações vividas pelos indígenas. Na verdade, jamais adiantou se dizer que o mal provém das contradições do sistema ou de suas estruturas. Pois o problema para a Antropologia sempre deverá ser o de destacar um quadro existente, para de um modo ou outro se pensar em ações capazes de minorar o impacto sofrido pelos integrantes das sociedades tribais. Dessa maneira, apoiar os índios inteligentemente, sem estereótipos ou preconceito, sem pretensão de dominação ou aculturação imposta, já seriam alguns excelentes pontos de referência para se iniciar a ação (1).

O fato afinal é que os Xokleng realizaram o milagre de sobreviver, resistindo à penetração dos brancos e vencendo as campanhas de bugreiros e as epidemias. Chegaram assim aos dias do presente como sociedade diferenciada. E isto deve ser suficiente para que os integrantes desse grupo étnico tenham o direito de continuar a nascer, a viver e a morrer dignamente, como seres humanos e como índios.

(1) Veja-se o anexo nº I.

VIII – ANEXO I

Contribuição para a sobrevivência dos Xokleng – bases de um programa de ação

As bases do programa que a seguir serão traçadas decorrem do caso Xokleng, ora estudado. A sua justificação acreditamos que foi feita plenamente durante todo o correr do trabalho. Estamos cientes que muitos problemas apresentados pelos indígenas somente terão solução por mudanças que ocorram na sociedade regional e por isso esperamos que planos regionais de desenvolvimento sejam formulados e colocados em prática (1). Enquanto isto não ocorre, estabelecemos as ações mais urgentes para melhorar as condições de vida dos indígenas. Essas ações apresentamos como o mínimo que se pode oferecer em concreto para os indígenas. Afinal, os Xokleng são seres humanos e não têm condições de esperar mais. Por isso, sugerimos o seguinte: (2)

I – Os Objetivos do programa

I. 1 Criação de um parque florestal e faunístico na serra do Taboleiro, para ali oportunizar as condições necessárias à sobrevivência de um grupo Xokleng arredio;

I. 2 Legalização dos lotes coloniais ocupados pelos indígenas Xokleng do rio dos Pardos, no município de Matos Costa;

I. 3 Designação da área indígena de Ibirama como reserva florestal e faunística estratégica para o equilíbrio ecológico e preservação da natureza na região, reconhecendo-se como relevante e retribuindo-se o esforço indígena pela prática de medidas não depredativas;

I. 4 Dinamização da economia tribal, a partir do reconheci-

(1) – Em outro trabalho de nossa autoria (1970), e que trata especìficamente da função dos postos indígenas, já tivemos oportunidade de discutir em linhas gerais o programa agora apresentado.

(2) – Veja-se Santos, S.C., 1970:130. Batalla, G.B., 1970:170. Êste último autor afirma textualmente: "La teoria indigenista implica la necessidad de actuar no sólo sôbre la población indígena, sino también y de manera muy importante sôbre la naturaleza de las relaciones entre la comunidad indígena y el centro rector, que es la manifestación concreta, a nivel regional, de la sociedad global nacional".

mento de que o indígena deve ser auxiliado em suas iniciativas; que o patrimônio natural existente nas terras que ocupa é para seu uso e benefício exclusivos; que toda a renda gerada pelo esforço indígena somente pode ser utilizada em seu favor ou para o grupo a que pertence; que a função do indigenista é estimular, orientar e assessorar os silvícolas em suas decisões, sem jamais dominar;

I. 5 Valorização do indígena, especialmente nas áreas regionais em que está localizado, objetivando a eliminação de estereótipos e preconceito – agentes básicos de dominação;

I. 6 Sensibilização do Estado e dos Municípios para o problema indígena e sua responsabilização no cumprimento de atividades de sua competência, que de uma forma ou outra beneficiem os silvícolas;

I. 7 Utilização da escola como instrumento básico de socialização e preparação das gerações jovens para o convívio, trabalho e competição, a partir da valorização das tradições tribais;

I. 8 Preservação da saúde indígena e dinamização de práticas higiênicas e sanitárias destinadas à melhoria dos padrões de saúde do grupo;

I. 9 Utilização da experiência vivida pelos Xokleng para fundamentar uma política indigenista compátivel com o país e seus mais caros valores humanos.

II – As Medidas de ação

II. 1 A organização do posto indígena

II. 1.1 Atuação integrada e planificada de todo o corpo de funcionários do posto;

II. 1.2 Conscientização das responsabilidades e obtenção de condições favoráveis de trabalho por parte dos integrantes da equipe de funcionários do posto;

II. 1.3 Organização e manutenção dos serviços básicos necessários à dinamização da comunidade indígena;

II. 1.4 Organização de um Conselho Indígena, integrado por todos os indígenas maiores de 18 anos, com a incumbência de decidir sobre objetivos a alcançar e, ou, medidas de ação. Esse Conselho escolherá anualmente um Conselho Comunitário destinado a decidir o que fazer no dia a dia;

II. 1.5 Tomada de decisões a partir da co-participação dos representantes da tribo e sempre na defesa de seus interesses;

II. 1.6 Organização e manutenção de toda a infra-estrutura administrativa necessária à implementação do plano de ação;

II. 1.7 Preocupação e acompanhamento permanente, fornecendo a assistência requerida, dos pequenos grupos Xokleng so-

breviventes em rio dos Pardos e serra do Taboleiro.

II. 2 Organização do trabalho indígena

II. 2.1 Orientação, estímulo e ajuda concreta permanente para os indígenas dinamizarem suas atividades agrícolas e artesanais, únicas capazes de no momento lhes garantir uma base econômica estável e auto-suficiente;

II. 2.2 Optar pela dinamização do trabalho individual, embora reconhecendo que em muitas atividades o trabalho coletivo convenha ser praticado;

II. 2.3 Organização de uma cooperativa de produção e consumo destinada a comercializar a produção indígena, a garantir o fornecimento dos bens que necessitam e a administrar um fundo coletivo de capital e reservas. Esse fundo permitiria o socorro dos necessitados e o amparo dos que não pudessem ter atividade produtiva;

II. 2.4 Valorização da mão de obra indígena na sociedade regional;

II. 2.5 Iniciação das gerações jovens no domínio de técnicas de trabalho e conhecimentos básicos necessários à vida no campo;

II. 3 A organização da Escola

II. 3.1 Utilização de professores previamente informados sobre as tradições tribais, sobre a situação do grupo perante a sociedade regional e sobre noções básicas de Antropologia;

II. 3.2 Adoção de um programa especial de ensino, destinado inicialmente a habilitar o aluno – índio ao trato com civilizados a partir do domínio de um português sem sotaque e do conhecimento dos padrões de vida diária mais rotineiros da sociedade regional e, ao mesmo tempo, conscientizador da importância e validade de todos os aspectos do patrimônio cultural indígena;

II. 3.3 Utilização da escola como veículo capaz de habilitar os alunos-índios em técnicas de sobrevivência e de melhoria de vida pela integração do trabalho escolar nas demais atividades desenvolvidas no posto;

II. 3.4 Estruturação da atividade escolar em regime de tempo integral, de maneira a efetivamente obter dos alunos índios total participação e aproveitamento em prazo rápido;

II. 4 A Assistência Religiosa

II. 4.1 Adoção de medidas imparciais no trato das tendências e preferências religiosas dos indígenas, abrindo-se igualda-

de de condições para a atuação no interior da reserva de qualquer organização religiosa, observados os objetivos aqui delineados;

II. 4.2 Desestímulo a qualquer esquema de competição religiosa entre os mentores e crentes das igrejas em ação na reserva;

II. 4.3 Favorecer o estabelecimento de atitudes comuns entre os responsáveis pelas igrejas e os objetivos do posto, a fim de se evitar incompreensão e descrença entre os silvícolas;

II. 4.4 Aproveitamento da ação religiosa para reafirmar a melhoria de padrões de saúde, situação sanitária e condições econômicas vividas pelos indígenas;

II. 5 A Saúde

II. 5.1 Estabelecimento de medidas educativas, alimentares e sanitárias para garantir a melhoria do padrão de saúde do grupo tribal;

II. 5.2 Estabelecimento de um ambulatório no interior da reserva, destinado ao atendimento, internamento ou encaminhamento, para hospital regional, dos indígenas que apresentarem problemas de saúde;

II. 5.3 Acompanhamento permanente dos padrões de saúde mantidos pelo grupo e constante previsão para se evitar a ocorrência de epidemias;

II. 6 Valorização do indígena

II. 6.1 Esclarecimento permanente da população integrante da sociedade regional, especialmente através de unidades escolares, que os indígenas são tão importantes quanto quaisquer outro contingente da sociedade brasileira e, como tal, devem ser aceitos;

II. 6.2 Incentivos permanentes para os indígenas reativarem suas tradições, especialmente festas e rituais, valorizando-as e dando-lhes sentido para a vida presente;

II. 6.3 Favorecer a presença indígena em todos os setores da vida da sociedade regional, uma vez que eles a tal pretendam;

II. 6.4 Permanente esclarecimento aos indígenas sobre a sociedade nacional, suas características e problemas, visando dar-lhes sempre explicações que os habilitem ao relacionamento de igual para igual, ao se defrontarem com o civilizado.

BIBLIOGRAFIA (1)

ABREU, Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1930.

ALBERSHEIM, Ursula. Uma Comunidade Teuto-Brasileira (Jarim). Rio de Janeiro, CBPE, 1962.

ALDINGER, Paulo. "A Pacificação dos Indígenas de Santa Catarina". Blumenau, 1918. (Trad. J. Ferreira da Silva, In:– Blumenau em Cadernos, Tomo X, Nº 2, 1969).

AMARAL, Claro Monteiro do. "Memória sôbre usos e costumes de índios Guarany, Arias e Botocudos". In:– Revista Trimensal do Inst. Hist. Geog. Brasileiro, LXIII, parte II, Rio de Janeiro, 1902.

AMMON, Dolfgang. Chronica do Município de São Bento (Sta. Catharina) desde a sua fundação 1873 até 1923 – Tradução por Elly Herkenhaff.

ARAUJO, José Paulo de Figueirôa Nabuco. Legislação Brasileira ou Colleção Chronologica das leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc. etc., do Império do Brazil, desde o anno de 1808 até 1831, inclusive. Rio de Janeiro, Typ. IMP. e const. de J. Villeneuve e Cia. – 1836.

AUBÉ, Leonce. "A Província de Santa Catarina e a Colonização do Brasil". Tradução de Carlos da Costa Pereira. In:– Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sta. Catarina, vol. XII e XIII, Florianópolis, 1943/44.

BALDUS, Herbert. Eduard Hoerhan. Germania. Wochenbeilage Zur Deutschen Zeitung, 47. Jahrgang, Nº 38, S. Paulo, 18/9/1925.

BALDUS, Herbert. Ensaios de Etnologia Brasileira. Cia. Edit. Nacional. S. Paulo, 1937.

BALDUS, Herbert. "Terminologia de Parentesco Kaingang". In:– Sociologia, XIV, Nº 1, S. Paulo, 1952.

BALDUS, Herbert. Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira. S. Paulo, 1954.

Baldus, Herbert. "Métodos e resultados da ação indigenista

(1) Além das obras citadas no texto, faz-se a inclusão daquelas que diretamente serviram para a elaboração do presente estudo.

no Brasil". In:– Revista de Antropologia, Vol. 10, Nº 1 e 2, S. Paulo, 1962.

BACILLA, Antônio. A Drama do Mate. Curitiba, ed. Guaíra, 1946.

BANDEIRA, Joaquim José Pinto. "Notícia da descoberta do Campo de Palmas, na Comarca de Coritiba, Província de S. Paulo, de sua povoação e de alguns sucessos que ali tem tido logar até o presente mez de Dezembro de 1850". In:– Revista Trimestral do I.H.G.B., XIV (1851), 2ª ed. Rio de Janeiro, 1879.

BANDEIRA, Alipio. A Cruz Indígena. Pôrto Alegre, 1926.

BARBOSA, L.B. Horta. O Problema Indígena do Brasil. Conferência realizada no Atheneu de Montevidéo, a 1º /4/1925, Rio de Janeiro, 1926.

BASTIDE, R. e FERNANDES, Florestan. Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo. Anhembi, São Paulo, 1955.

BATALLA, Guilermo Bonfil. "El Campo de investigación de la Antropologia Social em México: um ensayo sobre sus nuevas perspectivas". In:– Anales de Antropologia, vol. VII, México, 1970.

BEHR, N. Bei den Indianern am Rio Plate. Musterreiters neuer historischer Kalender. Pôrto Alegre 1917, pp. 99–102.

BLEYER. Die Wilden Waldindianer Sta. Catharinas: »die "Schokléng". Zeitschrift für Ethnologie XXXVI, Berlin, 1904.

BLUMENSOHN, Jules H. "A preliminary Sketch of the Kinship and Social organization of the Botocudo Indians of the Rio Plate, in the Municipality of Blumenau, Santa Catarina, Brazil". Boletim do Museu Nacional, XII, Nº 3 – 4, Rio, 1936.

BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para a História Catharinense. Florianópolis, 1911.

BOITEUX, Lucas Alexandre. Pequena História Catharinense. Florianópolis, 1920.

BOITEUX, Lucas Alexandre. Ephemérides Catharinenses. 1500-1910. In:– Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sta. Catharina, vol. IX, 1920, 1º e 2º trimestres.

BOITEUX, Lucas Alexandre. Figuras do Passado Catarinense. O Capitão-mór Domingos de Brito Peixoto. Senhor de Laguna. Sua prole e seus serviços. Florianópolis, 1954.

BOITEUX, Henrique. Os Municípios de Tijucas Grande e Porto Bello, 1928. Livraria Central, Florianópolis, 1928.

BOITEUX, Henrique. "O Falanstério do Saí". In:– Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, vol XII. Florianópolis, 1944.

BORBA, Telemaco M. Actualidade Indígena, Coritiba, 1908.

BRITO, Paulo Jozé Miguel de. Memória Política sôbre a Capitania de Santa Catharina. Escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816. Lisboa, 1829.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Santa Catharina – História e Evolução. Brasiliana, vol. 80. S. Paulo, 1937.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Brusque. Subsídios para a História de uma colônia nos tempos do império. Edição da Sociedade Amigos de Brusque, 1958.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Laudes, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1970.

CAMARA JR., J. Mattoso. "Manual de Transcrição Fonética". In:– Manuais do Museu Nacional, Série A, Nº 2, Rio de Janeiro, 1957.

CARDOSO, F.H. e IANNI, O. Cor e Mabilidade Social em Florianópolis. Brasiliana, vol. 307, S. Paulo, 1960.

CASO, Alfonso. "Los Ideales de la Accion Indigenista" In:– La Antropologia Social en México, Instituto Indigenista Inter-americano, México, 1964.

D'ALMEIDA COELHO, Manoel Joaquim. Memória Histórica da Província de Santa Catharina, reimpressa em 1853. Typ. de J.J. Lopes, 2ª ed., Destêrro, 1877.

D'AMARAL, Max Tavares. "Contribuição à História da Colonização Alemã do Vale do Itajaí". In:– Anais do Iº Congresso de História Catarinense, Florianópolis, 1948. Florianópolis, 1950.

DEEKE, José. Die Botocuden am Rio Plate. Uhle's Jahrbuch 16 und 17. Jahrgang S. Paulo 1923.

DEEKE, José. "DAS MUNIZIP BLUMENAU und Seine Entwicklungsgeschichte". Ed. Rotermund, Cia. S. Leopoldo, s/data. Tradução de J. Ferreira da Silva, da parte "Os indígenas do Itajaí", in:– Blumenau em Cadernós, Tomo VIII, Nº 6/7, Blumenau, SC., 1967.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. Regiões Culturais do Brasil. CBPE, Rio de Janeiro, 1960.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA. Atlas Geográfico do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1958.

DERETTI, Miguel, Apiúna nos meus apontamentos. Editôra Escola Gráfica Dom Bosco, Pôrto Alegre, 1970.

ESTADO DE SANTA CATARINA. ECONOMIA CATARINENSE. Levantamento Conjuntural. EDEME Editôra, Florianópolis, 1970.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Diagnóstico da Situação Educacional Convênio MEC-SEC-CEE-UDESC, Florianópolis,

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1908.

HANKE, Wanda. "Los indios Botocudos de Santa Catarina, Brasil". In:– Arquivos do Museu Paranaense, IV, Curitiba, 1947.

HATT, Gudmund. "The Corn Mother in América and Indonesia". In:– Anthropos XLVI, Freiburg in der Schwei–3, 1951.

HENRY, Jules. "A Kaingang Text". In:– International Journal of American Linguistics, vol. VIII, Nº 3–4, New York, 1935.

HENRY, Jules. "The personality of the Kaingang Indians". In:– Character and Personality, V., Nº 2, Durham, 1936, pp. 113–123.

HENRY, Jules. "The linguistic expression of emotion". In:- American Anthropologist, N.S. XXXVIII, Menasha, Wisconsin, 1936 pp. 250/256.

HENRY, Jules. Jungle People. A Kaingang Tribe of the Highlandof Brazil. New York, 1941.

HENRY, Jules. Os índios Kaingang de Santa Catarina, Brasil. Tradução do Instituto Brasil-Estados Unidos. In:– Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Vol. XIII. Florianópolis, 1944.

HENRY, Jules. The Kaingang Language. In:– International Journal of American Linguistics, XIV, Nº 3. Baltimore, 1948.

HENSEL, Reinhold. "Os Coroados da Província Brasileira do Rio Grande do Sul". In:– Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul, Nº 20. Pôrto Alegre, 1928.

HICKS, David. "The Kaingang and the Aweikoma: a Cultural Contrast". In:– Anthropos, Vol. 61, 1966.

HICKS, David. "A Structural Analysis of Aweikoma Symbolism". In:– Ethnos, Vol. 31, Stockholm, 1966.

HOERHAN, Eduardo de Lima e Silva. "Cucundélve-uân" ou "Como a libélula". In:– Revista Chácaras e Quintais, 1939, S. Paulo.

HÖRMEYER, Joseph. Was Georg seinem Deutschen Landsleutten über Brasilien zu erzaehlen weiss, Leipzig 1863. Tradução de Bertholdo Klinger, Editôra Presença, Rio de Janeiro, 1966.

IHERING, Hermann von. "A civilização prehistórica do Brazil Meridional" In:– Revista do Museu Paulista I, S. Paulo, 1895.

IHERING, Hermann von. "A Ethnographia do Brasil Meridional". Actas del XVIIº congresso Internacional de Americanistas (sesión de Buenos Aires, 1910), B.A. 1912.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO. Actas del XXXIX Congresso Internacional de Americanistas. In:– Anuário Indigenista, Vol. XXX, México, 1970.

1971.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Projeto Catarinense de Desenvolvimento, Florianópolis, 1971.

FARIA, L. de Castro. "Notas sôbre Santa Catarina o Litoral e a Serra. In:– Boletim do Museu Nacional, nº 1, Antropologia Rio de Janeiro, 1942.

FERNANDES, Florestan. A Etnologia e a Sociologia no Brasil. Anhembi, S. Paulo, 1958.

FERRAZ, Paulo Malta. "Apontamentos para a história da colonização de Blumenau (1850–1860)", In:– Anais do Iº Congresso de História Catarinense, Florianópolis, 1948.
Florianópolis, 1950.

FICKER, Carlos. História de Joinville – Crônica da Colônia Dona Francisca, Joinville. Edição do autor, Joinville, SC. 1965.

FIRTH, Raymond. Elements of Social Organization. Watts e Co. London. 1951.

FRANCO, Arthur Martins. Em defeza do Índio e do Sertanejo contra o "Serviço de Proteção aos Índios e Localização de trabalhadores Nacionais", no Estado do Paraná. Curityba, 1925 191 pp.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. "Dados Estatísticos Parciais Necessários ao Estudo de Recursos Humanos no Brasil". Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos-CETRHU, Rio de Janeiro, 1971.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. A Universidade-Histórico – Estrutura – O Meio. Blumenau, SC, mim. 1969.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. (1ª ed. 1959), Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 6º edição, Rio de Janeiro, 1964.

GALVÃO, Eduardo. "Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900–1959". In:– Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, N.S. Antropologia, Nº 8, Belém, 1960.

GAY, João Pedro. História da República Jesuítica do Paraguai dêsde o Descobrimento do Rio da Prata até nossos dias, anno de 1861. In:– Revista do I.H.G.B., XXVI, partes 1º e 2º, Rio de Janeiro, 1863.

GENSCH, Hugo. Die Erziehung eines Indianerkindes. Praktischer Beitrag zur Lösung der südamerikanischen Indianerfrage. Berlin 1908, 56 pp. Verhandlungen des XVI. Internationalen Americanisten-Kongresses (Wien 1908), Wien und Leipzig 1910, Beilage.

GUERIOS, R.F. Mansur. "O Xocrén é idioma Caingangue". In:– Arquivos do Museu Paranaense, IV, Curitiba, 1945.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. Um alemão brasileiríssimo o Dr. Blumenau. Edição do autor, Florianópolis, 1966.

KEMPF, Valter G. "Notas sôbre um grupo de indígenas de Santa Catarina". In:– Revista do Arquivo Municipal, CXII, S. Paulo, 1947.

KOENIGSWALD, Gustav von. Die Botokuden in sudbrasilien. Globus XCIII, Braunschweig, 1908.

LARAIA, R.E. e MATTA, R. Indios e Castanheiros. Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1967.

LAYTANO, Dante de. "Populações Indígenas" – Estudo histórico de suas condições no Rio Grande do Sul". In:– Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do RGS., Nº 5 6 e 7 (anos de 1955, 56 e 57), Pôrto Alegre, 1955/7.

LEÃO, Ermelino A. "Os Botocudos do Paraná e Santa Catarina". In:– Anais do XX Congresso Internacional de Americanistas, Vol. II, 2ª parte, Rio, 1928.

LEDE, Charles von. De la Colonisation au Brasil. Mémoire historique, Descriptif, statistique et commercial sur la Province de Sainte-Catherine, Bruxelas, 1843.

LEVI, Marion J. Jr. The Structure of Society. Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1952.

LEVI–STRAUSS, Claude. Les structures élémentaires de la parenté. Presses Universitaires de France, Paris, 1949.

LEVI–STRAUSS, Claude. Anthropologie Structurale. Librarie Plon, Paris, 1958.

LIMA, Francisco de Chagas. "Memória sôbre o desenvolvimento e Colônia de Guarapuava". In:– Revista trimestral de História e Geografia ou Jornal do IHGB, IV, Rio de Janeiro, 1842.

LIMA, Carmem Junqueira de Barros e Camargo, Cândido Procópio Ferreira de. "Análise de Fertilidade Kamaiurá", comunicação a 23ª Reunião de SBPC, Curitiba, 1971.

LUFT, Celso Pedro. O Escrito Científico – sua estrutura e apresentação – Livraria Lima, editôra, Pôrto Alegre, 2ª edição, 1970.

LUGON, C. A República Comunista Cristã dos Guaranis. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968.

LUKAS, Victor. Olhos Azuis – A História de um Rio – Inédito, Rio do Sul, 1965.

LUKAS, Victor. "Katanghára". In:– Blumenau em Cadernos, Tomo IX, Nº 5, Blumenau, SC., 1968.

LUZ, Aujor Ávila da. Os Fanáticos. Crimes e aberrações de religiosidade dos nossos caboclos. Florianópolis, 1952.

MACHADO, Telesphoro M. "Araranguá, Passado, Presente e Futuro". In:–Revista C 20, Araranguá, SC, 1956.

MAFRA, Manoel da Silva (conselheiro). Exposição Histórico-Jurídica por parte do Estado de Santa Catharina sôbre a questão de limites com o Paraná. Imprensa Nacional , Rio, 1899.

MAGALHÃES, Basílio de. Em defesa do índio e das fazendas nacionais. Discursos pronunciados na Câmara a 28 de novembro, 19,28 e 30 de dezembro de 1924. Rio de Janeiro, 1925.

MALCHER, José M. Gama. Índios – Grau de integração na comunidade nacional – grupo lingüístico – localização. Ministério de Agricultura, Conselho Nacional de Proteção aos Indios, publicação Nº 1, N.S., Rio de Janeiro, 1964.

MARZANO, Luigi Pe. Coloni e Missionari Italiani nelle foreste del Brasile. Firenze, Tipografia Barbára, 1904.

MATTOS, Jacintho. "O índio de Santa Catarina". Inédito, Florianópolis, s/data.

MATTOS, Jacintho. "Repressão contra o índio". Inédito, Florianópolis, s/data.

MELATTI, Júlio Cesar. Índios e criadores. A situação dos Krahó na área pastoril do Tocantins. Instituto de Ciências Sociais UFRJ. Rio de Janeiro, 1967.

METRAUX, A. "Estudios de Etnografia Chaquense". In:– Anales del Instituto de Etnografia Americana. Universidade Nacional de Cuyo, 1944.

METRAUX, A. "The Caingang". In:– Handbook of South American Indians, VI, Washington, USA, 1947.

METRAUX, Alfred. "Social Organization of the Kaingang and Aweikoma according to C. Nimeundaju's unpublished data". American Anthropologist, N.S. 49, Nº 1, Menasha – Wisconsin, 1947.

MILLS,C. Wright. A imaginação Sociológica. Zahar editôres, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1969.

MURDOCK, George Peter. Social Structure. The Macmillan Company. New York, 1949.

MUSSOLINI, Gioconda. Os meios de defesa contra a moléstia e a morte em duas tribos brasileiras: Kaingang de Duque de Caxias e Boróro Oriental. In:– Revista do Arquivo Municipal CX, São Paulo, 1946.

NIMUENDAJÚ, Curt. Social Organization and Beliefs of the Eastern Brezil. In:– Southwestern Journal of Anthropology II, Nº 1, 1946.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "Urbanização sem assimilação: Estudos dos Terena distribalizados". In:– Resumo das Comunicações à X Reunião Anual da S.B.P.C. e Ciência e Cultura, órgão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, vol. 10 Nº 3, S. Paulo, 1958.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "The Role of Indian Posts in the Process of Assimilation – Two case studies" – In:–América Indígena, vol. XX, Nº 2, Abril, 1960.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Processo de Assimilação dos Terêna. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1960.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "Aculturação e "Fricção" interétnica". In:– América Latina, ano 6, Nº 3, Rio de Janeiro, 1963.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "O índio na consciência nacional. In:– Comentário, ano VI, vol. 6, Rio de Janeiro, 1965.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "A Noção de Colonialismo interno e Etnologia". In:– Tempo Brasileiro, ano IV, Nº 8, Rio de Janeiro, 1966.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "Áreas de Fricção interétnica na Amazônia". In:– Atas do Simpósio sôbre a Biote Amazônica, vol. 2, Belém, Pará, 1967.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Urbanização e Tribalismo. Zahar editôres, Rio de Janeiro. 1968.

PARANÁ, Sebastião. Chorographia do Paraná. Coritiba, 1899.

PAULA, José Maria de. "Memória sôbre os Botocudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo Serviço de Protecção aos selvicolas sob a inspecção do Dr. José Maria de Paula". In:– Annaes do XX Congresso Internacional de Americanistas. (Rio de Janeiro, 1922), vol. I, Rio, 1924.

PERDIGÃO MALHEIRO, Agostinho Marques. A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico – Jurídico Social. (1º edição, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1866), 2 volumes. S. Paulo, 1944.

PIAZZA, Walter. Nova Trento. Edição comemorativa do 75º aniversário da colonização Italiana: 1875–1950. Florianópolis, 1950.

PIAZZA, Walter. Folclore de Brusque. Edição da sociedade Amigos de Brusque. Brusque, 1960.

PIAZZA, Walter. As Grutas de São Joaquim e Urubici (Notas de Pesquisas). Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto de Antropologia, Série Arqueologia, 1, Florianópolis, 1966.

PIAZZA, Walter e EBLE, Alroino. "Arqueologia do Vale do Itajaí: Sítio cerâmico Rio Plate". Separata de Blumenau em Cadernos Blumenau, SC. 1968.

PLOETZ, Hermann et METRAUX, A. "La civilization matérialle et la vie sociale et religieuse des indiens Ze du Brésil Méridional et oriental". In:–Revista del Instituto de Etnologia de la Universidad Nacional de Tucumán, Tomo I, entrega 2ª, Tu-

cumán, 1930.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação Econômica do Brasil. Ed. Brasiliense, Rio de Janeiro, 1961.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e Conflito Social. A guerra Sertaneja do Contestado: 1912–1916. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.

RAMOS, Vidal. "Notas para a História da Fundação de Lages". In:– Revista do IHG de Santa Catarina, vol. XII, Florianópolis, 1944.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Constituição. (Promulgada em 24 de janeiro de 1967 na redação dada pela EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, de 17 de outubro de 1969), Editôra Aurora, 3ª ed. Rio de Janeiro, 1970.

RIBEIRO, Darcy. Línguas e Culturas Indígenas do Brasil. Separata da Revista Educação e Ciências Sociais, Nº 6, CBPE. Rio, 1957.

RIBEIRO, Darcy e OUTROS. "Um conceito sobre integração Social". In:– Textos de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais da UB, Rio de Janeiro, 1961.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a Civilização. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

ROCHA POMBO. História do Brasil. Editores W.M. Jackson, 5 vol. Rio de Janeiro, 1953.

ROMÁRIO, Martins. História do Paraná. Curitiba, 1937.

RONDON, Frederico. Pelo Brasil Central. Brasiliana, vol. 30, 5ª Série, 2ª ed. ampliada, S. Paulo, 1938.

SAINT-HILAIRE, A. Voyage dans l'intérieur du Brésil (4ª parte). Voyage dans les provinces de Saint Paul et Sainte-Catherine. Paris, 1851. Tradução de Carlos Costa Pereira. Viagem à Província de Santa Catarina (1820). Brasiliana, vol. LVIII, São Paulo, 1936.

SALZANO, F.M. e SULTON, H.E. "Haptoglobin and Transferrin Types of Indians from Santa Catarina, Brazil". In:– American Journal of Human Genetics, vol. 17, Nº 3, 1965.

SALZANO, F. e FREIRE-MAIA, N. Populações Brasileiras. Ed. Companhia Editôra Nacional-Ed. da Universidade de S. Paulo, 1967.

SANTOS, Ernesto Venéra dos. Os últimos dias da Gruta Verde (Romance). Livraria Santos, São Bento, SC. s/data.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. "Os Grupos Jê em Santa Catarina" – Projeto de Pesquisa". Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, UFSC, Florianópolis, 1963.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. "Os índios Xokleng e o Antropólogo". In:– Arquivos do Instituto de Antropologia da Universi-

dade do Rio Grande do Norte, vol. 1, Nº 2, Natal, 1964.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. "Os Xokleng, hoje". In:– Cadernos de Blumenau, Tomo VII, Nº 2, Blumenau, 1965.

SANTOS, Sílvio Coelho dos e HALFPAP, L. "Preliminares para a compreensão do desenvolvimento do processo educacional primário do Vale do Itajaí do Norte", CEPE/FE/UDESC, mim., Florianópolis, 1965.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. "Sôbre mudanças culturais entre os índios Xokleng do Vale do Itajaí". In:– Ciência e Cultura, vol. 18, Nº 3, S. Paulo, 1966 (a).

SANTOS, Sílvio Coelho dos. "A escola em duas populações Tribais". In:– Antropologia, vol. 14, S. Paulo, 1966 (b).

SANTOS, Sílvio Coelho dos. "Sôbre a integração econômica dos índios Xokleng à Sociedade Regional". In:– Anais do Instituto de Antropologia, EFSC., nº 1, Florianópolis, 1968.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. "Indígenas de Santa Catarina". In:– História de Santa Catarina, Grafipar, Curitiba, 1970.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A Integração do índio na Sociedade Regional (o papel dos postos indígenas em Santa Catarina), Imprensa Universitária, UFSC, Florianópolis, 1970.

SCHADEN, Egon. "Einiges über die Schokleng von Santa Catharina". Pindorama I, Herft 2/3, S. Paulo, 1937. Versão portuguesa in Revista de Filosofia, Ciências e Letras, S. Paulo, 1938.

SCHADEN, Egon. "Os Carijós de S. Catarina". In:– Atualidades, nº 12, Florianópolis, 1947.

SCHADEN, Egon. Aculturação Indígena. Ensaio sôbre fatôres e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos. Revista de Antropologia vol. 13, Nº 1 e 2. S. Paulo, 1965.

SCHADEN, Egon. "Aculturação e Assimilação dos Índios no Brasil". In:– Humboldt, ano 8, Nº 17, Alemanha, 1968.

SCHADEN, Egon. "A Assimilação dos Índios do Brasil". In:– Actas y Memorias XXXVII Congresso Internacional de Americanistas, Vol. III, Buenos Aires, 1968.

SCHADEN, Francisco S.G. Notas sôbre a localidade de São Bonifácio (Santa Catarina). IX Congresso Brasileiro de Geografia, Florianópolis, 1940.

SCHADEN, Francisco S.G. "Apontamentos bibliográficos para o estudo dos índios Kaingang". Boletim Bibliográfico II, São Paulo, 1944.

SCHADEN, Francisco S.G. "Os Índios do Estado de Santa Catarina". Atualidades, Nº 5 a 10, Florianópolis, 1946.

SCHADEN, Francisco S.G. "Apontamentos bibliográficos

para o Estudo dos índios Xokleng". Boletim bibliográfico, XII, São Paulo, 1949.

SCHADEN, Francisco S.G. "O Cacique Doble e sua Horda". In:– Atualidades Nº 11/12, Florianópolis, 1948.

SCHADEN, Francisco S.G. "Música e Dança entre Índios do Brasil". In:– Atualidades Nº 5/9, Florianópolis, 1949.

SCHADEN, Francisco S.G. Índios, Caboclos e Colonos. Páginas de Etnografia, Sociologia e Folclore. Coleção da Revista de Antropologia, USP. S. Paulo, 1963.

SCHADEN, Francisco S.G. "Die Schokleng im süden des Staates von Santa Catarina" Inédito. S/data.

SCHMITZ, Pe. Ignácio e BECKER, I. "O índio histórico do Rio Grande do Sul". Instituto Anchietano de Pesquisas, mim., São Leopoldo, RGS., 1966.

SERRANO, Antônio. Etnografia de la Antígua Província del Uruguay Paraná, 1936.

SIEGEL, Bernard et alü. Aculturação: uma formulação exploratória". In:– "Textos de Etnologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1961, Tradução American Anthropologist, Washington 56 (6) 973–1000, dez) 1954.

SILVA, Simoens da. A tribu Caingang (índios Bugres – Botocudos). Estado de Sta. Catharina. Rio de Janeiro, 1930.

SILVA, José Ferreira da. "Benedita Inglat". In:– Blumenau em Cadernos. Tomo III, Nº 12, 1960.

SILVA, J. Ferreira da. "Itajaí. A Fundação e o Fundador". In:– Blumenau em Cadernos, TOMO VIII, Nº 9/10, Blumenau, SC. 1967.

SILVA, José Ferreira da. "Destino de indígenas". In:– Blumenau em Cadernos, Tomo XI, Nº 12. 1970.

SÍNODO EVANGÉLICO DE SANTA CATARINA E PARANÁ. Unsere Vater – Nossos Pais, Rio do Sul, SC. 1961.

STAUFFER, David Hall. Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios. In:– Revista de História, Nº 37 e seguintes. São Paulo, 1959.

STEINEN, Karl von den. Entre os aborígenes do Brasil Central. Tradução de Egon Schaden. Departamento de Cultura. São Paulo, 1940.

TAPAJÓS, Vicente. História do Brasil. Cia Ed. Nacional, 1957.

TAVARES, Joaquim da Silva. "Os Botocudos de Santa Catharina". Brotéria, série de vulgarização Scientifica, vol. X, fasc. IV, Braga, 1912.

TAUNAY, Affonso de E. Em Santa Catharina Colonial. Ca-

pítulo de História do Povoamento. Imprensa oficial do Estado. São Paulo, 1936.

VARGAS, Túlio. O Indomável Republicano. O Formigueiro, Curitiba Paraná, 1970.

VASCONCELLOS, Diogo R. de. "Botocudos" In:– Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, XVII, (1904), Rio, 1912.

VIEIRA da ROSA, José. Chorographia de Santa Catharina. (Typ. da Livraria Moderna)– Florianópolis, 1905.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. "A Imigração e os Botocudos (Xokleng) do Taió". Separata dos Anais do IV Simposio Nacional dos Professôres Universitários de História, S. Paulo, 1969.

WAGLEY, Charles and HARRIS, Marvin. Minorities in the new worldsix case studies. Columbia University Press, N. York, 1958.

WETTSTEIN, K.A. Mit deutschen Kolonistenjungens durch den brasilianischen Urwald. Stuttgart, s/data.

WHITE, Leslie A. "O conceito de Cultura". In:– Textos de Etnologia, I.C.S, Rio. Tradução da Ádele Araujo Lima, do American Anthropologist, 61 (2), 1959. Rio, 1961.

WIESEMANN, Ursula. "Notas sôbre Proto-Kaingang, um estudo de quatro dialetos". Comunicação apresentada à 4ª Reunião de ABA Curitiba, 1959.

ZITTLOW, Augusto e Bischof, Martin L. "Os índios em Santa Catharina". In:– O Estado, ano I, Nº 64, Florianópolis 1915.

RELATÓRIOS CONSULTADOS (1)

"Relatório com que o Exmº Sr. Dr. Antônio Pereira Pinto entregou a Presidência de Santa Catharina ao Exmº Sr. Dr. Severo Amorim do Valle, Terceiro Vice-Presidente d'ella, em 30–11–1849". Destêrro, 1849.

"Relatório apresentado ao Exmº Sr. Vice-Presidente da Província de Santa Catharina o Doutor Speridião Eloy de Barros Pimentel pelo Presidente o Doutor João José Coutinho, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província, em 23–9–1859". Destêrro, 1859.

(1) Durante o período monárquico, os relatórios apresentados pelos Presidentes da Província à Assembléia eram chamados de "Fallas Presidenciais".

"Relatório apresentado ao Exmº Sr. Presidente da Província de Santa Catharina o Doutor Ignácio da Cunha Galvão pelo Vice-Presidente o Doutor João José de Andrade Pinto, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província, em 26–4–1861". Destêrro, 1861.

"Relatório com que o Exmº Sr. Presidente da Província de Santa Catharina Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa dirigio à Assembléá Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em 26–3–1871". Destêrro, 1871.

"Relatório do Vice-Presidente da Província de Santa Catharina Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra apresentado à Assembléa Legislativa Provincial em 25 de março de 1872". Destêrro, 1872.

"Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catharina em 25 de março de 1874 pelo Exmº sr. Presidente da Província Dr. João Thomé da Silva". Destêrro. 1874.

"Falla com que o Exmº sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abrio a 1ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléa Legislativa da Província de Santa Catharina em 1º de março de 1876". Destêrro, 1876.

"Falla com que o Exmº Sr. Dr. José Bento de Araujo abrio a 2ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina, em 6 de março de 1877". Destêrro, 1877.

"Falla com que o Exmº Sr. Doutor Antônio de Almeida Oliveira abrio a sessão extraordinária da Assembléa Legislativa Provincial de S. Catharina em 2–1–1880". Destêrro, 1880.

"Falla com que o Exmº Sr. Doutor João Rodrigues Chaves abrio a 2ª sessão da vigésima segunda Legislatura da Assembléa Provincial de Santa Catharina, em 22–2–1881". Destêrro, 1881.

"Falla com que o Exmº Sr. Dr. Luiz da Gama Roza abrio a primeira sessão da vigésima quinta Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial de S. Catharina, em 5–2–1884". Destêrro, 1884.

"Relatório com que o Exmº Sr. Coronel Manoel Pinto de Lemos 1º Vice-Presidente passou a administração da Província de Sta. Catharina ao Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, em 22–6–1885". Destêrro, 1885.

"Mensagem apresentada ao Congresso representativo do Estado a 30 de julho de 1905 pelo vice-Governador Cel. Vidal José de Oliveira Ramos Junior" Florianópolis, 1905.

"Mensagem ao Congresso Representativo do Estado em 18–9–1906 pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira,

Presidente do Congresso Representativo, no exercício das funções de Governador do Estado". Florianópolis, 1906.

"Mensagem lida pelo Exmº Sr. Coronel Gustavo Richard Governador do Estado na Sessão de Abertura do Congresso Representativo em 5 de agôsto de 1907". Florianópolis, 1907.

"Exposição sôbre o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais constante do Relatório do Sr. Ministro da Agricultura, Industria e Comércio, relativo ao anno de 1911". Rio de Janeiro.

"Relatório da Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais referente ao anno de 1912". Rio de Janeiro.

"Relatório da Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais referente ao anno de 1914". Museu do Índio, Rio de Janeiro.

"Relatório que o Sr. Superintendente Municipal de Blumenau remete ao Exmº Sr. Ministro do Interior (...) Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Indio (Nº 127), Rio de Janeiro.

"Relatório do Sr. Promotor Público de Guarapuava Antônio Ribeiro de Brito". Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio (nº 551) Rio de Janeiro.

"Relatório anual referente ao exercício de 1928 do PI Duque de Caxias". Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Indio (nº 564). Rio de Janeiro.

JORNAIS CONSULTADOS (1)

Jornal do Comércio,	Florianópolis
República	"
O Estado	"
Sul Americano	"
O Dia	"
Gazeta Catarinense	"
Fôlha do Comércio	"
Época	"

(1) As coleções de jornais editados em língua portuguesa atingem o período compreendido entre 1880 e 1925, época em que todos realizaram o lançamento do primeiro número. As coleções dos jornais editados em língua alemã (assinalados com asterisco) foram aproveitadas somente quando conseguimos obter a tradução dos artigos que interessavam. Os jornais modernos, embora citados no texto, não são arrolados aqui.

O Clarão	Florianópolis
O Tempo	"
Itajahy	Itajaí
Novidades	"
O Pharol	"
A Patria	São Francisco do Sul
A Razão	"
O Albor	Laguna
Correio do Sul	"
O Futuro	"
A Nota	"
A Tarde	"
Vanguarda	Campos Novos
Colonie–Zeitung	Joinvile (+)
Blumenauer-Zeitung	Blumenau (+)
Der Urwaldsbote	(+)